



CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES DE ITAPAJÉ
Praça Vicente Porfírio Sampaio, 1900 – Centro – Itapajé - Ceará
CEP: 62.600-000 - CNPJ: 63.393.938/0001-39

PROCESSO LICITATÓRIO 2018.03.16.02

Modalidade: TOMADA DE PREÇOS

Objeto	CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA JURÍDICA ADMINISTRATIVA, NA ÁREA DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E PARECERES CORRELATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE DA CAPESEI – CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITAPAJÉ-CE
---------------	--

Data autuação:	Data emis.Edital:	Data Reabertura:	Horário:
12/03/2018	15/03/2018	17/05/2018	10:30h

Dt Homologação:	Dt Ass.Contrato:	Dotação/Elemento de Despesa:
17/05/2018	17/05/2018	1201.09.122.0004.2.070 / 3.3.90.39.00

Comissão de Licitação – Portaria nº 001/2018 de 12 DE MARÇO DE 2018:

- Presidente : ZEUDA BRIOSO MARINHO
- Membro 2 : LUIZ VANDO ARAUJO DE SOUZA
- Membro 3 : ROCICLÉIA RODRIGUES CUNHA

PROCESSO LICITATORIO 2018.03.16.02

Modalidade: TOMADA DE PREÇOS

Objeto	CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ACESSORIA JURÍDICA ADMINISTRATIVA NA ÁREA DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E PARCERES CORRELATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE DA CAPEI - CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITABERAÍ
--------	---

Data autuação:	12/03/2018	Data emissão Edital:	12/03/2018	Data Respostas:	17/03/2018	Horários:	10:00h
----------------	------------	----------------------	------------	-----------------	------------	-----------	--------

Orçamento:	1703 2018	DI Ass.Contabil:	17 03/2018	Dotação/Elemento de Despesa:	1501 00 153 0004 2 0701 2 3 60 38 00
------------	-----------	------------------	------------	------------------------------	--------------------------------------

Comissão de Licitação - Portaria nº 001/2018 de 12 DE MARÇO DE 2018		Membros: ZENILDA BRUNO MARIANO Membro 2: LUIZ VANDERLEI DE JESUS Membro 3: ROSALIA RODRIGUES OLIVEIRA	
---	--	---	--



CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES DE ITAPAJÉ
Praça Vicente Porfírio Sampaio, 1900 – Centro – Itapajé - Ceará
CEP: 62.600-000 - CNPJ: 63.393.938/0001-39



TERMO DE AUTUAÇÃO

Processo nº 2018.03.16.02

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA JURÍDICA ADMINISTRATIVA, NA ÁREA DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E PARECERES CORRELATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE DA CAPEI – CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITAPAJÉ-CE

AUTUAÇÃO

Hoje, nesta cidade, na sala da Comissão de Licitação da CAPEI, autuo o processo que adiante se vê, do que, para constar, lavrei este termo, Eu ZEUDA BRIOSO MARINHO, Presidente da Comissão de Licitação.

ITAPAJÉ – Ce, 12 DE MARÇO DE 2018

Zeuda Brioso Marinho
ZEUDA BRIOSO MARINHO
Presidente da Comissão de Licitação



CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES DE ITAPAJÉ
Praça Vicente Porfírio Sampaio, 1900 – Centro – Itapajé - Ceará
CEP: 62.600-000 - CNPJ: 63.393.938/0001-39



DESPACHO DE COMUNICAÇÃO

Senhor(a) Presidente da Comissão de Licitação,

Diante da necessidade de CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA JURÍDICA ADMINISTRATIVA, NA ÁREA DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E PARECERES CORRELATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE DA CAPESE – CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITAPAJÉ-CE, encaminhamos a esta Comissão de Licitação o presente despacho, para providenciar pesquisa de preços e a existência de recursos orçamentários para cobertura das despesas, com vistas à deflagração do procedimento licitatório, para suprimimento da demanda acima indicada.

ITAPAJE-CE, 13 DE MARÇO DE 2018

THYNALLE BASTOS DE SOUSA
Diretora-Executiva da Capesi



MINUTA DE DESPACHO DE COMUNICAÇÃO

Solicitamos de Vossa Senhoria COTAÇÃO DE PREÇOS, conforme descrição:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTDE	VR.UNITARIO	VR.TOTAL
01	CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA JURÍDICA ADMINISTRATIVA, NA ÁREA DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E PARECERES CORRELATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE DA CAPEI – CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE ITAPAJÉ-CE	MES	09		

SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

- Atendimento ao servidor visando dirimir dúvidas e esclarecimentos sobre o momento em que poderá requerer seu benefício;
- Simulação de Aposentadorias de acordo com o Art.40 da Constituição Federal e das Emendas Nº 41/2003, 47/2005 e 70/2012, Leis Complementares e Legislação Municipal aplicável a espécie;
- Capacitação e treinamento de membros da Diretoria Executiva;
- Implantação de Sistema (software) para atendimento no disposto na Lei Federal nº 10.887/2004 e Instruções Normativas do Ministério da Previdência Social;
- Instrução de processos de aposentadorias e pensões, mediante a elaboração de informação funcional, de declarações de percepção ou não de benefício previdenciário, de averbação e de certidão de tempo de contribuição, de planilha de cálculo do benefício, de minuta do ato de aposentadoria, do edital de publicação e do parecer jurídico opinativo sobre o direito do segurado, providência exigida pelo Tribunal de Conta do Estado do Ceará – TCE;
- Encaminhamento dos processos ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará;
- Acompanhamento dos processos junto ao Tribunal de Conta do Estado do Ceará-TCE;
- Revisões de Aposentadorias e Pensões;
- Defesa do servidor e da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Municipais de Itapajé nos processos devolvidos em diligência pelo Tribunal de Conta do Estado do Ceará - TCE;
- Atualização dos proventos e das pensões de acordo com a Legislação Federal (pelo reajuste do salário mínimo e pelos índices dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social) e conforme legislação municipal;
- Verificação de paridade entre servidores ativos e inativos para fins de revisão de benefício de ordem administrativa ou a ser submetida ao Tribunal de Conta do Estado do Ceará - TCE
- Emissão de pareceres técnicos sobre matérias administrativas e previdenciárias;
- Regulamentação e atualização da legislação;
- Realização de Seminários para os segurados da CAPEI;

Quaisquer demandas em que a CAPEI, figure no pólo positivo ou passivo em Ações Judiciais e Administrativas.

PROPOSTA DE PREÇOS**À CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES DE ITAPAJÉ**

Conforme solicitado encaminhamos coleta de preços para os serviços abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VLR UNIT	VLR TOTAL
01	CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA JURIDICA ADMINISTRATIVA, NA AREA DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E PARECERES CORRELATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE DA CAPEI - CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE ITAPAJÉ-CE.	Mês	9	R\$ 6.600,00	R\$ 59.400,00

PREÇO TOTAL DA COLETA DE PREÇOS: R\$ 59.400,00 (cinquenta e nove mil e quatrocentos reais)

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias

RH MAIS INFORMÁTICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA S/S LTDA

ENDEREÇO: AV. Santos Dumont, 2626 – Sala 316 – Aldeota. CEP.: 60.150-161

CNPJ: 08.655.731/0001-87

TELEFONE: 85 3261-3779

EMAIL: atendimentorhmais@hotmail.com

Fortaleza-CE, 15 de março de 2018.

**RH MAIS INFORMÁTICA & ASSESSORIA
ADMINISTRATIVA S/S LTDA**

Maria Gessineiva Moreira Pires de Freitas
Maria Gessineiva Moreira Pires de Freitas
Sócia - Administradora

RH MAIS INFORMÁTICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA S/S LTDA

CNPJ: 08.655.731/0001-87

RHMAIS CONSULTORIA & SISTEMAS

Av. Santos Dumont, 2626 - Sala 316

Ed. Plaza Tower - Aldeota - Cep: 60.150-161

Telefone: 3261-3779

email: rhmais@rhmais.com.br

1940

1940

1940

1940

1940

1940

1940

1940

1940

1940

1940

1940

1940

1940





Solicitamos de Vossa Senhoria COTAÇÃO DE PREÇOS, conforme descrição:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTDE	VR. UNITARIO	VR. TOTAL
01	CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA JURIDICA ADMINISTRATIVA, NA AREA DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E PARECERES CORRELATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE DA CAPESE - CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE ITAPAJÉ-CE.	MES	09	6.700,00	60.300,00

CTAP-CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIARIA LTDA-ME
CNPJ nº: 07.890.701/0001-92

Valor Mensal: R\$ 6.700,00 (SEIS MIL E SETECENTOS REAIS) / Global da Proposta: R\$ 60.300,00 (SESSENTA MIL E TREZENTOS REAIS).

Prazo de Execução: 09 (NOVE) meses.

Validade da Proposta: 60 (SESSENTA) dias.

SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

- Atendimento ao servidor visando dirimir dúvidas e esclarecimentos sobre o momento em que poderá requerer seu benefício;
- Simulação de Aposentadorias de acordo com o Art.40 da Constituição Federal e das Emendas Nº 41/2003, 47/2005 e 70/2012, Leis Complementares e Legislação Municipal aplicável a espécie;
- Capacitação e treinamento de membros da Diretoria Executiva;
- Implantação de Sistema (software) para atendimento no disposto na Lei Federal nº 10.887/2004 e Instruções Normativas do Ministério da Previdência Social;
- Instrução de processos de aposentadorias e pensões, mediante a elaboração de informação funcional, de declarações de percepção ou não de benefício previdenciário, de averbação e de certidão de tempo de contribuição, de planilha de calculo do benefício, de minuta do ato de aposentadoria, do edital de publicação e do parecer jurídico opinativo sobre o direito do segurado, providência exigida pelo Tribunal de Conta do Estado do Ceará – TCE;
- Encaminhamento dos processos ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará;
- Acompanhamento dos processos junto ao Tribunal de Conta do Estado do Ceará-TCE;
- Revisões de Aposentadorias e Pensões;
- Defesa do servidor e da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Municipais de Itapajé nos processos devolvidos em diligência pelo Tribunal de Conta do Estado do Ceará - TCE;
- Atualização dos proventos e das pensões de acordo com a Legislação Federal (pelo reajuste do salário mínimo e pelos índices dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social) e conforme legislação municipal;
- Verificação de paridade entre servidores ativos e inativos para fins de revisão de benefício de ordem administrativa ou a ser submetida ao Tribunal de Conta do Estado do Ceará - TCE
- Emissão de pareceres técnicos sobre matérias administrativas e previdenciárias;
- Regulamentação e atualização da legislação;
- Realização de Seminários para os segurados da CAPESE;
- Quaisquer demandas em que a CAPESE, figure no pólo positivo ou passivo em Ações Judiciais e Administrativas.

Fortaleza/CE, 14 de Março de 2018.

Sandra Maria Parente de Oliveira

SANDRA MARIA PARENTE DE OLIVEIRA

SÓCIA ADMINISTRADORA

RG: 2003002216111 / CPF: 414.486.343-34

CTAP - CONSULTORIA TÉCNICA
ASSESSORIA ADM. PREVIDENCIARIA
Sandra Mª Parente de Oliveira
Sócio-Adm. - CNPJ. 07.890.701/0001-92

Rua Tomás Acioli, 840, Sala 204 – Dionísio Torres – Fortaleza-CE.

Fone: (85) 3246-1036

Email: ctap.consultoria@yahoo.com.br

Solicitamos de Vossa Senhoria COTAÇÃO DE PREÇOS, conforme descrição:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTDE	VR.UNITARIO	VR.TOTAL
01	CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA JURIDICA ADMINISTRATIVA, NA AREA DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E PARECERES CORRELATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE DA CAPESE – CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE ITAPAJÉ-CE	MES	09	7.500,00	67.500,00

Valor Por extenso: sessenta e sete mil e quinhentos reais.

SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

- Atendimento ao servidor visando dirimir dúvidas e esclarecimentos sobre o momento em que poderá requerer seu benefício;
- Simulação de Aposentadorias de acordo com o Art.40 da Constituição Federal e das Emendas Nº 41/2003, 47/2005 e 70/2012, Leis Complementares e Legislação Municipal aplicável a espécie;
- Capacitação e treinamento de membros da Diretoria Executiva;
- Implantação de Sistema (software) para atendimento no disposto na Lei Federal nº 10.887/2004 e Instruções Normativas do Ministério da Previdência Social;
- Instrução de processos de aposentadorias e pensões, mediante a elaboração de informação funcional, de declarações de percepção ou não de benefício previdenciário, de averbação e de certidão de tempo de contribuição, de planilha de calculo do benefício, de minuta do ato de aposentadoria, do edital de publicação e do parecer jurídico opinativo sobre o direito do segurado, providência exigida pelo Tribunal de Conta do Estado do Ceará – TCE;
- Encaminhamento dos processos ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará;
- Acompanhamento dos processos junto ao Tribunal de Conta do Estado do Ceará-TCE;
- Revisões de Aposentadorias e Pensões;
- Defesa do servidor e da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Municipais de Itapajé nos processos devolvidos em diligência pelo Tribunal de Conta do Estado do Ceará - TCE;
- Atualização dos proventos e das pensões de acordo com a Legislação Federal (pelo reajuste do salário mínimo e pelos índices dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social) e conforme legislação municipal;
- Verificação de paridade entre servidores ativos e inativos para fins de revisão de benefício de ordem administrativa ou a ser submetida ao Tribunal de Conta do Estado do Ceará - TCE
- Emissão de pareceres técnicos sobre matérias administrativas e previdenciárias;

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA
73.323.008/0001-62
SERCTAM - Serviços de Consultoria
Técnica aos Municípios do Ceará
Av. Rui Barbosa
Adesta CEP 60.000-000
Fortaleza



CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES DE ITAPAJÉ
Praça Vicente Porfírio Sampaio, 1900 – Centro – Itapajé - Ceará
CEP: 62.600-000 - CNPJ: 63.393.938/0001-39



- m) Regulamentação e atualização da legislação;
- n) Realização de Seminários para os segurados da CAPESEI;
- o) Quaisquer demandas em que a CAPESEI, figure no pólo positivo ou passivo em Ações Judiciais e Administrativas.

VALIDADE DA PROPOSTA: Sessenta (60) dias.

RAZÃO SOCIAL: SERCTAM – Serviços de Consultoria Técnica aos Municípios.

ENDEREÇO: Av. Rui Barbosa, 3389, Aldeota, Fortaleza-CE

CNPJ: 73.323.008/0001-62

REPRESENTANTE LEGAL: EUGÊNIO AGUIAR CAMURÇA

CARGO: SÓCIO-GERENTE / OAB-CE 8.196

Fortaleza, 14 de março de 2018.

EUGÊNIO AGUIAR CAMURÇA
SÓCIO-DIRETOR DA SERCTAM





CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES DE ITAPAJÉ
Praça Vicente Porfírio Sampaio, 1900 – Centro – Itapajé - Ceará
CEP: 62.600-000 - CNPJ: 63.393.938/0001-39



INFORMAÇÃO

Senhor(a) Diretora-Executiva da Capesi,

Atendendo ao despacho de Vossa Senhoria e, objetivando a instrução do presente processo, informamos que feita a pesquisa prévia de preços e constatada a existência de recursos para a despesa pleiteada, estimada em **R\$ 62.400,00 (sessenta e dois mil e quatrocentos reais)**, ao amparo da dotação orçamentária nº 1201.09.122.0004.2.070, elemento de despesa 3.3.90.39.00.

ITAPAJE-CE, 15 DE MARÇO DE 2018

Zeuda Brioso Marinho
ZEUDA BRIOSO MARINHO

Presidente da Comissão de Licitação



CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES DE ITAPAJÉ
Praça Vicente Porfírio Sampaio, 1900 – Centro – Itapajé - Ceará
CEP: 62.600-000 - CNPJ: 63.393.938/0001-39



AUTORIZAÇÃO PARA LICITAÇÃO

Senhor Presidente da Comissão de Licitação,

Cumpridas as formalidades previstas no artigo 38, caput, da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações, conforme se constata na documentação anexada a este processo, autorizo a abertura de procedimento licitatório, para **CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA JURÍDICA ADMINISTRATIVA, NA ÁREA DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E PARECERES CORRELATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE DA CAPESE – CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITAPAJÉ-CE** e encaminho o presente processo a esta Comissão para as providências cabíveis.

ITAPAJÉ, 15 DE MARÇO DE 2018

THYNALLE BASTOS DE SOUSA
Diretora-Executiva da Capesi



CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES DE ITAPAJÉ
Praça Vicente Porfírio Sampaio, 1900 – Centro – Itapajé - Ceará
CEP: 62.600-000 - CNPJ: 63.393.938/0001-39



À

ASSESSORIA JURÍDICA MUNICIPAL

Senhor Assessor,

Encaminhamos a Vossa Senhoria, o Processo nº 2018.03.16.02, cujo objeto é **CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA JURÍDICA ADMINISTRATIVA, NA ÁREA DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E PARECERES CORRELATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE DA CAPEI – CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITAPAJÉ-CE**, para exame e aprovação das minutas desta TOMADA DE PREÇOS e Anexos I, II, e III, nos termos do parágrafo único, do artigo 38, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

ITAPAJÉ-CE, 15 DE MARÇO DE 2018

Zeuda Brioso Marinho
ZEUDA BRIOSO MARINHO
Presidente da Comissão de Licitação



PARECER JURÍDICO

INTERESSADO: COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ASSUNTO: LICITAÇÃO. ANÁLISE DE MINUTAS DE TOMADA DE PREÇOS E TERMO CONTRATUAL. ART. 38, § ÚNICO DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

Senhor Presidente da Comissão de Licitação do Município ITAPAJÉ, após análise das minutas da TOMADA DE PREÇOS nº 2018.03.16.02 e seus Anexos, I, II, e III, cujo objeto é os CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA JURÍDICA ADMINISTRATIVA, NA ÁREA DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E PARECERES CORRELATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE DA CAPESEI – CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITAPAJÉ-CE, observou-se o seguinte:

Compatibilidade dos textos das minutas já citadas com o instituído no Art 37, inciso XXI, da Constituição Federal, bem como com as recomendações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, especialmente o teor dos artigos 40 e 55, do mesmo diploma legal.

Isto posto, aprovamos as sobreditas minutas, encaminhando-as à Comissão Permanente de Licitação para o cumprimento do rito processual cabível.

ITAPAJÉ-CE, 15 DE MARÇO DE 2018.

Carla Lacerda Viana
Assessora Jurídica
OAB-37380 - CPF 992.176.353-91

2. The second part of the report is a detailed account of the work done in each of the four departments.

3. The third part of the report is a summary of the work done in each of the four departments.

4. The fourth part of the report is a summary of the work done in each of the four departments.

5. The fifth part of the report is a summary of the work done in each of the four departments.

6. The sixth part of the report is a summary of the work done in each of the four departments.

7. The seventh part of the report is a summary of the work done in each of the four departments.

8. The eighth part of the report is a summary of the work done in each of the four departments.

9. The ninth part of the report is a summary of the work done in each of the four departments.



CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES DE ITAPAJÉ
Praça Vicente Porfírio Sampaio, 1900 – Centro – Itapajé - Ceará
CEP: 62.600-000 - CNPJ: 63.393.938/0001-39



EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 2018.03.16.02

Modalidade: TOMADA DE PREÇOS

LICITAÇÃO DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL PARA CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA JURÍDICA ADMINISTRATIVA, NA ÁREA DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E PARECERES CORRELATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE DA CAPESI – CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITAPAJÉ-CE.

A CAPESI, através da Comissão Permanente de Licitação, devidamente nomeada pela Portaria nº 01/2018, torna público para conhecimento dos interessados que, na data, horário e local abaixo previstos, abrirá licitação, na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, do tipo menor preço global, para atendimento do objeto desta licitação, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, observadas as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 de 21.06.93, e suas alterações posteriores e Lei Complementar 123, 14.12.2006.

HORA, DATA E LOCAL:

OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS serão recebidos em sessão pública marcada para:

ÀS 10:30HR

DO DIA: 02 DE ABRIL DE 2018.

NO ENDEREÇO: Sala da Comissão Permanente de Licitações, localizada na Praça Vicente Porfírio Sampaio, 1900 – Centro – Itapajé, CAPESI, CEARA.

Constituem parte integrante deste Edital, independente de transcrição os seguintes anexos:

ANEXO I – MODELO DE CARTA PROPOSTA;

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO;

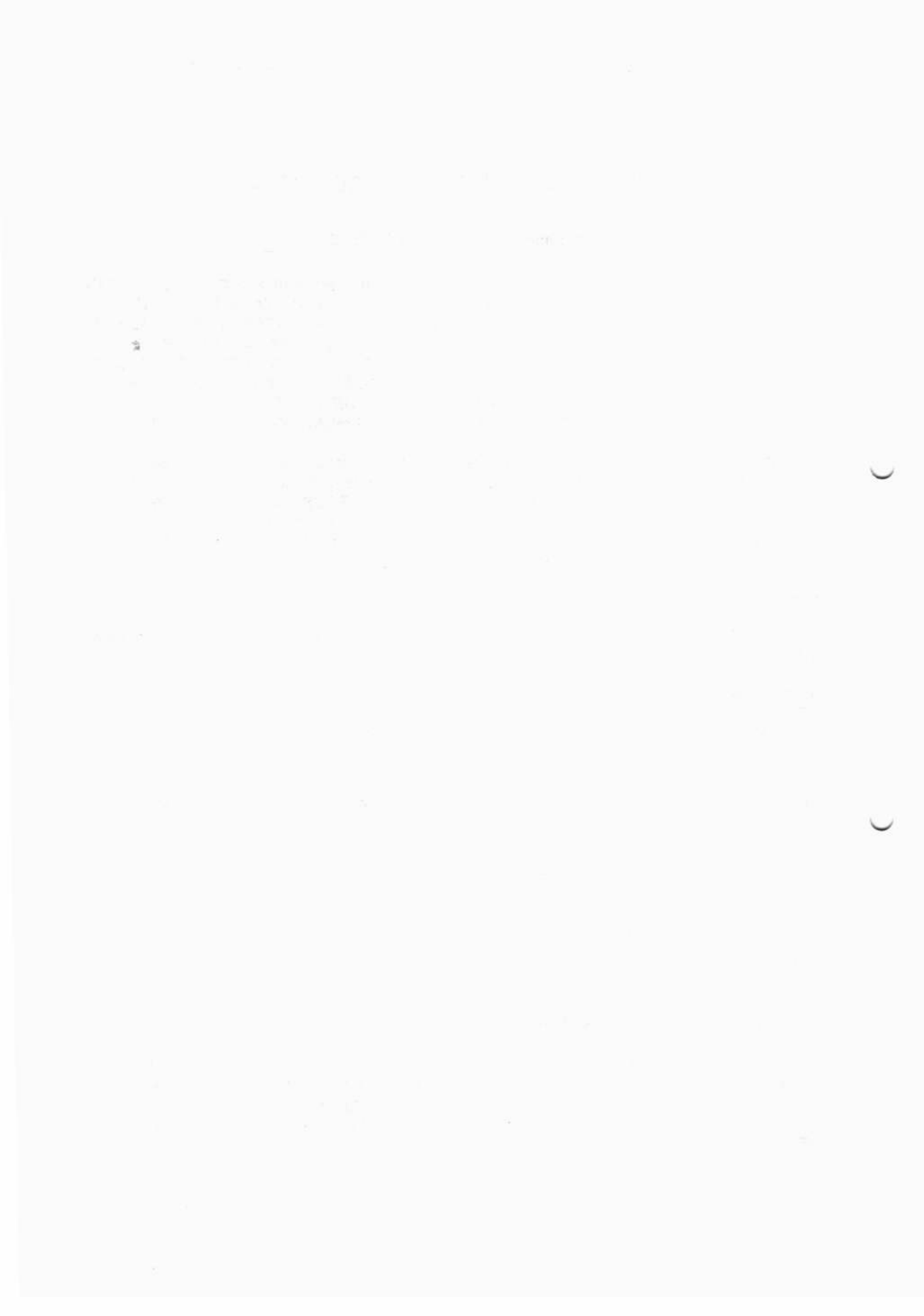
ANEXO IV – DECLARAÇÕES;

1.0 DO OBJETO E VALOR ESTIMADO

1.1 - A presente licitação tem como objeto à **CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA JURÍDICA ADMINISTRATIVA, NA ÁREA DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E PARECERES CORRELATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE DA CAPESI – CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITAPAJÉ-CE**, conforme detalhamento no anexo II, parte integrante deste instrumento convocatório.

1.2 – O valor mês estimado para o objeto acima é de R\$ 6.933,00 (seis mil novecentos e trinta e três reais), totalizando um valor global de R\$ 62.400,00 (sessenta e dois mil e quatrocentos reais).

2





2.0- DAS RESTRIÇÕES E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1- RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

- 2.1.1- Não poderá participar empresa declarada inidônea ou cumprindo pena de suspensão, que lhes tenham sido aplicadas, por força da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- 2.1.2- Não poderá participar empresa com falência decretada;
- 2.1.3- Não será admitida a participação de interessados sob forma de consórcio ou grupo de empresas;
- 2.1.4- Quando um dos sócios, representantes ou responsáveis técnicos da Licitante participar de mais de uma empresa especializada no objeto desta Licitação, somente uma delas poderá participar do certame licitatório;
- 2.1.5 - Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.
- 2.1.6 - Caso ocorra a identificação, constante do item 2.1.4, quando verificada após a abertura dos envelopes de **HABILITAÇÃO**, tornará inabilitada as referidas empresas, que não poderão participar da fase posterior da sessão, pois o fato implica na quebra do sigilo das propostas, contrariando o observado no art. 3º da Lei 8.666/93.

2.2- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

2.2.1- Poderá participar do presente certame licitatório interessados, devidamente cadastrados na CAPESEI, ou não cadastrados, que atendam a todas as condições exigidas para cadastramento **até o 3º (terceiro) dia útil anterior** à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação (Art. 22, § 2º Lei 8.666/93).

2.2.2- As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte terão tratamento diferenciado previsto na lei Complementar 123/2006.

2.2.2.1. Declaração de Enquadramento da ME ou EPP expedida pela Junta Comercial comprovando que a empresa participante está registrada naquele órgão, e que se enquadra na condição de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte;

a) A documentação exigida no item 2.2.2 deverá estar contida no envelope "DOCUMENTAÇÃO".

2.2.2.2. As MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE que não apresentarem os documentos constantes no item 2.2.2 deste Edital conforme o caso no **ENVELOPE "DOCUMENTAÇÃO"** estarão abrindo mão do tratamento diferenciado lhes concedida pela Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

2.3. O licitante que pretender se fazer representar nesta licitação deverá entregar a Comissão, juntamente com os envelopes coladas ou dentro deles, original ou cópia de **PROCURAÇÃO PÚBLICA**, ou no caso de **PROCURAÇÃO PARTICULAR** deverá ser reconhecida a firma em cartório outorgando expressamente poderes ao mandatário para representa-lo nessa licitação especificadamente, a procuração deverá vir acompanhada de documento que comprove a titularidade do outorgante bem como deverá vir acompanhada de cópia do documento do outorgado.

3.0. Garantia nas mesmas modalidades e critérios previstos no caput e § 1º do Art. 56 desta Lei, no montante de **R\$ 624,00 (seiscentos e vinte e quatro reais)**, nos termos do artigo 31, inciso III, da Lei no 8.666/93. A garantia deverá ser depositada na CAPESEI.

3.0.1. A licitante poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia: caução em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro garantia, ou por fiança bancária;

3.0.2. As informações sobre número da conta corrente e agência bancária, será concedida pela Unidade Arrecadadora/Tesouraria da CAPESEI, sito à Praça Vicente Porfírio Sampaio, 1900 – Centro – Itapajé.

7



3.0.3. Caso a modalidade de garantia recair em títulos da dívida pública, estes deverão vir acompanhados de laudo de autenticidade e de laudo de valor atribuído aos títulos, com valores atualizados expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários do Banco Central do Brasil, há no máximo um ano, a ser contado do dia da abertura do certame.

3.0.4. Caso a modalidade de garantia escolhida seja a fiança bancária, o licitante entregará o documento no original fornecido pela instituição que a concede, do qual deverá obrigatoriamente, Constar:

3.0.4.1 Beneficiário: CAPESEI – Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores de Itapajé-Ce.

3.0.4.2 Objeto: Garantia da participação na TOMADA DE PREÇOS nº. 2018.03.16.02.

3.0.4.3 Valor: 1% (um por cento) do valor estimado.

3.0.4.4 Prazo de validade: 120 (cento e vinte) dias.

3.0.5. Caso a modalidade de garantia seja seguro garantia, o licitante deverá fazer a comprovação da apólice ou de documento hábil expedido pela Seguradora, cuja vigência será de, no mínimo, 60(sessenta) dias contados a partir da data do recebimento dos envelopes;

3.0.6. A liberação de qualquer das garantias somente será feita, para o(s) licitante(s) inabilitado(s), após concluída a fase de habilitação, e, para as demais, somente após o encerramento de todo o processo licitatório;

3.0.7. A garantia da proposta poderá ser executada;

a) se o licitante retirar sua proposta comercial durante o prazo de validade da mesma;

b) se o licitante não firmar o contrato;

e) se o licitante não fornecer a Garantia Contratual.

3.0- DOS ENVELOPES

3.1- A documentação necessária à Habilitação, bem como as Propostas de Preços deverão ser apresentadas simultaneamente à Comissão de Licitação, em envelopes distintos, opacos e fechados, no dia, hora e local indicado no preâmbulo deste Edital, conforme abaixo:

À CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITAPAJÉ - CAPESEI

(IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA)

ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 2018.03.16.02

À CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITAPAJÉ - CAPESEI

(IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA)

ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA DE PREÇOS

TOMADA DE PREÇOS Nº 2018.03.16.02

3.2- É obrigatória a assinatura de quem de direito da PROPONENTE na PROPOSTA DE PREÇOS.

3.3- Os Documentos de Habilitação e as Propostas de Preços deverão ser apresentados por preposto da LICITANTE com poderes de representação legal, no caso de procurador este deverá ser comprovada através de procuração pública ou particular com firma reconhecida. A não apresentação não implicará em inabilitação, no entanto, o representante não poderá pronunciar-se em nome da LICITANTE, salvo se estiver sendo representada por um de seus dirigentes, que deverá apresentar cópia do contrato social e documento de identidade.

3.4- Qualquer pessoa poderá entregar os Documentos de Habilitação e as Propostas Comerciais de mais de uma LICITANTE, porém, nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá

7



representar mais de uma LICITANTE junto à COMISSÃO, sob pena de exclusão sumária das LICITANTES representadas.

4.0- DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE “A”.

4.1- Os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados da seguinte forma:

- a) Em originais ou publicação em Órgão Oficial, ou, ainda, por qualquer processo de cópia autenticada em Cartório, exceto para a garantia, quando houver, cujo documento comprobatório deverá ser exibido exclusivamente em original;
- b) Dentro do prazo de validade, para aqueles cuja validade possa expirar. Na hipótese do documento não conter expressamente o prazo de validade, deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre a validade do mesmo. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data de sua emissão;
- c) Rubricados na ordem deste Edital, da primeira à última página, de modo a refletir seu número exato;

4.2- Os Documentos de Habilitação consistirão de:

4.2.1- Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela CAPESEI, dentro do prazo de validade, guardada a conformidade do objeto da licitação.

4.2.3- Habilitação Jurídica:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual.
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e todos os aditivos ou, aditivo consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade por ações, acompanhado da data da assembleia que elegeu seus atuais administradores. Em se tratando de sociedades civis, inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova da diretoria em exercício, devidamente registrado no órgão competente.
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

d) Cópia do RG e CPF do sócio administrador ou titular da empresa;

e) Prova de inscrição na :

- Fazenda Federal (CNPJ);

- Fazenda Municipal

4.2.4- Regularidade Fiscal e Trabalhista:

4.2.4.1- Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

- a) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Federal deverá ser feita através da certidão conjunta emitida pela Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);
- b) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Estadual deverá ser feita através de Certidão Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual;
- c) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Municipal deverá ser feita através de Certidão Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal.

2



- d) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, através de Certificado de Regularidade de Situação – CRS;
- e) CERTIDÃO NEGATIVA DE DEBITOS TRABALHISTAS – CNDT, conforme art. 29, inc. V da Lei 8.666/93, alterada pela Lei 12.440/1 de 8 de Julho de 2011;

- I – Por ocasião da participação das Micro e Pequenas Empresas e Empresas de Pequeno Porte;
 - 1.0 - Na forma do que dispõe o art. 42 da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, a comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.
 - 2.0 - Para efeito do disposto no item acima, as ME e EPP, por ocasião de participação neste procedimento licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
 - 3.0 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, contado a partir do momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
 - 4.0 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
 - 5.0 - Será inabilitado o licitante que não atender às exigências deste edital referentes à fase de habilitação, bem como apresentar os documentos defeituosos em seu conteúdo e forma, e ainda, a ME ou EPP que não apresentar a regularização da documentação de Regularidade Fiscal no prazo definido no item “3.0” acima.

4.2.5 - Qualificação Técnica:

- a) Apresentar pelo menos 01(um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa Jurídica de Direito Público (conforme justificativa no termo de referencia), com firma reconhecida comprovando aptidão pelo concorrente para desempenho de atividade compatível com o objeto da licitação, acompanhado do respectivo Contrato, devidamente registrado no CRA (Conselho Regional de Administração), certidão de regularidade, acervo técnico, averbação do referido contrato.
- b) Prova de inscrição do sócio ou integrante não sócio da sociedade na Ordem dos Advogados do Brasil.
- c) Registro ou inscrição da pessoa jurídica no Conselho Regional de Administração – CRA
- d) Devendo ainda a licitante apresentar 01 (um) profissional com experiência comprovada em Direito Administrativo e Direito Previdenciário no Serviço Público, devidamente registrado na OAB, com a devida regularização perante a instituição. Tal vínculo do profissional deverá ser comprovado mediante apresentação de cópia autenticada em cartório competente, da Carteira Profissional, Ficha de Registro de Empregado ou Contrato de Prestação de Serviços celebrado de acordo com a legislação civil comum ou cópia autenticada em cartório competente do Estatuto ou Contrato Social, no caso de sócio ou diretor.

4.2.6 - Qualificação Econômico - Financeira:

- 4.2.6.1- Balanço Patrimonial e Demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, devidamente registrado na Junta Comercial de origem ou em Cartório competente, conforme o caso, que comprovem a boa situação financeira da empresa ou sociedade, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03(três) meses da data de apresentação da proposta devidamente assinados por contabilista registrado no CRC

2



acompanhado da CRP – Certidão de Regularidade Profissional, bem como por sócio, gerente ou diretor, acompanhado do demonstrativo dos índices LG (Liquidez Geral), LC (Liquidez Corrente) e SG (Solvência Geral/endividamento) iguais ou maiores a um (= ou > a 1).

4.2.6.2- Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, no mínimo dentro do prazo de validade;

4.2.6.3 - Alvará de funcionamento emitido pelo órgão competente, dentro do prazo de validade.

4.3- A LICITANTE deverá fornecer a título de informação, número de telefone, fax, e pessoa de contato, preferencialmente local. A ausência desses dados não a tornará inabilitada.

4.4. DECLARAÇÕES:

4.4.1. Declaração atestando o cumprimento ao estabelecido no Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição federal de 1988, conforme modelo anexo, com *reconhecimento de firma do assinante*.

4.4.2. Declaração, assinada por quem de direito, por parte da licitante, que tomou conhecimento de todas as informações para o cumprimento das obrigações objeto da licitação e obteve os documentos necessários à formulação da proposta.

5.0- DA PROPOSTA DE PREÇO – ENVELOPE “B”

5.1- As propostas deverão ser apresentadas em papel timbrado da firma e preenchidas em duas vias datilografadas/digitadas ou impressas por qualquer processo mecânico, eletrônico ou manual, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, entregue em envelope lacrado.

5.2- As propostas de preços deverão ainda conter:

5.2.1- A razão social, local da sede e o número de inscrição no CNPJ da licitante;

5.2.2- Assinatura do Representante Legal;

5.2.3- Indicação do prazo de validade das propostas, não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data da apresentação das mesmas.

5.2.4- Preço unitário e total para cada item proposto, cotados em moeda nacional, em algarismos e por extenso, já consideradas, nos mesmos, todas as despesas, inclusive tributos, mão-de-obra e transporte, incidentes direta ou indiretamente no Objeto deste Edital, bem como a descrição consolidada dos serviços a ser executados conforme Termo de Referência, parte integrante deste Edital.

5.2.5 - Juntamente com a Proposta de Preços, a licitante deverá apresentar Declaração de conhecimento de todos os parâmetros e elementos do serviço a ser fornecido e que sua proposta atende integralmente aos requisitos constantes neste edital, conforme modelo constante dos Anexos deste edital.

5.2.6 – Acompanharão obrigatoriamente às Propostas de Preços, como parte integrante da mesma, o anexo II, o qual deverá conter a assinatura da proponente com o devido reconhecimento de firma.

6.0 DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

6.1- A presente Licitação na modalidade Tomada de Preços será processada e julgada de acordo com o procedimento estabelecido no art. 43 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e Lei Complementar 123.

6.2- Após a entrega dos envelopes pelos licitantes, não serão aceitos quaisquer adendos, acréscimos ou supressões ou esclarecimento sobre o conteúdo dos mesmos.

6.3- Os esclarecimentos, quando necessários e desde que solicitados pela Comissão deste Município, constarão obrigatoriamente da respectiva ata.

6.4- É facultado à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da Licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão de documentos ou informações que deveria constar originariamente da proposta.

1



- 6.5- Será lavrada ata circunstanciada durante todo o transcorrer do processo licitatório, que será assinada pela Comissão de Licitação e os licitantes presentes, conforme dispõe § 1º do art. 43 da Lei de Licitações.
- 6.6- O recebimento dos envelopes contendo os documentos de habilitação, e a proposta de preço será realizada simultaneamente em ato público no dia, hora e local previsto neste Edital.
- 6.7- Para a boa conduta dos trabalhos, cada licitante deverá se fazer representar por, no máximo, 02 (duas) pessoas.
- 6.8- Os membros da Comissão e 02 (dois) licitantes, escolhidos entre os presentes como representantes dos concorrentes, examinarão e rubricarão todas as folhas dos Documentos de Habilitação e Propostas de Preços apresentados;
- 6.9- Recebidos os envelopes "A" DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, "B" "PROPOSTA DE PREÇOS", proceder-se-á a abertura e a análise dos envelopes referentes à documentação, seguindo também critérios estabelecidos 4.2.4.1, inc. I do Edital.
- 6.10- A Comissão poderá, ao seu exclusivo critério, proclamar, na mesma sessão, o resultado da habilitação, ou convocar outra para esse fim, ficando cientificados os interessados;
- 6.11- Divulgado o resultado da habilitação, a Comissão, após obedecer ao disposto no art. 109, inciso I, alínea "a", da Lei de Licitações, fará a devolução aos inabilitados, dos seus envelopes - proposta de preços lacrados.
- 6.12- Abertura das propostas de preços das licitantes habilitadas que serão examinadas pela Comissão e licitantes presentes.
- 6.13- Divulgação do resultado do julgamento da proposta de preços e observância ao prazo recursal previsto no art. 109, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666/93.
- 6.14- Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Licitação.

7.0 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

A – AVALIAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE "A"

- 7.1- Compete exclusivamente à COMISSÃO avaliar o mérito dos documentos e informações prestadas, bem como julgar a capacidade técnica, econômica e financeira de cada PROPONENTE e a exeqüibilidade das propostas apresentadas.
- 7.2- A habilitação será julgada com base nos Documentos de Habilitação apresentados, observadas as exigências pertinentes à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal, Qualificação Técnica e à Qualificação Econômica e Financeira.

B – AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS – ENVELOPE "B"

- 7.3- A presente licitação será julgada pelo critério do menor preço, conforme inciso I, § 1º do art. 45 da Lei das Licitações, **JULGANDO MENOR PREÇO GLOBAL**;
- 7.4- Serão desclassificadas as propostas:**
- 7.4.1- Que não atenderem as especificações deste Edital de Tomada de Preços;
- 7.4.2- Que apresentarem preços irrisórios, de valor zero, ou preços excessivos ou inexeqüíveis (na forma do Art. 48 da Lei de Licitações).
- 7.4.3- Que apresentarem condições ilegais, omissões, erros e divergência ou conflito com as exigências deste Edital;
- 7.4.4- Serão ainda desclassificados conforme o caso, os itens das propostas que forem desaprovados na análise proferida pela Comissão de Licitação.
- 7.4.5- Na proposta prevalecerá, em caso de discordância entre os valores numéricos e por extenso, estes últimos.
- 7.4.6- Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista nesta Tomada de Preços, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes;
- 7.4.7- Os erros de soma e/ou multiplicação, bem como o valor total proposto, eventualmente configurados nas Propostas de Preços das PROPONENTES, serão devidamente corrigidos, não se constituindo, de forma alguma, como motivo para desclassificação da proposta.
- 7.4.8- No caso de empate entre duas ou mais propostas, como critério de desempate a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, vedado outro processo.

7



7.4.9- Quando for constatado o empate, conforme estabelece os Artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, o presidente aplicará os critérios para desempate em favor da microempresa ou empresa de pequeno porte, da seguinte forma:

7.4.10 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

7.4.11 - Para efeito do disposto no 7.4.10, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo de cinco minutos, sob pena de preclusão, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II – Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 7.4.10 deste Edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, também todos no prazo de cinco minutos cada, sob pena de preclusão;

III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no item 7.4.10 deste Edital, será realizado sorteio para definir aquele que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

7.4.12- Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no item 7.4.10 deste Edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.4.13 - O disposto no item 7.4.10 somente se aplicará quando a melhor proposta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte

7.4.15- De conformidade com o parecer da CPL, não constituirá causa de inabilitação nem de desclassificação da proponente a irregularidade formal que não afete o conteúdo ou a idoneidade da proposta e/ou documentação;

8.0 DA ADJUDICAÇÃO

8.1-A adjudicação da presente licitação ao (s) licitante (s) vencedor (es) será efetivada mediante termo circunstanciado, obedecida à ordem classificatória, depois de ultrapassado o prazo recursal.

9.0 DO CONTRATO

9.1- Será celebrado instrumento de Contrato, conforme minuta anexa a presente Tomada de Preços, que deverá ser assinado pelas partes no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da data de convocação encaminhada à licitante vencedora.

9.2- A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o “Termo de Contrato” no prazo estabelecido no subitem anterior, caracterizará o descumprimento total da obrigação, ficando sujeita às penalidades previstas no item 19.1, sub-alínea “b.1” do Edital;

9.3- Considera-se como parte integrante do Contrato, os termos da Proposta Vencedora e seu Anexo, bem como os demais elementos concernentes à licitação, que serviram de base ao processo licitatório.

9.4- O prazo de convocação a que se refere o subitem 9.1, poderá ter uma única prorrogação com o mesmo prazo, quando solicitado pela licitante, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CAPESI.

9.5- É facultado à CAPESI, quando o convocado não assinar o “Termo de Contrato” no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, obedecendo a ordem de classificação estabelecida pela Comissão, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro colocado, ou revogar a licitação consoante prevê a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

10.0 DOS PRAZOS

10.1- O prazo para a execução dos serviços será de 09 meses, admitida prorrogação (prestação continuada) nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações.

2



10.2- A prorrogação do prazo pelo Gestor da CAPESI deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pelo Presidente do Conselho Municipal de Previdência.

10.3- Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceitos pela CAPESI, não serão considerados como inadimplemento contratual.

11.0 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1- A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

11.2- Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual;

11.3- Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;

11.4- Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais /Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente.

12.0 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1- Executar o objeto do Contrato de conformidade com as condições e prazos estabelecidos neste Edital, no Termo Contratual e na proposta vencedora do certame;

12.2- Manter durante toda a duração do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.3- Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Contratante;

12.4- Arcar com eventuais prejuízos causados à Contratante e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos na entrega do objeto contratual.

13.0- DA DURAÇÃO DO CONTRATO

13.1- O contrato terá um prazo de vigência a partir da data da assinatura até 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

14.0 DA EXECUÇÃO DO OBJETO

14.1- A CONTRATADA obriga-se a executar o objeto desta licitação até 31 de dezembro de 2018.

14.2- A CONTRATADA deverá executar todos os serviços de acordo com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, obrigando-se a substituir aqueles não achados conformes pela CONTRATANTE, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de notificação.

15.0 - DA FORMA DE PAGAMENTO

15.1- A fatura relativa aos serviços mensalmente prestados deverá ser apresentada à CAPESI até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à realização dos serviços, para fins de conferência e atestação da execução dos serviços.

15.2- Caso o faturamento seja aprovado pela CAPESI, o pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia após o protocolo da fatura pela CONTRATADO(A).

16.0 DA FONTE DE RECURSOS

16.1- As despesas decorrentes da contratação correrão por conta, dos recursos oriundos da dotação orçamentária n.º 1201.09.122.0004.2.070, elemento de despesas nº 3.3.90.39.00.

17.0 DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO

17.1- Os preços são fixos e irrevogáveis pelo período inicial de 12 (doze) meses da execução dos serviços. Se permitido prorrogação contratual, será realizado o reajustamento com base no índice geral de preço de mercado (IGPM), ou outro índice que vier a substituí-lo, ou a repactuação

2



do preço do contrato, desde que observados o interregno mínimo de 01 (um) ano, a contar da data da sua assinatura ou da data de sua última repactuação ou reajuste.

18.0 – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

18.1- A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões no quantitativo do objeto contratado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme o disposto no § 1º, art. 65, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

19.0 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1- Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa, a CAPESI poderá aplicar à Contratada, as seguintes sanções:

- a) Advertência.
- b) Multas de:
 - b.1) 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa da LICITANTE VENCEDORA em assinar o contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação feita pela Contratante
 - b.2) 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor da parcela não cumprida do Contrato, por dia de atraso na entrega dos materiais, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - b.3) 2% (dois por cento) cumulativos sobre o valor da parcela não cumprida do Contrato e rescisão do pacto, a critério da CAPESI, em caso de atraso na entrega superior a 30 (trinta) dias.
 - b.4) Os valores das multas referidos nesta cláusula serão descontados "ex-offício" da contratada, mediante subtração a ser efetuada em qualquer fatura de crédito em seu favor que mantenha junto a CAPESI do Município de Itapajé, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial;
- c) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAPESI, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a CAPESI, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que a contratante promova sua reabilitação.

20.0 DAS RESCISÕES CONTRATUAIS

- 20.1- A rescisão contratual poderá ser:
- 20.2- Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;
- 20.3- Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da CAPESI;
- 20.4- Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa do CONTRATADO, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
- 20.5- A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93.

21.0 DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 21.1- Os recursos cabíveis serão processados de acordo com o que estabelece o art. 109 da Lei nº 8666/93 e suas alterações.
- 21.2- Os recursos deverão ser interpostos mediante petição devidamente arrazoada e subscrita pelo representante legal da recorrente dirigida à Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Itapajé - CAPESI.
- 21.3- Os recursos serão protocolados na CAPESI e encaminhados à Comissão de Licitação.

1



22.0 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1- A apresentação da proposta implica na aceitação plena das condições estabelecidas nesta TOMADA DE PREÇOS.

22.2- Todas as Declarações expedidas pela licitante deverão, obrigatoriamente, ter o reconhecimento de firma do sócio-administrador da licitante, comprovando a autenticidade das mesmas.

22.3- Esta licitação poderá ser em caso de feriado, transferida para o primeiro dia útil subsequente, na mesma hora e local.

22.4- Para dirimir quaisquer dúvidas, o proponente poderá dirigir-se à Comissão de Licitação, na sede da CAPESEI, durante o período das 8:00 às 12:00 horas.

22.5- Conforme a legislação em vigor, esta licitação, na modalidade Tomada de Preços poderá ser:

a) anulada, a qualquer tempo, por ilegalidade constatada ou provocada em qualquer fase do processo;

b) revogada, por conveniência da CAPESEI, decorrente de motivo superveniente, pertinente e suficiente para justificar o ato;

c) adiada, por motivo justificado.

22.6- Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação nos termos da legislação pertinente.

23.0 DO FORO

23.1 - Na hipótese de procedimento judicial, fica eleito o foro da Comarca de ITAPAJÉ, excluído, qualquer outro por mais privilegiado que seja;

ITAPAJÉ (CE), 15 DE MARÇO DE 2018

Zeuda Briosso Marinho

Zeuda Briosso Marinho
Presidente da Comissão



CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES DE ITAPAJÉ
Praça Vicente Porfírio Sampaio, 1900 – Centro – Itapajé - Ceará
CEP: 62.600-000 - CNPJ: 63.393.938/0001-39



(PAPEL TIMBRADO DA PROPONENTE)

ANEXO I - MODELO DE CARTA PROPOSTA

LOCAL E DATA

À
Comissão de Licitação da Caixa de Aposentadoria e dos Servidores de Itapajé
TOMADA DE PREÇOS Nº 2018.03.16.02

Apresentamos a V.Sas. nossa proposta para execução dos serviços objeto do Edital de TOMADA DE PREÇOS Nº 2018.03.16.02, pelo preço global de R\$ _____ (_____), com prazo de execução até 31 de dezembro de 2018.

Pela presente declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente o da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94, as cláusulas e condições da modalidade TOMADA DE PREÇOS nº 2018.03.16.02.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	MENSAL	TOTAL
1	CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA JURÍDICA ADMINISTRATIVA, NA ÁREA DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E PARECERES CORRELATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE DA CAPESE – CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITAPAJÉ-CE.	MES	09		
TOTAL GLOBAL					

Valor Global: R\$ _____ (_____)

Prazo de execução dos serviços: 09 meses admitida a prorrogação (prestação continuada).

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

ASSINATURA DO PROPONENTE



ANEXO II

TERMO DE REFERENCIA

1. DO OBJETO

1.1- CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA JURÍDICA ADMINISTRATIVA, NA ÁREA DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E PARECERES CORRELATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE DA CAPESE – CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITAPAJÉ-CE.

2. ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS:

- o) Atendimento ao servidor visando dirimir dúvidas e esclarecimentos sobre o momento em que poderá requerer seu benefício;
- p) Simulação de Aposentadorias de acordo com o Art.40 da Constituição Federal e das Emendas Nº 41/2003, 47/2005 e 70/2012, Leis Complementares e Legislação Municipal aplicável a espécie;
- q) Capacitação e treinamento de membros da Diretoria Executiva;
- r) Implantação de Sistema (software) para atendimento no disposto na Lei Federal nº 10.887/2004 e Instruções Normativas do Ministério da Previdência Social;
- s) Instrução de processos de aposentadorias e pensões, mediante a elaboração de informação funcional, de declarações de percepção ou não de benefício previdenciário, de averbação e de certidão de tempo de contribuição, de planilha de cálculo do benefício, de minuta do ato de aposentadoria, do edital de publicação e do parecer jurídico opinativo sobre o direito do segurado, providência exigida pelo Tribunal de Conta do Estado do Ceará – TCE;
- t) Encaminhamento dos processos ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará;
- u) Acompanhamento dos processos junto ao Tribunal de Conta do Estado do Ceará-TCE;
- v) Revisões de Aposentadorias e Pensões;
- w) Defesa do servidor e da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Municipais de Itapajé nos processos devolvidos em diligência pelo Tribunal de Conta do Estado do Ceará - TCE;
- x) Atualização dos proventos e das pensões de acordo com a Legislação Federal (pelo reajuste do salário mínimo e pelos índices dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social) e conforme legislação municipal;
- y) Verificação de paridade entre servidores ativos e inativos para fins de revisão de benefício de ordem administrativa ou a ser submetida ao Tribunal de Conta do Estado do Ceará - TCE
- z) Emissão de pareceres técnicos sobre matérias administrativas e previdenciárias;
- aa) Regulamentação e atualização da legislação;
- bb) Realização de Seminários para os segurados da CAPESE;
- cc) Quaisquer demandas em que a CAPESE, figure no pólo positivo ou passivo em Ações Judiciais e Administrativas.

3. DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO



CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES DE ITAPAJÉ
Praça Vicente Porfírio Sampaio, 1900 – Centro – Itapajé - Ceará
CEP: 62.600-000 - CNPJ: 63.393.938/0001-39



- 3.1 Os serviços contratados deverão ser prestados conforme a necessidade dos servidores na sede da Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores do Município de Itapajé ou na sede da empresa desde que atendidos os interesses da CAPESEI.
4. DA JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO: A contratação dos serviços em tela surge urgente em face das considerações e corriqueiras alterações administrativas inerentes a matéria, bem como a expertise e conhecimento necessários ao êxito na prestação dos presentes serviços, de natureza singular, cuja forma de execução pode levar ao fracasso da Administração Municipal, ou ao êxito fiscal, com consequente reflexo na correta manipulação das verbas disponíveis. Assim sendo, os cuidados devidos na contratação de empresa ou profissional sólidos no mercado específico na área do serviço Público Municipal são necessários. Ademais, a necessária expertise em específico a atestados emitidos por pessoa(s) jurídica(s) de direito público, em exclusivo, se faz condição balizar de contratação, uma vez que assume a presente contratação contornos essenciais a sobrevida da Administração Pública Municipal.

ASSINATURA DO PROPONENTE



ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE ITAPAJÉ - CAPESE, ATRAVÉS DO DIRETOR EXECUTIVO _____, COM _____, NAS CONDIÇÕES ABAIXO PACTUADAS:

A CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE ITAPAJÉ - CAPESE pessoa jurídica de direito público interno, com sede na (ENDEREÇO) CAPESE, CEARÁ, inscrito no CNPJ/MF sob o nº _____, neste ato representado pela DIRETOR EXECUTIVO DA CAPESE Sr. _____, doravante denominado de CONTRATANTE, e, do outro lado a empresa, _____ com endereço à _____ em _____, Estado do _____, inscrito no CNPJ sob o nº _____, representado por _____ (nome e qualificação), ao fim assinado, doravante denominada de CONTRATADA, de acordo com o Edital de Tomada de Preços nº 2018.03.16.02, Processo nº 2018.03.16.02, em conformidade com o que preceitua a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, sujeitando-se os contratantes às suas normas e às cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLAÚSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1- Fundamenta-se este contrato na Tomada de Preços nº 2018.03.16.02, e na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e na proposta de preços da Contratada.

CLAÚSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA JURÍDICA ADMINISTRATIVA, NA ÁREA DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E PARECERES CORRELATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE DA CAPESE – CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITAPAJÉ-CE, conforme especificação no Termo de Referência no anexo II.**

CLAÚSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1- A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela execução do objeto deste contrato o valor global de R\$ _____ (_____), sendo pago mensalmente a quantia de R\$ _____ (_____).

CLAÚSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 4.1-A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- 4.2-Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual;
- 4.3-Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;
- 4.4-Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais /Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente.

CLAÚSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1-Executar o objeto do Contrato de conformidade com as condições e prazos estabelecidos na Tomada de Preços nº 2018.03.16.02 no Termo Contratual e na proposta vencedora do certame;
- 5.2-Manter durante toda a execução do objeto contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei de Licitações;
- 5.3-Utilizar profissionais devidamente habilitados;
- 5.4-Substituir os profissionais nos casos de impedimentos fortuitos, de maneira que não se prejudiquem o bom andamento e a boa prestação dos serviços;
- 5.5-Responder, perante as leis vigentes, pelo sigilo dos documentos manuseados, sendo que a CONTRATADA não deverá, mesmo após o término do CONTRATO, sem consentimento prévio



por escrito da CONTRATANTE, fazer uso de quaisquer documentos ou informações especificadas no parágrafo anterior, a não ser para fins de execução do CONTRATO;

5.6- Providenciar a imediata correção das deficiências e/ ou irregularidades apontadas pela Contratante;

5.7- Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho, etc, ficando excluída qualquer solidariedade da CAPESI, por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere a CAPESI;

5.8-Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do CONTRATO;

5.9-Responder, pecuniariamente, por todos os danos e/ou prejuízos que forem causados à União, Estado, Município ou terceiros, decorrentes da prestação dos serviços;

5.10-Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente;

5.11-Responsabilizar-se perante os órgãos e representantes do Poder Público e terceiros por eventuais danos ao meio ambiente causados por ação ou omissão sua, de seus empregados, prepostos ou contratados;

CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS

6.1-Os serviços objeto deste contrato deverão ser executados até 31 de dezembro de 2018, contados a partir do recebimento da ordem de serviço, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações.

6.2- A prorrogação do prazo pelo Gestor da CAPESI deverá ser justificada por escrito, até 10 (dez) dias antes do término do prazo contratual e previamente autorizada pelo Presidente do Conselho Municipal de Previdência.

6.3-Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceitos pela Prefeitura do CAPESI, não serão considerados como inadimplemento contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1- A CONTRATADA obriga-se a executar o objeto desta licitação até 31 de dezembro de 2018.

7.2- A CONTRATADA deverá executar todos os serviços de acordo com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, obrigando-se a substituir aqueles não achados conformes pela CONTRATANTE, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de notificação.

CLAÚSULA OITAVA - DA DURAÇÃO DO CONTRATO

8.1- O contrato terá um prazo de vigência até 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

CLAÚSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1- A fatura relativa aos serviços mensalmente prestados deverá ser apresentada à DIREÇÃO DA CAPESI, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à realização dos serviços, para fins de conferência e atestação da execução dos serviços.

9.2- Caso o faturamento seja aprovado pela DIREÇÃO DA CAPESI, o pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia após o protocolo da fatura pela CONTRATADO(A).

CLAÚSULA DÉCIMA - DA FONTE DE RECURSOS



10.1- As despesas decorrentes da contratação correrão por conta, dos recursos oriundos do Tesouro Municipal, sob a dotação orçamentária Nº 1201.09.122.0004.2.070, Elemento de Despesa Nº 3.3.90.39.00.

CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO

11.1- Os preços são fixos e irredutíveis pelo período inicial de 12 (doze) meses da execução dos serviços. Se permitido prorrogação contratual, será realizado o reajustamento com base no índice geral de preço de mercado (IGPM), ou outro índice que vier a substituí-lo, ou a repactuação do preço do contrato, desde que observados o interregno mínimo de 01 (um) ano, a contar da data da sua assinatura ou da data de sua última repactuação ou reajuste.

CLAÚSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

12.1- A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões no quantitativo do objeto contratado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme o disposto no § 1º, art. 65, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1-Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à Contratada, as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa:

b.1) Multa de 10,0 % (dez por cento) sobre o valor de sua proposta, em caso de recusa da licitante vencedora em assinar o contrato dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis;

b.2) Multa de 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, até o limite de 30 (trinta) dias;

b.3) Multa de 2,0 % (dois por cento) cumulativos sobre o valor da parcela não cumprida do Contrato e rescisão do pacto, a critério da Prefeitura Municipal do CAPESI, em caso de atraso dos serviços superior a 30 (trinta) dias.

b.3) Os valores das multas referidas nesta cláusula serão descontados “ex- officio” da Contratada, mediante subtração a ser efetuada em qualquer fatura de crédito em seu favor que mantenha junto a CAPESI, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

c) Suspensão Temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que a contratante promova a sua reabilitação.

CLAÚSULA DÉCIMA QUARTA - DAS RESCISÕES CONTRATUAIS

14.1-A rescisão contratual poderá ser:

14.2-Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVIII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

14.3-Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

14.4-Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa do CONTRATADO, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

14.5-A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93.

CLAÚSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

15.1-Os recursos cabíveis serão processados de acordo com o que estabelece o art. 109 da Lei nº 8666/93 e suas alterações.

15.2-Os recursos deverão ser interpostos mediante petição devidamente arrazoada e subscrita pelo representante legal da recorrente dirigida à Comissão de Licitação da CAPESI.



CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES DE ITAPAJÉ
Praça Vicente Porfírio Sampaio, 1900 – Centro – Itapajé - Ceará
CEP: 62.600-000 - CNPJ: 63.393.938/0001-39



15.3-Os recursos serão protocolados na CAPEI e encaminhados à Comissão de Licitação.

CLAÚSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1- Fica eleito o foro da Comarca de Itapajé, Estado do Ceará, para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente, que não possa ser resolvida pela via administrativa, renunciando-se, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acertados as partes, firmam o presente instrumento contratual em 03 (três) vias para que possa produzir os efeitos legais.

Itapajé (CE), ____ de ____ de ____.

DIRETOR(A) EXECUTIVO

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01. _____
Nome: _____
CPF/MF: _____

02. _____
Nome: _____
CPF/MF: _____



CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES DE ITAPAJÉ
Praça Vicente Porfirio Sampaio, 1900 – Centro – Itapajé - Ceará
CEP: 62.600-000 – CNPJ: 63.393.938/0001-39



ANEXO IV

DECLARAÇÕES

DECLARAMOS, para todos os fins e sob as penas da lei, que não executamos trabalho noturno, perigoso ou insalubre com menores de dezoito anos e de qualquer trabalho com menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e de conformidade com a exigência prevista no inciso V, do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

DECLARA, para os devidos fins de direito, especialmente para fins de prova em processo licitatório nº *****, junto a *****, que tem pleno conhecimento de todos os parâmetros e elementos dos serviços a serem ofertados no presente certame licitatório e que sua proposta atende integral mente aos requisitos constantes neste edital.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente. sob as penas da Lei

DECLARA, para os devidos fins de direito, especialmente para fins de prova em processo licitatório nº *****, junto a *****, que sob as penalidades cabíveis, que inexistem qualquer fato superveniente impeditivo de nossa habilitação para participar no presente certame licitatório, bem assim que ficamos ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, nos termos do art.32, §2º, da Lei n.º 8.666/93.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei

_____-_____, ____de _____de _____.

Carimbo e assinatura do representante legal da empresa.

CAPESI - Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Itapajé - Estado do Ceará - Aviso de Licitação. A CAPESI - Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores de Itapajé/CE através da Comissão permanente de Licitação torna público que se encontra à disposição dos interessados, o Edital de Licitação nº 2018.03.16.02 na modalidade Tomada de Preços, tendo por objeto a Contratação de prestação de serviços especializados de assessoria jurídica administrativa, na área de benefícios previdenciários e pareceres correlatos na administração pública de interesse da CAPESI - Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Itapajé-Ce. A abertura realizar-se-á no dia 02/04/2018 às 10:30hs na Sala da Comissão Permanente de Licitação situada na Praça Vicente Porfírio Sampaio, 1900 - Centro. Itapajé/CE, 15 de março de 2018 - Presidente da CPL.

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Itapajé - Aviso de Licitação - Tomada de Preços Nº 2018.02.15.1. Abertura: 04 de Abril de 2018 às 09:00 horas. Julgamento: menor preço Global. Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica para prestar serviços de Assessoria Técnica Administrativa para o desenvolvimento, aperfeiçoamento, supervisão e orientação de processos administrativos e de gestão da Prefeitura Municipal de Itapajé, de interesse das Unidades Gestoras, conforme especificações no Termo de Referência do Edital. Informações: Avenida Antônio Pereira de Melo, 353 - Bairro: Pe. Lima, Itapajé/CE ou (85) 3346.1015 de 08:00 às 12:00h ou pelo site www.tcm.ce.gov.br/licitacoes. José Mac Dowel Teixeira Azevedo Neto - Presidente da CPL.

Estado do Ceará - Câmara Municipal de Eusébio - Aviso de Licitação - Tomada de Preços Nº 2018.03.14.01CME. A Presidente da Comissão de Licitação da Câmara de Eusébio-Ceará torna público para conhecimento dos interessados que, no próximo dia 03 de abril de 2018, às 09h, na sede da Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Eusébio, localizada na Avenida Eduardo Sá, 50, Centro, Eusébio-CE, estará realizando licitação, na modalidade Tomada de Preços, cujo objeto é a locação de equipamentos para atender as necessidades da Câmara Municipal de Eusébio, conforme especificações contidas no Projeto Básico e demais anexos do Edital, o qual se encontra disponível no endereço acima, no horário de 8h às 12h. Eusébio/CE, 15 de março de 2018. À Presidente da Comissão de Licitação.

Estado do Ceará - Câmara Municipal de Eusébio - Aviso de Licitação - Tomada de Preços Nº 2018.03.14.02CME. A Presidente da Comissão de Licitação da Câmara de Eusébio-Ceará torna público para conhecimento dos interessados que, no próximo dia 03 de abril de 2018, às 11h, na sede da Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Eusébio, localizada na Avenida Eduardo Sá, 50, Centro, Eusébio-CE, estará realizando licitação, na modalidade Tomada de Preços, cujo objeto é a contratação de serviços de reserva, emissão e entrega de bilhetes de passagens aéreas no âmbito nacional e internacional para atender as necessidades da Câmara Municipal de Eusébio, conforme especificações contidas no Projeto Básico e demais anexos do Edital, o qual se encontra disponível no endereço acima, no horário de 8h às 12h. Eusébio/CE, 15 de março de 2018. À Presidente da Comissão de Licitação.

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Quixelô - Aviso de Julgamento - Pregão nº 2018.02.28.1. O Pregoeiro Oficial do Município de Quixelô/CE, torna público, que concluiu o julgamento do Certame Licitatório, na modalidade Pregão, do tipo Presencial, tombado sob nº 2018.02.28.1, sendo o seguinte: Empresa Oscar Rodrigues Alves Neto ME, vencedora junto ao lote 01, por apresentar melhores preços na etapa de lances verbais e por estar compatível com o orçamento da Prefeitura. A empresa vencedora fora declarada habilitada, por cumprir integralmente as exigências do Edital Convocatório, no que se refere aos documentos de habilitação. Informações: Sede da CPL, na Rua Pedro Gomes de Araújo, S/N, Centro, na Cidade de Quixelô/CE, telefone (88) 3579 - 1210. Quixelô/CE, 14 de março de 2018. Luiz Moses de Abreu Neto - Pregoeiro Oficial.

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Milhã - Aviso de Licitação. O Município de Milhã, através da Comissão de Licitações, torna público que se encontra à disposição dos interessados, o Edital de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 2018.03.08.20.RP.OBR, do tipo Menor preço por lote, visando o registro de preços para aquisições futuras de peças para máquinas pesadas oficiais da Secretaria de Obras do Município de Milhã. A realizar-se dia 10 de abril de 2018 às 10:00hs maiores informações na sala da Comissão de Licitação, situada na Rua Pedro José de Oliveira 406 - Centro - Milhã - Ceará, das 08:00 às 11:30h pelo telefone (88) 99872.3590 e nos sites: www.tce.ce.gov.br, www.milha.ce.gov.br. Milhã - CE, 15 de março de 2018. Mirma Quezia da Silva - Pregoeira.

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMA - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2018 - O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Iracema-CE torna público que no dia 02 de Abril de 2018, às 08h, na Sala da Comissão de Licitação, localizada na Rua Delta Holanda, Nº 19, Centro, Iracema-CE receberá Propostas para o Objeto: Aquisição de materiais para manutenção de bens imóveis, materiais elétrico e eletrônico, materiais hidráulico e ferramentas, para atender a demanda de conserto, conservação, reparo e substituição nas Secretarias Municipais de Iracema-CE. O Edital poderá ser examinado perante a Comissão de Licitação no endereço já citado. Iracema-CE, 16 de Março de 2018. Francisco das Chagas Cavalcante Fernandes - Pregoeiro.

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE IPU - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 0022018PPGAB - O Pregoeiro da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Ipu-CE torna público que no dia 03 de Abril de 2018, às 15h, na sala da Comissão de Licitação, localizada à Praça Abílio Martins, S/Nº, Centro, Ipu-CE, receberá propostas para Fornecimento de refeições destinadas a diversas Secretarias/ Fundos e Autarquia do Município de Ipu. Modalidade: Pregão Presencial. O Edital poderá ser examinado perante a Comissão de Licitação no endereço já citado, e sua cópia poderá ser cedida a partir da publicação deste aviso, no horário das 08h às 11h30min. Ipu-CE, 15 de Março de 2018. Bruno Emanuel Fernandes - Pregoeiro.

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MORAÚJO - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 1603.01/2018-SRP - A Prefeitura Municipal de Moraújo-CE, através da Comissão de Pregão torna público para conhecimento dos interessados, que no próximo dia 03 de Abril de 2018, às 09h, estará abrindo Licitação na Modalidade Pregão Presencial Nº 1603.01/2018-SRP, cujo Objeto: Registro de Preços visando Futura e Eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a Unidade Mista de Saúde do Município de Moraújo-CE. O Edital estará disponível no Sítio: <http://www.tce.ce.gov.br/licitacoes> ou nos dias úteis na Sala da Comissão de Licitação, no horário das 08h às 12h, na Prefeitura Municipal, à Av. Prefeito Raimundo Benício, Nº 535, Centro. Moraújo-CE, 16 de Março de 2018. Francisco Higor Moreira Freire - Pregoeiro.

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2018-AS - A Prefeitura Municipal de Itarema-CE, através da Secretaria de Assistência Social e Cidadania comunica aos interessados que no próximo dia 06 de Abril de 2018, às 09h, estará abrindo Licitação na Modalidade Pregão Presencial Nº 013/2018-AS, cujo Objeto é a Aquisição de kit banheiro para doação aos municípios, junto a Secretaria de Assistência Social e Cidadania no Município de Itarema-CE. O Edital completo estará à disposição nos dias úteis após esta Publicação, no horário de 08h às 11h30min, no endereço da Prefeitura à Praça Nossa Senhora de Fátima, Nº 48, Centro, Itarema-CE ou no Site: www.tce.ce.gov.br/licitacoes. Itarema-CE, 15 de Março de 2018. Francisca Neuza da Cunha Martinez - Pregoeira.

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANJA - AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 2018.03.16.01 - O Município de Granja-CE, através de sua Comissão Permanente de Licitação torna público que se encontra a disposição dos interessados o Edital na Modalidade Tomada de Preços Nº 2018.03.16.01, Sessão Pública marcada para o dia 05 de Abril de 2018, às 09h, cujo Objeto é a Reforma da Casa de Cultura, na Sede do Município de Granja-CE. O referido Edital poderá ser adquirido no Site: www.tcm.ce.gov.br/licitacoes conforme IN-04/2015 e na Sala da Comissão de Licitação, localizada na Praça da Matriz, S/Nº, Centro, Granja-CE no horário de 08h às 12h. Granja-CE, 16 de Março de 2018. José Maurício Magalhães Júnior - Presidente da CPL.

Estado do Ceará - Câmara Municipal de Jaguaruana. A Câmara Municipal de Jaguaruana torna público o Extrato do Convênio nº 095/2017 celebrado com a União dos Vereadores do Ceará-UVC. Objeto: promover o intercâmbio técnico de informações relativas ao exercício da atividade parlamentar, assessoramento legislativo e de representações públicas, bem como acompanhamento político das matérias de interesse das Câmaras Municipais. Vigência: 10 de fevereiro de 2017 a 31 de dezembro de 2018. Francisco Inaldo de Lima-Presidente da Câmara Municipal de Jaguaruana.



4. The fourth part of the document discusses the role of the accounting department in providing financial advice and support to management. It highlights the importance of understanding the company's financial position and the ability to provide timely and accurate information to support decision-making.

5. The fifth part of the document concludes with a summary of the key points discussed and a final statement on the importance of the accounting department in the overall success of the organization. It emphasizes the need for continuous improvement and the commitment to high standards of financial reporting.

uma adolescente de 17 anos na última quarta-feira (14).

O rapaz, um dos principais suspeitos de torturar, matar e decapitar três mulheres no mangue em Caucaia, é apontado como tendo posição de liderança dentro do grupo criminoso do qual faz parte, atuando na região do bairro Vila Velha. As informações foram divulgadas à imprensa na tarde de ontem (15), pela Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS).

As investigações já identificam oito suspeitos de envolvimento no crime, direta ou indiretamente, e seis pessoas no total já foram presas. Segundo Cláudia Oliveira Guia, titular da 8ª Delegacia da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), responsável pela área do Vila Velha, a perspectiva é de que havia oito pessoas na cena do crime durante o acontecido e que ainda faltam suspeitos a serem identificados. As investigações da Polícia, assim como os exames da Perícia Forense do Estado do Ceará (Pefoce), procuram ainda os possíveis mandantes do crime e descobrir a participação dos envolvidos já identificados.

As vítimas foram identificadas como Nara Aline Mota de Lima, 23; Darcylle Ancelmo de Alencar, 31, e Ingrid Teixeira Ferreira, 22. Das três, apenas Nara Aline tinha passagem pela Polícia, por tráfico de drogas, além de ser apontada como integrante da facção Comando Vermelho (CV). Segundo a

trabalhamos para

conseguir

identificar essas vítimas.

Estávamos

realizando

análises buscando

liderar corpos

Manuela Cândido, coordenadora da Calf

DHPP, o intuito principal da ação dos criminosos era executar Nara Aline, que pertencia a um grupo rival ao dos assassinos. Os suspeitos, por sua vez, integram o grupo criminoso Gafanhotos, ligado à facção Guardiões do Estado (GDE), que atualmente se encontra em conflito com o Comando Vermelho.

As mulheres foram sequestradas na noite do dia primeiro, uma quinta-feira, no bairro da Barra do Ceará. Conforme as investigações, apesar de o foco ter sido pegar Nara Aline, Darcylle e Ingrid foram levadas junto por estarem acompanhando a primeira na ocasião, sendo, portanto, testemunhas do arrebatamento. Dois dias depois, as três foram levadas para uma área remota no manguezal em Caucaia, onde foram torturadas, mortas e decapitadas, com a ação tendo sido registrada em

Outras prisões

Na última sexta-feira, 9, foram presos ainda Bruno Araújo de Oliveira, também conhecido como Bilouco, 23, e Júlio César Clemente da Silva, conhecido como "Bifão", 28. Para a polícia, eles participam ativamente das execuções, com Bruno tendo indicado às forças de segurança, após sua captura, a localização exata de onde os corpos estavam enterrados. Bruno já tinha passagem na polícia por roubo e homicídio, enquanto Júlio César não tinha antecedentes criminais.

Já no dia 6, terça-feira, apenas três dias após as execuções, quatro suspeitos haviam sido capturados: Diego Alves Fernandes, 21, com antecedentes por receptação, associação criminosa e corrupção de menor; Luiz Alexandre Alves Silva, 25, com passagens por roubo e restrição de liberdade (sequestro-relâmpago), e Antônio Honorato dos Santos, 42, sem antecedentes, além da apreensão de um adolescente de 17 anos, que já tinha passagem por posse ilegal de arma de fogo e foi encaminhado à sede da Delegacia da Criança e do Adolescente (Eca). Em depoimento, apenas Diego confessou que presenciou os assassinatos.

CAPEPI - Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Itapajé - Estado do Ceará - Aviso de Licitação. A CAPEPI - Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores de Itapajé, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que se encontra à disposição dos interessados, o Edital de Licitação nº 2018.03.16.01, na modalidade Tomada de Preços, tendo por objeto a contratação de serviços especializados em assessoria e consultoria em contabilidade pública e execução orçamentária, financeira e patrimonial, junto à Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Itapajé. A abertura para se inscrever e apresentar proposta será no dia 02/04/2018 às 09:00h na Sala da Comissão Permanente de Licitação situada na Praça Vicente Porfírio Sampaio, 1900 - Centro, Itapajé-CE. 15 de março de 2018 - Presidente da CPL.

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Pacajus - Resultado do Julgamento das Propostas de Preços - Tomada de Preços nº 2017.08.17.01-TP. A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Pacajus - Ceará, torna público, para conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento dos documentos de habilitação, referente à Tomada de Preços nº 2017.08.17.01-TP, cujo objeto é a contratação de empresa para execução dos serviços de construção de uma praça pública localizada no Bairro Pinauto Popular, de interesse da Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano do Município de Pacajus/CE. Inabilitadas: GNGCON - Construtora e Serviços EIRELI - EPP, Meneses Barbosa Empreendimentos LTDA - ME, Habilitada: HP Engenharia LTDA - ME. Dessa forma, fica aberto o prazo para recurso conforme estabelece o art. 109, I, "a" da Lei 8.666/90. Maiores informações na Sede da Comissão, situada a Rua Guarany, nº 600, Altos, Centro - Pacajus - Ceará ou pelo Fone: 0XX(85) 3348.1578, no horário de 08:00h às 12:00h. A Comissão.

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Pacajus - Resultado do Julgamento das Propostas de Preços - Tomada de Preços nº 2017.08.17.01-TP. A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Pacajus - Ceará, torna público, para conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento final da fase de Proposta de Preços na modalidade Tomada de Preços nº 2017.08.17.01-TP, com fins a contratação de empresa para execução dos serviços de pavimentação em pedras lisas de travertino na Rua Lagoa Seca, de interesse da Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano do Município de Pacajus/CE. Após análise das propostas de preços, foi constatado o seguinte resultado: Propostas Desclassificadas: ECOL - Empresa Cearense de Obras e Locações; Município de Sousa Felix Construções - ME; RCON Construções e Serviços EIRELI/ME; Geométrica Construções e Incorporações EIRELI EPP; Propostas Classificadas: Condições Jaticá LTDA; Itametal Construções e Serviços EIRELI ME; GNGCON Construtora e Serviços EIRELI. Sendo então de acordo com os critérios estabelecidos e por apresentar menor valor entre as propostas classificadas, foi considerada vencedora a proposta apresentada pela empresa: Itametal Construções e Serviços EIRELI ME, CNPJ nº 15.267.710/0001-50, com valor global de R\$ 929.956,77 (novecentos e vinte e nove mil, novecentos e cinquenta e seis reais e setenta e sete centavos). De acordo com parecer técnico da engenharia anexo à presente Ata, Dessa forma, fica aberto o prazo para recurso conforme estabelece o art. 109, I, "b" da Lei 8.666/90. Maiores informações na Sede da Comissão, situada a Rua Guarany, nº 600, Altos, Centro - Pacajus - Ceará ou pelo Fone: 0XX(85) 3348.1578, no horário de 08:00h às 12:00h. A Comissão.

CAPEPI - Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Itapajé - Estado do Ceará - Aviso de Licitação. A CAPEPI - Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores de Itapajé, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que se encontra à disposição dos interessados, o Edital de Licitação nº 2018.03.16.02, na modalidade Tomada de Preços, tendo por objeto a contratação de serviços técnicos profissionais especializados em assessoria e consultoria previdenciária, junto à CAPEPI - Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Itapajé-CE. A abertura para se inscrever e apresentar proposta será no dia 02/04/2018 às 13:30h na Sala da Comissão Permanente de Licitação situada na Praça Vicente Porfírio Sampaio, 1900 - Centro - Itapajé-CE. 15 de março de 2018 - Presidente da CPL.

CAPEPI - Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Itapajé - Estado do Ceará - Aviso de Licitação. A CAPEPI - Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores de Itapajé, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que se encontra à disposição dos interessados, o Edital de Licitação nº 2018.03.16.02, na modalidade Tomada de Preços, tendo por objeto a contratação de serviços técnicos profissionais especializados em assessoria e consultoria previdenciária, na área de benefícios previdenciários e pareceres correlatos na administração pública de interesse da CAPEPI - Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Itapajé-CE. A abertura para se inscrever e apresentar proposta será no dia 02/04/2018 às 10:30h na Sala da Comissão Permanente de Licitação situada na Praça Vicente Porfírio Sampaio, 1900 - Centro - Itapajé-CE. 15 de março de 2018 - Presidente da CPL.

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Jati - Republicação de Edital - Pregão Presencial nº 2018.02.28.01. Objeto: aquisição de medicamentos para atender às necessidades do Fundo Municipal de Saúde deste Município. Data e hora: 03 de Abril de 2018 às 09:00 horas. Endereço: Rua Carmelita Guimarães, 02, Centro - Jati (CE), no horário de 08:00 às 11:00h. Maiores informações pelo fone (88) 3575-1188. José Lima da Silva - Pregoeiro. Jati - CE, 15 de Março de 2018.

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Milhã - Aviso de Licitação. O Município de Milhã, através da Comissão de Licitação, torna público que se encontra à disposição dos interessados, o Edital de Licitação na modalidade Pregão Presencial nº 2018.03.03.20-RP-OB, do tipo Menor preço por lote, visando o registro de preços para aquisições futuras de peças para máquinas pesadas oficiais da Secretaria de Obras do Município de Milhã. A realização será no dia 10 de abril de 2018 às 10:00h, na sala de informações na Sala da Comissão de Licitação, situada na Rua Pedro José de Oliveira 408 - Centro - Milhã - Ceará. Das 08:00 às 11:30h pelo telefone (88) 99872.3850 e no site: www.tce.ce.gov.br. www.milha.ce.gov.br. Milhã - CE, 15 de março de 2018. Mirna Queiroz da Silva - Pregoeira.

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Jati - Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº 2018.03.14.01. Objeto: aquisição do equipamento e material de informática destinados a diversas secretarias junto ao Município de Jati. Data e hora: 04 de Abril de 2018 às 09:00 horas. Endereço: Rua Carmelita Guimarães, 02, Centro - Jati (CE), no horário de 08:00 às 11:00h. Maiores informações pelo fone (88) 3575-1188. José Lima da Silva - Pregoeiro. Jati - CE, 15 de Março de 2018.



CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES DE ITAPAJÉ
Praça Vicente Porfírio Sampaio, 1900 – Centro – Itapajé - Ceará
CEP: 62.600-000 - CNPJ: 63.393.938/0001-39



CERTIDÃO DE DIVULGAÇÃO DE TOMADA DE PREÇOS

Certificamos que a TOMADA DE PREÇOS nº 2018.03.16.02, cujo objeto é os **CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA JURÍDICA ADMINISTRATIVA, NA ÁREA DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E PARECERES CORRELATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE DA CAPESI – CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITAPAJÉ-CE**, foi afixada no dia 15 DE MARÇO DE 2018, no flanelógrafo desta CAPESI, conforme estabelece a legislação em vigor.

ITAPAJE-CE, 15 DE MARÇO DE 2018


THYNALLE BASTOS DE SOUSA
Diretora Executiva da CAPESI



Rodrigues & Sousa Advogados Associados



AO ILUSTRE PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES DE ITAPAJÉ - CAPESI

REF AO PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇO Nº 2018.03.16.02

ASSUNTO: IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

A empresa RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS – ME, com sede à Rua Prof. Alaíde Ramos 416, Centro, Reriutaba – CE. CEP 62.260-000, CNPJ sob o número 18.583.109/0001-64, representada pelo Sr. RAIMUNDO RODRIGUES DE FARIAS FILHO, Sócio Administrador, portador da CI nº 2000031117717, inscrito no CPF nº 543.924.383-68, com endereço residencial à rua Raimundo Capistrano de Castro 145 – Centro, Reriutaba-Ce, vem respeitosamente e tempestivamente, com fulcro no art. 41 §2 da Lei 8.666/93, **IMPUGNAR TERMO DO EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº 2018.02.15.1** desta municipalidades pelos fatos e fundamentos a seguir aduzidos

A presente impugnação pretende afastar do citado procedimento licitatório as exigências que extrapolam ao disposto no estatuto que disciplina as licitações no âmbito da Administração Pública (Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores).

DA EXIGÊNCIA DE REGISTRO DA PESSOA JURÍDICA NO CONSELHO REGINAL DE ADMINISTRAÇÃO – CRA, COMPROVAÇÃO DE CONTRATO REGISTRADO NO CRA E COMPROVAÇÃO DE EXPERIENCIA EM DIREITO PREVIDENCIÁRIO NO SETOR PÚBLICO

O edital em comento, no que se refere as condições de habilitação, quanto a **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** em seus itens 4.2.5 alínea “a”, “c” e “d) e que apresentam as seguintes redações:

*Recebi 2/04/18
às 10:45
Bauer*



... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..



4.2.5 - Qualificação Técnica:

a) Apresentar pelo menos 01(um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa Jurídica de Direito Público (conforme justificativa no termo de referencia), com firma reconhecida comprovando aptidão pelo concorrente para desempenho de atividade compatível com o objeto da licitação, acompanhado do respectivo Contrato, devidamente registrado no CRA (Conselho Regional de Administração), certidão de regularidade, acervo técnico, averbação do referido contrato.

b) Prova de inscrição do sócio ou integrante não sócio da sociedade na Ordem dos Advogados do Brasil.

c) Registro ou inscrição da pessoa jurídica no Conselho Regional de Administração – CRA

d) Devendo ainda a licitante apresentar 01 (um) profissional com experiência comprovada em Direito Administrativo e [Direito Previdenciário no Serviço Público], devidamente registrado na OAB, com a devida regularização perante a instituição. Tal vínculo do profissional deverá ser comprovado mediante apresentação de cópia autenticada em cartório competente, da Carteira Profissional, Ficha de Registro de Emprego ou Contrato de Prestação de Serviços celebrado de acordo com a legislação civil comum ou cópia autenticada em cartório competente do Estatuto ou Contrato Social, no caso de sócio ou diretor.

Ante de adentrarmos no mérito da predita exigência editalícia devemos tecer algumas considerações preliminares:

- 1- O Provimento Nº 112/2006 da OAB trata da sociedade de Advogados nos seguintes termos:

Art. 3º Somente os sócios respondem pela direção social, não podendo a responsabilidade profissional ser confiada a pessoas estranhas ao corpo social.

- 2- A Lei Federal nº 8.906/94 (Estatuto da OAB) disciplina os termos e condições de funcionamento da Sociedade de Advogados e dos serviços de advocacia conforme o texto legal a seguir:

Art. 15. Os advogados podem reunir-se em sociedade civil de prestação de serviço de advocacia, na forma disciplinada nesta Lei e no Regulamento Geral.

- 3- Por outro lado, vejamos o que diz a Lei nº 4.769/65 (regulamenta o exercício da profissão de Técnico de Administração)

Art 2º A atividade profissional de Técnico de Administração será exercida, como profissão liberal ou não, VETADO, mediante:

a) pareceres, relatórios, planos, projetos, arbitragens, laudos, assessoria em geral, chefia intermediária, direção superior;



b) pesquisas, estudos, análise, interpretação, planejamento, implantação, coordenação e controle dos trabalhos nos campos da administração VETADO, como administração e seleção de pessoal, organização e métodos, orçamentos, administração de material, administração financeira, relações públicas, administração mercadológica, administração de produção, relações industriais, bem como outros campos em que esses se desdobrem ou aos quais sejam conexos;

E o que diz o art. 1º da Lei 6.839/80 que dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões:

Art. 1º O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros.

O citado processo licitatório versa sobre “licitação tipo MENOR PREÇO GLOBAL para contratação de prestação de serviço especializados de assessoria jurídica administrativa, na área de benefícios previdenciários (...)”, tendo a atuação do profissional a ser contratado pautada no dever de orientar, emitir parecer, instruir processo administrativo ou judicial sobre aposentadoria dos servidores públicos do município de Itapajé. Não se equiparando as atividades mercantis em que atua o profissional de Técnico em Administração conforme orienta o Art. 2 da Lei nº 4.769/65, mas sim uma atividade intelectual relacionada a área jurídica, para tanto, tais procedimentos específicos de seleção do profissional técnico devem ser regidos por atos normativos correlatos a OAB. Portanto, as exigências presentes nos itens 4.2.5 alíneas “a” e “c” que versam sobre o Registro da empresa no Conselho Regional de administração – CRA e a comprovação de ter contrato registrado no CRA mostram-se descabidas e incompatíveis para os fins a que pertine a pretensa contratação.

Tudo em perfeita conformidade ao entendimento jurisprudencial:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO - CRA. ATIVIDADE BÁSICA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DESNECESSIDADE DE REGISTRO NO CRA. 1. De fato, somente as empresas que têm como atividade-fim o exercício profissional da administração, ou que prestem serviços relacionados a esse ramo, é que estão obrigadas a se registrarem no Conselho Regional de Administração. 2. Verifica-se que a atividade preponderante da parte autora não se enquadra na classificação de 'técnico de administração', como pretende o CRA/RS. Assim sendo, a agravante não está sujeita à fiscalização do Conselho



de Administração, tampouco está configurada qualquer hipótese de registro obrigatório no CRA/RS.(TRF-4 - AG: 50109365920144040000 5010936-59.2014.404.0000, Relator: FERNANDO QUADROS DA SILVA, Data de Julgamento: 13/08/2014, TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: D.E. 13/08/2014).

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. EMPRESA DE FACTORING. DESNECESSIDADE DE REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO. ATIVIDADE BÁSICA. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES. COMPRA DE ATIVOS OU DIREITOS CREDITÓRIOS DECORRENTES DE VENDAS MERCANTIS A PRAZO. 1. *A obrigatoriedade da inscrição das empresas em determinado Conselho profissional, é ditada pela "atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros" independentemente do profissional que devam contratar para a realização da tarefa.* Precedentes: AgRg no REsp 1020819/SC, DJ 09.05.2008; AgRg no REsp 928.810/ES, DJ 19.11.2007; REsp 867.945/RS, DJ 22.03.2007. 2. *O artigo 1º da Lei nº 6.839/80, dispõe que o registro de tais empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados serão obrigatórios em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros, e não em relação às atividades secundárias.* 3. *As empresas que desempenham atividades relacionadas ao factoring estão dispensadas da obrigatoriedade de registro no Conselho Regional de Administração, porquanto comercializam títulos de crédito.* 4. *As atividades desempenhadas pelas empresas de factorings na modalidade convencional, que envolve funções de compra de crédito (cessão de crédito) e prestação de serviços convencionais (análise de riscos dos títulos e cobrança de créditos da faturizada) não estão no alcance da fiscalização profissional do Conselho Federal de Administração - CRA, porquanto sua atividade-fim não se enquadra nas hipóteses elencadas como de natureza administrativa.* 5. *O campo de atuação do factoring é a compra de ativos ou direitos creditórios decorrentes de vendas mercantis a prazo. Negociam-se direitos gerados pelas vendas mercantis a prazo, mas sem o recurso do desconto dos títulos de crédito. Faz-se a compra mediante um preço, por meio do endosso como instrumento do ato translativo da propriedade dos direitos creditórios.* (Arnaldo Rizzardo, In *Factoring*, 3ª edição, RT, páginas 82/83) 6. *É cediço que somente na modalidade de factoring conhecida por trustee o faturizador prestará serviços diferenciados, como co-gestão, consultoria etc. Podemos afirmar - sem nenhuma dúvida - que é raro uma operação de factoring que envolva a modalidade trustee. A mais usualmente praticada é a modalidade convencional. E na modalidade convencional de factoring, os serviços prestados, quando o*



são, não envolvem administração, consultoria ou co-gestão, pois tais serviços são próprios somente na modalidade trustee."(Antonio Carlos Donini, in Inexigibilidade do Registro da Empresa de Factoring junto ao Conselho Regional de Administração, Revista dos Tribunais, ano 92 - volume 810 - abril de 2003 - páginas 84/85). 7. A única modalidade que, em tese, pode-se admitir a prática de atos ditos "administrativos" de factoring é na modalidade trustee, por envolver prestação de serviços diferenciados, a saber, co-gestão e consultoria, situação cuja análise resta obstada nesta instância à luz do verbete sumular nº 7/STJ, por impor o revolvimento da matéria fático-probatória. 8. In casu, o objeto da sociedade é prestar serviços de gestão comercial, executados em caráter cumulativo e contínuo, adquirir direitos creditórios decorrentes de vendas mercantis a prazo; efetuar cobranças por conta própria e de terceiros, ceder seus direitos a terceiros, e efetuar negócios de "Factoring" no mercado interno e internacional de importação e exportação. 9. O Tribunal de origem assentou que: "Como se vê, a empresa não tem como atividade principal nenhuma daquelas constantes na Lei nº 4.769/65 que a obrigariam ao registro no Conselho de Administração, assertiva que impõe a não sujeição da recorrida à inscrição no Conselho de Classe, ora recorrente, bem como a insindicabilidade pelo E. STJ (Súmula 07). 10. Recurso especial parcialmente conhecido, e nesta parte desprovido (STJ - REsp: 932978 SC 2007/0051518-3, Relator: Ministro LUIZ FUX, Data de Julgamento: 06/11/2008, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 01/12/2008)

Quanto a exigência de comprovação de experiência em Direito Previdenciário associado ao setor público. Como foi destacado acima a licitação é do tipo MENOR PREÇO POR LOTE tal nível de detalhamento é incompatível com o tipo de licitação em que se busca a proposta mais vantajosa e ampla competitividade, como ocorre no caso em tela. Pois se a intenção da Administração era contratar alguém com a notória especialização em Direito Previdenciário no setor público deveria ter optado por fazer uma INELEGIBILIDADE ou uma licitação tipo MELHOR TÉCNICA E PREÇO, o que seria mais ajustável às pretensões da Administração. Não podendo a Administração fazer inserir em edital exigências que extrapolem aquelas indispensáveis e necessárias à garantia do cumprimento das obrigações. Exigências excessivas servem tão somente para comprometer a garantia constitucional de igualdade de condições a todos os concorrentes. A verificação da qualificação técnica conforme consta do artigo 30 da Lei nº 8. 666/93 tem por objetivo unicamente assegurar que o licitante estará apto a dar cumprimento às obrigações assumidas com a Administração, não podendo a sua comprovação ser feita mediante a formulação de exigências desarrazoadas, que podem comprometer a observância do princípio constitucional da isonomia.

Art. 3º § 1º É vedado aos agentes públicos:



1 - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5o a 12 deste artigo e no art. 3o da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991

A licitação atingirá sua finalidade com a exigência pura e simples de comprovação de experiência na área de Administração Pública. Por conseguinte, a Administração não pode justificar é um afastamento de um licitante que já atua na Administração Pública, com atestado de bom desempenho emitido por um órgão público, conforme o exposto, porque não apresenta em seu atestado os dizeres de bom desempenho no desenvolvimento do trabalho em "Direito Previdenciário no Setor Público" *ipsis litteris* ao objeto do edital, conforme orienta a jurisprudência pátria e a corte de contas.

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO (PREGÃO) PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO-PEDAGÓGICO PARA O SISTEMA DE ENSINO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA - ENTIDADE LICITANTE COM PROPOSTA VENCEDORA INABILITADA E EXCLUÍDA DO CERTAME - AUSÊNCIA DE DISCRIMINAÇÃO EXATA DO OBJETO LICITADO EM SEU ATO CONSTITUTIVO (ESTATUTO) - ÁREA DE ATUAÇÃO E CAPACITAÇÃO TÉCNICA DEMONSTRADAS CONFORME PREVISÕES EDITALÍCIAS - SENTENÇA QUE ANULOU O ATO ADMINISTRATIVO MANTIDA. "Verificado que a empresa licitante atingiu a finalidade visada pelos requisitos estabelecidos no edital, é de ser garantida a sua participação em todas as etapas do certame. 'O interesse público reclama o maior número possível de concorrentes, configurando ilegalidade a exigência desfilhada da lei básica de regência e com interpretação de cláusulas editalícias impondo condição excessiva para a habilitação' (STJ, MS n. 5.693/DFR, Min. Nilton Luiz Pereira)".

TCU – Acórdão 2079/2005 – 1ª Câmara – “9.3.1. abstenha-se de incluir nos instrumentos convocatórios condições não justificadas que restrinjam o caráter competitivo das licitações, em atendimento ao disposto no art. 3º da Lei nº 8.666/93;”.

TCU – Decisão 369/1999 – Plenário – “8.2.6 abstenha-se de impor, em futuros editais de licitações, restrições ao caráter competitivo do



certame e que limitem a participação de empresas capazes de fornecer o objeto buscado pela Administração Pública, consoante reza o art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93;"

DO PEDIDO

Ante o exposto requer:

Que sejam desconsideradas as exigências presentes nos itens 4.2.5 alíneas "a" QUANTO A APRESENTAÇÃO DO CONTRATO REGISTRADO NO CRA; "c" e "d" QUANTO A EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA EM DIREITO PREVIDENCIÁRIO NO SERVIÇO PÚBLICO.

Reriutaba 26 de março de 2018


RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS
CNPJ: 18.583.109/0001-64

À EMPRESA RODRIGUES & SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS

Decisão referente ao Tomada de Preços nº 2018.03.16.02.

Trata-se de IMPUGNAÇÃO dirigida à CAPESI de Itapajé, interposta **TEMPESTIVAMENTE** pela empresa RODRIGUES & SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS, com fundamento legal no art. 41, da Lei nº 8666/93, na qual discorre acerca de suposta ilegalidade na fase de habilitação do Edital de Tomada de Preços nº 2018.03.16.02, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA JURÍDICA ADMINISTRATIVA, NA ÁREA DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E PARECERES CORRELATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE DA CAPESI – CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITAPAJÉ-CE.

DOS FATOS:

Primeiramente, enfatizamos o princípio da legalidade, onde, ao contrário do particular que, como regra, pode fazer aquilo que lei não proíba, o administrador público somente pode agir em virtude de lei. Assim, todos os atos administrativos derivados da CAPESI de Itapajé devem obediência à legislação que o regulamenta.

Assim, no que tange à exigência de Registro perante o Conselho Regional de Administração – CRA, analisando compulsoriamente os requisitos da exigência, resolve-se por acatar os argumentos ofertados pela impetrante.

Já no que refere-se ao suposto cerceamento da competitividade do certame, decorrente da exigência de um profissional, com experiência comprovada em Direito Administrativo e Direito Previdenciário no Serviço Público, este argumento não deve prosperar, tendo em vista que baseia-se na intelecção da *expertise* necessária a um serviço exitoso, nas demandas insurgentes.

Assim, ao contrário das assertivas indigitadas pela impetrante, a discricionariedade da exigência é cabível à autoridade competente, na correta hermenêutica do artigo 30 da Lei de Licitações. Outrossim, a escolha da modalidade ou dispensa da licitação, também é ato decorrente

dessa discricionariedade. Por oportuno, as licitações do tipo menor preço podem, e devem, trazer em suas condições de habilitação a qualificação técnica mínima necessária das concorrentes potenciais para bem prestar os serviços, objeto do certame.

Assim, a exigência de profissionais capacitados à prestação dos serviços com a *expertise* descrita à peça editalícia sustenta-se na norma cogente, e independe, absolutamente, do tipo de licitação escolhido ser de menor preço, tendo em vista que a norma não faz essa distinção desse modo. Senão, vejamos:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

Assim sendo, verificamos que a exigência possui o condão de assegurar um serviço satisfativo, cujo entendimento normativo e legal é necessário ao êxito do cotidiano. Malcomparando, é o mesmo que contratar um clínico geral para realizar cirurgias cardíacas, ou, ainda, um médico veterinário para consultar crianças: em ambos os casos, a *expertise* define a contratação, não de modo a excluir os iguais, mas separar os desiguais em suas desigualdades. Assim, a exigência não visa, sobremaneira, impedir a participação de potenciais interessados, mas resguardar a Administração de uma contratação desprovida de qualificação técnica mínima necessária à realização dos serviços.

48 2

Le tableau ci-dessous présente les résultats de l'évaluation des évalués de l'évaluation. Les données sont présentées par ordre alphabétique des noms des évalués.

Le tableau ci-dessous présente les résultats de l'évaluation des évalués de l'évaluation. Les données sont présentées par ordre alphabétique des noms des évalués.

Le tableau ci-dessous présente les résultats de l'évaluation des évalués de l'évaluation.

Le tableau ci-dessous présente les résultats de l'évaluation des évalués de l'évaluation.

Le tableau ci-dessous présente les résultats de l'évaluation des évalués de l'évaluation. Les données sont présentées par ordre alphabétique des noms des évalués.

Le tableau ci-dessous présente les résultats de l'évaluation des évalués de l'évaluation. Les données sont présentées par ordre alphabétique des noms des évalués.

Le tableau ci-dessous présente les résultats de l'évaluation des évalués de l'évaluation.

Le tableau ci-dessous présente les résultats de l'évaluation des évalués de l'évaluation. Les données sont présentées par ordre alphabétique des noms des évalués.

Le tableau ci-dessous présente les résultats de l'évaluation des évalués de l'évaluation. Les données sont présentées par ordre alphabétique des noms des évalués.

Le tableau ci-dessous présente les résultats de l'évaluation des évalués de l'évaluation.

Le tableau ci-dessous présente les résultats de l'évaluation des évalués de l'évaluation. Les données sont présentées par ordre alphabétique des noms des évalués.

Nesse sentido, temos o seguinte decisório, exarado pelo Plenário do Tribunal de Contas da União, *in albis*:

Das alegações apresentadas pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária

Irregularidade 1: divergência entre o previsto no item 5.3 do edital e a alínea “b” do Anexo IV, não restando evidenciado se o licitante poderia demonstrar o vínculo do profissional exigido por meio de contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil comum; e

Irregularidade 2: previsão contida no item 5.3 do edital e alínea “b” do Anexo IV, ante a ilegalidade de se exigir, para fins de qualificação técnico-profissional, que o profissional de nível superior do quadro permanente da empresa detenha título de especialização.

11. O Conselho apresentou uma única resposta para os dois questionamentos acerca das exigências contidas no edital do certame. Alega que a exigência de comprovação de que a licitante possui, em seu quadro permanente ou societário, profissionais com pós graduação nas áreas de direito indicadas no edital é compatível com o interesse da contratante e com os serviços a serem prestados, não podendo ser considerada uma cláusula exorbitante ou restritiva. Afirma que o nível de trabalho desenvolvido na autarquia exige uma complementação acadêmica em face à especificidade das demandas existentes.

(...)

8. O artigo 30, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993, utiliza a expressão ‘qualificação técnico-profissional’ para indicar a existência, nos quadros permanentes de uma empresa, de profissionais em cujo acervo técnico conste a responsabilidade pela execução de obras ou serviços similares àqueles aspirados pelo órgão ou entidade da Administração.

9. Todavia, há que se atentar para o fato de que a Lei 8.666/1993 não define o que seja ‘quadro permanente’. Assim, essa expressão poderia ser compreendida como o conjunto de pessoas ligadas à empresa de modo permanente, sem natureza eventual, por meio de vínculos de natureza trabalhista e/ou societária. Esse conceito, entretanto, reclama certa ampliação nas hipóteses em que a autonomia no exercício da profissão descaracteriza o vínculo empregatício sem afastar a qualificação do sujeito como integrante do quadro permanente, como é o caso dos profissionais da área de engenharia.

10. A exigência de que as empresas concorrentes possuam vínculo empregatício, por meio de carteira de trabalho assinada, com o profissional técnico qualificado mostra-se, a meu ver, excessiva e limitadora à participação de eventuais interessados no certame, uma vez que o essencial, para a Administração, é que o profissional esteja em condições de efetivamente desempenhar seus serviços no momento da execução de um possível contrato. Em outros termos, o sujeito não integrará o quadro permanente quando não estiver disponível para prestar seus serviços de modo permanente durante a execução do objeto do licitado.

11. A regra contida no artigo 30, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993, não pode ser tomada em caráter absoluto, **devendo-se sopesá-lo diante dos objetivos que se busca alcançar com a realização das licitações**, quais sejam, a garantia de observância ao princípio da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

12. Assim, se o **profissional assume os deveres de desempenhar suas atividades de modo a assegurar a execução satisfatória do objeto licitado, o correto é entender que os requisitos de qualificação profissional foram atendidos**. Não se pode conceber que as empresas licitantes sejam obrigadas a manter profissionais de alta qualificação, sob vínculo empregatício, apenas para participar da licitação, pois a interpretação ampliativa e rigorosa da exigência de vínculo trabalhista se configuraria como uma modalidade de distorção.

13. **Atender, no caso em tela, à letra fria desse dispositivo, sem considerar os objetivos da Administração e os limites de exigência de qualificação técnica, suficientes para a garantia do cumprimento das obrigações, seria desbordar para o formalismo que se basta em si mesmo, sem ter em vista qualquer outro objetivo consentâneo com o interesse público.**¹

Ora, sabe-se, ainda, que a licitação está adstrita a intelecção dos princípios constitucionais, onde, com o advento da Emenda Constitucional nº 19/1998, onde objetiva-se à administração similitude de organização administrativa ao setor privado. Destarte, a exigência em tablado é condição *sine qua non* a um serviço eficiente e eficaz, capaz de traduzir as necessidades do contingente administrativo.

Outrossim, repita-se à exaustão que essa é uma decisão decorrente do Poder Discrecionário da Administração, intangível ao concorrente em potencial. É dizer que somente o Poder Executivo sabe de suas reais necessidades e seria completamente anti-econômica, para não dizer arriscada a contratação de profissional que não possua a mínima expertise no objetivo da contratação, em face das diversas normativas existentes no mundo jurídico tangíveis a responsabilização da Autoridade competente, caso haja um processo administrativo que transcorra fora das legislações previdenciárias e Magna Carta.

Vemos, portanto, que a presente impugnação não possui cunho jurídico-fático capaz de macular ou transgredir a licitude do certame em comento, motivo pelo qual resta mantida a sua realização.

¹ https://contas.tcu.gov.br/pesquisaJurisprudencia/#!/detalhamento/12/*/?KEY:JURISPRUDENCIA-SELECIONADA-32973/DTRELEVANCIA%2520desc/false/1

11. A parte relativa ao artigo 36.º e 37.º do Regulamento 1992 não pode ser tomada em consideração, pois a mesma não contém qualquer referência a uma alteração das condições de trabalho, nem a uma alteração das condições de trabalho, nem a uma alteração das condições de trabalho.

12. Assim, se a administração, ao tomar as decisões de despesa, não tiver em conta as necessidades da população, não poderá ser considerada a administração a ser responsável por qualquer dano causado pela sua administração. A administração não pode ser considerada responsável por qualquer dano causado pela sua administração, nem por qualquer dano causado pela sua administração.

13. Também no caso em que a administração não tiver em conta as necessidades da população, não poderá ser considerada a administração a ser responsável por qualquer dano causado pela sua administração. A administração não pode ser considerada responsável por qualquer dano causado pela sua administração, nem por qualquer dano causado pela sua administração.

14. Assim, a administração não pode ser considerada a ser responsável por qualquer dano causado pela sua administração. A administração não pode ser considerada responsável por qualquer dano causado pela sua administração, nem por qualquer dano causado pela sua administração.

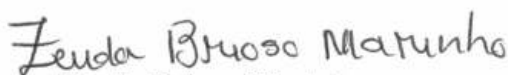
15. Assim, a administração não pode ser considerada a ser responsável por qualquer dano causado pela sua administração. A administração não pode ser considerada responsável por qualquer dano causado pela sua administração, nem por qualquer dano causado pela sua administração.

16. Assim, a administração não pode ser considerada a ser responsável por qualquer dano causado pela sua administração. A administração não pode ser considerada responsável por qualquer dano causado pela sua administração, nem por qualquer dano causado pela sua administração.

Assim sendo, RESOLVO, ante as razões apresentadas **ACATAR PARCIALMENTE** a impugnação ao Edital de Tomada de Preços nº 2018.03.16.02 interposto pela RODRIGUES & SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS, com consequente alteração das cláusulas editalícias inerentes à qualificação técnica, excluindo-se do rol de exigência a obrigação de apresentação de cadastro da empresa no CRA – Conselho Regional de Administração. No entanto, permanece a condição de habilitação inerente a qualificação técnica mínima, de um componente com comprovada aposta à alínea “a” da cláusula 4.2.5 do Edital. Para fins de melhor elucidar a questão, a Comissão lavrará um ADENDO ao Edital, anexo a presente resposta, que igualmente será publicizado no Portal de Licitações do Tribunal de Contas do Estado, acessível em: municipios.tce.ce.gov.br.

É a decisão. S.m.j.

Itapajé – CE, 03 de abril de 2018.


Zeuda Briosso Marinho
Presidente da Comissão

Ratifico a decisão acima lavrada.


THYNALLE BASTOS DE SOUSA
Diretora-Executiva da Capesi



**ADENDO AO EDITAL
TOMADA DE PREÇOS Nº 2018.03.16.02**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA JURÍDICA ADMINISTRATIVA, NA ÁREA DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E PARECERES CORRELATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE DA CAPESE – CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITAPAJÉ-CE.

Na qualificação técnica, cláusula 4.2.5 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, leia-se agora:

4.2.5 - Qualificação Técnica:

- a) Apresentar pelo menos 01(um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa Jurídica de Direito Público (conforme justificativa no termo de referencia), com firma reconhecida comprovando aptidão pelo concorrente para desempenho de atividade compatível com o objeto da licitação, acompanhado do respectivo Contrato.
- b) Prova de inscrição do sócio ou integrante não sócio da sociedade na Ordem dos Advogados do Brasil.
- c) Devendo ainda a licitante apresentar um ou mais profissionais com experiência comprovada em Direito Administrativo e Direito Previdenciário no Serviço Público, devidamente registrado(s) na OAB, com a devida regularização perante a instituição. Tal vínculo do profissional devera ser comprovado mediante apresentação de copia autenticada em cartório competente, da Carteira Profissional, Ficha de Registro de Empregado ou Contrato de Prestação de Serviços celebrado de acordo com a legislação civil comum ou cópia autenticada em cartório competente do Estatuto ou Contrato Social, no caso de sócio ou diretor.

Em virtude da presente alteração não registrar mudanças na elaboração das propostas de preço, mas amplia o círculo de possíveis interessados na contratação em comento, fica mantida a data de realização do certame para o dia 17/04/2018 as 10:30hrs.

Itapajé – CE, 03 de abril de 2018.

Zeuda Brioso Marinho
ZEUDA BRIOSO MARINHO
Presidente da Comissão de Licitação

ADENDO AO EDITAL
TOMADA DE PREÇOS Nº 2018.03.18.02

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA JURÍDICA ADMINISTRATIVA NA ÁREA DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E PARCELAMENTOS CORRELATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE DA CAPESE - CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITAPAJÉ

Na qualificação técnica, cláusula 4.2.5 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, lê-se agora:

4.2.5 - Qualificação Técnica:

- a) Apresentar pelo menos 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de Direito Público, contendo justificativa no termo de referência, com firma reconhecida comprovando aptidão pelo conteúdo para desempenho de atividade compatível com o objeto da licitação, acompanhado do respectivo Contrato;
- b) Prova de inscrição do sócio ou integrante não sócio da sociedade na Ordem dos Advogados do Brasil;
- c) Deverá ainda o licitante apresentar um ou mais profissionais com experiência comprovada em Direito Administrativo e Direito Previdenciário no Serviço Público, devidamente registrados no OAB, cuja a devida regularização perante a instituição. Tal vínculo do profissional deverá ser comprovado mediante apresentação de cópia autenticada em cartório competente, do Carteira Profissional, Ficha de Registro de Emprego ou Contrato de Prestação de Serviços celebrado de acordo com a legislação civil comum ou cópia autenticada em cartório competente do Estatuto ou Contrato Social, no caso de sócio ou diretor.

Em virtude da presente alteração não registrar mudanças na elaboração das propostas de preço, mas apenas o cancelamento de possíveis interessados na contratação em momento, não mantida a data da realização do certame para o dia 13/04/2018 às 10 horas.

Ilhéus - CE, 03 de abril de 2018.

ZEUDA BRUNO MARINHO
Presidente da Comissão de Licitação



Dupla, em motocicleta, trocou tiros e só parou quando atingida

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Carúis - Aviso de Licitação - Edital de Tomada de Preços Nº. 2018.03.26.01. A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Carúis, comunica aos interessados que fará realizar licitação em sua sala, na Prefeitura Municipal de Carúis, localizada na Rua Raul Nogueira, s/n – Esplanada – Carúis - CE, às 08:30 hs do dia 16 de Abril de 2018, Sessão de recebimento dos documentos de Habilitação e Propostas para a Tomada de Preços Nº. 2018.03.26.01, tipo – Menor Preço Global, destinada a Contratação de pessoa jurídica apta a executar os serviços de reparos e consertos em prédios onde funcionam diversas UBS's, junto a Secretaria de Saúde do Município de Carúis. O Edital poderá ser adquirido junto à Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Carúis no horário das 08:00 às 12:00 horas. Informações pelo fone (0xx88) 3514-1219. Carúis - CE, 28 de Março de 2018. Reidembergue Possidônio de Lacerda - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

Estado do Ceará – CAPESE - Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Itapajé – Aviso de Adiantamento. Torna público que a Licitação nº 2018.03.16.01 – na modalidade Tomada de Preços, tendo por objeto a contratação de serviços especializados em assessoria e consultoria em contabilidade pública e execução orçamentária, financeira e patrimonial junto a Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Itapajé, fica Adiada. A nova abertura realizar-se-á no dia 17/04/2018 às 09:00hs na Sala da Comissão Permanente de Licitação situada na Praça Vicente Porfírio Sampaio, 1900 – Centro. Itapajé/CE, 28 de março de 2018 – Presidente da CPL.

Estado do Ceará – CAPESE - Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Itapajé – Aviso de Adiantamento. Torna público que a Licitação nº 2018.03.16.02 – na modalidade Tomada de Preços, tendo por objeto a contratação de prestação de serviços especializados de assessoria jurídica administrativa, na área de benefícios previdenciários e pareceres correlatos na administração pública de interesse da CAPESE – Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Itapajé-Ce, fica Adiada. A nova abertura realizar-se-á no dia 17/04/2018 às 10:30hs na Sala da Comissão Permanente de Licitação situada na Praça Vicente Porfírio Sampaio, 1900 – Centro. Itapajé/CE, 28 de março de 2018 – Presidente da CPL.

Estado do Ceará – CAPESE - Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Itapajé – Aviso de Adiantamento. Torna público que a Licitação nº 2018.03.16.03 – na modalidade Tomada de Preços, tendo por objeto a Contratação de serviços técnicos profissionais especializados em assessoria e consultoria previdenciária, junto a CAPESE – Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Itapajé-Ce, fica Adiada. A nova abertura realizar-se-á no dia 17/04/2018 às 13:30hs na Sala da Comissão Permanente de Licitação situada na Praça Vicente Porfírio Sampaio, 1900 – Centro. Itapajé/CE, 28 de março de 2018 – Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO - CE

Torna público que requereu à Autarquia Municipal de Meio Ambiente - AMMA a Licença Ambiental (LA), Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) para os Serviços de Pavimentação em Paralelepípedo nos bairros do Jabuti e da Santa Clara, município de Eusébio-CE. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento da AMMA no qual esta publicação é parte integrante.

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

Torna público que recebeu da Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE a Licença de Instalação (LI) nº 26/2017 – DICOP - GECON para implantação de uma subestação elevadora de tensão 34,5 / 138 kV, localizada no município de Fortim, na localidade Sítio Oitizzeiro, com validade de 06/07/2019. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento da SEMACE.

L A CAVALCANTE SAMPAIO - ME

Torna público que requereu da Secretaria de Meio Ambiente e Controle Urbano – SMU de Maracanaú, a Regularização da Licença Única para fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas localizada na Av. Parque Comercial 251 - Distrito Industrial, no Município de Maracanaú, Estado do Ceará. A PRESENTE PUBLICAÇÃO É PARTE INTEGRANTE DO PROCEDIMENTO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL JUNTO A SMU, E SEUS EFEITOS SÓ SERÃO VALIDADOS COM A DEVIDA EMISSÃO DA LICENÇA.

INSTITUTO PAJU DE DESENVOLVIMENTO E SOCIOECONOMIA SOLIDARIA

Torna público que requereu da Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE a Licença Simplificada para Construção de 26 unidades localizadas no Residencial terra do lavrador II na localidade Bairro Vila Esperança, SN, no município de Acopiara/CE. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento da SEMACE.

INSTITUTO PAJU DE DESENVOLVIMENTO E SOCIOECONOMIA SOLIDARIA

Torna público que requereu da Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE a Licença Simplificada para Construção de 30 unidades localizadas no Residencial terra do lavrador I na localidade Bairro Vila Esperança, SN, no município de Acopiara/CE. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento da SEMACE.

INSTITUTO PAJU DE DESENVOLVIMENTO E SOCIOECONOMIA SOLIDARIA

Torna público que requereu da Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE a Licença Simplificada para Construção de 22 unidades localizadas no Residencial Acopiara melhor para você I na localidade Bairro Vila Esperança, SN, no município de Acopiara/CE. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento da SEMACE.

INSTITUTO PAJU DE DESENVOLVIMENTO E SOCIOECONOMIA SOLIDARIA

Torna público que requereu da Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE a Licença Simplificada para Construção de 22 unidades localizadas no Residencial Acopiara melhor para você II na localidade Bairro Vila Esperança, SN, no município de Acopiara/CE. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento da SEMACE.

LAREDO COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE ALIMENTOS LTDA

Torna público que requereu a SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, URBANISMO, DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E RECURSOS HÍDRICOS, a Renovação da Licença de Operação Ambiental para terraplanagem localizada na Rodovia BR 116 Km 23 - Camará, no Município Aquidauá/CE conforme resolução CONAMA 237/97. Foi determinado o cumprimento das exigências das normas necessárias para o licenciamento ambiental na SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, URBANISMO, DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E RECURSOS HÍDRICOS.

da prática ilícita de Breno Luiz de Sousa dos Santos, 18, sem antecedentes, e Alefe Gomes de Oliveira dos Santos, 24, com passagem por roubo, porte ilegal de arma de fogo e corrupção de menor. Durante a perseguição, um dos suspeitos disparou contra a composição,

dos para a sede do 5º Distrito Policial (Parangaba), onde foram autuados por roubo, receptação, resistência e posse ilegal de arma de fogo. Todo o material apreendido foi apresentado na delegacia.



MAIS CONTEÚDO ACESSA
www.oestado.com.br

EDITAL DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Coordenador Geral do SINTECT-CE, Luis Francisco Moreira Santiago, no uso de suas atribuições legais, convoca todos os trabalhadores e trabalhadoras ecetistas a se fazerem presentes à Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 10 de abril de 2018, na sede da entidade, à Rua Assunção, nº 477 – Centro, Fortaleza-CE, CEP 60.050-010, com primeira chamada às 18h30min e segunda chamada às 19h30min com a seguinte pauta: Informes; Tirada de delegados para o XIII CONTECT, que acontecerá em Brasília, nos dias 31 de maio, 01 e 02 de junho de 2018; Outros Encaminhamentos. Fortaleza, 29 de março de 2018. Luis Francisco Moreira Santiago – Coordenador Geral do SINTECT-CE.

ENERLIFE ENERGIAS RENOVÁVEIS LTDA.

Torna público que requereu à Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE a Licença de Instalação - LI para Geração de Energia Elétrica Solar Fotovoltaica - da Usina Solar Fotovoltaica (UFV) Bom Lugar IV, localizada no município de Icó/CE, nas terras da Fazenda Esperança e Fazenda Terra Nova, Rodovia CE 153 - Lima Campos a Orós, km 3, Zona Rural. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento da SEMACE.

ENERLIFE ENERGIAS RENOVÁVEIS LTDA.

Torna público que requereu à Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE a Licença de Instalação - LI para Geração de Energia Elétrica Solar Fotovoltaica - da Usina Solar Fotovoltaica (UFV) Bom Lugar IX, localizada no município de Icó/CE, nas terras da Fazenda Terra Nova e Fazenda Tijuca, Rodovia CE 153 - Lima Campos a Orós, km 3, Zona Rural. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento da SEMACE.

ENERLIFE ENERGIAS RENOVÁVEIS LTDA.

Torna público que requereu à Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE a Licença de Instalação - LI para Geração de Energia Elétrica Solar Fotovoltaica - da Usina Solar Fotovoltaica (UFV) Bom Lugar V, localizada no município de Icó/CE, nas terras da Fazenda Esperança e Fazenda Terra Nova, Rodovia CE 153 - Lima Campos a Orós, km 3, Zona Rural. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento da SEMACE.

ENERLIFE ENERGIAS RENOVÁVEIS LTDA.

Torna público que requereu à Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE a Licença de Instalação - LI para Geração de Energia Elétrica Solar Fotovoltaica - da Usina Solar Fotovoltaica (UFV) Bom Lugar VI, localizada no município de Icó/CE, nas terras da Fazenda Terra Nova, Rodovia CE 153 - Lima Campos a Orós, km 3, Zona Rural. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento da SEMACE.

ENERLIFE ENERGIAS RENOVÁVEIS LTDA.

Torna público que requereu à Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE a Licença de Instalação - LI para Geração de Energia Elétrica Solar Fotovoltaica - da Usina Solar Fotovoltaica (UFV) Bom Lugar VII, localizada no município de Icó/CE, nas terras da Fazenda Terra Nova, Rodovia CE 153 - Lima Campos a Orós, km 3, Zona Rural. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento da SEMACE.

ENERLIFE ENERGIAS RENOVÁVEIS LTDA.

Torna público que requereu à Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE a Licença de Instalação - LI para Geração de Energia Elétrica Solar Fotovoltaica - da Usina Solar Fotovoltaica (UFV) Bom Lugar VIII, localizada no município de Icó/CE, nas terras da Fazenda Terra Nova e Fazenda Tijuca, Rodovia CE 153 - Lima Campos a Orós, km 3, Zona Rural. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento da SEMACE.

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARAÚ – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 2703.01/2018 – A Pregoeira da Prefeitura do Município de Acaraú-CE torna público para conhecimento dos interessados que no próximo dia 16 de Abril de 2018, às 08h30min, na Sede da Prefeitura localizada à Rua Capitão Diogo Lopes, Nº 2105, Vereador Antônio Livino da Silveira, Acaraú-CE, estará realizando Licitação, na Modalidade Pregão Presencial, critério de Julgamento Menor Preço, tombado sob o Nº 2703.01/2018, com o seguinte Objeto: **Aquisição de material de expediente destinado a Secretaria e aos Programas da Secretaria de Assistência Social do Município de Acaraú-CE**, conforme especificações em Anexo do Edital, o qual se encontra na íntegra na Sede da Comissão Permanente de Licitação, no horário de 08h às 12h e no Site do Tribunal de Contas do Estado: www.tcm.ce.gov.br/licitacoes. Acaraú-CE, 02 de Abril de 2018. Ana Flávia Teixeira – Pregoeira.

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARAÚ – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 1403.01/2018 – A Pregoeira da Prefeitura do Município de Acaraú-CE torna público para conhecimento dos interessados que no próximo dia 13 de Abril de 2018, às 08h30min, na Sede da Prefeitura localizada à Rua Capitão Diogo Lopes, Nº 2105, Vereador Antônio Livino da Silveira, Acaraú-CE estará realizando Licitação, na Modalidade Pregão Presencial, critério de Julgamento Menor Preço, tombado sob o Nº 1403.01/2018, com o seguinte Objeto: **Seleção de Melhor Proposta para Registro de Preços visando Futuras e Eventuais Aquisições de peças, pneus e baterias, destinados a frota oficial de veículos da Prefeitura Municipal de Acaraú-CE**, conforme especificações em Anexo do Edital, o qual se encontra na íntegra na Sede da Comissão de Licitação, no horário de 08h às 12h e no Site do Tribunal de Contas do Estado: www.tcm.ce.gov.br/licitacoes. Acaraú-CE, 02 de Abril de 2018. Ana Flávia Teixeira – Pregoeira.

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRES FERREIRA – AVISO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS – TOMADA DE PREÇOS Nº 07TP02/2018 – A Comissão Permanente de Licitação da PMPF, depois de proceder à verificação e Análise das Propostas de Preços das empresas participantes na Tomada de Preços Nº 07TP02/2018, referente à Contratação dos serviços mecanizados, utilizando trator de esteira com lâmina e escarificador, compactador pé de carneiro vibratório autopropeleido, compactador liso vibratório autopropeleido por hora trabalhada junto a Secretaria de Infraestrutura do Município de Pires Ferreira-CE, decidiu e julgou CLASSIFICADA: W. J. FREITAS ME. Decidiu e julgou DESCLASSIFICADA: J. J. PRODUÇÕES LTDA ME; R. D. LOCAÇÕES E EVENTOS LTDA ME. As razões que motivaram tal decisão encontram-se à disposição dos interessados, para consulta, junto à ata de classificação das propostas de preços nos autos do processo licitatório. Foi VENCEDORA do certame a empresa W. J. FREITAS ME com o seguinte VALOR: R\$ 294.722,03. A partir da data desta publicação fica aberto o prazo recursal conforme o Art. 109, Inciso I, Alínea “b” da Lei Federal Nº 8.666/93. Pires Ferreira-CE, 28 de Março de 2018. Sâmia Leda Tavares Timbó – Presidente da CPL.

ESTADO DO CEARÁ – CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE IGUAU – EXTRATO DE CONTRATO Nº 2018.03.26.01 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 2018.02.29.01-CPSMIG – PROCESSO ADMINISTRATIVO: Pregão Presencial Nº 2018.02.29.01-CPSMIG. OBJETO: Aquisição de material de limpeza e higiene. CONTRATANTE: Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Iguaú-CE. CONTRATADA: FRANCISCO ALMINO UCHÔA, CNPJ: 72.294.697/0001-61. FUNDAMENTO LEGAL: Leis Nºs 8.666/93 e 10.520/2002. VIGÊNCIA: 31/12/2018. VALOR: R\$ 124.966,50. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº: 0101.10.302.0037.2.002 e 0101.10.302.0037.2.003. ASSINA PELA CONTRATANTE: Francisca Regiane Braz de Carvalho – Ordenadora de Despesas. ASSINA PELA CONTRATADA: Francisco Almino Uchôa. DATA DA ASSINATURA: 26/03/2018.

SANNY CONFECÇÕES FEMININAS S/A - CNPJ nº 07.291.784/0001-01 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Edital de convocação. AGO. A diretoria da empresa SANNY CONFECÇÕES FEMININAS S/A, convoca os Srs. Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que realizar-se-á na sede da aludida Companhia, estabelecida na Av. João Pessoa n.º 7111, Parangaba, Fortaleza/CE, CEP 60.721-340, às 10:00hs do dia 30 de Abril de 2018, com a seguinte ordem do dia: AGO - a) examinar, discutir e votar as contas da diretoria e as demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017; b) dar destinação aos resultados; c) Outros assuntos de interesse da companhia. Ficam os Srs. Acionistas avisados de que os documentos pertinentes aos assuntos incluídos na ordem do dia encontram-se à disposição na sede da companhia. Fortaleza/CE, 26 de Março de 2018. Antônia Marta de Paula Joca - Diretora Administrativo - Financeiro.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA S/A CENTRO REGIONAL INTEGRADO DE ONCOLOGIA - CRIO CNPJ/MF nº 07.990.336/0001-98 - NIRE 23.300.000.773 - Servimo-nos da presente para convidar V. Sª. a participar das Assembleias Gerais Ordinárias, a se realizarem em 27 de abril de 2018 (Sexta-feira), às 10:00hs, na sede social desta empresa, à Rua Francisco Calça, 1300, em Fortaleza - Ceará, quando será apreciada a seguinte ordem do dia: a) Discussão e deliberação sobre o Relatório da Diretoria referente ao período encerrado em 31/12/2017. b) Aprovação da nova expressão monetária com a respectiva incorporação ao Capital; c) Destinação do lucro líquido do exercício findo; d) Outros assuntos de interesse da Sociedade. Comunicamos, outrossim, que se encontram a sua disposição, na sede social da empresa, os documentos previstos no artigo 133 da Lei 6.404 de 15/12/1976. Fortaleza 26 de março de 2018. FRANCISCO ÁLVARO DE ANDRADE NETO - Diretor Presidente.

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Pentecoste - Aviso de Licitação. A Comissão Permanente de Licitação de Pentecoste torna público, a licitação na modalidade Concorrência nº 2018.03.21.10-CP-ADM, do tipo menor preço global, cujo objeto é a contratação de serviços de engenharia para execução da obra de construção de sistema de abastecimento de água nas localidades de Salgado dos Balbino, Umburanas, Três Lagoas e Mocó no Município de Pentecoste, com data de abertura para o dia 03/05/18, às 09:00h, na sede da Prefeitura, maiores informações pelo telefone (85) 3352-2617 / (85) 9.9169-2701 e no site www.tcm.ce.gov.br - Presidente da CPL. Pentecoste-CE, 28 de Março de 2018.

Estado do Ceará – CAPESE - Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Itapajé – Aviso De Adiamento. Torna público que a Licitação nº 2018.03.16.01 – na modalidade Tomada de Preços, tendo por objeto a contratação de serviços especializados em assessoria e consultoria em contabilidade pública e execução orçamentária, financeira e patrimonial junto a Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Itapajé, fica Adiada. A nova abertura realizar-se-á no dia 17/04/2018 às 09:00hs na Sala da Comissão Permanente de Licitação situada na Praça Vicente Porfírio Sampaio, 1900 – Centro. Itapajé/CE, 28 de março de 2018 – Presidente da CPL.

Estado do Ceará – CAPESE - Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Itapajé – Aviso de Adiamento. Torna público que a Licitação nº 2018.03.16.02 – na modalidade Tomada de Preços, tendo por objeto a contratação de prestação de serviços especializados de assessoria jurídica administrativa, na área de benefícios previdenciários e pareceres correlatos na administração pública de interesse da CAPESE – Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Itapajé-CE, fica Adiada. A nova abertura realizar-se-á no dia 17/04/2018 às 10:30hs na Sala da Comissão Permanente de Licitação situada na Praça Vicente Porfírio Sampaio, 1900 – Centro. Itapajé/CE, 28 de março de 2018 – Presidente da CPL.

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Pacajus - Aviso de Republicação - Secretaria de Saúde. A Prefeitura Municipal de Pacajus, através da Comissão de Licitação, localizada na rua Guarany, nº 600, Altos, Centro, em Pacajus-CE, comunica aos interessados a republicação para o dia 17 de abril de 2018, às 09:00 horas, do licitação na modalidade Tomada de Preço Nº 2018.03.01.01-TP, cujo objeto é a execução dos serviços de construção de 01 (uma) Unidade Básica de Saúde (tipo 01) no Bairro Pedra Branca e conclusão da construção das Unidades Básicas de Saúde no Bairro Bangue II e Bairro Croatá II, na sede do Município de Pacajus - CE. O edital poderá ser retirado na Comissão de Licitação, no endereço acima, no horário de expediente ao público, ou pelo portal do TCE-CE: <http://www.tce.ce.gov.br/licitacoes>. Pacajus-CE, 28 de março de 2018. Elton Freire Barbosa - Presidente da CPL.

ERVA MOURA VALE DO CURU S/A- PEC. E AGRIC. - ERMOVALE - CNPJ, 07.682.719/0001-07 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA - Ficam convocados os senhores acionistas desta sociedade para se reuni-rem em Assembleia Geral Ordinária que será realizada, em 30 de Abril de 2018, às 10:00 horas, na sede social da Companhia na Rua Pedro Sampaio, 1320 Bairro Quintino Cunha, Fortaleza/CE, a fim de deliberarem sobre as seguintes Ordens do Dia: 1) Exame, discussão e votação do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2017; 02) demais assuntos de interesse social. Fortaleza, 26 de Março de 2018. A DIRETORIA.



PORTARIA Nº 01/2018.

A DIRETORA DA CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITAPAJÉ – CAPESE, no uso de suas atribuições conferidas pelos artigos 64 e 70 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE 05/04/1990.

RESOLVE:

Art. 1º. – Nomear a Comissão Permanente de Licitação composta pelos membros a seguir designados, sob a presidência do primeiro:

I – ZEUDA BRIOSO MARINHO – Presidente, CPF 496.800.803-15, sito a rua Damião Martins Sales, 180, Santa Rita, Itapajé-CE, fone (85) 9190.4183, zeudabrioso@gmail.com.

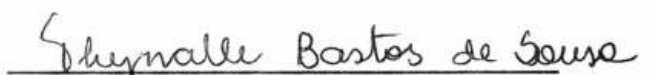
II – LUIZ VANDO ARAUJO DE SOUZA – Membro, CPF 118.676.393-00, sito a rua Raimundo Honorato Vasconcelos, 13, Apto 3, Padre Lima, Itapajé-CE, fone (85) 99184.7883.

III – ROCICLEA RODRIGUES CUNHA – Membro, CPF 258.392.763-91, sito a rua Francisco Assis Barreto, 166, Santa Rita, Itapajé-CE, fone 9227.6485.

Art. 2º. – Compete à Comissão Permanente de Licitação o rigoroso cumprimento de todas as disposições contidas na Lei Nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Art. 3º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITAPAJÉ, em 12 de março de 2018.


THYNALLE BASTOS DE SOUSA
Diretora-Executiva da CAPESE

CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL - CRC

Válido até 31/12/2018

Razão Social	PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS
CNPJ	11.343.577/0001-12
Endereço	Rua Nunes valente, 2415 Sala 05
Bairro	Dionisio Torres
Cidade/Uf	Fortaleza-CE
Telefone	85-99647.1777

REPRESENTANTE : Francisco Quirino Rodrigues Ponte Junior**CARGO / FUNÇÃO**: Socio Administrador**C.P.F.** : 908.091.653-68

O(A) Presidente da Comissão de Licitação da CAPESI, infra assinado, em pleno exercício do cargo e no uso competente de suas atribuições, notadamente as conferidas pela Lei Federal nº 8.666/93 e legislação correlata, **DECLARA** para os devidos fins que o licitante supra identificado está apto a participar de certames licitatórios promovidos pela CAPESI, quando se tratar de objeto(s) relacionado(s) ao(s) seguinte(s) ramo(s) de atividade(s):

- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE Serviços advocatícios**Documentação Acostada:**

CONTRATO SOCIAL E ADITIVOS (SE HOUVER)	(x)
CNPJ EMITIDO PELA RECEITA FEDERAL	(x)
CERTIDÕES DA: RECEITA FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL, FGTS e TRABALHISTA	(x)
DOCUMENTOS DO(S) SÓCIO(S) COM FOTO	(x)
BALANÇO PATRIMONIAL VALIDO DO ULTIMO EXERCICIO	(x)
ALVARA DE FUNCIONAMENTO	(x)
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CONSELHO DE CONTABILIDADE (Para área de atuação em contabilidade)	()
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CREA (Para área de atuação em engenharia)	()

ITAPAJE, 12 de abril de 2018


Zeuda Briosso Marinho

Presidente da CPL



UNIVERSITY OF CHICAGO

1968-1969

BOOKS
1968-1969
1968-1969
1968-1969
1968-1969
1968-1969
1968-1969

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
500 EAST HALEY STREET
CHICAGO, ILL. 60607

1968-1969

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
500 EAST HALEY STREET
CHICAGO, ILL. 60607

1968-1969

UNIVERSITY OF CHICAGO

1968-1969

TEM FE PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 07845244

USO OBRIGATORIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.962/94)



ASSINATURA DO PORTADOR

Francisco R. P. L.



CAB

DE NOTAS
010 15-25 922
3304-9444
Fortaleza - CE
AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente cópia fotostática
é a reprodução fiel do original. Dou fé.
Fortaleza - CE.

11 ABR. 2013

TO FILA MAIA - TABELIAO
GOLAR DE AQUINO - ESC. AUTORIZADO
CARNEIRO DA SILVA - ESC. AUTORIZADA
DE MARIA CORREIA MAIA - ESC. SUBSTITUTA
MURILLO PAULISTINO - ESC. AUTORIZADA

HP824.233

ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DO CEARA
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME
FRANCISCO QUIRINO RODRIGUES PONTE JUNIOR

FILIAÇÃO
FRANCISCO QUIRINO RODRIGUES PONTE
FERNANDA DE SA CAVALCANTE PONTE

NACIONALIDADE
FORTALEZA-CE

DATA DE NASCIMENTO
04/05/1982

RG
99013901700 - SSP-CE

CPF
998.091.053-00

VALIDADE DE ASSINATURA E TITULO
SIM

VIA: ASSINATURA DO
02 29/03/2012

VALIDADE DE ASSINATURA E TITULO
PRÓPRIO

7

7
by
R

1º ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE SIMPLES
PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS



Pelo presente instrumento particular e da melhor forma do direito, **FRANCISCO QUIRINO RODRIGUES PONTE JUNIOR**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/CE sob o nº. 20.614, portador da Cédula de Identificação nº. 9913001760 SSP/CE, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº. 908.091.653-68, residente e domiciliado na Rua Aluísio Soriano Aderaldo, nº. 50, Apto. 2002, Bairro Cocó, na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, Cep.: 60.192-330 e **MANOELA PONTE ROCHA**, brasileira, casada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/CE sob o nº. 11.611, portadora da Cédula de Identificação nº. 135141987 SSP/CE, devidamente inscrita no CPF/MF sob o nº. 441.664.353-53, residente e domiciliada a Rua Barbosa de Freitas, nº. 720 - Apto. 2101, Bairro Meireles, na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, CEP.: 60.170-020, únicos sócios da sociedade de advogados denominada **PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS**, devidamente registrada no Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB Seccional Ceará, sob nº 616, livro B, com seus atos constituídos em 22/10/2009, inscrita no CNPJ (MF) sob nº 11.343.577/0001-12, tem entre si, justo e contratado nesta e na melhor forma do direito, 1º alteração ao contrato social, o que o fazem da seguinte forma e cláusula a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - ALTERAÇÃO DO ENDEREÇO E DURAÇÃO

Mudança de endereço da sede da sociedade para a Rua Nunes Valente, 2415, sala 05, bairro Dionísio Torres, Fortaleza - Ceará, CEP: 60.125-071. A Sociedade iniciou suas atividades em 22/10/2009 e terá prazo indeterminado de duração.

CLÁUSULA SEGUNDA - CLÁUSULAS INALTERADAS

Permanecem em pleno vigor as demais cláusulas do contrato social não alteradas por este instrumento.



Handwritten signatures and initials on the right side of the page, including a large signature and several initials.

OAB
ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇÃO DO CEARÁ
 CERTIFICADO que a referida sociedade de advogados
 que se encontra registrada sob o nº 616
 livro B aditivo, certifico,
 registrou nesta data o 019
 ainda, que foi arquivado duas vias de igual teor
 e forma nesta seccional
 Fortaleza (CE) de 01 de 01 de 2018
 Secretário (a)

Certifico que a presente cópia fotostática
 é a reprodução fiel do original
 Fortaleza - CE.

02 ABR. 2018

ROBERTO FIUZA MATA
FABRÍCIO GOUART DE AQUINO - ES
CLAUDIA CARNEIRO DA SILVA - ES
CONCEIÇÃO DE MARIA CORREIA MATA - ES
MARIA MARLY MOTA RIBEIRO - ES

SEÇÃO DE NOTAS
 Av. ... nº ...
 Tel. (085) 331.4.9444
 Alameda Fortaleza - CE
 CIDADE DO SENHOR DEUS

HP809-SSS
APLICATIVO
2018

**1º ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE SIMPLES
PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS**

CLÁUSULA TERCEIRA – CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Resolvem os sócios, ainda, reformular completamente o contrato social, dando ao mesmo efeito de consolidação, sintetizando todas as alterações procedidas em seus aditivos anteriores neste instrumento, de forma a torná-lo apto a ser apresentado em qualquer local, inclusive em bancos e licitações, de acordo com a lei 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), em vigor, mediante as seguintes cláusulas e condições:



Wm

Handwritten signatures and initials:
- A large stylized signature on the left.
- A signature in the center, possibly "F. L."
- Initials "H" and "R" to the right of the center signature.
- A signature at the bottom center.
- Initials "H" and "R" at the bottom right.

ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DO CEARÁ
OAB
 CERTIFICADO que a referida sociedade de advogados
 que se encontra registrada sob o nº 616
 Livro 5 arquivou, certifico, 30 de 01 de 2017
 ainda, que foi arquivado duas vias de igual teor
 e forma nesta seccional
 Fortaleza (CE) 30 de 01 de 2017
 Secretário (a) _____

 ATENÇÃO HP809.558 03 TABELIAO FABRICIO ROLAND DE AQUINO	Certifico que a presente cópia fotostática é a reprodução fiel do original. Dou fé. Fortaleza - CE.
	02, ABR. 2018 ROBERTO FIUZA MAIA - TABELIAO FABRICIO ROLAND DE AQUINO - ESC. AUTORIZADO CLAUDIA CARNEIRO DA SILVA - ESC. AUTORIZADA CONCEICAO DE MARIA CORREIA MAIA - ESC. SUBSTITUTA MARIA SALLY MOTA RIBEIRO - ESC. AUTORIZADA

**1º ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE SIMPLES
PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS**

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

FRANCISCO QUIRINO RODRIGUES PONTE JUNIOR, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/CE sob o nº. 20.614, portador da Cédula de Identificação nº. 9913001760 SSP/CE, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº. 908.091.653-68, residente e domiciliado na Rua Aluísio Soriano Aderaldo, nº. 50, Apto. 2002, Bairro Cocó, na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, Cep.: 60.192-330 e **MANOELA PONTE ROCHA**, brasileira, casada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/CE sob o nº. 11.611, portadora da Cédula de Identificação nº. 135141987 SSP/CE, devidamente inscrita no CPF/MF sob o nº. 441.664.53-53, residente e domiciliada a Rua Barbosa de Freitas, nº. 720 - Apto. 2101, Bairro Meireles, na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, CEP.: 60.170-020, únicos sócios da sociedade de advogados denominada **PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS**, devidamente registrada no Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB Seccional Ceará, sob nº 616, livro B, com seus atos constituídos em **22/10/2009**, inscrita no CNPJ (MF) sob nº 11.343.577/0001-12, **resolvem**, nesta e na melhor forma do direito, transcrever o contrato social reformulado, tendo em vista a alteração procedida nas páginas anteriores, o que fazem da seguinte forma, nas cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DENOMINAÇÃO SOCIAL E DURAÇÃO

O objeto do contrato será a sociedade de advogados ao qual girará sob formato de Sociedade Simples que aqui se encontra constituída, a qual terá como razão social a denominação de **PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS**, a sua sede na Rua Nunes Valente, 2415, sala 05, bairro Dionísio Torres, Fortaleza - Ceará, CEP: 60.125-071, CNPJ (MF) 11.343.577/0001-12, tendo elegido o foro desta comarca para dirimir qualquer ação fundada neste contrato. A Sociedade iniciou suas atividades em **22/10/2009** e terá prazo indeterminado de duração.



Handwritten signatures and initials:
- A large signature, possibly "WAPR".
- Several initials and smaller signatures, including "Fuy", "AD", "z", "R", and "PQ".

OAB
ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇÃO DO CEARÁ
 CERTIFICO que a referida sociedade de advogados
 que se encontra registrada sob o nº. 616
 registrou nesta data o 616 aditivo, certifico,
 ainda, que foi arquivado duas vias de igual teor
 e forma nesta seccional,
 Fortaleza (CE) 20 de 01 de 2017
 Secretário (a)



CE
 CERTIFICO que a presente cópia fotostática
 é a reprodução fiel do original. Dou fé.
 Fortaleza - CE.
02 ABR. 2018
 ROBERTO FIUZA MAIA - TABELIAO
 FABRICIO GOULART DE AQUINO - ESC. AUTORIZADA
 CLAUDIA CARNETRO DA SILVA - ESC. AUTORIZADA
 CONCEICAO DE MARIA CORREIA MAIA - ESC. SUBSTITUTA
 MARIA MARLY MOTTA RIBEIRO - ESC. AUTORIZADA
 VÍDEO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

**1º ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE SIMPLES
PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS**

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS FILIAIS E SUCURSAIS

Restará facultada a sociedade, por deliberação de todos os sócios, a abertura e/ou fechamento de filiais e sucursais em qualquer ponto do território nacional, desde que previamente comunicada a Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, da respectiva localidade que dará provimento a inscrição suplementar da mesma e seu responsável, devendo-se também, comunicar a Seção da Ordem dos Advogados do Brasil a qual a sede está constituída.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Ressalvando-se que um dos sócios ficará sempre responsável pelas atividades da filial, sendo que na sua ausência, todos deverão manifestar-se a respeito da constituição de novo responsável.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS OBJETIVOS SOCIAIS

A presente sociedade tem por objetivo, prestar todos os serviços inerentes a profissão de maneira conjunta ou individualmente, realizando desta forma, colaboração profissional recíproca. Os serviços inerentes e privativos da advocacia e reservados no Estatuto dos Advogados serão exercidos individualmente ou em conjunto pelos sócios, mesmo que os honorários se revertam em benefício do patrimônio social desta sociedade.

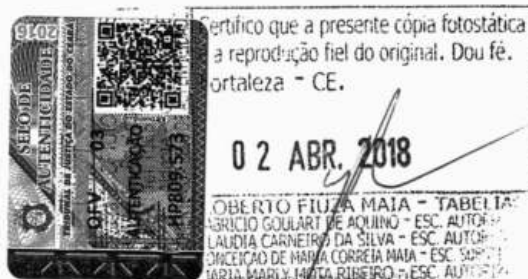
CLÁUSULA QUARTA - DO CAPITAL SOCIAL

O capital da presente sociedade já totalmente integralizado é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Que se divide num total de 10.000 quotas, num valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, estando assim distribuídos entre os sócios:



[Handwritten signatures and initials]

OAB
ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇÃO DO CEARÁ
 CERTIFICO que a referida sociedade de advogados
 que se encontra registrada sob o nº 616
 registrou nesta data o aditivo certfco.
 ainda, que foi arquivado duas vias de igual teor
 e forma nesta seccional.
 Fortaleza (CE) 30 de 01 de 2018
 Secretário (a) _____



**1º ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE SIMPLES
PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS**

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

I – O Sócio FRANCISCO QUIRINO RODRIGUES PONTE JUNIOR, o número de 9.999 quotas do capital social, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, perfazendo o valor total de R\$ 9.999,00 (nove mil novecentos e novena e nove reais);

II – O Sócio MANOELA PONTE ROCHA, o número de 1 quota do capital social, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, perfazendo o valor de R\$ 1,00 (um real).

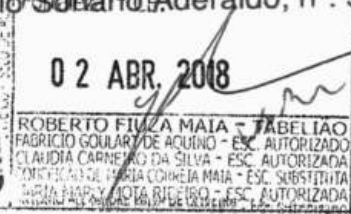
CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE E DOS ATOS

No exercício de atos de advocacia com o uso da razão social, todos os sócios que a este subscrevem e os que porventura surjam no decorrer da existência desta sociedade, responderão solidariamente por todas as obrigações que constituir a sociedade perante terceiros.

PARÁGRAFO ÚNICO: DOS DANOS: Havendo danos causados a clientes, os sócios ficarão responsáveis solidária, pessoal e ilimitadamente pelas ações e omissões praticadas pelos mesmos no exercício da advocacia e no uso desta Razão Social, independente de possíveis punições da Ordem dos Advogados do Brasil. Caso venha a praticar quaisquer atos omissivos ou comissivos em prejuízo da sociedade, o sócio, ficará sujeito ao ressarcimento a terceiros ou aos outros sócios na medida do prejuízo provocado.

CLÁUSULA SEXTA - DA GERÊNCIA E ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

A gerência e administração dos negócios cabem ao sócio **FRANCISCO QUIRINO RODRIGUES PONTE JUNIOR**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/CE sob o nº. 20.614, portador da Cédula de Identificação nº. 9913001760 SSP/CE, devidamente inscrito no CREMEF sob o nº. 908.091.653-68, residente e domiciliado na Rua Aluisio Soriano Aderaldo, nº. 50, Apto. 2002.



Handwritten signatures and initials are present on the right side of the document, including a large signature that appears to be 'Francisco Quirino Rodrigues Ponte Junior'.

**1º ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE SIMPLES
PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS**

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Bairro Cocó, na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, Cep.: 60.192-330, que poderá representar a sociedade, ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. DA VÊNIA CONJUNTA. Nos atos de representação da sociedade haverá a necessidade da formalização da assinatura e a ciência do Sócio-Gerente, ou através de procurador devidamente constituído, para atuar em nome da mesma. Quando for:

- a) Onerar, vender, ceder ou transferir bens imóveis e direitos ligados à sociedade, somando-se a estes todos os outros atos que repercutem diretamente nos bens e na gestão interna da sociedade;
- b) Nomear procurador.

PARÁGRAFO SEGUNDO. DOS ATOS A SEREM PRATICADOS. O(s) Sócio(s)-Gerente(s), independente da assinatura de todos os outros, poderá(ão) praticar os atos de representação em geral, somando-se estes aqueles que são realizados perante repartições públicas, em juízo ou fora dele; realizar os atos inerentes aos empregadores em geral; emitir recibos, faturas e assinar livros razões; enfim, praticar todos os atos inerentes à manutenção ordinária da sociedade.

PARÁGRAFO TERCEIRO. DOS ATOS COMUNS. Os atos que não estiverem inclusos nos dois Parágrafos acima, ou seja, os atos comuns ao exercício da advocacia, poderão ser praticados por quaisquer outros sócios, ou procuradores nomeados para tal fim.

PARÁGRAFO QUARTO. DA NULIDADE DOS ATOS. Serão considerados sem efeito, ou seja, nulos e ineficazes, os atos que qualquer componente da sociedade, no uso de sua razão social, vier a praticar em desacordo com as finalidades



OAB
ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇÃO DO CEARÁ
 CERTIFICO que a referida sociedade de advogados
 que se encontra registrada sob o nº 616
 registrou nesta data o 2º aditivo, certifico,
 ainda, que foi arquivado duas vias de igual teor
 e forma nesta seccional
 Fortaleza (CE) 20 de 01 de 2018
 Secretário(a)

3º OFÍCIO DE NOTAS
 Av. Augusto Gomes 320
 Tel. (85) 3314-9444
MAIA
 Alameda Fortaleza - CE
 CIDADE DO SELO DE AUTENTICIDADE

02 ABR. 2018

ROBERTO FILIZ MAIA - E
 FABRICIO GOULART DE AQUINO - E
 CLAUDIA CARNEIRO DA SILVA - ESC. SUBSTITUTA
 CONCEIÇÃO DE MARIA CORREIA MAIA - ESC. AUTORIZADA
 MARIA MARLY JACOTA RIBEIRO - ESC. AUTORIZADA

Certifico que a presente cópia
 é a reprodução fiel do original
 Fortaleza - CE.



SELO DE AUTENTICIDADE
 TIBO 03
 AUTENTICAÇÃO
 HP808-566

**ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE SIMPLES
PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS**

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

específicas da mesma, bem como realizar empréstimos, avais e fianças mesmo que se porventura for revertido em favor da mesma, sendo vedado o uso da razão social para fins e objetivos estranhos às atividades e interesses sociais, mesmo que em benefício dos próprios sócios.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RETIRADAS PRO-LABORE

As retiradas "pro-labore" serão feitas de acordo com a fixação comum entre os sócios, as quais entrarão no computo das Despesas Gerais, sendo que quaisquer umas destas retiradas poderão ser feitas sem que haja comunicação a empresa de Contabilidade, que desde já ficará responsável pelo controle financeiro desta sociedade.

CLÁUSULA OITAVA - DA ATIVIDADE SOCIAL E DO BALANÇO ANUAL

O ano civil será aplicado ao exercício social da presente sociedade. Sendo que os integrantes da mesma juntamente com a empresa responsável pela Contabilidade farão ao final de cada ano, um balanço geral, que após ser feito todo levantamento e deduções previstas em lei, os lucros líquidos, caso hajam, serão rateados entre os sócios, na medida das respectivas quotas de capital, após a dedução dos encargos eventualmente incidentes, na forma da legislação fiscal aplicável. Os resultados obtidos sejam, positivos ou negativos, individuais ou em conjunto, serão revertidos diretamente para sociedade, e atribuídos conforme participação de cada sócio.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Finda-se o primeiro exercício social ao término do ano civil, 31 de dezembro de 2009.



Handwritten signatures and initials:
- A large signature, possibly "F. L."
- A signature, possibly "W. M."
- A signature, possibly "M. J."
- A signature, possibly "A. C."
- A signature, possibly "Z."
- A signature, possibly "R."

ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇÃO DO CEARÁ
OAB
 CERTIFICADO que a referida sociedade de advogados
 que se encontra registrada sob o nº. 616
 registrou nesta data o aditivo, certifico.
 ainda, que foi arquivado duas vias de igual teor
 e forma nesta seccional.
 Fortaleza (CE) de 01 de 2018
 Secretário(a) _____

SEÇÃO DE AUTENTICIDADE

03

AUTENTICAÇÃO

02H

NP9809-563



Certifico que a presente cópia fotostática
 é a reprodução fiel do original. Dou fé.
 Fortaleza - CE.

02 ABR. 2018

ROBERTO FIUZA MAIA - TABELIAO
 FABRICIO GOULART DE ACHIMO - ESC. AUTENTICAÇÃO
 CLAUDIA CARINETTO DA SILVA - ESC. AUTENTICAÇÃO
 CONCEICAO DE MARIA CORREIA MORA - ESC. AUTENTICAÇÃO
 MARIA MARIA MOTA RIBEIRO - ESC. AUTENTICAÇÃO

1º ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE SIMPLES
PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

PARÁGRAFO SEGUNDO. DO CAPITAL SOCIAL E SUA UTILIZAÇÃO. Caso haja utilização do capital social os sócios suportarão a reposição na medida de suas quotas. Apurando-se prejuízos, os sócios se reunirão para discutir o rateio, bem como a realização da reposição e os pagamentos devidos.

PARÁGRAFO TERCEIRO. REUNIÕES. Serão feitas reuniões trimestrais todos os primeiros dias úteis do mês, as quais terão como pauta principal, as deliberações a respeito da destinação dos resultados obtidos. Os casos omissos deverão ser resolvidos em reuniões extraordinárias. Ressalvando que, em todas elas será lavrada uma ata, a qual conterá todas as disposições nesta acordadas, bem como dia e assinaturas dos participantes, caso em que o que nestas ficar decidido, fará regra para o(s) outro(s) participante(s) da sociedade.

CLÁUSULA NONA – DO FALECIMENTO E/OU SAÍDA DO COMPONENTE

Havendo falecimento de um dos integrantes da sociedade, incapacidade, insolvência, dissensão, retirada ou qualquer outra modificação da forma societária, não constituirá descontinuidade ou dissolução da presente sociedade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Após ocorrência de um dos fatos elencados acima, e decididos pela continuidade da sociedade; ao sócio que se retirar da sociedade caberá receber os valores devidos, oriundos da elaboração de um balanço especial com data-base na data de recebimento pela Sociedade da comunicação de retirada, e deverá considerar o valor atual dos ativos da Sociedade. O pagamento será realizado em 30 (trinta) prestações mensais, iguais e consecutivas.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Decidindo pela não continuidade da sociedade, a mesma será dissolvida obedecendo aos trâmites legais. Sendo nomeado um liquidante sócio ou terceiro indicado pela maioria detentora de capital social.



02 ABR. 2018

ROBERTO FIUZA MAIA - TABELIAO
FABRICIO GOULART DE AQUINO - ESC. AUTORIZADA
CLAUDIA CARNEIRO DA SILVA - ESC. AUTORIZADA
DANIELA DE MORAIS CORREIA MAIA - ESC. SUBSTITUTA
MARIA ANSELMO DA SILVA - ESC. SUBSTITUTA

[Handwritten signatures and initials]

OAB
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇÃO DO CEARÁ
CERTIFICADO que a referida sociedade de advogados
 que se encontra registrada sob o nº. 616
 registro nesta data e 01/04 aditivo, certifico,
 ainda, que foi arquivado duas vias de igual teor
 e forma nesta seccional.
 Fortaleza (CE) 02 de ABR de 2018
 Secretário (a) _____

Certifico que a presente cópia fotostática
 é a reprodução fiel do original. Dou fé.
 Fortaleza - CE.

02 ABR. 2018

ROBERTO FILIZA MAIA - TABELAÇÃO
 ICIO GOUART DE AQUINO - ESC. AUTORIZADA
 MARIA CARMELO DA SILVA - ESC. AUTORIZADA
 MARIA DE MARIA CORREIA MAIA - ESC. AUTORIZADA
 MARLY MOTA RIBEIRO - ESC. AUTORIZADA

OTAS: 35.520
 34.441
 34.442
 34.443
 34.444
 34.445
 34.446
 34.447
 34.448
 34.449
 34.450
 34.451
 34.452
 34.453
 34.454
 34.455
 34.456
 34.457
 34.458
 34.459
 34.460
 34.461
 34.462
 34.463
 34.464
 34.465
 34.466
 34.467
 34.468
 34.469
 34.470
 34.471
 34.472
 34.473
 34.474
 34.475
 34.476
 34.477
 34.478
 34.479
 34.480
 34.481
 34.482
 34.483
 34.484
 34.485
 34.486
 34.487
 34.488
 34.489
 34.490
 34.491
 34.492
 34.493
 34.494
 34.495
 34.496
 34.497
 34.498
 34.499
 34.500

AP809.569
 AUTENTICAÇÃO
 QRS

**1º ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE SIMPLES
PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS**

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

PARÁGRAFO TERCEIRO. No caso de falecimento do sócio cujo nome constar da razão social, fica facultado a manutenção do nome do extinto na razão social.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA CESSÃO DE QUOTAS SOCIAIS

O sócio que manifestar interesse em sair da sociedade, deverá oferecer primeiramente suas cotas ao(s) outro(s) sócio(s), via notificação escrita interna, em condições idênticas, sendo que o(s) mesmo(s) manifestará seu direito de preferência expressamente, dentro de 10 (dez) dias. Caso não ocorra tal manifestação, restará ao interessado vender, ceder ou transferir suas cotas a quem se interessar, desde que esteja regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil e tenha reputação ilibada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Não ocorrendo o exercício do direito de preferência no prazo estipulado acima, entender-se-á que o(s) outro(s) sócio(s) aceita tacitamente a entrada de terceiro.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Consubstanciada a compra, será feito o repasse das cotas da sociedade com a posterior alteração contratual, a qual constará os dados do novo adquirente, suas cotas e respectivos valores. Como ato de formalidade, será feita uma reunião com todos os integrantes da sociedade com suas respectivas assinaturas em ata.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

O Sócio Administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, e que não se acha incurso em quaisquer das hipóteses previstas por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o



Handwritten signatures and initials are present on the right side of the page, including a large signature that appears to be 'Rafael' and several other initials.

OAB
ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇÃO DO CEARÁ
CERTIFICADO que a referida sociedade de advogados
 que se encontra registrada sob o nº 616 Livro B
 registrou nesta data e 01 aditivo, certifico,
 ainda, que foi arquivado duas vias de igual teor
 e forma nesta seccional
Fortaleza (CE) 20 de 01 de 2018

Secretário (a)


 Documento que a presente cópia fotostática
 reprodução fiel do original. Dou fé.
 Fortaleza - CE.

2 ABR. 2018

ROFUIZA MAIA - TABELIAO
GOULART DE AQUINO - ESC. AUTORIZADA
CARNEIRO DA SILVA - ESC. AUTORIZADA
DE MARIA CORREIA MAIA - ESC. SUBSTITUTA
MARLY MOTA RIBEIRO - ESC. AUTORIZADA
JOSE VITOR ALMEIDA OLIVEIRA - ESC. AUTORIZADA

SELO DE AUTENTICIDADE
2018
HP808.567
RZE 03
AUTENTICACAO

**1º ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE SIMPLES
PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS**

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra as relações de consumo, fé pública, ou à propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

Tudo que neste contrato não foi tratado será resolvido através das reuniões ordinárias e extraordinárias, e de forma supletiva com a legislação em vigor, podendo inclusive fazer adendos às cláusulas do presente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. DOS HONORÁRIOS. Os honorários advocatícios percebidos pelos sócios que fazem parte da sociedade, sendo só percebidos diretamente aos casos ligados à consecução desta Sociedade, reverterão em benefício da sociedade sendo, por oportuno, somente aqueles que tenham sido adquiridos posteriormente a assinatura do presente instrumento. Salvo se exercerem a profissão também, de forma particular.

PARÁGRAFO SEGUNDO. As partes elegem o foro de Fortaleza, Estado do Ceará, para o exercício e cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estarem justas e contratadas, as partes aceitam todas as cláusulas constantes neste contrato, bem como todas as determinações contidas no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e das Leis aplicadas.

Assinam o presente, duas testemunhas de reputação ilibadas e idôneas, em 03 (três) vias, devendo ser levadas a registro na Ordem dos Advogados do Brasil – Seccão Ceará.



Handwritten signatures and initials are visible on the right side of the page, including a large signature that appears to be 'F. H.' and several other initials.

OAB

3º OFICIO DE NOTAS
P. CARLOS
P. S. GENTINO
Av. Pa. Antonio Gomes 920
Aldesla - Fortaleza - CE
Tel (085) 331.11 - 9444.
CUIDO SEMPRE COM O MELHOR CUIDADO

Certifico que a presente cópia
é a reprodução fiel do original.
Fortaleza - CE.

02 ABR, 2018

ROBERTO FIUZA MATA - TA
FABRICIO GOULART DE AQUINO - ESC. A
CLAUDIA CARNETRO DA SILVA - ESC. A
CONCEICAO DE MARIA GORETEIA MATA - ESC. A
MARIA MARLY MOTA RIBEIRO - ESC. AU





**1º ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE SIMPLES
PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS**

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Fortaleza/CE. 04 de janeiro e 2017.

F-º Quirino R. P. J.

FRANCISCO QUIRINO RODRIGUES PONTE JUNIOR

Sócio - OAB/CE nº. 20.614 - CPF/MF nº. 908.091.653-68

Manoela N. R.

MANOELA PONTE ROCHA

Sócio - OAB/CE nº. 11.611 - CPF/MF nº. 441.664.353-53

Testemunhas:

Fernanda de Sá Cavalcante Ponte

Fernanda de Sá Cavalcante Ponte

RG Nº. 93013013360 SSP/CE

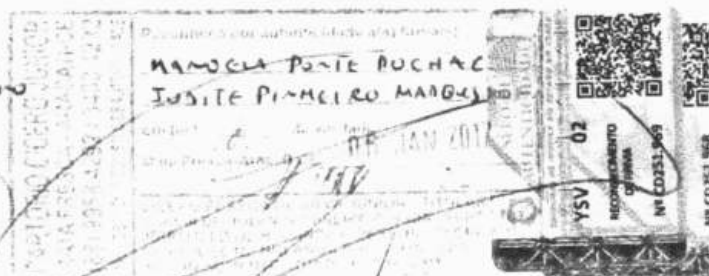
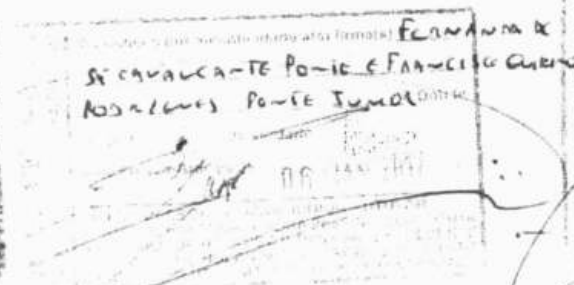
CPF Nº. 081.503.973-53

Judite Pinheiro Marques

Judite Pinheiro Marques

RG Nº. 91013017520 SSP/CE

CPF Nº. 539.471.183-68



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇÃO DO CEARÁ
 CERTIFICADO que a referida sociedade de advogados
 que se encontra registrada sob o nº 616
 registrou nesta data o 616 aditivo, certifico,
 ainda, que foi arquivado duas vias de igual teor
 e forma nesta seccional.
 Fortaleza (CE) 09 de 01 de 2017
 Secretário (a)

3º OFÍCIO DE NOTAS
 Av. Pe. Manoel - mas 122
 Tel. (085) 331.1-9444
 Aderda - Fortaleza - CE
 MAIA
 QDS SOVENTE
 COM SELO DE AUTENTICIDADE

Certifico que a presente cópia fotostática
 é a reprodução fiel do original. De 02 de ABR de 2018
 Fortaleza - CE.

02 ABR 2018

ROBERTO FIUZA MAIA - TABELADO
 FABRICIO GOULART DE AQUINO - ESC. AUTORIZADO
 CLAUDIA CARNEIRO DA SILVA - ESC. AUTORIZADO
 CONCEICAO DE MARIA CORREIA MAIA - ESC. SUS. SUS. SUS.
 MARIVALMA MARVALMA RIBEIRO - ESC. AUT.

SELO DE AUTENTICIDADE
 03
 KAC
 AUTENTICACAO
 4P809.572

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 11.343.577/0001-12 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 22/10/2009
NOME EMPRESARIAL PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 69.11-7-01 - Serviços advocatícios			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 223-2 - Sociedade Simples Pura			
LOGRADOURO R NUNES VALENTE	NÚMERO 2415	COMPLEMENTO SALA 05	
CEP 60.125-071	BAIRRO/DISTRITO DIONISIO TORRES	MUNICÍPIO FORTALEZA	UF CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO JC@ORIONTELECOM.COM.BR		TELEFONE (85) 3048-0001	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 22/10/2009	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **11/04/2018** às **16:35:02** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 11/04/2018

M

Handwritten signatures and initials.



**Prefeitura de
Fortaleza**
Secretaria Municipal
das Finanças

SECRETARIA MUNICIPAL DAS FINANÇAS - SEFIN
CADASTRO DE PRODUTORES DE BENS E SERVIÇOS - CPBS

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
274107-5

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE
SITUAÇÃO CADASTRAL**

DATA INÍCIO ATIVIDADE NO
MUNICÍPIO
08/10/2012

NOME / RAZÃO SOCIAL
PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS

CPF/CNPJ
11.343.577/0001-12

NOME DE FANTASIA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL / OCUPAÇÃO
691170101 - SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS / OCUPAÇÕES

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
223-2 - SOCIEDADE SIMPLES PURA

TIPO DE ESTABELECIMENTO
MATRIZ

LOGRADOURO
R NUNES VALENTE, 2415

COMPLEMENTO
SALA 05

BAIRRO
DIONÍSIO TORRES

CEP
60125-071

MUNICÍPIO
FORTALEZA

UF
CE

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

REGIME DE TRIBUTAÇÃO
SIMPLES NACIONAL ME-EPP

SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO
NÃO

OPTANTE DO SIMEI
NÃO

OPTANTE DO SIMPLES NACIONAL
SIM

DATA DA OPÇÃO NO SIMPLES / SIMEI
01/01/2015

DATA DE CADASTRO NA SEFIN
08/10/2012

EMITIDO VIA INTERNET EM 11/04/2018 ÀS 16:32:44

<http://www.sefin.fortaleza.ce.gov.br>

Nu

AA

7

ky

b

de



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS
CNPJ: 11.343.577/0001-12

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 16:23:08 do dia 19/01/2018 <hora e data de Brasília>.
Válida até 18/07/2018.

Código de controle da certidão: **E388.CACB.23F2.B196**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Handwritten signatures and initials]



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Procuradoria Geral do Estado



Certidão Negativa de Débitos Estaduais
Nº 201801566806

Emitida para os efeitos da Instrução Normativa Nº 13 de 02/03/2001

IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE
Inscrição Estadual: *****
CNPJ / CPF: 11.343.577/0001-12
RAZÃO SOCIAL: *****

Ressalvado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para fins de direito, que revendo os registros do Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual - CADINE, verificou-se nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para constar, foi emitida esta certidão.

EMITIDA VIA INTERNET EM 15/03/18 ÀS 10:46:03
VÁLIDA ATÉ 14/05/2018

A autenticidade deste documento deverá ser comprovada via Internet, no endereço www.sefaz.ce.gov.br



**Prefeitura de
Fortaleza**

SECRETARIA MUNICIPAL DAS FINANÇAS - SEFIN



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Certidão N° 2018/ 36973

CPF/CNPJ: 11.343.577/0001-12

Contribuinte: PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS

Endereço: R NUNES VALENTE 2415 SALA 05

DIONISIO TORRES

Tipo de Imóvel: Não Residencial

Inscrição ISS: 274107-5

Inscrição IPTU: 867125-7

Localização Cartográfica: 16 0160 0142 0004

Testada Principal (m): 11,00

Área do Terreno (m²): 693,00

Área Privativa (m²): 46,35

Área Comum (m²): 0,00

Certificamos, para os devidos fins, que o(a) requerente acima qualificado(a) está **quite com os tributos municipais até a presente data**, ressalvado porém, à Secretaria de Finanças, caso se constatar futuramente a legitimidade de qualquer tributo que venha a gravar a pessoa ou o imóvel, o direito de cobrar o débito na forma da legislação em vigor.

Fortaleza, 1 de fevereiro de 2018 (15:33:10)

Certidão expedida gratuitamente com base nos artigos 534 a 563 do Regulamento do Código Tributário Municipal, aprovado pelo Decreto nº 13.716/2015.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no site da SEFIN (www.sefin.fortaleza.ce.gov.br).

Validade: 90 dias.

CERTIDÃO EMITIDA VIA INTERNET
<http://www.sefin.fortaleza.ce.gov.br>

2

[Handwritten signatures and initials]

IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

Inscrição: 11343577/0001-12
Razão Social: PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS
Endereço: AV SANTOS DUMONT / MEIRELES / FORTALEZA / CE / 60150-160

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 27/03/2018 a 25/04/2018

Certificação Número: 2018032707002353668502

Informação obtida em 11/04/2018, às 16:31:02.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 11.343.577/0001-12

Certidão nº: 147823777/2018

Expedição: 11/04/2018, às 16:25:19

Validade: 07/10/2018 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **11.343.577/0001-12**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



UMA CIDADE DE TODOS
ARACOIABA
PREFEITURA MUNICIPAL



Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Aracoiaba - Instituto de Previdência

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita no CNPJ de Nº. 11.343.677/0001-12, hoje estabelecida na cidade de Fortaleza-CE, na Rua Nunes Valente, 2415 - Sala 05, Dionísio Torres, CEP: 60.125-071, detêm qualificação técnica para atuar em:

SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS PRESTADOS A ÓRGÃO PÚBLICO

A referida empresa está desenvolvendo atualmente, com competência os Serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica junto ao Instituto de Previdência dos Servidores de Aracoiaba, conforme contrato administrativo.

Os serviços contratados estão sendo prestados com excelência, qualidade e de acordo com os objetivos e prazos pre-estabelecidos, bem como de forma ética e sigilosa.

Atestamos ainda que sempre foram demonstradas a eficiência e a credibilidade dos trabalhos que nos foram apresentados.

Atenciosamente,

Aracoiaba em 11 de abril de 2018.

3º OFÍCIO DE NOTAS
Av. P. A. Long 1308, 922
Tel: (085) 3304-9444
Aldeida - Fortaleza - CE
TE COM. SEL. DE AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente cópia fotostática é a reprodução fiel do original. Dou fé
Fortaleza - CE.

16 ABR. 2018

ATA - TABELIAO
0 - E.C. AUTORIZADO
1 - E.C. AUTORIZADA
2 - E.C. SUBSTITUTA
3 - E.C. AUTORIZADA

VEE 03
AUTENTICAÇÃO
HP832.241

Francisco Teófilo Sobrinho
Francisco Teófilo Sobrinho
Presidente do IPMA
CPF: 179.955.043-68

3º OFÍCIO DE NOTAS
Av. P. A. Long 1308, 922
Tel: (085) 3304-9444
Aldeida - Fortaleza - CE
TE COM. SEL. DE AUTENTICAÇÃO

ATA - TABELIAO
0 - E.C. AUTORIZADO
1 - E.C. AUTORIZADA
2 - E.C. SUBSTITUTA
3 - E.C. AUTORIZADA

VEE 02
AUTENTICAÇÃO
C1724.640

Reconheço a(s) firma(s) de Francisco Teófilo Sobrinho
Dau fé
() por autenticidade () por semelhança
Em test. de verdade - Aracoiaba-CE
16 ABR 2018
Cleonice Alves da Cunha
Oficial Substituta

2
10



Estado do Ceará
GOVERNO MUNICIPAL DE ARACOIABA
INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE ARACOIABA



Nº 16.03.18.0001

Pelo presente instrumento de Contrato, de um lado o Município de ARACOIABA, através do(a) INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE ARACOIABA, CNPJ-MF, Nº 11.128.780/0001-76, denominado daqui por diante de CONTRATANTE, representado neste ato pelo(a) Sr.(a) FRANCISCO TEOFILO SOBRINHO, PRESIDENTE DO IPMA, portador do CPF nº 179.935.043-68, residente na RUA AMARO BANDEIRA 1098, e do outro lado PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS, CNPJ 11.343.577/0001-12, com sede na RUA NUNES VALENTE, 2415, D. TORRES, Fortaleza-CE, CEP 60125-071, de agora em diante denominada CONTRATADA (), neste ato representado pelo(a) Sr.(a). FRANCISCO QUIRINO RODRIGUES PONTE JUNIOR, residente na JUA ALUISIO SORIANO ADERALDO, 50 APT 2002, COCO, Fortaleza-CE, CEP 60192-330, portador do(a) CPF 908.091.653-68, têm justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO CONTRATUAL

1.1 - Contratação dos serviços técnicos especializados de assessoria jurídica, para o acompanhamento dos processos de aposentadoria dos servidores públicos municipais, junto ao Instituto de Previdência do Município de Aracoiaba, com carga horária sendo de segunda a sexta-feira.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
019767	SERVIÇOS DE ASSESSORIA JURIDICA	MÊS	10,00	4.000,000	40.000,00
				VALOR GLOBAL R\$	40.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1 - Este contrato fundamenta-se na Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas posteriores alterações, bem como na licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, nº 001/2018 IPMA.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 3.1. Executar o objeto deste contrato de acordo com as condições e prazos estabelecidas no processo licitatório nº 001/2018 IPMA e neste termo contratual;
- 3.2. Assumir a responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados ao patrimônio do CONTRATANTE ou a terceiros, quando no desempenho de suas atividades profissionais, objeto deste contrato;
- 3.3. Encaminhar para o Setor Financeiro da(o) CONTRATANTE as notas de empenhos e respectivas notas fiscais/faturas concernentes ao objeto contratual;
- 3.4. Assumir integralmente a responsabilidade por todo o ônus decorrente da execução deste contrato, especialmente com relação aos encargos trabalhistas e previdenciários do pessoal utilizado para a consecução do fornecimento, bem como o custo de transporte, inclusive seguro, carga e descarga, correndo tal operação única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da CONTRATADA;
- 3.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que gerou este Contrato, decorrente do(a) TOMADA DE PREÇOS nº 001/2018 IPMA.
- 3.6. Providenciar a imediata correção das deficiências e ou irregularidades apontadas pela Contratante;
- 3.7. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até o limite fixado no § 1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUARTA - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE



Certifico que a presente cópia fotostática
é a reprodução fiel do original. Dou fé.
Fortaleza - CE, 134, CENTRO, ARACOIABA-CE

[Handwritten signatures and initials]

C

C



Estado do Ceará
GOVERNO MUNICIPAL DE ARACOIABA
INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE ARACOIABA



- 4.1. A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- 4.2. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual;
- 4.3. Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;
- 4.4. Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1 - A vigência deste instrumento contratual iniciará em 16 de Março de 2018 extinguindo-se em 31 de Dezembro de 2018, podendo ser prorrogado de acordo com a lei.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

6.1 - Constituem motivo para a rescisão contratual os constantes dos artigos 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, e poderá ser solicitada a qualquer tempo pelo CONTRATANTE, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, mediante comunicação por escrito.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1 - Em caso de inexecução total ou parcial do contrato, bem como de ocorrência de atraso injustificado na execução do objeto deste contrato, submeter-se-á a CONTRATADA, sendo-lhe garantida plena defesa, as seguintes penalidades:

- Advertência;
- Multa;
- Suspensão temporária de participações em licitações promovidas com o CONTRATANTE, impedimento de contratar com o mesmo, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou penalidade;

7.2. A multa prevista acima será a seguinte:

- Até 10% (dez por cento) do valor total contratado, no caso de sua não realização e/ou descumprimento de alguma das cláusulas contratuais;

7.3. As sanções previstas nos itens acima poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

7.4. O valor da multa aplicada deverá ser recolhida como renda para o Município, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação, podendo o CONTRATANTE, para isso, descontá-la das faturas por ocasião do pagamento, se julgar conveniente;

7.5. O pagamento da multa não eximirá a CONTRATADA de corrigir as irregularidades que deram causa à penalidade;

7.6. O CONTRATANTE deverá notificar a CONTRATADA, por escrito, de qualquer anormalidade constatada durante a prestação dos serviços, para adoção das providências cabíveis;

7.7. As penalidades somente serão relevadas em razão de circunstâncias excepcionais, e as justificadas só serão aceitas por escrito, fundamentadas em fatos reais e facilmente comprováveis, a critério da autoridade competente do CONTRATANTE, e desde que formuladas no prazo máximo de 05 (cinco) dias da data em que foram aplicadas.

CLÁUSULA OITAVA - DO VALOR E REAJUSTE

8.1 - O valor total da presente avença é de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), a ser pago no prazo de até trinta dias, contado partir da data final do período de adimplemento da obrigação, na proporção dos bens efetivamente fornecidos no período respectivo, segundo as autorizações expedidas pelo(a) INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE ARACOIABA e de conformidade com as notas fiscais/faturas e/ou recibos devidamente atestadas pelo setor competente, observadas as condições da proposta adjudicada e da ordem de serviço emitida.

Parágrafo Único - Havendo atraso no pagamento, desde que não decorre de ato ou fato atribuível à Contratada, aplicar-se-á o índice do IPCA, a título de compensação financeira, que será o produto resultante da multiplicação desse índice do dia anterior ao pagamento pelo número de dias em atraso,



Handwritten signatures and initials, including a large signature that appears to be 'Júlio' and several other initials.



Estado do Ceará
GOVERNO MUNICIPAL DE ARACOIABA
INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE ARACOIABA



repetindo-se a operação a cada mês de atraso.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - As despesas contratuais correrão por conta da verba do orçamento do(a) CONTRATANTE, na dotação orçamentária Exercício 2018 Atividade 1801.092720037.2.086 Gestão Administrativa do RPPS, Classificação econômica 3.3.90.36.00 Outros serv. de terceiros pessoa física, Subelemento 3.3.90.36.99, no valor de R\$ 40.000,00, ficando o saldo pertinente aos demais exercícios a ser empenhado oportunamente, à conta dos respectivos orçamentos, caso seja necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10.1 - O presente contrato poderá ser alterado, nos casos previstos no artigo 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse da Administração do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO, BASE LEGAL E FORMALIDADES

11.1 - Este Contrato encontra-se subordinado a legislação específica, consubstanciada na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, e, em casos omissos, aos preceitos de direito público, teoria geral de contratos e disposições de direito privado.

11.2 - Fica eleito o Foro da cidade de ARACOIABA, como o único capaz de dirimir as dúvidas oriundas deste contrato, caso não sejam dirimidas amigavelmente.

11.3 - Para firmeza e como prova de haverem as partes, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

ARACOIABA-CE, 16 de Março de 2018

Francisco Teófilo Sobrinho
CONTRATANTE

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE ARACOIABA

CNPJ(MF) 11.128.780/0001-76

FRANCISCO TEOFILO SOBRINHO
PRESIDENTE DO IPMA

F.º Duane R.M.

CONTRATADO(A)

PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS

CNPJ 11.343.577/0001-12

Testemunhas:

1. _____

2. _____



AV. DA INDEPENDÊNCIA, 134, CENTRO, ARACOIABA-CE

F

Handwritten signatures and initials.



Ordem dos Advogados do Brasil
Secção do Ceará



CERTIDÃO Nº 71852/2018 - 2a

CERTIFICAMOS que, (a) advogado(a) **FRANCISCO QUIRINO RODRIGUES PONTE JUNIOR**, está inscrito(a) no Quadro de Advogados da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Ceará, desde o dia **29/08/2008** sob o nº **20614**. Certificamos, finalmente, que o(a) referido(a) advogado(a) está **quite** com a Tesouraria da OAB/CE, ficando ressalvado o direito desta Seccional de inscrever e cobrar débitos, ainda não registrados ou que venham a ser apurados posteriormente.

Marcelo Mota Gurgel do Amaral
Presidente

Christiane do Vale Leitão
Secretária Geral

Emissão: 16:50:06 do dia 02/04/2018

Certidão válida por 30 (trinta) dias a contar da data de emissão - Emissão gratuita.

A veracidade da presente certidão poderá ser verificada no Portal da OAB-CE em www.oabce.org.br

Validação Digital: EBB5-56D0-6F60-F399





Ordem dos Advogados do Brasil
Secção do Ceará



CERTIDÃO Nº 71934/2018 - 2a

CERTIFICAMOS que, (a) advogado(a) **MANOELA PONTE ROCHA**, está inscrito(a) no Quadro de Advogados da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Ceará, desde o dia **28/05/1997** sob o nº **11611**. Certificamos, finalmente, que o(a) referido(a) advogado(a) está **em dia** com a Tesouraria da OAB/CE, ficando ressalvado o direito desta Seccional de inscrever e cobrar débitos, ainda não registrados ou que venham a ser apurados posteriormente.

Marcelo Mota Gurgel do Amaral
Presidente

Christiane do Vale Leitão
Secretária Geral

Emissão: 17:09:28 do dia 04/04/2018

Certidão válida por 30 (trinta) dias a contar da data de emissão - Emissão gratuita.

A veracidade da presente certidão poderá ser verificada no Portal da OAB-CE em www.oabce.org.br

Validação Digital: 3E7F-5996-1437-4944

**CERTIDÃO Nº 16410/2018 - 2a**

CERTIFICO, para os devidos fins, que revendo os arquivos desta Secretaria, deles verifiquei que no sistema de anotações das Sociedades de Advogados, consta o Registro de nº **0616** da Sociedade **PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS**, composta pelos advogados sócios: **FRANCISCO QUIRINO RODRIGUES PONTE JUNIOR - OAB Nº 20614, MANOELA PONTE ROCHA - OAB Nº 11611**. Certifico, ainda, que a referida Sociedade foi registrada em **22/10/2009**. Certifico, finalmente, que a referida Sociedade está **QUITE** com a Tesouraria.

Marcelo Mota Gurgel do Amaral
Presidente

Christiane do Vale Leitão
Secretária-Geral

Emissão: 16:48:40 do dia 02/04/2018

Certidão válida por 30 (trinta) dias, a contar da data de emissão - Emissão gratuita.

A veracidade da presente certidão, poderá ser verificada no Portal da OAB/CE www.oabce.org.br

Validação Digital: **E8A5-F845-9685-F0D3**

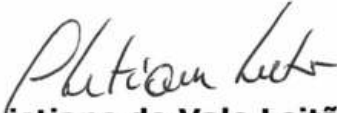
CERTIDÃO



CEARÁ



CERTIFICO, para os devidos fins, que revendo os arquivos desta Secretaria, deles verifiquei que no livro B das Sociedades de Advogados, consta o Registro de nº **616** da Sociedade **PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS**, composta pelos advogados FRANCISCO QUIRINO RODRIGUES PONTE JUNIOR E MANOELA PONTE ROCHA. Certifico, ainda, que a referida Sociedade foi registrada em 22/10/2009. Certifico, finalmente, que consta nos assentamentos da referida Sociedade o registro dos seguintes Atestados de Capacidade Técnica: Prefeitura Municipal de Baturité(contrato nº 2017.01.09.03), Prefeitura Municipal de Baturité(contrato nº 2017.01.06.01), Prefeitura Municipal de Baturité(contrato nº 2017.02.09.01), Prefeitura Municipal de Baturité(contrato nº 2017.01.26.01), Prefeitura Municipal de Baturité(contrato nº 2017.01.06.02), Prefeitura Municipal de Reriutaba(contrato nº 1405.01/2013-GM), Câmara Municipal de Jaguaratama(contrato nº 20179020), Instituto Centro de Ensino Tecnológico - CENTEC(contrato nº 054/2012) e Prefeitura Municipal de Aracoiaba, estando quite com a Tesouraria. Para constar, eu Rosana Almeida Rosana Almeida, Assistente Administrativo, lavrei a presente certidão que vai ser assinada pela **SECRETÁRIA-GERAL**. 13 de abril de 2018.


Christiane do Vale Leitão
Secretária-Geral

Em: 13/04/2018
Tesouraria:





Prefeitura Municipal de **BATURITÉ**



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

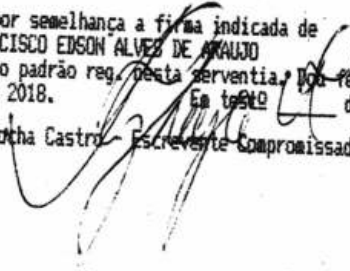
Atestamos para os devidos fins que a empresa: **PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 11.343.577/0001-12, sediada à Rua Nunes Valente, nº. 2415, Sala 05, Dionísio Torres, prestou **Serviços Técnicos Especializados em Assessoria e Consultoria Jurídica na Área de Direito Público, especialmente em direito administrativo e constitucional, junto ao Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo de Baturité, para levantamento da situação jurídico-administrativa da secretaria, de processos judiciais em que o município é parte, a análise de processos administrativos, contratos e demais documentos relacionados a obras, bem como realização de medidas administrativas e judiciais para a solução de problemas detectados, na respectiva área de atuação da secretaria, através do contrato nº. 2017.01.26.01, atendendo de forma satisfatória, caracterizando-se assim excelente Capacidade Técnica.**

Baturité/CE 01 de março de 2018.


Francisco Edson Alves de Araújo
Secretário de Infraestrutura e Urbanismo


Cartório Castro e Silva

Reconheço por semelhança a firma indicada de
FRANCISCO EDSON ALVES DE ARAÚJO
que confere c/ o padrão reg. desta serventia. Dou fé.
Baturité, 7 de março de 2018. Em teste da verdade


Pâmela Jheyce Rotta Castro - Escrevente Compromissada

Certifico que a presente cópia xerostática
é a reprodução fiel do original. Dou fé.
Fortaleza - CE.

11 ABR 2013





)

)

Handwritten signature or mark in the bottom left area.



Prefeitura Municipal de
BATURITÉ

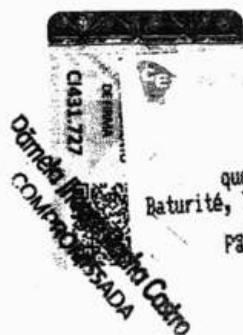


ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa: **PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 11.343.577/0001-12, sediada à Rua Nunes Valente, nº. 2415, Sala 05, Dionísio Torres, prestou **Serviços Técnicos Especializados em Assessoria e Consultoria na Área de Direito Público, especialmente em Direito Administrativo Municipal, Cível, Processual Civil e Constitucional, na esfera Administrativa e Judicial, junto a Secretaria de Saúde do Município de Baturité**, através do contrato nº. 2017.02.02.003, atendendo de forma satisfatória, caracterizando-se assim excelente Capacidade Técnica.

Baturité/CE 01 de Março de 2018.


Cláudia do Carmo Ricarte Coelho
Secretaria de Saúde



Reconheço por semelhança a firma indicada de
CLÁUDIA DO CARMO RICARTE COELHO
que confere c/ o padrão reg. desta serventia. Dou fé.
Baturité, 7 de março de 2018.
da verda
Pâmela Jheyce Rocha Castro - Escrevente Compromissada

Pâmela Jheyce Rocha Castro
COMPROMISSADA



)

)

1000 1000 1000

1000 1000 1000



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BATURITÉ
GABINETE DO PREFEITO



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa: **PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 11.343.577/0001-12, sediada à Rua Nunes Valente, nº 2415, Sala 05, Dionísio Torres, prestou **Serviços Técnicos Especializados em Assessoria e Consultoria Jurídica na Área de Direito Público**, especialmente em direito administrativo e constitucional, junto ao Gabinete do Prefeito de Baturité, para levantamento da situação jurídico-administrativa do Município, bem como a análise e elaboração de normas municipais necessárias à administração, de acordo com o Contrato nº 2017.01.09.03, atendendo de forma satisfatória o objeto contratado, caracterizando assim excelente capacidade técnica.

Baturité/CE, 02 de Março de 2018.

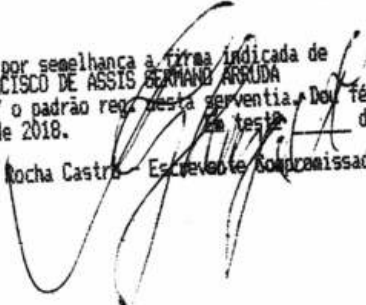

Francisco de Assis Germano Arruda
Prefeito Municipal


Cartório Castro e Silva



Reconhecimento por semelhança da assinatura indicada de
FRANCISCO DE ASSIS GERMANO ARRUDA
que confere c/ o padrão reg. desta serventia. Dou fé.
Baturité, 7 de março de 2018.

Pâmela Jheyce Rocha Castro Escrevente Subprocuradora


Pâmela Jheyce Rocha Castro
Escrevente Subprocuradora



1000

1000

1000

1000

1000

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atesto para os devidos fins de direito e para o que mais possa servir, que a empresa **PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita sob o CNPJ N.º 11.343.577/0001-12, com sede na Rua Nunes Valente, nº 2415 – Sala 05, Bairro Dionísio Torres, CEP 60125-071, na cidade de Fortaleza/CE, realizou a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA NA ÁREA TRABALHISTA, JUNTO A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE BATURITÉ, DE PROCESSOS JUDICIAIS BEM COMO REALIZAÇÃO DE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS PARA A SOLUÇÃO DE PROBLEMAS DETECTADOS RELACIONADOS A SERVIDORES PÚBLICOS**, com qualidade, pontualidade, cordialidade, compromisso e eficiência e que inexistiu todo e qualquer fato que desabone a empresa acima mencionada, atendendo de forma satisfatória, caracterizando-se assim excelente Capacidade Técnica.

Baturité/CE, 28 de fevereiro de 2018.

Maria do Socorro Cesar de Brito
Maria do Socorro Cesar de Brito
Secretária de Administração e Finanças

Reconheço por semelhança a firma indicada de
MARIA DO SOCORRO CESAR DE BRITO
que confere c/ o padrão reg. nesta serventia. Dou fé.
Baturité, 7 de março de 2018. Em teste da verdade:

Pâmela Jheyce Rocha Castro
Pâmela Jheyce Rocha Castro – Escrivente/Compromissada



Pâmela Jheyce Rocha Castro
Pâmela Jheyce Rocha Castro
Compromissada



TEM FE PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 07845244

USO OBRIGATORIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 11 da Lei nº 8.962/94)

ASSINATURA DO PORTADOR

FRANCISCO QUIRINO RODRIGUES PONTE JUNIOR

3º OFÍCIO DE NOTAS
Av. R. A. 1909/7-302
Tel. (065) 3304-1944
Alameda - Fortaleza - CE

Certifico que a presente cópia fotostática
é a reprodução fiel do original. Dou fé.
Fortaleza - CE.

16 ABR. 2018

SEMPRE
AUTENTICANDO

LHX 03
AUTENTICAÇÃO
HP832-240

ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DO CEARÁ
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME
FRANCISCO QUIRINO RODRIGUES PONTE JUNIOR

FILIAÇÃO
FRANCISCO QUIRINO RODRIGUES PONTE
FERNANDA DE SA CAVALCANTE PONTE

NATURALIDADE
FORTALEZA-CE

DATA DO NASCIMENTO
04/06/1982

NO
98013001790 - SSP-CE

989.881.853-60

USADOR DE CADASTRO E TÍTULOS
SIM

VIA EXPEDIENTE DO
02 28/03/2012

20814

F. J.

Handwritten marks



C

C

12

TEM FE PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

03091411

POLEGAR DIREITO

USO OBRIGATORIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS INDIVÍDUOS
(Art. 13 da Lei nº 8.966/94)

MANOELA PONTE ROCHA

ASSINATURA DO PORTADOR

03091411

ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DO CEARÁ

IDENTIDADE DE ADVOGADO 111811

MANOELA PONTE ROCHA

MANOEL ALCIDES ROCHA

BELARMINA MARIA PONTE ROCHA

FORTALEZA-CE

NATURALIDADE DATA DE NASC 14/08/1975

135141987 SSP-CE 441.664.953-53

DOADOR DE ÓRGÃO E TECIDO

SIM 17/04/2007

RETO DO CHAMADO N° 10

SEÇÃO DE AUTENTICIDADE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

EOZ 03

AUTENTICAÇÃO

HP832.239

Certifico que a presente cópia fotostática é a reprodução fiel do original. Dou fé.

Fortaleza - CE

16 ABR. 2018

ROBERTO FIUZA MAIA - TABELIAO

FABRICIO GOULART DE AQUINO - ESC. AUTORIZADO

CLAUDIA CARNEIRO DA SILVA - ESC. AUTORIZADA

CONCEIÇÃO DE MARIA CORREIA MAIA - ESC. SUBSTITUTA

WARRIEL PARON MOTA DA BEIRA - ESC. AUTORIZADA



Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.



**1º ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE SIMPLES
PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS**

Pelo presente instrumento particular e da melhor forma do direito, **FRANCISCO QUIRINO RODRIGUES PONTE JUNIOR**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/CE sob o nº. 20.614, portador da Cédula de Identificação nº. 9913001760 SSP/CE, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº. 908.091.653-68, residente e domiciliado na Rua Aluísio Soriano Aderaldo, nº. 50, Apto. 2002, Bairro Cocó, na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, Cep.: 60.192-330 e **MANOELA PONTE ROCHA**, brasileira, casada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/CE sob o nº. 11.611, portadora da Cédula de Identificação nº. 135141987 SSP/CE, devidamente inscrita no CPF/MF sob o nº. 441.664.353-53, residente e domiciliada a Rua Barbosa de Freitas, nº. 720 - Apto. 2101, Bairro Meireles, na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, CEP.: 60.170-020, únicos sócios da sociedade de advogados denominada **PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS**, devidamente registrada no Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB Seccional Ceará, sob nº 616, livro B, com seus atos constituídos em **22/10/2009**, inscrita no CNPJ (MF) sob nº 11.343.577/0001-12, tem entre si, justo e contratado nesta e na melhor forma do direito, 1º alteração ao contrato social, o que o fazem da seguinte forma e cláusula a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - ALTERAÇÃO DO ENDEREÇO E DURAÇÃO

Mudança de endereço da sede da sociedade para a Rua Nunes Valente, 2415, sala 05, bairro Dionísio Torres, Fortaleza - Ceará, CEP: 60.125-071. A Sociedade iniciou suas atividades em 22/10/2009 e terá prazo indeterminado de duração.

CLÁUSULA SEGUNDA - CLÁUSULAS INALTERADAS

Permanecem em pleno vigor as demais cláusulas do contrato social não alteradas por este instrumento.



Handwritten signatures and initials at the bottom of the document, including 'MRA', 'J', 'F', and 'R'.

ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇÃO DO CEARÁ
 CERTIFICADO que a referida sociedade de advogados
 que se encontra registrada sob o nº 616
 aditivo, certifico, ainda, que foi arquivado duas vias de igual teor
 e forma nesta seccional
 Fortaleza (CE) 20 de DI de 2013
 (a) Secretário

3º OFÍCIO DE NOTAS
 Av. P. A. 1000 10-85 92-
 Tel. (085) 3304-9444
 Aldeota - Fortaleza - CE
 O SÓLENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE

Certifico que a presente cópia fotostática
 é a reprodução fiel do original. Dou fé.
 Fortaleza - CE.

16 ABR. 2018

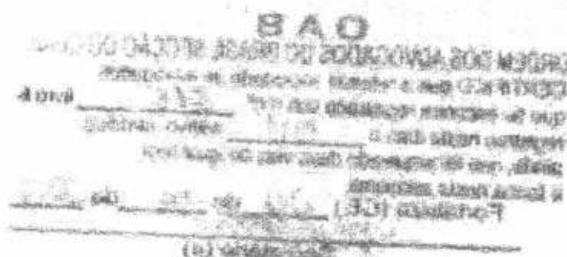
ROBERTO F. ZA MAIA - TABELIAO
 FABRICIO GOUAR DE AQUINO - ESC. AUTORIZADO
 CLAUDIA CARMEM DA SILVA - ESC. AUTORIZADA
 TATIANA MAIA - ESC. SUBSTITUTA
 AUTENTICIDADE



1º ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE SIMPLES
PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS

CLÁUSULA TERCEIRA – CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Resolvem os sócios, ainda, reformular completamente o contrato social, dando ao mesmo efeito de consolidação, sintetizando todas as alterações procedidas em seus aditivos anteriores neste instrumento, de forma a torná-lo apto a ser apresentado em qualquer local, inclusive em bancos e licitações, de acordo com a lei 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), em vigor, mediante as seguintes cláusulas e condições:



Wp m



Handwritten notes and scribbles, including the word "F.A." and various symbols.

O A B

ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇÃO DO CEARÁ
 CERTIFICO que a referida sociedade de advogados
 que se encontra registrada sob o nº. 616 livro B.
 registrou nesta data o OF aditivo, certifico,
 ainda, que foi arquivado duas vias de igual teor
 e forma nesta seccional.
 Fortaleza (CE) 20 de 01 de 2017

 Secretário (a)



**1º ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE SIMPLES
PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS****CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

FRANCISCO QUIRINO RODRIGUES PONTE JUNIOR, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/CE sob o nº. 20.614, portador da Cédula de Identificação nº. 9913001760 SSP/CE, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº. 908.091.653-68, residente e domiciliado na Rua Aluísio Soriano Aderaldo, nº. 50, Apto. 2002, Bairro Cocó, na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, Cep.: 60.192-330 e **MANOELA PONTE ROCHA**, brasileira, casada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/CE sob o nº. 11.611, portadora da Cédula de Identificação nº. 135141987 SSP/CE, devidamente inscrita no CPF/MF sob o nº. 441.664.53-53, residente e domiciliada a Rua Barbosa de Freitas, nº. 720 - Apto. 2101, Bairro Meireles, na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, CEP.: 60.170-020, únicos sócios da sociedade de advogados denominada **PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS**, devidamente registrada no Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB Seccional Ceará, sob nº 616, livro B, com seus atos constituídos em 22/10/2009, inscrita no CNPJ (MF) sob nº 11.343.577/0001-12, resolvem, nesta e na melhor forma do direito, transcrever o contrato social reformulado, tendo em vista a alteração procedida nas páginas anteriores, o que fazem da seguinte forma, nas cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DENOMINAÇÃO SOCIAL E DURAÇÃO

O objeto do contrato será a sociedade de advogados ao qual girará sob formato de Sociedade Simples que aqui se encontra constituída, a qual terá como razão social a denominação de **PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS**, a sua sede na Rua Nunes Valente, 2415, sala 05, bairro Dionísio Torres, Fortaleza - Ceará, CEP: 60.125-071, CNPJ (MF) 11.343.577/0001-12, tendo elegido o foro desta comarca para dirimir qualquer ação fundada neste contrato. A Sociedade iniciou suas atividades em 22/10/2009 e terá prazo indeterminado de duração.



Handwritten signatures and initials are present on the right side of the document, including a large signature and several initials.

ORDEN DOS ADVOCADOS DO BRASIL - SEÇÃO DO CEARÁ
CERTIFICADO que a retida sociedade de advogados
 que se encontra registrada sob o nº 619
 Livro B, OP aditivo, certifico,
 ainda, que foi arquivado duas vias de igual teor
 e forma neste seccional
 Fortaleza (CE) 29 de DI de 2017
 Secretário(a)

Certifico que a presente cópia fotostática
 é a reprodução fiel do original. Dou fé.
 Fortaleza - CE.

16 APR 2018

SELO DE AUTENTICIDADE
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
 GPK 03
 AUTENTICAÇÃO
 HP832.486

ROBERTO FIUZA MAIA - TABELIAO
 JACIO CARILAU DE AQUINO - ESC. AUTORIZADO
 SIA CARNEIRO DA SILVA - ESC. AUTORIZADA
 ELIOT DE MARIA CORREIA MAIA - ESC. SUBSTITUTA
 MARIA GABRIEL MOTA DE MENEZES - ESC. AUTORIZADA

**1º ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE SIMPLES
PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS**

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS FILIAIS E SUCURSAIS

Restará facultada a sociedade, por deliberação de todos os sócios, a abertura e/ou fechamento de filiais e sucursais em qualquer ponto do território nacional, desde que previamente comunicada a Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, da respectiva localidade que dará provimento a inscrição suplementar da mesma e seu responsável, devendo-se também, comunicar a Seção da Ordem dos Advogados do Brasil a qual a sede está constituída.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Ressalvando-se que um dos sócios ficará sempre responsável pelas atividades da filial, sendo que na sua ausência, todos deverão manifestar-se a respeito da constituição de novo responsável.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS OBJETIVOS SOCIAIS

A presente sociedade tem por objetivo, prestar todos os serviços inerentes a profissão de maneira conjunta ou individualmente, realizando desta forma, colaboração profissional recíproca. Os serviços inerentes e privativos da advocacia e reservados no Estatuto dos Advogados serão exercidos individualmente ou em conjunto pelos sócios, mesmo que os honorários se revertam em benefício do patrimônio social desta sociedade.

CLÁUSULA QUARTA - DO CAPITAL SOCIAL

O capital da presente sociedade já totalmente integralizado é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Que se divide num total de 10.000 quotas, num valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, estando assim distribuídos entre os sócios:



Handwritten signatures and initials:
- A large signature that appears to be "Roberto Fiuza Maia".
- Several initials and smaller signatures, including "LH-10", "2", and "RQ".

ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇÃO DO CEARÁ
 CERTIFICADO que a referida sociedade de advogados
 que se encontra registrada sob o nº 616
 aditivo, certidão, Livro B.
 e forma neste seccional
 ainda, que foi arquivado duas vias de igual teor
 Fortaleza (CE) 20 de 01 de 2013
 Secretário(a)

SELO DE AUTENTICIDADE
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

PUT 03
 AUTENTICAÇÃO
 HP832.488

16 ABR 2018

ROBERTO FILA MAIA - TABELÃO
 GILCIO GOMES DE AQUINO - ESC. AUTORIZADA
 CLAUDIA CARNEIRO DA SILVA - ESC. AUTORIZADA
 CONCEIÇÃO DE ALMEIDA CORREIA MAIA - ESC. SUBSTITUTA
 MARIA MARIANA MORAES MATEUS - ESC. SUBSTITUTA

certifico que a presente cópia fotostática
 é a reprodução fiel do original. Dou fé.
 Fortaleza - CE.

1º ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE SIMPLES
PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS



CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

- I – O Sócio FRANCISCO QUIRINO RODRIGUES PONTE JUNIOR, o número de 9.999 quotas do capital social, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, perfazendo o valor total de R\$ 9.999,00 (nove mil novecentos e novena e nove reais);
- II – O Sócio MANOELA PONTE ROCHA, o número de 1 quota do capital social, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, perfazendo o valor de R\$ 1,00 (um real).

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE E DOS ATOS

No exercício de atos de advocacia com o uso da razão social, todos os sócios que a este subscrevem e os que porventura surjam no decorrer da existência desta sociedade, responderão solidariamente por todas as obrigações que constituir a sociedade perante terceiros.

PARÁGRAFO ÚNICO: DOS DANOS: Havendo danos causados a clientes, os sócios ficarão responsáveis solidária, pessoal e ilimitadamente pelas ações e omissões praticadas pelos mesmos no exercício da advocacia e no uso desta Razão Social, independente de possíveis punições da Ordem dos Advogados do Brasil. Caso venha a praticar quaisquer atos omissivos ou comissivos em prejuízo da sociedade, o sócio, ficará sujeito ao ressarcimento a terceiros ou aos outros sócios na medida do prejuízo provocado.

CLÁUSULA SEXTA - DA GERÊNCIA E ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

A gerência e administração dos negócios cabem ao sócio **FRANCISCO QUIRINO RODRIGUES PONTE JUNIOR**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/CE sob o nº. 20.614, portador da Cédula de Identificação nº. 9913001760 SSP/CE, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº. 908.091.653-68, residente e domiciliado na Rua Aluísio Soriano Aderaldo, nº. 50, Apto. 2002, Fortaleza - CE.



16 ABR. 2018

ROBERTO FIUZA MAIA - TABELIAO
ERICIO GOUVIA DE AQUINO - ESC. AUTORIZADA
AUDIA CARINEIRO DA SILVA - ESC. AUTORIZADA
CENIAO DE MAIA CORREIA MAIA - ESC. SUBSTITUTA
ANTONIO MELO VIANA DE MOURA - ESC. AUTORIZADA

ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇÃO DO CEARÁ
OAB
 CERTIFICADO que a referida sociedade de advogados
 que se encontra registrada sob o nº 616
 Livro B, aditivo, certidão, nº 01
 registrou nesta data o 01
 ainda, que foi arquivado duas vias de igual teor
 e forma nesta seção, Fortaleza (CE) 30 de 01 de 2013

 Secretário (a)



Certifico que a presente cópia fotostática
 é a reprodução fiel do original. Dou fé.
 Fortaleza - CE.

16 APR. 2018

ROBERTO FLUZA MAIA - TABELIAO
 FABRÍCIO GALLART DE AQUINO - ESC. AUTORIZADO
 CLAUDIA CARNEIRO DA SILVA - ESC. AUTORIZADA
 FONSECA DE MARIA CORREIA MAIA - ESC. SUBSTITUTA
 MARIA MARIA - MOTA RIBEIRO - ESC. AUTORIZADA

**1º ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE SIMPLES
PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS**

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Bairro Cocó, na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, Cep.: 60.192-330, que poderá representar a sociedade, ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. DA VÊNIA CONJUNTA. Nos atos de representação da sociedade haverá a necessidade da formalização da assinatura e a ciência do Sócio-Gerente, ou através de procurador devidamente constituído, para atuar em nome da mesma. Quando for:

- Onerar, vender, ceder ou transferir bens imóveis e direitos ligados à sociedade, somando-se a estes todos os outros atos que repercutem diretamente nos bens e na gestão interna da sociedade;
- Nomear procurador.

PARÁGRAFO SEGUNDO. DOS ATOS A SEREM PRATICADOS. O(s) Sócio(s)-Gerente(s), independente da assinatura de todos os outros, poderá(ão) praticar os atos de representação em geral, somando-se estes aqueles que são realizados perante repartições públicas, em juízo ou fora dele; realizar os atos inerentes aos empregadores em geral; emitir recibos, faturas e assinar livros razões; enfim, praticar todos os atos inerentes à manutenção ordinária da sociedade.

PARÁGRAFO TERCEIRO. DOS ATOS COMUNS. Os atos que não estiverem inclusos nos dois Parágrafos acima, ou seja, os atos comuns ao exercício da advocacia, poderão ser praticados por quaisquer outros sócios, ou procuradores nomeados para tal fim.

PARÁGRAFO QUARTO. DA NULIDADE DOS ATOS. Serão considerados sem efeito, ou seja, nulos e ineficazes, os atos que qualquer componente da sociedade, no uso de sua razão social, vier a praticar em desacordo com as finalidades

Fortaleza - CE.



OAYB

DE NOTAS
R\$ 0,00
3304-0427
AUTENTICAÇÃO
CÉDULA

Certifico que a presente cópia fotostática
é a reprodução fiel do original. Dou fé.
Fortaleza - CE.

SERIE
CÉDULA 2016

6 ABR. 2018

RT0 FULCA MAIA - TABELÃO
CONJUGAL DE ARAÚJO - ESC. AUTORIZADO
CARMELO DA SILVA - ESC. AUTORIZADA
FELICIA CORREIA MAIA - ESC. SUBSTITUTA

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

específicas da mesma, bem como realizar empréstimos, avais e fianças mesmo que se porventura for revertido em favor da mesma, sendo vedado o uso da razão social para fins e objetivos estranhos às atividades e interesses sociais, mesmo que em benefício dos próprios sócios.

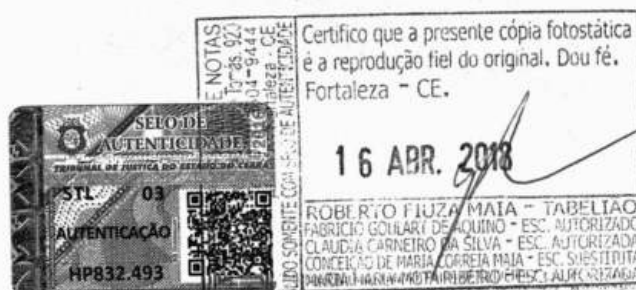
CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RETIRADAS PRO-LABORE

As retiradas "pro-labore" serão feitas de acordo com a fixação comum entre os sócios, as quais entrarão no computo das Despesas Gerais, sendo que quaisquer umas destas retiradas poderão ser feitas sem que haja comunicação a empresa de Contabilidade, que desde já ficará responsável pelo controle financeiro desta sociedade.

CLÁUSULA OITAVA - DA ATIVIDADE SOCIAL E DO BALANÇO ANUAL

O ano civil será aplicado ao exercício social da presente sociedade. Sendo que os integrantes da mesma juntamente com a empresa responsável pela Contabilidade farão ao final de cada ano, um balanço geral, que após ser feito todo levantamento e deduções previstas em lei, os lucros líquidos, caso hajam, serão rateados entre os sócios, na medida das respectivas quotas de capital, após a dedução dos encargos eventualmente incidentes, na forma da legislação fiscal aplicável. Os resultados obtidos sejam, positivos ou negativos, individuais ou em conjunto, serão revertidos diretamente para sociedade, e atribuídos conforme participação de cada sócio.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Finda-se o primeiro exercício social ao término do ano civil, 31 de dezembro de 2009.



ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DO CEARÁ
OAB
CERTIFICADO que a referida sociedade de advogados
 que se encontra registrada sob o nº 616
 registrou neste data e OP aditivo, certidão,
 ainda, que foi arquivado duas vias de igual teor
 e forma nestes secções.
 Fortaleza (CE) 20 de 01 de 2017
 Secretário (a)

	ENOTAS: 10-85.927 004-9447 Fortaleza - CE TABELIAO Certifico que a presente cópia fotostática é a reprodução fiel do original. Dou fé. Fortaleza - CE. 16 APR 2018 BERTO MUZA MAIA - TABELIAO CÍLIO GONÇALVES DE AQUINO - ESC. AUTORIZADO MARIA CARNEIRO DA SILVA - ESC. AUTORIZADA ROSA DE MARIA CORREIA MAIA - ESC. SUBSTITUTA MARIA MOTA ALBUQUERQUE - ESC. AUTORIZADA
--	--

CAPESI
91

1º ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE SIMPLES
PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

PARÁGRAFO SEGUNDO. DO CAPITAL SOCIAL E SUA UTILIZAÇÃO. Caso haja utilização do capital social os sócios suportarão a reposição na medida de suas quotas. Apurando-se prejuízos, os sócios se reunirão para discutir o rateio, bem como a realização da reposição e os pagamentos devidos.

PARÁGRAFO TERCEIRO. REUNIÕES. Serão feitas reuniões trimestrais todos os primeiros dias úteis do mês, as quais terão como pauta principal, as deliberações a respeito da destinação dos resultados obtidos. Os casos omissos deverão ser resolvidos em reuniões extraordinárias. Ressalvando que, em todas elas será lavrada uma ata, a qual conterá todas as disposições nesta acordadas, bem como dia e assinaturas dos participantes, caso em que o que nestas ficar decidido, fará regra para o(s) outro(s) participante(s) da sociedade.

CLÁUSULA NONA – DO FALECIMENTO E/OU SAÍDA DO COMPONENTE

Havendo falecimento de um dos integrantes da sociedade, incapacidade, insolvência, dissensão, retirada ou qualquer outra modificação da forma societária, não constituirá descontinuidade ou dissolução da presente sociedade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Após ocorrência de um dos fatos elencados acima, e decididos pela continuidade da sociedade; ao sócio que se retirar da sociedade caberá receber os valores devidos, oriundos da elaboração de um balanço especial com data-base na data de recebimento pela Sociedade da comunicação de retirada, e deverá considerar o valor atual dos ativos da Sociedade. O pagamento será realizado em 30 (trinta) prestações mensais, iguais e consecutivas.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Decidindo pela não continuidade da sociedade, a mesma será dissolvida obedecendo aos trâmites legais. Sendo nomeado um liquidante sócio ou terceiro indicado pela maioria detentora de capital social.



OAB
ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇÃO DO CEARÁ
 CERTIFICADO que a referida sociedade de advogados
 que se encontra registrada sob o nº. 616
 aditivo, certifico, 01
 ainda, que foi arquivado duas vias de igual teor
 e forma nesta seccional,
 Fortaleza (CE) 20 de 01 de 2017

 Secretário (a)

Certifico que a presente cópia fotostática
 é a reprodução fiel do original. Dou fé.
 Fortaleza - CE.

16 APR. 2018

ROBERTO FROZA MAIA - TABELÃO
 ROBERTO GOMES DE AQUINO - ESC. AUTORIZADA
 MARIA CARMELO DA SILVA - ESC. AUTORIZADA
 CARLA MARIA CORREIA MAIA - ESC. SUBSTITUTA
 MARIA MAIA LACERDA RIBEIRO - ESC. AUTORIZADA

1º ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE SIMPLES
PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS



CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

PARÁGRAFO TERCEIRO. No caso de falecimento do sócio cujo nome constar da razão social, fica facultado a manutenção do nome do extinto na razão social.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA CESSÃO DE QUOTAS SOCIAIS

O sócio que manifestar interesse em sair da sociedade, deverá oferecer primeiramente suas cotas ao(s) outro(s) sócio(s), via notificação escrita interna, em condições idênticas, sendo que o(s) mesmo(s) manifestará seu direito de preferência expressamente, dentro de 10 (dez) dias. Caso não ocorra tal manifestação, restará ao interessado vender, ceder ou transferir suas cotas a quem se interessar, desde que esteja regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil e tenha reputação ilibada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Não ocorrendo o exercício do direito de preferência no prazo estipulado acima, entender-se-á que o(s) outro(s) sócio(s) aceita tacitamente a entrada de terceiro.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Consubstanciada a compra, será feito o repasse das cotas da sociedade com a posterior alteração contratual, a qual constará os dados do novo adquirente, suas cotas e respectivos valores. Como ato de formalidade, será feita uma reunião com todos os integrantes da sociedade com suas respectivas assinaturas em ata.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

O Sócio Administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, e que não se acha incurso em quaisquer das hipóteses previstas por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o



[Handwritten signatures and initials in the right margin]

Certifico que a presente cópia fotostática é a reprodução fiel do original. Dou fé.
Fortaleza - CE.

16 ABR. 2018

ROBERTO FUIZA MAIA - TABELIAO
SERICO REGISTRO DE AQUINO - ESC. AUTORIZADA
SILVIA MARIA DA SILVA - ESC. AUTORIZADA
SUBSTITUA

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
FUNDACAO DE DEFESA SOCIAL

FUNDO DE DEFESA SOCIAL

PRESIDENCIA DO ESTADO DO CEARA

JOZ 03

AUTENTICACAO

HP832.499

QR CODE

**1º ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE SIMPLES
PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS**

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra as relações de consumo, fé pública, ou à propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

Tudo que neste contrato não foi tratado será resolvido através das reuniões ordinárias e extraordinárias, e de forma supletiva com a legislação em vigor, podendo inclusive fazer adendos às cláusulas do presente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. DOS HONORÁRIOS. Os honorários advocatícios percebidos pelos sócios que fazem parte da sociedade, sendo só percebidos diretamente aos casos ligados à consecução desta Sociedade, reverterão em benefício da sociedade sendo, por oportuno, somente aqueles que tenham sido adquiridos posteriormente a assinatura do presente instrumento. Salvo se exercerem a profissão também, de forma particular.

PARÁGRAFO SEGUNDO. As partes elegem o foro de Fortaleza, Estado do Ceará, para o exercício e cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estarem justas e contratadas, as partes aceitam todas as cláusulas constantes neste contrato, bem como todas as determinações contidas no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e das Leis aplicadas.

Assinam o presente, duas testemunhas de reputação ilibadas e idôneas, em 03 (três) vias, devendo ser levadas a registro na Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Ceará.



Handwritten signatures and initials, including a large signature that appears to be 'Li' and several smaller initials and marks.

O A B

ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCÃO DO CEARÁ
CERTIFICO que a referida sociedade de advogados
que se encontra registrada sob o nº. 616 livro B.
registrou nesta data o OF aditivo, certifico,
ainda, que foi arquivado duas vias de igual teor
e forma nesta seccional.

Fortaleza (CE) 20 de 01 de 2013

Secretário(a)



**1º ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE SIMPLES
PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS**

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Fortaleza/CE. 04 de janeiro e 2017.

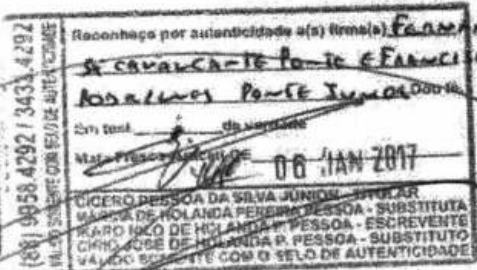
F. Quirino R.P.J.
FRANCISCO QUIRINO RODRIGUES PONTE JUNIOR
Sócio - OAB/CE nº. 20.614 - CPF/MF nº. 908.091.653-68

Manoela N.T.
MANOELA PONTE ROCHA
Sócio - OAB/CE nº. 11.611 - CPF/MF nº. 441.664.353-53

Testemunhas:

Fernanda de Sá Cavalcante Ponte
Fernanda de Sá Cavalcante Ponte
RG Nº. 93013013360 SSP/CE
CPF Nº. 081.503.973-53

Judite Pinheiro Marques
Judite Pinheiro Marques
RG Nº. 91013017520 SSP/CE
CPF Nº. 539.471.183-68



06 JAN 2017

06 JAN 2017



Certifico que a presente cópia fotostática é a reprodução fiel do original. Dou fé, Fortaleza - CE.
16 APR. 2018
ROBERTO PINHEIRO MARQUES - TABELIAO
SILVIO GOMES DE AQUINO - ESC. AUTORIZADA
ANDREA CARNEIRO DA SILVA - ESC. AUTORIZADA
CECÍLIA DE MARIA CORREIA MAIA - ESC. SUBSTITUTA
MAGDA TAVARES DE ALMEIDA - ESC. AUTORIZADA

[Handwritten signatures and initials]

O A B

ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCÃO DO CEARÁ
 CERTIFICO que a referida sociedade de advogados
 que se encontra registrada sob o nº. 616 livro B.
 registrou nesta data o 01º aditivo, certifico,
 ainda, que foi arquivado duas vias de igual teor
 e forma nesta seccional.
 Fortaleza (CE) 20 de 01 de 2017
[Assinatura]
 Secretário(a)



Balanço Patrimonial

Encerrado em 31 de dezembro de 2017

PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS



CNPJ: 11.343.577/0001-12
RUA NUNES VALENTE, 2415, SALA 05 - DIONÍSIO TORRES, 60125-071
Fortaleza - CE

[Handwritten signatures and initials]

Balanco Patrimonial

Empresa: PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS - CNPJ: 11.343.577/0001-12



Folha: 1

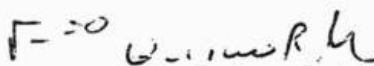
Fortes Contábil

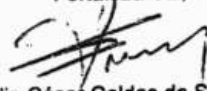
Conta	Descrição	31/12/2017
1	*** ATIVO ***	78.820,17 C
11	ATIVO CIRCULANTE	78.820,17 C
111	Disponível	7.479,31 C
11101	Caixa Geral	3.239,63 C
11101.0001	Caixa	3.239,63 C
11102	Depósitos Bancários à Vista	1.140,14 C
11102.0001	Santander Ag.: 4389 CC.: 1324-6	1.140,14 C
11103	Aplicação de Liquidez Imediata	3.099,54 C
11103.0001	Santander Poupança Ag.: 4389 CC.: 2990-0	1.899,54 C
11103.0002	Título de Capitalização	600,00 C
11103.0003	Título de Capitalização	600,00 C
113	Clientes	71.340,86 C
11301	Duplicatas a Receber	71.340,86 C
11301.0002	Prefeitura Municipal de Reriutaba	13.332,00 C
11301.0004	Eólica Itarema IX S.A.	6.654,22 C
11301.0005	Eólica Itarema V S.A.	4.827,93 C
11301.0006	Eólica Itarema VII S.A.	4.691,66 C
11301.0007	Eólica Itarema VIII S.A.	4.765,97 C
11301.0008	Eólica Itarema VI S.A.	5.226,43 C
11301.0009	Eólica Itarema IV S.A.	4.633,04 C
11301.0010	Eólica Itarema I S.A.	6.873,75 C
11301.0011	Eólica Itarema III S.A.	3.648,08 C
11301.0012	Eólica Itarema II S.A.	6.577,94 C
11301.0015	Brascam - Brasil Assessoria e Consultori	10.109,84 C

Data de Encerramento: 31/12/2017

Valor de Ativo e Passivo: R\$ 78.820,17 (Setenta e Oito Mil Oitocentos e Vinte Reais e Dezessete Centavos).

Fortaleza-CE, 31 de Dezembro de 2017


Francisco Quirino Rodrigues Ponte Junior
Sócio Administrador
CPF: 908.091.653-68


Júlio César Caldas da S. Fontenele
Contador
CPF: 241.342.283-87
CRC-CE. - 10.598

OAB
ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇÃO DO CEARÁ
CERTIFICO, em cumprimento a sua dispção o inciso V,
do art. 6º, do Provimento nº. 112/2006, do Conselho
Federal da OAB, que o Balanco da Sociedade 546,
referente ao ano de 2017, foi devidamente registrado
e autenticado nesta Seccional da OAB,
em: 27.1.2018
Fortaleza, 27.1.2018



Continua...

Balanco Patrimonial

Empresa: PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS - CNPJ: 11.343.577/0001-12



Folha: 2

Fortes Contábil

Conta	Descrição	31/12/2017
2	*** PASSIVO ***	78.820,17 C
21	PASSIVO CIRCULANTE	3.429,80 C
211	Fornecedores	400,00 C
21101	Fornecedores Nacionais	400,00 C
21101.0003	Marques & Fontenele Contabilidade S/S -	400,00 C
213	Obrigações Fiscais e Trabalhistas	3.029,80 C
21301	Impostos e Contribuições	3.029,80 C
21301.0003	ISS a Recolher	220,00 C
21301.0010	Simplex a Recolher	2.809,80 C
23	PATRIMONIO LIQUIDO	75.390,37 C
231	Capital Social Integralizado	10.000,00 C
23101	Capital Social	10.000,00 C
23101.0001	Francisco Quirino Rodrigues Ponte Junior	9.999,00 C
23101.0002	Manoela Ponte Rocha	1,00 C
232	Lucros ou Prejuízos Acumulados	65.390,37 C
23201	Lucros ou Prejuízos Acumulados	65.390,37 C
23201.0001	Lucros Acumulados	65.390,37 C

Data de Encerramento: 31/12/2017

Valor de Ativo e Passivo: R\$ 78.820,17 (Setenta e Oito Mil Oitocentos e Vinte Reais e Dezessete Centavos).

Fortaleza-CE, 31 de Dezembro de 2017

Francisco Quirino Rodrigues Ponte Junior
Francisco Quirino Rodrigues Ponte Junior
Sócio Administrador
CPF: 908.091.653-68

Júlio César Caldas da S. Fontenele
Júlio César Caldas da S. Fontenele
Contador
CPF: 241.342.283-87
CRC-CE. - 10.598

OAB
ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SEÇÃO DO CEARÁ
CERTIFICOU, em cumprimento o que dispõe o inciso V,
do art. 8º, do Provimento nº. 112/2006, do Conselho
Federal da OAB, que o balanço da Sociedade 616,
referente ao ano de 2017, foi devidamente registrado
e autenticado nesta Seccional da OAB,
em 27/01/2018
Fortaleza, 27/01/2018



Fim

Demonstração do Resultado do Exercício

Empresa: PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS - CNPJ: 11.343.577/0001-12
Estabelecimentos: Todos; Centros de Resultado: Todos



Folha: 3
Fortes Contábil

Conta	Descrição	01/01/2017 a 31/12/2017
(+) 010	Receita Bruta Operacional	403.109,16
010.01	Serviços Prestados	403.109,16
010.01.01	Serviços Prestados	403.109,16
010.01.01.01	Receita Prestação de Serviços	403.109,16
(-) 020	Deduções da Receita	23.248,84
020.01	Impostos Faturados	23.248,84
020.01.05	Simplex	23.248,84
(=) 030	Receita Líquida	379.860,32
(=) 060	Lucro Bruto	379.860,32
(-) 070	Despesas Operacionais	13.876,43
070.01	Despesas Administrativas	13.021,94
070.03	Despesas Tributárias	854,49
(-) 080	Despesas Financeiras	1.948,85
(+) 090	Receitas Financeiras	0,20
(=) 110	Res. Antes das Participações e Contrib.	364.035,24
150	Res. Antes Imp.Renda e Contrib. Social	364.035,24
200	Resultado Líquido do Exercício	364.035,24

Fortaleza-CE, 31 de Dezembro de 2017

Francisco Quirino Rodrigues Ponte Junior
Francisco Quirino Rodrigues Ponte Junior
Sócio Administrador
CPF: 908.091.653-68

Júlio César Caldas da S. Fontenele
Júlio César Caldas da S. Fontenele
Contador
CPF: 241.342.283-87
CRC-CE - 10.598

OAB
ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇÃO DO CEARÁ
CERTIFICO, em cumprimento o que dispõe o inciso V,
do Art. 67, do Provimento n.º 112/2008, do Conselho
Federal da OAB, que o balanço da Sociedade PAI,
referente ao ano de 2017, foi devidamente registrado
e autenticado nesta Seccional da OAB,
em 22 de dezembro de 2018
Fortaleza, 22 de dezembro de 2018



Certifico que a presente cópia fotostática
é a reprodução fiel do original. Dou fé.
Fortaleza - CE.

11 ABR. 2018

ROBERTO FIUZA MAIA - TABELIAO
ERICIO GOULART DE AQUINO - ESC. AUTORIZADO
LUDIA CARNEIRO DA SILVA - ESC. AUTORIZADA
FELICIA DE MARI CORREIA MAIA - ESC. SUBSTITUTA
RAIA MARINHO MOTTA NETO - ESC. AUTORIZADA

Fim



Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados - DLPA

Saldo em 31 de dezembro de 2016	96.189,91
Ajustes de Exercícios Anteriores	165,22
Retificação de Erro de Exercícios Anteriores	165,22
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	364.035,24
Proposta da Administração de Destinação do Lucro	(395.000,00)
Dividendos Distribuídos	(395.000,00)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	65.390,37

Fortaleza-CE, 31 de Dezembro de 2017

F. Quirino R. M.
Francisco Quirino Rodrigues Ponte Junior
Sócio Administrador
CPF: 908.091.653-68

Júlio César
Júlio César Caldas da S. Fontenele
Contador
CPF: 241.342.283-87
CRC-CE. - 10.598

O A B
ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇÃO DO CEARÁ
CERTIFICO, em cumprimento o que dispôs o inciso V,
do art. 6º, do Provimento nº. 112/2008, do Conselho
Federal da OAB, que o balanço de sociedade S/C,
referente ao ano de 2017, foi devidamente registrado
e autenticado nesta Seccional da OAB.
em: 27.03.2018
Fortaleza, 27.03.2018



Análise pelos Índices do Balanço

Empresa: PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS - CNPJ: 11.343.577/0001-12



Folha: 1

Fortes Contábil

Mês/Ano: 12/2017

Código	Nome Valores	Expressão	Resultado
LC	Liquidez Corrente 78.820,17 / 3.429,80	c101/c201	22,98
LG	Liquidez Geral (78.820,17 + 0,00)/(3.429,80 + 0,00)	(c101+c10700)/(c201+c203)	22,98
SG	Solvência Geral 78.820,17 /(3.429,80 + 0,00)	c1/(c201+c203)	22,98

Fortaleza-CE, 31 de Dezembro de 2017

Francisco Quirino Rodrigues Ponte Junior
Sócio Administrador
CPF: 908.091.653-68

Júlio César Caldas da S. Fontenele
Contador
CPF: 241.342.283-87
CRC-CE. - 10.598

OAB
ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SEÇÃO DO CEARÁ
OAB/CE, em cumprimento a que dispõe o inciso V,
do Art. 31, do Provimento nº. 112/2006, do Conselho
Federal do OAB, que o balanço da Sociedade 636,
referente ao ano de 2017, foi devidamente registrado
e autenticado nesta Seccional do OAB,
em 22/03/2018
Fortaleza, 22/03/2018

Christiane Leão
Secretaria - Geral
OAB-CE

3º OFÍCIO DE NOTAS
Al. Dr. Antônio Torres 92
Tel: (065) 3304-8444
Alameda - Fortaleza - CE
0155-0 DE AUTENTICIDADE

Certifico que a presente cópia fotostática
é a reprodução fiel do original. Dou fé.
Fortaleza - CE.

16 ABR. 2018



FILIZIA MAIA - TABELIAO
LARI DE AQUINO - ESC. AUTORIZADA
CARO DA SILVA - ESC. AUTORIZADA
MATA CORREIA MAIA - ESC. SUBSTITUTA
OTA RIBEIRO - ESC. AUTORIZADA

Fim

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO CEARÁ****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO CEARÁ,
CNPJ nº 07.093.503/0001-06, certifica que o(a) profissional identificado(a) no
presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: JULIO CESAR CALDAS DA SILVEIRA FONTENELE
REGISTRO.....	: CE-010598/O-1
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 241.342.283-87

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCCE contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: FORTALEZA, 11.04.2018 as 11:15:29.

Válido até: 10.07.2018.

Código de Controle: 146934.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCCE.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA
SEÇÃO DE CERTIDÕES**

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO CÍVEL

NÃO É VÁLIDA PARA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

CERTIFICO, em virtude da faculdade que me é conferida por lei e a requerimento da parte interessada, que consultando nos Sistemas Informatizados do Serviço de Distribuição desta Comarca, **DESDE 1º DE AGOSTO DE 1994, ATÉ A PRESENTE DATA**, em relação ao(s) Polo(s) **PASSIVO OU ATIVO** dos processos de Natureza Cível, **EM TRÂMITE**, distribuídos aos Juízes de Recuperação de Empresas e Falência da Comarca de Fortaleza, verifiquei **NADA CONSTAR**, em nome de **PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS, CNPJ nº. 11.343.577/0001-12**.

CERTIFICO, ainda, que a supracitada consulta inclui as seguintes classes: **FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL**.

CERTIFICO, finalmente, que esta certidão só é válida por **30 (trinta) dias**, a contar da data de sua emissão, **sem rasuras ou emendas, com assinatura do Agente Público responsável e Selo de Autenticidade**.

O referido é verdade e dou fé.
Fortaleza, 27/03/2018 às 08:25.
Usuário: 12111





Prefeitura de ¹⁰³
Fortaleza



ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO

Nº Inscrição AF00012397/2018		Data Emissão 05/02/2018	
Concedido a PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS			
Nome Fantasia			
Localização RUA NUNES VALENTE, 2415 - SALA 05 - DIONÍSIO TORRES, CEP: 60125071			
CNPJ/CPF 11343577000112		Inscrição IPI/TU 8671257	
Atividade Principal SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS		Cód. Atividade - CNAE 691170101	Cód. Atividade - LUUS 74.11.00
Uso ADEQUADO	Categoria de Uso Serviços		Subgrupo de Uso Prestação de serviços
Área do Terreno 693.00	Área Construída 46.35	Área do Estabelecimento 46.35	
Nº de Vagas de Estacionamento 5			
Observações Obs 1: O Alvará de Funcionamento deverá ser afixado em local visível e de fácil acesso. Obs 2: Este documento não é hábil à comprovação da regularidade da edificação ou da posse do imóvel. Obs 3: Alvará concedido de acordo com a Consulta Prévia de Adequabilidade Locacional número FOR2018148391. Obs 4: O horário de Funcionamento do estabelecimento deverá estar de acordo com o disposto nas Leis Municipais nº 9275/2007, 9477/2009 e 10635/2017.			
DECRETO LEI 2848/40 – CÓDIGO PENAL Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento; PENA – Reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa. Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante; PENA – Reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular.			



✓

✗



ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO

Nº Inscrição AF00012397/2018		Data Emissão 05/02/2018	
Concedido a PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS			
Nome Fantasia			
Localização RUA NUNES VALENTE, 2415 - SALA 05 - DIONÍSIO TORRES, CEP: 601250.			
CNPJ/CPF 11343577000112		Inscrição IPTU 8671257	
Atividade Principal SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS		Cód. Atividade - CNAE 691170101	Cód. Atividade - LUOS 74.11.00
Uso ADEQUADO	Categoria de Uso Serviços	Subgrupo de Uso Prestação de serviços	
Área do Terreno 693.00	Área Construída 46.35	Área do Estabelecimento 46.35	
Nº de Vagas de Estacionamento 5			
Observações Obs 1: O Alvará de Funcionamento deverá ser afixado em local visível e de fácil acesso. Obs 2: Este documento não é hábil à comprovação da regularidade da escritura ou do registro do imóvel. Obs 3: Alvará concedido de acordo com a Consulta Prévia de Análise de Impacto Ambiental nº FOR2018148391 Obs 4: O horário de Funcionamento do estabelecimento deverá estar de acordo com o disposto nas Leis Municipais nº 9275/2007, 9477/2009 e 10635/2017.			
DECRETO LEI 2848/40 - CÓDIGO PENAL Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento: PENA - Reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa. Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar o crédito ou alteração da verdade sobre fato juridicamente relevante: PENA - Reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular.			



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



PONTE ADVOGADOS

Quirino Ponte

Fortaleza/CE, 16 de abril de 2018.



À

CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES DE ITAPAJÉ

Município de Itapajé – Estado do Ceará.

Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº 2018.03.16.02/2018 – DADOS INFORMATIVOS.

Prezado Responsável,

PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS, sociedade simples de advogados com personalidade jurídica de direito privado regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.343.577/0001-12, com sede e foro jurídico hoje sito na Rua Nunes Valente, nº. 2415 – Sala 05, Bairro Dionísio Torres, CEP 60125-071, na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, neste ato por intermédio do seu representante legal na forma definida em seu Estatuto Social, VEM, respeitosamente a presença de Vossa Senhoria, em observância ao Item 4.3 do processo de licitação – Tomada de Preços nº 2018.03.16.02/2018, informar os seguintes dados da empresa peticionante:

Responsável: Francisco Quirino Rodrigues Ponte Junior;

Pabx: (55-85) 3244.3948/(55-85) 99647.1777

E-mail: quirinoponte@yahoo.com.br

Sendo só o que se apresenta para o momento, coloca-se à inteira disposição para qualquer esclarecimento necessário e posterior juntada de documento que se fizer necessário.


PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS
CNPJ/MF Nº 11.343.577/0001-12
Por seu Representante Legal
Francisco Quirino Rodrigues Ponte Junior



DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADOS MENORES

PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS, sociedade simples de advogados com personalidade jurídica de direito privado regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.343.577/0001-12, com sede e foro jurídico hoje sito na Rua Nunes Valente, nº. 2415 – Sala 05, Bairro Dionísio Torres, CEP 60125-071, na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, neste ato por intermédio do seu representante legal na forma definida em seu Estatuto Social, Sr. Francisco Quirino Rodrigues Ponte Junior, brasileiro, solteiro, advogado, regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Ceará, sob o nº 20.614, inscrito no CPF/MF sob o nº 908.091.653-68, com endereço profissional na sede da empresa que ora representa, **DECLARA** para todos os fins e sob as penas da lei, especificamente para participação de licitação na modalidade de Tomada de Preços nº. 2018.03.16.02, que não possui em seu quadro pessoal empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e de conformidade com a exigência prevista na Lei Federal nº. 9.854, de 27.10.99, que altera a Lei nº. 8.666/93, em seus artigos e inciso aplicáveis.

Fortaleza/CE, 11 de abril de 2018.



PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS

CNPJ/MF Nº 11.343.577/0001-12

Por seu Representante Legal

Francisco Quirino Rodrigues Ponte Junior

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO PERGENTINO MAIA - 3º OFÍCIO DE NOTAS E 1º RTDPJ
TABELIAO: ROBERTO FIUZA MAIA - CNPJ: 06.572.994/0001-05
AV. Pe Antonio Tomás, Nº 920 - Aldeota - CEP: 60.140-160 - Fortaleza - CE
Tel: (85) 3304-9444 - E-mail: tabeliao@cartoriomaia.com.br

Reconheço por **SEMELHANÇA** a(s) firma(s) de:
[7Eovugu2] - **FRANCISCO QUIRINO RODRIGUES PONTE JUNIOR**

Dou fé. Us: 096
Fortaleza-CE, 11 de Abril de 2018.
Em testemunho da verdade.
Fabricio Goulart de Aquino | Maria Marly Mota Ribeiro
Antonio Alexandre Paiva de Oliveira/Claudia Carneiro da Silva

Selo: - Valor: R\$ 4,15
VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.

Confira os dados do ato em:
selodigital.jce.br/portal



Ponte Advogados Associados

CNPJ: 11.343.577/0001-12

Rua: Nunes Valente, 2415 Sl 05

Dionísio Torres - CEP: 60.125-071

Fortaleza - Ceará



PONTE ADVOGADOS

Quirino Ponte



DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA

PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS, sociedade simples de advogados com personalidade jurídica de direito privado regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.343.577/0001-12, com sede e foro jurídico hoje sito na Rua Nunes Valente, nº. 2415 – Sala 05, Bairro Dionísio Torres, CEP 60125-071, na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, neste ato por intermédio do seu representante legal na forma definida em seu Estatuto Social, Sr. Francisco Quirino Rodrigues Ponte Junior, brasileiro, solteiro, advogado, regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Ceará, sob o nº 20.614, inscrito no CPF/MF sob o nº 908.091.653-68, com endereço profissional na sede da empresa que ora representa, **DECLARA** para todos os fins legais e de direito, sob as penas da Lei, especificamente para fins de prova e participação no processo licitatório nº 2018.03.16.02/2018, perante a Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Itapajé, Estado do Ceará, que foram verificados atentamente e compreendidos todos os termos, condições gerais e específicas contidas no presente Edital e anexos, em todos os seus parâmetros e elementos dos serviços a serem ofertados no presente certame, oportunidade em manifesta-se concordância integral com as referidas condições e obrigações, assim como, declara, igualmente, que sua proposta cumpre plenamente os requisitos exigidos no procedimento licitatório referenciado.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente declaração sob as penas da Lei.

Fortaleza/CE, 11 de abril de 2018.

F^{co} Quirino R. Jr.
PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS
CNPJ/MF Nº 11.343.577/0001-12

Por seu Representante Legal
Francisco Quirino Rodrigues Ponte Junior

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO PERGENTINO MAIA - 3º OFÍCIO DE NOTAS E 1º RTDPJ
TABELIAO: ROBERTO FIUZA MAIA - CNPJ: 06.572.994/0001-05
AV. Pe Antonio Tomás, Nº 920 - Aldeota - CEP: 60.140-160 - Fortaleza - CE
Tel: (85) 3304-9444 - E-mail: tabeliao@cartoriomaia.com.br

Reconheço por **SEMELHANÇA** a(s) firma(s) de:
[7Eovugu0] - FRANCISCO QUIRINO RODRIGUES PONTE JUNIOR

Dou fé. Us: 096
Fortaleza-CE, 11 de Abril de 2018.
Em testemunho da verdade.
Fabricio Goulart de Aquino | Maria Marly Mota Ribeiro
Antonio Alexandre Paiva de Oliveira/Claudia Carneiro da Silva
Selo: - Valor: R\$ 4,15
VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.

Confira os dados do ato em:
selodigital.tce.br/portal

SELO DE AUTENTICIDADE
HEM 02
RECONHECIMENTO DE FIRMA
C1782.238

Ponte Advogados Associados
CNPJ: 11.343.577/0001-12
Rua: Nunes Valente, 2415 Sl 05
Dionísio Torres - CEP: 60.125-071
Fortaleza - Ceará



DECLARAÇÃO DE FATOS SUPERVENIENTES

PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS, sociedade simples de advogados com personalidade jurídica de direito privado regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.343.577/0001-12, com sede e foro jurídico hoje sito na Rua Nunes Valente, nº. 2415 – Sala 05, Bairro Dionísio Torres, CEP 60125-071, na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, neste ato por intermédio do seu representante legal na forma definida em seu Estatuto Social, Sr. Francisco Quirino Rodrigues Ponte Junior, brasileiro, solteiro, advogado, regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Ceará, sob o nº 20.614, com endereço profissional na sede da empresa que ora representa, **DECLARA** para todos os fins legais e de direito, sob as penas da Lei, especificamente para participação de licitação de Tomada de Preço nº. 2018.03.16.02/2018, junto a Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores de Itapajé, Estado do Ceará, que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório supracitado, assim como que cientifica-se acerca da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, nos termos do art. 32, §2º, da Lei nº 8.666/93.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente declaração sob as penas da Lei.

Fortaleza/CE, 11 de abril de 2018.

F. Quirino R. Jr.
PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS

CNPJ/MF Nº 11.343.577/0001-12

Por seu Representante Legal

Francisco Quirino Rodrigues Ponte Junior

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO PERGENTINO MAIA - 3º OFÍCIO DE NOTAS E 1º RTDPJ
TABELIAO: ROBERTO FIUZA MAIA - CNPJ: 06.572.994/0001-05
AV. Pe Antonio Tomás, Nº 920 - Aldeota - CEP: 60.140-160 - Fortaleza - CE
Tel: (85) 3304-9444 - E-mail: tabellao@cartoriomaia.com.br

Reconheço por **SEMELHANÇA** a(s) firma(s) de:
[7Eovugu3] - FRANCISCO QUIRINO RODRIGUES PONTE JUNIOR

Dou fé. Us: 096
Fortaleza-CE, 11 de Abril de 2018.
Em testemunho da verdade.
Fabricio Goulart de Aquino | Maria Marly Mota Ribeiro
Antonio Alexandre Paiva de Oliveira/Claudia Carneiro da Silva

Selo: - Valor: R\$ 4,15
VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.

Confira as dados do ato em:
selodig.br/portal

SELO DE AUTENTICIDADE
SSN 02
RECONHECIMENTO DE FIRMA
C1782.241

Ponte Advogados Associados

CNPJ: 11.343.577/0001-12

Rua: Nunes Valente, 2415 Sl 05

Dionísio Torres - CEP: 60.125-071

Fortaleza - Ceará

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
540 EAST 58TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637
U.S.A.



A CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES DE ITAPAJÉ

Em Anexo, encaminhamos a nova apólice digital da JMalucelli Seguradora S/A, um documento com a mesma veracidade de uma apólice impressa, sendo que a única diferença é que a apólice agora faz parte de um processo de certificação digital, utilizando técnicas e processos que garantem segurança e valor jurídico às transações eletrônicas. Esta apólice substitui, de forma definitiva, o modelo anterior, e acompanha as inovações tecnológicas já presentes no mercado, como nota fiscal digital, recibos de pagamentos via internet, emissão de boletos, etc.

JMalucelli Seguradora

TÍTULO: APÓLICE Seguro Garantia N° 02-0775-0407955

Documento eletrônico digitalmente assinado por:

ICP
Brasil
Assinado digitalmente por:
Gustavo Henrich

ICP
Brasil
Assinado digitalmente por:
Roque Jr. de H. Melo

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-estrutura de chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil por: Signatário (as):

Gustavo Henrich N° de Série do Certificado: 099FC08915F5891A

Roque de Holanda Melo N° de Série do Certificado: 52AE2099725C9CD2

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe oferece o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art 1° - Fica instituída a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.

N° Apólice: 02-0775-0407955
Controle Interno(Código Controle): 791618682
Data de Emissão: 16/04/2018

A autenticidade do presente documento, bem como o arquivo em forma eletrônica, podem ser verificados no website www.jmalucelliseguradora.com.br.

Após sete dias úteis da emissão deste documento, o mesmo poderá ser verificado sob o n° 05436.2018.0002.0775.0407955.000000 no site da susep: www.susep.gov.br. Acesse: Serviço ao Cidadão -> Consulta de apólice de seguro garantia.



... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

Seguro Garantia

Apólice: 02-0775-0407955

Proposta: 2060831

Controle Interno(Código Controle):791618682

A autenticidade do presente documento, bem como o arquivo em forma eletrônica, podem ser verificados no website www.jmalucellseguradora.com.br. Após sete dias úteis da emissão deste documento, o mesmo poderá ser verificado sob o n.º 05436.2018.0002.0775.0407955.000000 no site da SUSEP www.susep.gov.br. As condições contratuais/regulamento deste produto protocolizadas pela sociedade/entidade junto à Susep poderão ser consultadas no endereço eletrônico www.susep.gov.br, de acordo com o número de processo constante da apólice/proposta. Atendimento SUSEP: 0800 021 8484.
Central de Atendimento JM - 0800 704 0301/Ouvidoria JM - 0800 643 0301

Frontispício de Apólice

A J. MALUCELLI SEGURADORA S/A, CNPJ 84.948.157/0001-33, Código de Registro na SUSEP 05436, com sede na Rua Visconde de Nácar, 1440 - Centro - Curitiba - PR, por meio desta APÓLICE de Seguro Garantia, garante ao SEGURADO, CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES DE ITAPAJÉ, CNPJ 63.393.938/0001-39, PRAÇA VICENTE PORFIRIO SAMPAIO, 1900 CENTRO ITAPAJÉ CE, as obrigações do TOMADOR PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS, CNPJ 11.343.577/0001-12, R NUNES VALENTE 2415 SL 05 DIONÍSIO TORRES FORTALEZA CE, até o valor de R\$ 624,00 (seiscentos e vinte e quatro reais), na modalidade abaixo descrita.

Modalidade	Limite Máximo de Garantia (L.M.G.)	Ramo
Licitante	R\$ 624,00	0775 - GARANTIA SEGURADO - SETOR PÚBLICO

Descrição da Garantia (Coberturas, Valores e prazos previstos no contrato)

Modalidade e Cobertura Adicional	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Término
Licitante	R\$ 624,00	17/04/2018	17/08/2018

Não se aplica franquia a nenhuma das coberturas contratadas por esta apólice.

Objeto da Garantia

Esta apólice, de riscos declarados, garante indenização, até o valor fixado na apólice, se o Tomador adjudicatário se recusar a assinar o Contrato Principal, nas condições propostas, dentro do prazo estabelecido no Edital de Licitação de Convocação n. 2018.03.16.02.

Esta apólice é emitida de acordo com as condições da Circular da Susep n.º 477/13

ESTA APÓLICE NÃO PODERÁ SER UTILIZADA COMO COMPLEMENTO OU ENDOSSO DE APÓLICE ANTERIORMENTE FORNECIDA POR ESTA SEGURADORA REFERENTE AO MESMO EDITAL E/OU CONTRATO OBJETO DESTE SEGURO.

Corretor: 000001.0.034445-1 - BAROLI ASSESSORIA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA

Continua na próxima página

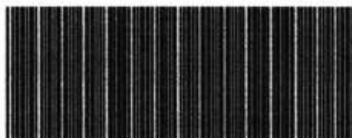
ICP
Brasil

Assinado digitalmente por:
Gustavo Henrich

ICP
Brasil

Assinado digitalmente por:
Roque Jr. de H. Melo

Controle de Segurança



São Paulo - SP. 16/04/2018

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil por: Signatários (as):
Gustavo Henrich Nº de Série do Certificado: 099FC08915F5891A
Roque de Holanda Melo Nº de Série do Certificado: 52AE2099725C9CD2
Art. 1º - Fica instituída a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.

*SUSEP: - Superintendência de seguros privados. Autarquia Federal responsável pela fiscalização, normatização e controle dos mercados de seguro, previdência complementar aberta, capitalização, resseguro e corretagem de seguro. ** Este produto está protocolado na SUSEP através do N.º de Processo SUSEP 15414.900195/2014-17.

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

Seguro Garantia

Apólice: 02-0775-0407955

Proposta: 2060831

Frontispício de Apólice

Controle Interno(Código Controle):791618682

A autenticidade do presente documento, bem como o arquivo em forma eletrônica, podem ser verificados no website www.jmalucelliseguradora.com.br. Após sete dias úteis da emissão deste documento, o mesmo poderá ser verificado sob o n.º 05436.2018.0002.0775.0407955.000000 no site da SUSEP www.susep.gov.br. As condições contratuais/regulamento deste produto protocolizadas pela sociedade/entidade junto à Susep poderão ser consultadas no endereço eletrônico www.susep.gov.br, de acordo com o número de processo constante da apólice/proposta. Atendimento SUSEP: 0800 021 8484.
 Central de Atendimento JM - 0800 704 0301/Ouvidoria JM - 0800 643 0301

Demonstrativo de Prêmio

Importância Segurada.....	R\$	624,00
Prêmio Líquido Licitante.....	R\$	100,00
Adicional de Fracionamento.....	R\$	1,60
I.O.F.....	R\$	0,00
Prêmio Total.....	R\$	101,60

Condições de Pagamento

Parcela	Vencimento	Nº Carnê	Valor(R\$)
1	06/05/2018	5671802	101,60

Em atendimento à Lei 12.741/12 informamos que incidem as alíquotas de 0,65% de PIS/Pasep e de 4% de COFINS sobre os prêmios de seguros, deduzidos do estabelecido em legislação específica.

O(s) valor(es) acima descrito(s), é(são) devido(s) no cenário desta contratação de cobertura(s). Pode(m) sofrer alteração(ões) quando contratada(s) isoladamente ou em outra composição.

São Paulo - SP - 16/04/2018

Corretor: 000001.0.034445-1 - BAROLI ASSESSORIA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA

CONDIÇÕES GERAIS

CIRCULAR SUSEP 477/13 - PLANO PADRONIZADO
CAPÍTULO I - CONDIÇÕES GERAIS - RAMO 0775
SEGURO GARANTIA - SEGURADO: SETOR PÚBLICO

1. Objeto:

1.1. Este contrato de seguro garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado, conforme os termos da apólice e até o valor da garantia fixado nesta, e de acordo com a(s) modalidade(s) e/ou cobertura(s) adicional(is) expressamente contratada(s), em razão de participação em licitação, em contrato principal pertinente a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, concessões e permissões no âmbito dos Poderes da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ou, ainda as obrigações assumidas em função de:

I – processos administrativos;

II – processos judiciais, inclusive execuções fiscais;

III – parcelamentos administrativos de créditos fiscais, inscritos ou não, em dívida ativa;

IV – regulamentos administrativos.

1.2. Encontram-se também garantidos por este seguro os valores devidos ao segurado, tais como multas e indenizações, oriundos do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador, previstos em legislação específica, para cada caso.

2. Definições:

Aplicam-se a este seguro, as seguintes definições:

2.1. Apólice: documento, assinado pela seguradora, que representa formalmente o contrato de Seguro Garantia.

2.2. Condições Gerais: conjunto das cláusulas, comuns a todas as modalidades e/ou coberturas de um plano de seguro, que estabelecem as obrigações e os direitos das partes contratantes.

2.3. Condições Especiais: conjunto das disposições específicas relativas a cada modalidade e/ou cobertura de um plano de seguro, que alteram as disposições estabelecidas nas Condições Gerais.

2.4. Condições Particulares: conjunto de cláusulas que alteram, de alguma forma, as Condições Gerais e/ou Condições Especiais, de acordo com cada segurado.

2.5. Contrato Principal: todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública (segurado) e particulares (tomadores), em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.

2.6. Endosso: instrumento formal, assinado pela seguradora, que introduz modificações na apólice de Seguro Garantia, mediante solicitação e anuência expressa das partes.

2.7. Indenização: pagamento dos prejuízos e/ou multas resultantes do inadimplemento das obrigações cobertas pelo seguro.

2.8. Limite Máximo de Garantia: valor máximo que a seguradora se responsabilizará perante o segurado em função do pagamento de indenização.

2.9. Prêmio: importância devida pelo tomador à seguradora, em função da cobertura do seguro, e que deverá constar da apólice ou endosso.

2.10. Processo de Regulação de Sinistro: procedimento pelo qual a seguradora constatará ou não a procedência da reclamação de sinistro, bem como a apuração dos prejuízos cobertos pela apólice.

2.11. Proposta de Seguro: instrumento formal de pedido de emissão de apólice de seguro, firmado nos termos da legislação em vigor.

2.12. Relatório Final de Regulação: documento emitido pela seguradora no qual se transmite o posicionamento acerca da caracterização ou não do sinistro reclamado, bem como os possíveis valores a serem indenizados.

2.13. Segurado: a Administração Pública ou o Poder Concedente.

2.14. Seguradora: a sociedade de seguros garantidora, nos termos da apólice, do cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador.

2.15. Seguro Garantia: seguro que garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado, conforme os termos da apólice.

2.16. Sinistro: o inadimplemento das obrigações do tomador cobertas pelo seguro.

2.17. Tomador: devedor das obrigações por ele assumidas perante o segurado.

3. Aceitação:

3.1. A contratação/alteração do contrato de seguro somente poderá ser feita mediante proposta assinada pelo proponente, seu representante ou por corretor de seguros habilitado. A proposta escrita deverá conter os elementos essenciais ao exame e aceitação do risco.

3.2. A seguradora fornecerá, obrigatoriamente, ao proponente, protocolo que identifique a proposta por ela recepcionada, com a indicação da data e da hora de seu recebimento.

3.3. A seguradora terá o prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar sobre a aceitação ou não da proposta, contados da

data de seu recebimento, seja para seguros novos ou renovações, bem como para alterações que impliquem modificação do risco.

3.3.1. Caso o proponente do seguro seja pessoa física, a solicitação de documentos complementares, para análise e aceitação do risco, ou da alteração proposta, poderá ser feita apenas uma vez, durante o prazo previsto no item 3.3..

3.3.2. Se o proponente for pessoa jurídica, a solicitação de documentos complementares poderá ocorrer mais de uma vez, durante o prazo previsto no item 3.3., desde que a seguradora indique os fundamentos do pedido de novos elementos, para avaliação da proposta ou taxação do risco.

3.3.3. No caso de solicitação de documentos complementares, para análise e aceitação do risco, ou da alteração proposta, o prazo de 15 (quinze) dias previsto no item 3.3. ficará suspenso, voltando a correr a partir da data em que se der a entrega da documentação.

3.4. No caso de não aceitação da proposta, a seguradora comunicará o fato, por escrito, ao proponente, especificando os motivos da recusa.

3.5. A ausência de manifestação, por escrito, da seguradora, no prazo acima aludido, caracterizará a aceitação tácita do seguro.

3.6. Caso a aceitação da proposta dependa de contratação ou alteração de resseguro facultativo, o prazo aludido no item 3.3. será suspenso até que o ressegurador se manifeste formalmente, comunicando a seguradora, por escrito, ao proponente, tal eventualidade, ressaltando a consequente inexistência de cobertura enquanto perdurar a suspensão.

3.7. A emissão da apólice ou do endosso será feita em até 15 (quinze) dias, a partir da data de aceitação da proposta.

4. Valor da Garantia:

4.1. O valor da garantia desta apólice é o valor máximo nominal por ela garantido.

4.2. Quando efetuadas alterações previamente estabelecidas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, o valor da garantia deverá acompanhar tais modificações, devendo a seguradora emitir o respectivo endosso.

4.3. Para alterações posteriores efetuadas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, em virtude das quais se faça necessária a modificação do valor contratual, o valor da garantia poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela seguradora, por meio da emissão de endosso.

5. Prêmio do Seguro:

5.1. O tomador é responsável pelo pagamento do prêmio à seguradora por todo o prazo de vigência da apólice.

5.2. Fica entendido e acordado que o seguro continuará em vigor mesmo quando o tomador não houver pagado o prêmio nas datas convencionadas.

5.2.1. Não paga pelo tomador, na data fixada, qualquer parcela do prêmio devido, poderá a seguradora recorrer à execução do contrato de contragarantia.

5.3. Em caso de parcelamento do prêmio, não será permitida a cobrança de nenhum valor adicional, a título de custo administrativo de fracionamento, devendo ser garantido ao tomador, quando houver parcelamento com juros, a possibilidade de antecipar o pagamento de qualquer uma das parcelas, com a consequente redução proporcional dos juros pactuados.

5.4. Se a data limite para o pagamento do prêmio a vista ou de qualquer uma de suas parcelas coincidir com dia em que não haja expediente bancário, o pagamento poderá ser efetuado no primeiro dia útil em que houver expediente bancário.

5.5. A sociedade seguradora encaminhará o documento de cobrança diretamente ao tomador ou seu representante, observada a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, em relação à data do respectivo vencimento.

6. Vigência:

6.1. Para as modalidades do Seguro Garantia nas quais haja a vinculação da apólice a um contrato principal, a vigência da apólice será igual ao prazo estabelecido no contrato principal, respeitadas as particularidades previstas nas Condições Especiais de cada modalidade contratada.

6.2. Para as demais modalidades, a vigência da apólice será igual ao prazo informado na mesma, estabelecido de acordo com as disposições previstas nas Condições Especiais da respectiva modalidade.

6.3. Quando efetuadas alterações de prazo previamente estabelecidas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, a vigência da apólice acompanhará tais modificações, devendo a seguradora emitir o respectivo endosso.

6.4. Para alterações posteriores efetuadas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, em virtude das quais se faça necessária a modificação da vigência da apólice, esta poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela Seguradora, por meio da emissão de endosso.

7. Expectativa, Reclamação e Caracterização do Sinistro:

7.1. A Expectativa, Reclamação e Caracterização do Sinistro serão especificadas para cada modalidade nas Condições Especiais, quando couberem.

7.2. A seguradora descreverá nas Condições Especiais os documentos que deverão ser apresentados para a efetivação da Reclamação de Sinistro

[Handwritten signature and initials]

7.2.1. Com base em dúvida fundada e justificável, a seguradora poderá solicitar documentação e/ou informação complementar.

7.3. A Reclamação de Sinistros amparados pela presente apólice poderá ser realizada durante o prazo prescricional, nos termos da Cláusula 17 destas Condições Gerais;

7.4. Caso a seguradora conclua pela não caracterização do sinistro, comunicará formalmente ao segurado, por escrito, sua negativa de indenização, apresentando, conjuntamente, as razões que embasaram sua conclusão, de forma detalhada.

8. Indenização:

8.1. Caracterizado o sinistro, a seguradora cumprirá a obrigação descrita na apólice, até o limite máximo de garantia da mesma, segundo uma das formas abaixo, conforme for acordado entre as partes:

I – realizando, por meio de terceiros, o objeto do contrato principal, de forma a lhe dar continuidade, sob a sua integral responsabilidade; e/ou

II – indenizando, mediante pagamento em dinheiro, os prejuízos e/ou multas causados pela inadimplência do tomador, cobertos pela apólice.

8.2. Do prazo para o cumprimento da obrigação:

8.2.1. O pagamento da indenização ou o início da realização do objeto do contrato principal deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento do último documento solicitado durante o processo de regulação do sinistro.

8.2.2. Na hipótese de solicitação de documentos de que trata o item 7.2.1., o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, reiniciando sua contagem a partir do dia útil subsequente àquele em que forem completamente atendidas as exigências.

8.2.3. No caso de decisão judicial ou decisão arbitral, que suspenda os efeitos de reclamação da apólice, o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, reiniciando sua contagem a partir do primeiro dia útil subsequente a revogação da decisão.

8.3. Nos casos em que haja vinculação da apólice a um contrato principal, todos os saldos de créditos do tomador no contrato principal serão utilizados na amortização do prejuízo e/ou da multa objeto da reclamação do sinistro, sem prejuízo do pagamento da indenização no prazo devido.

8.3.1. Caso o pagamento da indenização já tiver ocorrido quando da conclusão da apuração dos saldos de créditos do tomador no contrato principal, o segurado obriga-se a devolver à seguradora qualquer excesso que lhe tenha sido pago.

9. Atualização de Valores:

9.1. O não pagamento das obrigações pecuniárias da seguradora, inclusive da indenização nos termos da Cláusula 8 destas Condições Gerais, dentro do prazo para pagamento da respectiva obrigação, acarretará em:

a) atualização monetária, a partir da data de exigibilidade da obrigação, sendo, no caso de indenização, a data de caracterização do sinistro; e

b) incidência de juros moratórios calculados "pro rata temporis", contados a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado.

9.2. O índice utilizado para atualização monetária será o IPCA/IBGE - Índice de Preços ao Consumidor Amplo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - ou índice que vier a substituí-lo, sendo calculado com base na variação positiva apurada entre o último índice publicado antes da data de obrigação de pagamento e aquele publicado imediatamente anterior à data de sua efetiva liquidação.

9.3. Os juros moratórios, contados a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado para pagamento da obrigação, serão equivalentes à taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.

9.4. O pagamento de valores relativos à atualização monetária e juros de mora será feito independente de qualquer interposição judicial ou extrajudicial, de uma só vez, juntamente com os demais valores devidos no contrato.

10. Sub-Rogação:

10.1. Paga a indenização ou iniciado o cumprimento das obrigações inadimplidas pelo tomador, a seguradora sub-rogar-se-á nos direitos e privilégios do segurado contra o tomador, ou contra terceiros cujos atos ou fatos tenham dado causa ao sinistro.

10.2. É ineficaz qualquer ato do segurado que diminua ou extinga, em prejuízo do segurador, os direitos a que se refere este item.

11. Perda de Direitos:

O segurado perderá o direito à indenização na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

I – Casos fortuitos ou de força maior, nos termos do Código Civil Brasileiro;

II – Descumprimento das obrigações do tomador decorrente de atos ou fatos de responsabilidade do segurado;

III – Alteração das obrigações contratuais garantidas por esta apólice, que tenham sido acordadas entre segurado e tomador, sem prévia anuência da seguradora;

IV – Atos ilícitos dolosos ou por culpa grave equiparável ao dolo praticados pelo segurado, pelo beneficiário ou pelo representante, de um ou de outro;

V – O segurado não cumprir integralmente quaisquer obrigações previstas no contrato de seguro;

VI – Se o segurado ou seu representante legal fizer declarações inexatas ou omitir de má-fé circunstâncias de seu

[Handwritten signature]

conhecimento que configurem agravamento de risco de inadimplência do tomador ou que possam influenciar na aceitação da proposta;

VII – Se o Segurado agravar intencionalmente o risco;

12. Concorrência de Garantias:

No caso de existirem duas ou mais formas de garantia distintas, cobrindo cada uma delas o objeto deste seguro, em benefício do mesmo segurado ou beneficiário, a seguradora responderá, de forma proporcional ao risco assumido, com os demais participantes, relativamente ao prejuízo comum.

13. Concorrência de Apólices:

É vedada a utilização de mais de um Seguro Garantia na mesma modalidade para cobrir o objeto deste contrato, salvo no caso de apólices complementares.

14. Extinção da Garantia:

14.1. A garantia expressa por este seguro extinguir-se-á na ocorrência de um dos seguintes eventos, o que ocorrer primeiro, sem prejuízo do prazo para reclamação do sinistro conforme item 7.3. destas Condições Gerais:

I – quando o objeto do contrato principal garantido pela apólice for definitivamente realizado mediante termo ou declaração assinada pelo segurado ou devolução da apólice;

II – quando o segurado e a seguradora assim o acordarem;

III – quando o pagamento da indenização ao segurado atingir o limite máximo de garantia da apólice;

IV – quando o contrato principal for extinto, para as modalidades nas quais haja vinculação da apólice a um contrato principal, ou quando a obrigação garantida for extinta, para os demais casos; ou

V – quando do término de vigência previsto na apólice, salvo se estabelecido em contrário nas Condições Especiais.

14.2. Quando a garantia da apólice recair sobre um objeto previsto em contrato, esta garantia somente será liberada ou restituída após a execução do contrato, em consonância com o disposto no parágrafo 4º do artigo 56 da Lei Nº 8.666/1993, e sua extinção se comprovará, além das hipóteses previstas no item 14.1., pelo recebimento do objeto do contrato nos termos do art. 73 da Lei nº 8.666/93.

15. Rescisão Contratual:

15.1. No caso de rescisão total ou parcial do contrato, a qualquer tempo, por iniciativa do segurado ou da seguradora e com a concordância recíproca, deverão ser observadas as seguintes disposições:

15.1.1. Na hipótese de rescisão a pedido da sociedade seguradora, esta reterá do prêmio recebido, além dos emolumentos, a parte proporcional ao tempo decorrido;

15.1.2. Na hipótese de rescisão a pedido do segurado, a sociedade seguradora reterá, no máximo, além dos emolumentos, o prêmio calculado de acordo com a seguinte tabela de prazo curto:

Relação a ser aplicada sobre a vigência — —%—do—	Relação a ser aplicada sobre a vigência — —%—do—
original para obtenção de prazo em dias— Prêmio—	original para obtenção de prazo em dias— Prêmio—
.....15/365.....	195/365.....
.....13%.....	73%.....
.....30/365.....	210/365.....
.....20%.....	75%.....
.....45/365.....	225/365.....
.....27%.....	78%.....
.....60/365.....	240/365.....
.....30%.....	80%.....
.....75/365.....	255/365.....
.....37%.....	83%.....
.....90/365.....	270/365.....
.....40%.....	85%.....
.....105/365.....	285/365.....
.....46%.....	88%.....
.....120/365.....	300/365.....
.....50%.....	90%.....
.....135/365.....	315/365.....
.....56%.....	93%.....
.....150/365.....	330/365.....
.....60%.....	95%.....
.....165/365.....	345/365.....
.....66%.....	98%.....
.....180/365.....	365/365.....
.....70%.....	100%.....

15.1.2.1. Para prazos não previstos na tabela constante do subitem 15.1.2., deverá ser utilizado percentual correspondente ao prazo imediatamente inferior.

16. Controvérsias:

16.1. As controvérsias surgidas na aplicação destas Condições Contratuais poderão ser resolvidas:

I – por arbitragem; ou

II – por medida de caráter judicial.

16.2. No caso de arbitragem, deverá constar, na apólice, a cláusula compromissória de arbitragem, que deverá ser facultativamente aderida pelo segurado por meio de anuência expressa

[Handwritten signatures and initials]

CONTENTS
ORIGINAL ARTICLES
The Problem of the Medical Student in the United States
The Medical Student in the United States
The Medical Student in the United States

THE MEDICAL STUDENT IN THE UNITED STATES
The Medical Student in the United States
The Medical Student in the United States

THE MEDICAL STUDENT IN THE UNITED STATES
The Medical Student in the United States
The Medical Student in the United States

THE MEDICAL STUDENT IN THE UNITED STATES
The Medical Student in the United States
The Medical Student in the United States

THE MEDICAL STUDENT IN THE UNITED STATES
The Medical Student in the United States
The Medical Student in the United States

THE MEDICAL STUDENT IN THE UNITED STATES
The Medical Student in the United States
The Medical Student in the United States

THE MEDICAL STUDENT IN THE UNITED STATES
The Medical Student in the United States
The Medical Student in the United States

THE MEDICAL STUDENT IN THE UNITED STATES
The Medical Student in the United States
The Medical Student in the United States

THE MEDICAL STUDENT IN THE UNITED STATES
The Medical Student in the United States
The Medical Student in the United States

THE MEDICAL STUDENT IN THE UNITED STATES
The Medical Student in the United States
The Medical Student in the United States

THE MEDICAL STUDENT IN THE UNITED STATES
The Medical Student in the United States
The Medical Student in the United States

THE MEDICAL STUDENT IN THE UNITED STATES
The Medical Student in the United States
The Medical Student in the United States

THE MEDICAL STUDENT IN THE UNITED STATES
The Medical Student in the United States
The Medical Student in the United States

THE MEDICAL STUDENT IN THE UNITED STATES
The Medical Student in the United States
The Medical Student in the United States

16.2.1. Ao concordar com a aplicação desta cláusula, o segurado estará se comprometendo a resolver todos os seus litígios com a sociedade seguradora por meio de Juízo Arbitral, cujas sentenças têm o mesmo efeito que as sentenças proferidas pelo Poder Judiciário.

16.2.2. A cláusula de arbitragem é regida pela Lei nº 9307, de 23 de setembro de 1996.

17. Prescrição:

Os prazos prescricionais são aqueles determinados pela lei.

18. Foro:

As questões judiciais entre seguradora e segurado serão processadas no foro do domicílio deste.

19. Disposições Finais

19.1. A aceitação do seguro estará sujeita à análise do risco.

19.2. As apólices e endossos terão seu início e término de vigência às 24hs das datas para tal fim neles indicadas.

19.3. O registro deste plano na Susep não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização.

19.4. Após sete dias úteis da emissão deste documento, poderá ser verificado se a apólice ou endosso foi corretamente registrado no site da Susep - www.susep.gov.br.

19.5. A situação cadastral do corretor de seguros pode ser consultada no site www.susep.gov.br, por meio do número de seu registro na Susep, nome completo, CNPJ ou CPF.

19.6. Este seguro é contratado a primeiro risco absoluto.

19.7. Considera-se como âmbito geográfico das modalidades contratadas todo o território nacional, salvo disposição em contrário nas Condições Especiais e/ou Particulares da Apólice.

19.8. Os eventuais encargos de tradução referentes ao reembolso de despesas efetuadas no exterior ficarão totalmente a cargo da Sociedade Seguradora.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

CAPÍTULO II - CONDIÇÕES ESPECIAIS DAS MODALIDADES - RAMO 0775

SEGURO GARANTIA DO LICITANTE

NOTA TÉCNICA - PROCESSO SUSEP n.º 15414.900195/2014-17.

1. Objeto:

1.1 Este contrato de seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes da recusa do tomador adjudicatário em assinar o contrato principal nas condições propostas no edital de licitação, dentro do prazo estabelecido.

1.2 Encontram-se também garantidos por este contrato de seguro os valores das multas e indenizações devidos à Administração Pública em decorrência do sinistro.

2. Definições:

Para efeito desta modalidade, aplicam-se, também, as definições constantes do art. 6º da Lei nº 8.666/93.

I – Riscos Declarados: Itens expressamente descritos na apólice, aos quais se restringe a cobertura securitária. Ou seja, a responsabilidade da Seguradora está restrita aos riscos expressamente descritos neste documento.;

II – Prejuízos: Perda pecuniária comprovada decorrentes da recusa do tomador adjudicatário em assinar o contrato principal nas condições propostas e dentro do prazo estabelecido no Edital de Licitação.

3. Vigência:

A vigência da apólice coincidirá com o prazo previsto no edital para a assinatura do contrato principal.

4. Reclamação e Caracterização do Sinistro:

4.1. Reclamação: o segurado comunicará a seguradora da recusa do tomador adjudicatário em assinar o contrato principal nas condições propostas, dentro do prazo estabelecido no edital de licitação, data em que restará oficializada a Reclamação do Sinistro.

4.1.1. Para a Reclamação do Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos, sem prejuízo do disposto no item 7.2.1. das Condições Gerais:

a) Cópia do edital de licitação;

Fica estabelecido que, especificamente para fins indenitários, não estarão cobertos pela presente apólice de seguro garantia, quaisquer prejuízos e/ou demais penalidades decorrentes de rescisão de contrato garantido pela presente apólice de seguro, causados por ou de qualquer forma relacionados a atos e/ou fatos violadores de normas de anticorrupção, perpetrados pelo segurado, tomador ou controladas, controladoras e coligadas, seus respectivos sócios/acionistas, representantes, titulares ou funcionários.

~~10~~ 8 2 w

DEVOLUÇÃO DO DOCUMENTO

No caso de devolução deste documento antes do final de vigência nele expresso, preencher os campos abaixo e enviar para a Seguradora.

Em conformidade com a cláusula 14 - inciso I, das Condições Gerais, estamos procedendo a devolução do documento nº **02-0775-0407955**

Local e Data

CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES DE
ITAPAJÉ

Nome:

RG:

Cargo:

[Handwritten signature and initials]



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTROS E AUTORIZAÇÕES

CERTIDÃO DE ADMINISTRADORES

Certificamos que a J. Malucelli Seguradora S/A, com sede na cidade Curitiba, CNPJ 84948157000133, possui os seguintes diretores:

Nome	Cargo
ALEXANDRE MALUCELLI	Diretor
EDUARDO DE FREITAS SOUZA	Diretor
GUSTAVO HENRICH	Vice-Presidente
JOÃO GILBERTO POSSIEDE	Presidente
MARCELO QUEIROZ DE OLIVEIRA FILHO	Diretor
RICARDO GUASTINI TRUNCI	Diretor
ROQUE JUNIOR DE HOLANDA MELO	Diretor

Código da Certidão: **CA05436_16042018_214315_125**
Esta certidão é válida por 30 (trinta) dias, a contar da data de emissão.

Rio de Janeiro, 16 de Abril de 2018.

SUSEP - Superintendência de Seguros Privados



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

CERTIDÃO DE REGULARIDADE

Certificamos que J. Malucelli Seguradora S/A, CNPJ 84948157000133, está autorizada a operar, conforme PORTARIA 1139, publicado(a) no D.O.U. de 03/12/1991, nos termos da legislação vigente.

Certificamos ainda que a entidade não se encontra, nesta data, sob regime de Direção Fiscal, Intervenção, Liquidação Extrajudicial ou Fiscalização Especial, e não está cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP.

Dados complementares e esta certidão atualizada podem ser obtidos em www.susep.gov.br ou por meio de petição à Autarquia.

Código da Certidão: **CR05436_16042018_214251_515**

Esta Certidão é válida por 30 dias, não prevalecendo sobre certidões geradas posteriormente.

Rio de Janeiro, 16 de Abril de 2018.

SUSEP - Superintendência de Seguros Privados

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY

1000 UNIVERSITY AVENUE
CHICAGO, ILL. 60607

1000 UNIVERSITY AVENUE
CHICAGO, ILL. 60607

1000 UNIVERSITY AVENUE
CHICAGO, ILL. 60607



CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES DE ITAPAJÉ
Praça Vicente Porfírio Sampaio, 1900 – Centro – Itapajé - Ceará
CEP: 62.600-000 - CNPJ: 63.393.938/0001-39



CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL - CRC

Válido até 31/12/2018

Razão Social	RODRIGUES & SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS
CNPJ	18.583.109/0001-64
Endereço	RUA PROF ALAIDE RAMOS, 416
Bairro	CENTRO
Cidade/Uf	RERIUTABA-CE
Telefone	88-99612.9562

REPRESENTANTE: **RAIMUNDO RODRIGUES DE FARIAS FILHO**
CARGO / FUNÇÃO: **SOCIO ADMINISTRADOR**
C.P.F. : 543.924.383-68

O(A) Presidente da Comissão de Licitação da CAPESEI, infra assinado, em pleno exercício do cargo e no uso competente de suas atribuições, notadamente as conferidas pela Lei Federal nº 8.666/93 e legislação correlata, **DECLARA** para os devidos fins que o licitante supra identificado está apto a participar de certames licitatórios promovidos pela CAPESEI, quando se tratar de objeto(s) relacionado(s) ao(s) seguinte(s) ramo(s) de atividade(s):

- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE serviços advocatícios.

Documentação Acostada:

CONTRATO SOCIAL E ADITIVOS (SE HOUVER)	(X)
CNPJ EMITIDO PELA RECEITA FEDERAL	(X)
CERTIDÕES DA: RECEITA FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL, FGTS e TRABALHISTA	(X)
DOCUMENTOS DO(S) SÓCIO(S) COM FOTO	(X)
BALANÇO PATRIMONIAL VALIDO DO ULTIMO EXERCICIO	(X)
ALVARA DE FUNCIONAMENTO	(X)
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CONSELHO DE CONTABILIDADE (Para área de atuação em contabilidade)	()
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CREA (Para área de atuação em engenharia)	()

ITAPAJE, 28 DE MARÇO DE 2018.

Zeuda Briosso Marinho
Zeuda Briosso Marinho
Presidente da CPL

CONTRATO SOCIAL

RAIMUNDO RODRIGUES DE FARIAS FILHO, brasileiro, solteiro, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/CE 26.291, portador da Cédula de Identidade nº 2000031117717 e inscrito no CPF nº 543.924.383-68 residente e domiciliado à Rua Raimundo Capistrano de Castro 145 Centro Reriutaba-CE, Cep. 62260-000 e **PAULO HENRIQUE DE SOUSA ALCANTARA**, brasileiro, solteiro, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/CE nº 27.320, portador da Cédula de Identidade nº 2004098053802, e inscrito no CPF nº 036.889.493-23 residente e domiciliado à Rua Joao Salmito de Almeida, nº 622, Centro, Pacujá-Ce, CEP 62180-000, tem justo e contratado a constituição de uma Sociedade de Advogado, a qual se regerá pelas disposições legais em vigor, especialmente a Lei 8.906/94, prov. 112/2006 da OAB - ordem dos Advogados do Brasil, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. DA RAZÃO SOCIAL, SEDE, FILIAIS E PRAZO DE DURAÇÃO

1.1 Razão Social

A sociedade, sem sofrer solução de continuidade continuará a girar sob a forma de sociedade simples, sob nova razão social RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS, ficando pactuado que em caso de incapacidade ou falecimento do sócio cujo nome integra a denominação social, é facultada à sociedade a manutenção de sua razão social a título gratuito sem qualquer ônus para a Sociedade ou para qualquer de seus sócios, independentemente de vontade de seus representantes legais ou sucessivos.

1.2 Sede e Filiais

A sociedade tem sede e foro na cidade de Reriutaba, com endereço endereço rua prof. Alaide Ramos nº 416 Centro Reriutaba-CE, CEP - 62260-000, por deliberação dos sócios, abrir ou fechar filiais e manter correspondentes em qualquer localidade do país ou do exterior, bem como associar-se a sociedade do mesmo ramo, domiciliadas ou sediadas em outro estados da federação ou do exterior, desde que obedecida as formalidades legais e regulamentares aplicáveis.

1.3. Prazo de duração

O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado

2.0 OBJETO

O objeto social consiste na prestação de serviços profissionais de advocacia, bem como para disciplina do expediente e dos resultados patrimoniais auferidos pelos sócios na prestação daqueles serviços profissionais.

2.1 O exercício profissional é praticado individualmente pelos profissionais habilitados que integram a sociedade, sócios ou não, revertendo para o patrimônio social dos sócios o exercício da advocacia de modo particular, salvo aqueles contratados e iniciados em data anterior ao registro desse contrato.

2.2 De modo a estimular aos sócios a captação de novos clientes, e impedir que as despesas seja suportadas por apenas parte deles, a SOCIEDADE deliberarem reunião, a forma de premiação pela conquista de clientes e de reembolso de despesas pelo sócio que não contribuir para a receita social.

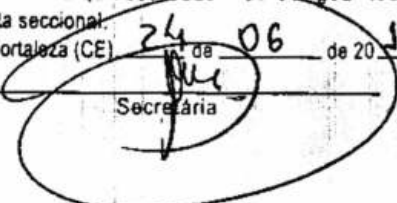


PO [assinatura] [assinatura]

O A B

ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCÃO DO CEARÁ
CERTIFICO que a presente sociedade de advogados
Se encontra registrada sob o n°. 871 livro B. Certifico
Ainda, que foi arquivada duas vias de igual teor e
forma nesta seccional.

Fortaleza (CE) 24 de 06 de 2013


Secretária

CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.870-0
Av. Presidente Epitácio Pessoa 1141 - Bairro São Estêvão - João Pessoa/PB - CEP 50720-000 - www.azevedobastos.pb.br - Tel. (31) 3344-5850 - Fax: (31) 3344-5851

Autenticação Digital

De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 5.005/1994 e Art. 6º inc. XII da Lei Estadual 8.721/2006 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé.

Cód. Autenticação: 29801903180826180582-2; Data: 19/03/2018 08:36:20

 Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AGC16350-Y9DL
Valor Total do Ato: R\$ 4,23

Bel. Valber de Miranda Cavalcanti
Tribunal Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Rodrigues & Sousa Advogados Associados



3. CAPITAL SOCIAL

O capital social subscrito é de 30.000,00 (trinta mil reais) dividido em 30.000 (trinta mil) quotas no valor de 1,00 (um real) cada quota, inteiramente integralizada em moeda nacional, assim distribuído entre os sócios.

SÓCIO	N. QUOTAS	VALOR UNITÁRIO	VALOR PARTICIPAÇÃO
RAIMUNDO RODRIGUES DE FARIAS FILHO	18.000	18.000,00	60%
PAULO HENRIQUE DE SOUSA ALCANTARA	12.000	12.000,00	40%

4. RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

Além da sociedade, os sócios respondem subsidiária e ilimitadamente pelos danos causados ao cliente por ação ou omissão no exercício da advocacia, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar perante a Ordem dos Advogados do Brasil que possa incorrer o responsável pelo ato, bem como solidariamente por qualquer obrigação contraída pela sociedade perante terceiros, se os bens da sociedade não forem suficiente para tal.

5.0 ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

A representação ativa e passiva da sociedade, bem como sua administração caberá ao socio RAIMUNDO RODRIGUES DE FARIAS FILHO, podendo para isso, sem distinção, praticar todos os atos necessários ao bom andamento dos negócios sociais, ficando proibido de utilizar a razão social em atividade estranhas ao interesse social, em favor dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens da a sociedade sem autorização da maioria absoluta do capital social.

5.1 O administrador poderá delegar poderes de administração a qualquer dos sócios, bem como constituir procuradores para o mesmo fim, devendo em qualquer dos casos, especificar os poderes conferidos, reponsabizando-se por atos *ultra-vires* que vier a ser praticado por outras pessoas que indicar para as funções acima mencionadas.

6.0 DO EXERCÍCIO SOCIAL

O exercício social coincidirá com o ano civil, e, ao término de cada exercício, será levantado um balanço geral e elaborada uma demonstração de conta de resultados, facultando-se aos sócios deliberarem sobre a destinação dos resultados líquidos.

7. DA CESSÃO DE QUOTAS, RETIRADA, EXCLUSÃO, INTERDIÇÃO E FALECIMENTO

7.1 Cessão de quotas

Nenhum sócio poderá ceder ou transferir suas quotas de capital a terceiros, sem o prévio e escrito consentimento dos demais sócios, ficando de logo estabelecido que na sessão de quotas entre sócios, a sociedade terá preferência, e no caso de não exercê-la, a preferência será de todos os sócios, nas proporções de suas participações societárias.

7.1.1 Os sócios que pretender vender quotas, deve comunicar sua intenção por escrito a sociedade e a cada um dos sócios, com antecedência de 90 (noventa) dias da data prevista para a retirada. Durante o sócio retirante a continuar prestando à sociedade os serviços



Handwritten signatures and initials

O A B
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇÃO DO CEARÁ
CERTIFICO que a presente sociedade de advogados
Se encontra registrada sob o nº. 871 Livro B, Certifico
Ainda, que foi arquivada duas vias de igual teor e
forma nesta seccional.
Fortaleza (CE) 24 de 06 de 2013
Secretária

CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.875-8
R. Augusto Gomes Neto, 140 - Bairro São José - CEP 60040-908 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3244.888 - Fax: (85) 3244.888

Autenticação Digital
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º do V.P. 41 e 52 da Lei Federal 8.932/1994 e Art. 9º da Lei
da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel
do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé.

Cód. Autenticação: 29801903180826180582-4; Data: 19/03/2018 08:36:20

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AGQ16348-903M;
Valor Total do Ato: R\$ 4,23
Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Bel. Váber de Miranda Cavalcanti
Tribunal

Rodrigues & Sousa Advogados Associados



anteriormente atribuídos a seu cargo e outros que lhe forem destinados ou que lhe couberem de acordo com os critérios internos de distribuição dos serviços da sociedade. A sociedade poderá dispensar, a seu exclusivo critério o cumprimento desse prazo e estabelecer outras formas de prestação de serviço durante o seu curso.

7.3 Exclusão

Poderá ser excluído da sociedade o sócio que deixar de integralizar sua participação do capital social nas datas apresentadas, que perder sua habilitação profissional, ou receber punição a qualquer título, da Ordem dos Advogados do Brasil, que se tornar insolvente ou falir, que infringir qualquer das regras deste contrato ou dos princípios informadores da sociedade, do regulamento geral firmado pelos sócios, ou que se mostrar desidioso no exercício da advocacia ou estiver causando desarmonia entre os demais sócios a ponto de comprometer o bom atendimento clientela.

7.3.1 A exclusão dos sócios por qualquer dos motivos acima será deliberada por maioria absoluta dos sócios, convocando-se o sócio que se pretende excluir para participar da reunião, nos termos estabelecidos nesse contrato. Em todos os casos, será a exclusão formalizada em alteração do contrato social a ser firmada por sócios que detenham a maioria absoluta do capital social, independentemente da assinatura do sócio excluído.

7.4 Interdição, insolvência e falecimento

Sobrevindo o falecimento, declaração judicial de insolvência, ou declaração judicial de incapacidade absoluta ou relativa, a retirada ou a exclusão dos sócios, não se dará a dissolução da sociedade, que prosseguirá com os demais sócios.

7.5 pagamento de haveres

Ocorrendo qualquer dos eventos acima mencionados, os haveres dos sócios que se retirará voluntariamente da sociedade, que for excluído, falecido, ou que seja declarado insolvente ou incapaz, serão apurados em balanço especial a ser levantado no prazo de 60 dias, contados do evento que deu causa.

7.5.1 Para efeito de apuração dos haveres do sócio, serão considerados exclusivamente os valores contábeis líquidos existentes na sociedade à época em que o fato ocorrer não se considerando honorários pendentes ou a receber, recebendo o sócio, exclusivamente, os honorários a que fizer jus, de acordo com os critérios de distribuição até então estipulados e efetivamente recebidos pela sociedade.

7.5.2 Os haveres serão pagos em três prestações mensais iguais e consecutivas, vencendo-se a primeira 30 dias após o registro e arquivamento da alteração contratual que formalizar o ato de saída do sócio perante a Ordem dos Advogados do Brasil as demais, no mesmo dia dos meses imediatamente subsequente e sucessivos, acrescida de correção monetária pela variação do INPC-Índice nacional de preços ao consumidor, ou de outro índice, taxa ou fator que se substitua no caso de extinção, tomando-se como termo inicial da fluncia da correção monetária, a data do balanço especial.

8. DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

O Administrador e demais sócios declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade seja em decorrência de lei especial ou em virtude de condenação criminal,

ou, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a



Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

O A B
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇÃO DO CEARÁ
CERTIFICO que a presente sociedade de advogados
Se encontra registrada sob o nº. 871 livro B, Certifico
Ainda, que foi arquivada duas vias de igual teor e
forma nesta seccional.
Fortaleza (CE) 24 de 06 de 20 13
Secretário

CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.870-6
Av. Presidente Epitácio Pessoa, 1148 - Bairro São José - CEP 60090-900 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3244-5400 - Fax: (85) 3244-5401

Autenticação Digital
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.932/1994 e Art. 5º inc. XII
da Lei Estadual 8.721/2006 autentico e presente arquivo digitalizado, reprodução fiel
do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé.

Cód. Autenticação: 29801903180826180582-6; Data: 19/03/2018 08:36:20

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AGO16346-7NCH;
Valor Total do Ato: R\$ 4,23

Bel. Valer de Miranda Cavalcante
Título Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Rodrigues & Sousa Advogados Associados

cargos públicos, ou por crimes falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

9. FORO

Os contratantes elegem o foro da comarca de RERIUTABA para dirimir duvidas ou controvérsias a respeito deste contrato.

Por se acharem justos e contratados assinam o presente instrumento em 04 vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos efeitos

Reriutaba, 04 de junho de 2013

Ass: *Raimundo Nonato Jorge Filho*

Ass: *Daniel Henrique de Sousa Alcantara*

Testemunhas

Ass: *Angela Gomes de Mesquita*

Ass: *Ana claudia P. de Jesus*

RECONHEÇO a firma(s) de *Angela Gomes de Mesquita e Ana claudia P. de Jesus* em *Reriutaba* no dia *04* de *JUNHO* de *2013* em *10* por *um* *do* *verdade*
Escritor *Daniel Henrique de Sousa Alcantara*



Reconheço a(s) firma(s) de *Paulo Henrique de Sousa Alcantara* em *Reriutaba* no dia *04* de *JUNHO* de *2013* em *10* por *um* *do* *verdade*
Escritor *Raimundo Nonato Jorge*
Título Interino



RECONHEÇO a firma(s) de *Raimundo Nonato Jorge* em *Reriutaba* no dia *04* de *JUNHO* de *2013* em *10* por *um* *do* *verdade*
Escritor *Daniel Henrique de Sousa Alcantara*



CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ de 879-0
Autenticação Digital
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.933/1994 e Art. 5º inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé.
Cód. Autenticação: 29801903180826180582-7; Data: 19/03/2018 08:36:40
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AGQ16345-5129; Valor Total do Ato: R\$ 4,23
Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br

Angela Gomes de Mesquita
Ana claudia P. de Jesus

O A B
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECÇÃO DO CEARÁ
CERTIFICO que a presente sociedade de advogados
Se encontra registrada sob o nº 871 livro B. Certifico
Ainda, que foi arquivada duas vias de igual teor e
forma nesta seccional.
Fortaleza (CE) 24 de 06 de 20 13

Secretária



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA



Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB N° 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **20/03/2018 08:13:37 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Consulta desta Declaração.

Código de Consulta desta Declaração: 938135

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **19/03/2019 08:36:43 (hora local)**.

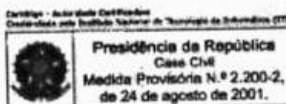
¹Código de Autenticação Digital: 29801903180826180582-1 a 29801903180826180582-8

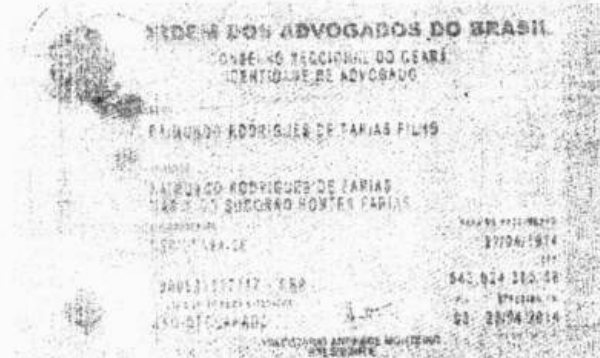
²Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b59e9276d6a279475b6c0e51489d1615886c3d6562d47f28cd6784d4d6024e76daa6b7ad9d68bf3443c35d23de
-844463b80eb46ac4703e1d1ac53dd99caf7ed42





ho *ky* *2*

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital* ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **20/03/2018 08:13:51 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

Código de Consulta desta Declaração: 938134

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **19/03/2019 08:36:43 (hora local)**.

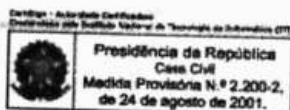
¹**Código de Autenticação Digital:** 29801903180826180642-1

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b59e9276d6a279475b6c0e51489d161588255f96b9845a542f65896c79482820eaa6b7ad9d68bf3443c35d23de844463bd48fb8a7e23df201c156c62c60d2c15d





 **MINISTÉRIO DA FAZENDA**
Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
543.924.383-68

Nome
RAIMUNDO RODRIGUES DE FARIAS FILHO

Nascimento
22/04/1974

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE
2F30.9E76.B17F.D89D

A autenticidade deste comprovante deverá
ser confirmada na Internet, no endereço

www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela
Secretaria da Receita Federal do Brasil

às **14:40:19** do dia **07/06/2013**. (hora e data de Brasília)

digito verificador: **00**

 **CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS** 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.870-0
Av. Presidente Epitácio Pessoa, 1145 - Bairro São José - CEP 50050-900 - Recife/PE - Tel: (081) 2144-0444 - Fax: (081) 2144-5444

Autenticação Digital
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.933/1994 e Art. 9º Inc. XII
da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel
do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé.

Cód. Autenticação: 29801903180826180556-1; Data: 19/03/2018 08:36:01

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AGQ18323-BKD7;
Valor Total do Ato: R\$ 4,23

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

 Valber de Miranda Cavalcanti
Tribunal

2

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital*¹ ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **20/03/2018 08:14:05 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

Código de Consulta desta Declaração: 938136

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **19/03/2019 08:36:43 (hora local)**.

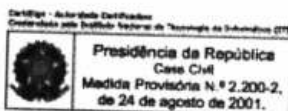
¹**Código de Autenticação Digital:** 29801903180826180556-1

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b59e9276d6a279475b6c0e51489d161580230dc15fa9976f122848d51292fe8a9aa6b7ad9d68bf3443c35d23de844463b6490cfc64a2e381a25b909c9afee5253



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.



14

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 18.583.109/0001-64 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 24/06/2013
NOME EMPRESARIAL RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 69.11-7-01 - Serviços advocatícios			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 223-2 - Sociedade Simples Pura			
LOGRADOURO R PROFESSORA ALAIDE RAMOS		NÚMERO 416	COMPLEMENTO
CEP 62.260-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO RERIUTABA	UF CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (88) 9612-9562	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/06/2013	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **10/04/2018** às **15:47:05** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 10/04/2018

Handwritten signatures and initials.

10/04/2018 15:47



PREFEITURA MUNICIPAL DE RERIUTABA
CADASTRO MUNICIPAL

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

INÍCIO DA ATIVIDADE 24/06/2013	NÚMERO DE INSCRIÇÃO 250212	CNPJ/CPF: 18583109000164	INSCRIÇÃO ESTADUAL / NIRE 0000
NOME EMPRESARIAL RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS - ME			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME FANTASIA) RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS			
ATIVIDADE PRINCIPAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS - PRINCIPAL 6911701 Serviços advocatícios			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS - SECUNDÁRIA			
ATIVIDADES DA LISTA DE SERVIÇOS 691170100 - 17.13/ . 0 3.0000% - Serviços advocatícios			
CEP 62.260-000	LOGRADOURO RUA PROFESSORA ALAIDE RAMOS		NÚMERO 416
COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO RERIUTABA	UF CE
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVO	OPTANTE DO SIMPLES? NÃO	TIPO DE ESTABELECIMENTO MATRIZ	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 05/01/2018
SITUAÇÃO ESPECIAL DO MUNICÍPIO	TIPO DE CONTRIBUINTE NORMAL		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
REGIME ATUALMENTE ENQUADRADO			DATA DE INSERÇÃO / /
CARTÃO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PRODUTORES DE BENS E SERVIÇOS Este cartão é o documento comprobatório de inscrição no cadastro de produtores de bens e serviços, o qual deverá ser apresentado para tratar de qualquer assunto junto aos órgãos municipais. Este comprovante não substitui o alvará de licença e funcionamento. O prestador de serviços, não obrigado ao uso da nota fiscal (autônomo), deverá apresentar "CICPBS" quando prestar serviços a terceiros, evitando retenção na fonte.			
VISTO DO SETOR DE ARRECADAÇÃO 		ASSINATURA DO CONTRIBUINTE 	

Franquisberto Pires Pereira
Matricula: 133778-5
ASSESSOR TÉCNICO SEC. FINANÇAS
SETOR TRIBUTOS
GOVERNO MUNICIPAL DE RERIUTABA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevedo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital*¹ ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **06/02/2018 16:17:50 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

Código de Consulta desta Declaração: 907573

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **06/02/2019 11:08:30 (hora local)**.

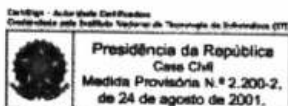
¹**Código de Autenticação Digital:** 29800602181102170560-1

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b6960db9b8af46bcf2478985536b2a063919310d5ebeac0790c7ead7e0f5dd218aa6b7ad9d68bf3443c35d23de844463b1ff1663629eb96bd789d034bceb16241





GOVERNO MUNICIPAL DE
RERIUTABA

Um novo tempo, uma nova história!

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins e a quem possa interessar, que o CNPJ Nº 18.583.109/0001-64, estabelecido à Rua Professora Alaide Ramos, 416 – Centro - Reriutaba/CE, e de acordo com LC 31/2017, Art. 146, está com sua **Situação Cadastral regularizada** perante este município, não havendo prazo de validade no Comprovante de Inscrição e de situação Cadastral, até alteração no referido Cadastro.

E, por ser verdade firmo a presente declaração para que surta seus efeitos legais.

Reriutaba(CE), 03 de Abril de 2018.


Franquisberto Pires Pereira
Matrícula: 133778-5
ASSESSOR TÉCNICO SEC. FINANÇAS
SETOR TRIBUTOS
GOVERNO MUNICIPAL DE RERIUTABA




Rua Dr. Osvaldo Honório Lemos nº 176 - Centro
CEP: 62.260.000 Reriutaba - Ceará
E-mail: prefeituradereriutaba@hotmail.com
Fone/Fax: (88) 3637-2052
CNPJ: 07.598.667/0001-87 CGF: 06.920.261-3

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **04/04/2018 12:07:41 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Consulta desta Declaração.

Código de Consulta desta Declaração: 951007

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **04/04/2019 10:49:18 (hora local)**.

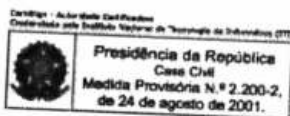
¹**Código de Autenticação Digital:** 29800404181047490650-1

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b1c612d2dd1d4afb0a4c306079d0d1375d134991a516d449a91d3e8ade5fb2882aa6b7ad9d68bf3443c35d23de844463b5205d1f3ab7b6c158667993b4d9aab56





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS
CNPJ: 18.583.109/0001-64

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 13:31:29 do dia 16/04/2018 <hora e data de Brasília>.

Válida até 13/10/2018.

Código de controle da certidão: **8CF6.46E0.4267.71DA**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

trk

20

01

Assinaturas manuscritas

Assinatura manuscrita



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Procuradoria Geral do Estado



Certidão Negativa de Débitos Estaduais
Nº 201801863126

Emitida para os efeitos da Instrução Normativa Nº 13 de 02/03/2001

IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE
Inscrição Estadual: *****
CNPJ / CPF: 18.583.109/0001-64
RAZÃO SOCIAL: *****

Ressalvado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para fins de direito, que revendo os registros do Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual - CADINE, verificou-se nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para constar, foi emitida esta certidão.

EMITIDA VIA INTERNET EM 01/04/18 ÀS 10:59:42
VÁLIDA ATÉ 31/05/2018

A autenticidade deste documento deverá ser comprovada via Internet, no endereço www.sefaz.ce.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE RERIUTABA
SECRETARIA DE FINANÇAS
CERTIDÃO NEGATIVA DE EMPRESA

Nº 0000000085



Razão Social

RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS - ME

INSCRIÇÃO

Documento

00000250212

C.N.P.J.: 18583109000164

Bairro

CENTRO

CEP

62.260-000

Localizado RUA PROFESSORA ALAIDE RAMOS, 416 - - RERIUTABA-CE

DADOS DO CONTRIBUINTE OU RESPONSÁVEL

Código / Nome

3267 - RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS - ME

Endereço

RUA PROFESSORA ALAIDE RAMOS, 416

CENTRO RERIUTABA-CE CEP: 62.260-000

No. Requerimento

0000000085/2018

Documento

C.N.P.J.: 18.583.109/0001-64

Natureza jurídica

Pessoa Jurídica

CERTIDÃO

CERTIFICO nos termos da legislação vigente e na conformidade com os registros para fins de direito, que analisados os registros da Dívida Ativa do Município, verificou-se a NÃO EXISTÊNCIA DE DÉBITOS, e para constar foi emitida esta CERTIDÃO NEGATIVA.

<http://servicos.speedgov.com.br/>

RERIUTABA-CE, 04 DE ABRIL DE 2018

Esta certidão é válida por 090 dias contados da data de emissão

VALIDA ATÉ: 02/07/2018

COD. VALIDAÇÃO 0000000085



Franquisberto Pires Pereira
Matrícula: 133778-5
ASSESSOR TÉCNICO SEC. FINANÇAS
SETOR TRIBUTOS
GOVERNO MUNICIPAL DE RERIUTABA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital*¹ ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **04/04/2018 12:08:13 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

Código de Consulta desta Declaração: 951006

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **04/04/2019 10:49:18 (hora local)**.

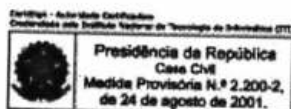
¹**Código de Autenticação Digital:** 29800404181047490740-1

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b1c612d2dd1d4afb0a4c306079d0d137597eeaea94ea0e0cbe6cd637362cd225faa6b7ad9d68bf3443c35d23de844463bae287ab8024ba04027b31e48d8f07952



20



IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

Inscrição: 18583109/0001-64
Razão Social: RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS ME
Nome Fantasia: RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS
Endereço: RUA PROFESSORA ALAIDE RAMOS 416 / CENTRO /
RERIUTABA / CE / 62260-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

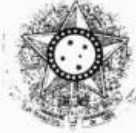
O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 28/03/2018 a 26/04/2018

Certificação Número: 2018032804374675215739

Informação obtida em 10/04/2018, às 14:22:44.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 18.583.109/0001-64

Certidão nº: 147618444/2018

Expedição: 09/04/2018, às 15:57:19

Validade: 05/10/2018 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **18.583.109/0001-64**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

No Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

[Handwritten signatures and initials]



ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE RERIUTABA
 Av. Santo Antonio, s/n, Centro- Reriutaba-Ce
 Fone: (88) 3637-2253 - CNPJ: Nº 06.602.460/0001-76

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atesto para os devidos fins que a empresa RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita no CNPJ sob nº 18.583.109/0001-64, com endereço à Rua Prof. Alaíde Ramos, 416, Centro, Reriutaba-CE, 62260-000, prestou de modo satisfatório as atividades técnicas operacionais de assessoria jurídica abaixo especificadas:

- Representar judicialmente e nos órgãos administrativos o contratante, assim como, elaborar petições, contestações, recursos, réplicas, memoriais e demais documentos de natureza jurídica em todas as instâncias ou tribunais.
- Analisar, interpretar, assessorar e atuar nos projetos de lei e nas questões de Direito, em conformidade com as normas jurídicas em vigor, nas áreas constitucional, administrativa, orçamentária, regime de pessoal, fiscal e tributária.
- Assessorar, orientar e acompanhar os processos licitatórios dispensa, inexigibilidade de licitação, bem como, contratos, acordos, convênios e emitir parecer sobre os mesmos.
- Acompanhar, analisar, emitir informações e elaborar defesa, nos procedimentos administrativos junto aos Tribunais de Contas.

Atestamos que os citados serviços foram executados pelo Sr. RAIMUNDO RODRIGUES DE FARIAS FILHO, portador do CPF nº 543.924.383-68 e inscrito na OAB/CE nº 26.291, que este apresentou um bom desempenho técnico profissional e que os serviços foram executados satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Reriutaba 28 de fevereiro de 2018

Francisco Tarciano Gomes Castro
PRÉSIDENTE DA CÂMARA

RECIBO da Firma de Francisco Tarciano Gomes Castro Dou Fe
☐ Por Autenticidade ☒ Por Assinatura
 Reriutaba-CE 07 de 03 de 2018
 Em Testemunho da Verdade
☒ Antonio Fernandes Pereira, Inter
☐ Ana Maria Fernandes Bezerra, Escrivã

CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
 E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNU 06.876-6
 Autenticação Digital
 De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 5.076/1966 e Art. 6º Inc. XII
 da Lei Estadual 8.721/2008, autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel
 do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé.
 Cód. Autenticação: 29800103181602460661-1; Data: 01/03/2018 16:09:48
 Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AGN85652-K73;
 Valor Total do Ato: R\$ 4,23
 Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **01/03/2018 16:39:22 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Consulta desta Declaração.

Código de Consulta desta Declaração: 925108

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **01/03/2019 16:09:48 (hora local)**.

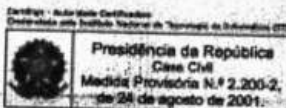
¹Código de Autenticação Digital: 29800103181602460661-1

²Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b930087c00df3788649299f472a0901bc6e3f2df48a31c0b9d46a4df4d6439560aa6b7ad9d68bf3443c35d23de844463b0e3becbebf7b6f55bbc185ac3c5459a0





ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE RERIUTABA

Av. Santo Antonio, s/n, Centro - Reriutaba - Ce
Fone: (88) 3637-2253 - CNPJ: Nº 06.602.460/0001-76

TOMADA DE PREÇOS Nº 02-15-TP-CMR
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, que entre si fazem de um lado o a **CÂMARA MUNICIPAL DE RERIUTABA**, pessoa jurídica de direito público interno, doravante denominado **CONTRATANTE**, inscrito no CNPJ sob o nº 06.602.460/0001-76, com sede Av. Santo Antonio, S/Nº, Centro, na cidade de Reriutaba, Estado do Ceará, através da Presidência da Câmara, neste ato representada pela Senhora **Djane Maria Rodrigues Rocha**, e a Empresa **RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS - ME** inscrito no CNPJ: 18.583.109/0001-64 situado na Rua Professora Alaide Ramos, Nº 416 - centro Reriutaba - Ceará, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo seu Sr. Raimundo Rodrigues de Farias Filho, inscrito no CPF de nº 543.924.383-68, RG: 2000031117717 e OAB Nº 26291, resolvem celebrar o presente Contrato com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL: Processo de licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS Nº 02-15-TP-CMR, devidamente homologado pelo Presidente da CAMARÁ MUNICIPAL DE RERIUTABA e as prescrições da Lei Federal 10.520/02 de 17 de julho de 2002 e Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas demais alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica no âmbito judicial em todas as instâncias ou tribunais, assessoria jurídica junto a Comissão de Licitação e Equipe de Pregão e demais procedimentos jurídico administrativos, junto a Câmara Municipal de Reriutaba - CE, do Edital de TOMADA DE PREÇOS Nº 02-15-TP-CMR, que teve como vencedor a contratada, assim discriminado, conforme abaixo:

Especificação do Serviço	Unid.	Quant. Meses	Valor Mensal	Valor Total
Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica no âmbito judicial em todas as instâncias ou tribunais, assessoria jurídica junto a Comissão de Licitação e Equipe de Pregão e demais procedimentos jurídico administrativos, junto a Câmara Municipal de Reriutaba - CE.	Mês	11	4.000,00	44.000,00

2

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.



ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE RERIUTABA

Av. Santo Antonio, s/n, Centro- Reriutaba-Ce
Fone: (88) 3637-2253 - CNPJ: Nº 06.602.460-0001-76

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO DOS SERVIÇOS, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA ADIMPLÊNCIA

- 03.01 - Pela execução dos serviços a que se alude este CONTRATO, fica estabelecido o valor global de vencedor do Objeto da licitação no **valor total de sua proposta de RS 44.000,00(quarenta e quatro mil reais)**, e valor mensal de RS4.000,00 (quatro mil reais).
- 03.02 - Os recursos financeiros para liquidação das despesas correrão por conta de recursos próprios da Câmara Municipal de Reriutaba (Duodécimo), na seguinte dotação orçamentária: 01.01.01.031.0001.2.001-33.90.35.00.
- 03.03 - Os pagamentos serão efetuados conforme controle da execução dos serviços atestados, até o 30 (trigésimo) dia do mês subsequente ao mês da execução dos serviços.
- 03.04 - Os pagamentos serão providenciados pelo Setor de Contabilidade da Câmara Municipal de Reriutaba, após o encaminhamento dos seguintes documentos, e conta - recibo.
- A - Nota Fiscal emitida com base no relatório dos serviços executados;
 - B - Comprovação de regularidade com os Tributos federais, emitidos pela receita Federal do Brasil;
 - C - Comprovação de regularidade com a Seguridade Social - INSS, fornecida pela Receita Federal do Brasil;
 - D - Comprovação de regularidade com o FDGTS, fornecida pela Caixa Econômica Federal;
 - E - Comprovação de regularidade com a Justiça do trabalho, através da Certidão Negativa de Débito trabalhista.
- 03.05 - Os preços cotados, constantes da proposta da CONTRATADA, não sofrerão nenhum reajuste sob qualquer pretexto, sendo fixos e irrevogáveis, atendendo a legislação federal, pelo período de 11 (onze) meses.
- 03.06 - Havendo atraso de pagamento, será procedida a título de inadimplência o pagamento de 1% (um) por cento ao mês de juros de mora dos valores a serem pagos e/ou das parcelas atrasadas.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO:

- 04.01 - O prazo de vigência do presente Contrato é de 11 (onze) meses, podendo ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitada a 60 (sessenta) meses, conforme art. 57 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.
- 04.02 - O prazo para início dos serviços pela CONTRATADA é de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de recebimento da Ordem de início dos Serviços.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 05.1 - Executar os serviços com a melhor técnica, zelo, ética, assiduidade e pontualidade pelo preço proposto e estipulado no contrato e entregá-los devidamente nos prazos estipulados pela Câmara Municipal de Reriutaba.
- 05.2 - Utilizar na execução dos serviços profissionais capacitados e qualificados para tal fim, exceto nas atividades compartilhadas que podem ser desempenhadas por profissionais de outras áreas.
- 05.3 - Manter a contratante informada sobre o andamento dos serviços, informando-a sempre que se registrarem ocorrências extraordinárias.
- 05.4 - Guardar sigilo sobre informações e documentos fornecidos pela Contratante, em decorrência dos serviços objeto do presente Contrato, adotando medidas internas de segurança.



ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE RERIUTABA

Av. Santo Antonio, s/n, Centro- Reriutaba- Ce
Fone: (88) 3637-2253 – CNPJ Nº 06.602.460/0001-76

05.5 Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

05.6 – Obedecer todas as Leis, códigos e regulamentos federais, Estaduais e Municipais, relacionados com os serviços em execução e todas as normas pertinentes aplicáveis.

05.7 – Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco) por cento do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 65, parágrafos 1 e 2 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

05.8 – Responsabilizar-se pelos danos causados a Contratante ou a terceiros decorrente de suas culpa ou dolo, na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento efetuado pela Contratante.

05.9 – Responsabilizar-se pelos pagamentos e recolhimentos de encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato.

05.10 – Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e Qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

06.1 – Providenciar os pagamentos devidos à Contratada, nos prazos acordados, e de acordo com as Notas Fiscais / Faturas emitidas e Controle dos serviços executados.

06.2 – Fiscalizar e acompanhar a execução dos Serviços.

06.3 – Atestar os serviços efetivamente executados para efeito de pagamento.

06.4 – Comunicar à Contratada toda e qualquer irregularidades ocorridas na execução do Contrato e exigir as devidas providências que demandem da Contratada.

06.5 – Disponibilizar toda a documentação em tempo hábil para que a Contratada possa executar os Serviços e entregá-los nos prazos legais exigidos por Lei ou normas para apresentação ao órgão de Controle.

06.6 – Disponibilizar toda estrutura física, materiais e equipamentos para a execução dos serviços, como salas adequadas com mesa de trabalho e cadeira, computadores, arquivo e todo material de expediente necessário.

CLÁUSULA SETIMA – DAS PENALIDADES:

07.1 – A Contratada sujeitar-se-á, em caso de inadimplência de suas obrigações, sem prejuízo de responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções administrativas:

a) Multa de 20% (vinte) por cento sobre o valor global do Contrato, caso ocorra desistência total ou parcial de executar os serviços;

b) Multa de 0,05% (cinco centésimo) por cento sobre o valor mensal dos Serviços, por dia de atraso na entrega dos serviços, conforme prazo estipulado ou exigido para a entrega;

c) Suspensão temporária de participar em licitação ou contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um) ano;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou Contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a Administração, que será concedida após o Contratado ressarcir à Administração pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da suspensão aplicada no item anterior.

07.2 – O descumprimento das condições estipuladas neste Contrato e que sejam determinantes de rescisão Contratual, implicará a imposição de multa à Contratada, até o máximo de 20% (vinte) por cento do valor dos serviços não executados.

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.



ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE RERIUTABA

Av. Santo Antonio, s/n, Centro- Reriutaba-Ce
Fone: (88) 3637-2253 – CNPJ: Nº 06.602.460/0001-76

07.3 – As multas previstas nesta Cláusula não têm caráter compensatório e seu pagamento não eximirá a Contratada da responsabilidade sobre perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

07.4 – O valor da multa aplicada será deduzida pela Administração, por ocasião do pagamento, momento que a unidade responsável pelo mesmo comunicará aos prestador dos serviços.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

08.1 – A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em Lei.

08.2 – A rescisão do presente contrato poderá ser determinada por ato unilateral e restrito da Contratante.

08.3 – O Contrato poderá ser rescindido amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Contratante, devidamente motivado e justificado.

08.4 – Fica ainda assegurado a Contratante o direito de rescisão deste Contrato, independentemente de aviso extrajudicial ou de interpelação judicial, nos seguintes casos:

- a) Atraso injustificado por mais de 15 (quinze) dias consecutivos do início da execução dos
- b) serviços;
- c) Interrupção dos serviços sem justa causa e prévia comunicação a Contratante por mais de 05 (cinco) dias;
- d) Desatendimento das determinações regulares de representantes que forem designados pela Contratante, para acompanhar, na qualidade de fiscal, a execução dos serviços;
- e) Descumprimento de qualquer determinação da Contratante, feita em base Contratual;
- f) Transferência dos serviços, objeto do presente Contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem a prévia e expressa autorização da Contratante;
- g) Cometimento reiterado de falhas causadas na execução dos serviços;
- h) Entrar em concordata, falência ou dissolução, ou recair no processo de insolvência sobre
- i) qualquer de seus dirigentes;
- j) Para atender o interesse e conveniência administrativa, mediante comunicação a Contratada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, desde que seja efetuado o pagamento dos serviços efetivamente prestados, e devidamente aprovados até a data da rescisão Contratual.

08.5 – Declarada a rescisão contratual em decorrência de qualquer um dos fundamentos do item anterior, a Contratada receberá exclusivamente o pagamento dos serviços executados e recebidos, deduzido o valor correspondente as multas porventura existentes.

08.6 – Não caberá a Contratada indenização de qualquer espécie seja a que título for, se o Contrato vier a ser rescindido em decorrência de descumprimento das normas nele estabelecidas.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL:

09.1 – A CONTRATADA, responderá por perdas e danos, que vier a sofrer a CONTRATANTE OUA terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa da CONTRATADA, ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais, a que estiver sujeita

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO:

10.01 – Fica eleito o Foro da Comarca de Reriutaba, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste Contrato. E, para firmeza e como prova de assim, haverem, entre si, ajustado e Contratado, é

he



25
CAPESE
140



ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE RERIUTABA

Av. Santo Antonio, s/n, Centro- Reriutaba- Ce
Fone: (88) 3637-2253 - CNPJ: Nº 06.602.460-0001-76

lavrado o presenete instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo nomeadas.

Reriutaba, 11 de fevereiro de 2015.

Djane Maria R. Rocha

Câmara Municipal de Reriutaba
CONTRATANTE

Djane Maria Rodrigues Rocha
Presidente da Câmara Municipal de Reriutaba

Rodrigues e Sousa Advogados Associados - ME

CNPJ: 18.583.109/0001-64

CONTRATADO

Sr. Raimundo Rodrigues de Farias Filho
CPF de nº 543.924.383-68

Testemunhas:

1. [Assinatura] CPF 344.414.123-6

2. [Assinatura] CPF 543.924.383-68

2

10
[Assinatura]
[Assinatura]



ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE RERIUTABA

Av. Santo Antonio, s/n Centro - Reriutaba - Ce
Fone: (88) 3637-2253 - CNPJ Nº 06.602.460/0001-76



TERCEIRO TERMO ADITIVO

3º ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, que fazem o(a) **CÂMARA MUNICIPAL DE RERIUTABA**, pessoa jurídica de direito público interno, doravante denominado **CONTRATANTE**, inscrito no CNPJ sob o nº 06.602.460/0001-76, com sede Av. Santo Antonio, S/Nº, Centro, na cidade de Reriutaba, Estado do Ceará, através da Presidência da Câmara, neste ato representada pela Senhora Djane Maria Rodrigues Rocha e a Empresa **RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS - ME** inscrito no CNPJ: 18.583.109/0001-64 situado na Rua Professora Alaide Ramos, Nº 416 - centro Reriutaba - Ceará neste ato representado pelo o seu empresário o Sr. Raimundo Rodrigues de Farias Filho, inscrito no CPF de nº 543.924.383-68, RG 2000031117717 e OAB Nº 26291 doravante denominada **CONTRATADO**, mediante as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Licitação, na modalidade de **TOMADA DE PREÇOS Nº 02-15-TP-CMR**, devidamente homologado pelo Presidente da Câmara Municipal de Reriutaba e as prescrições da Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas demais alterações e Aditado de acordo com Art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93 e suas demais alterações.

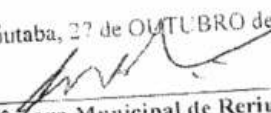
CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica no âmbito judicial em todas as instâncias ou tribunais assessoria jurídica junto a Comissão de Licitação e Equipe de Pregão e demais procedimentos jurídicos administrativos, junto a Câmara Municipal de Reriutaba - CE.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS. Fica aditado ao prazo do contrato atual contratado acrescido mais 11(ONZE) meses, a contar da data de assinatura deste instrumento, ficando assim o término do contrato alterado para o dia 27 de SETEMBRO de 2018.

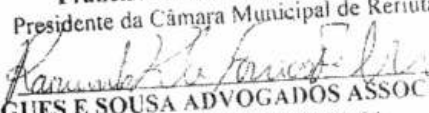
CLÁUSULA QUARTA - Todas as demais cláusulas do contrato inicial que não tenham sido modificadas por este aditivo, permanecem em pleno vigor.

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, assinam as partes **CONTRATANTES**, em duas vias de igual teor e forma, para que surta seus jurídicos e legais.

Reriutaba, 27 de OUTUBRO de 2017.


Câmara Municipal de Reriutaba
CONTRATANTE

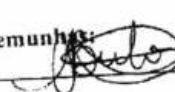
Francisco Tarciano Gomes Castro
Presidente da Câmara Municipal de Reriutaba


RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS - ME
CNPJ: 18.583.109/0001-64
CONTRATADO

Sr. Raimundo Rodrigues de Farias Filho
CPF de nº 543.924.383-68

Testemunhas:

1.



CPF. 048.402.113-37

2.

Paulo Roberto da Silva

CPF. 606.828.433-69

he



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
http://www.azevedobastos.not.br
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Valter Azevedo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e nessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **01/03/2018 16:38:56 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Consulta desta Declaração.

Código de Consulta desta Declaração: 925109

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **01/03/2019 16:09:48 (hora local)**.

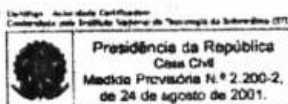
¹Código de Autenticação Digital: 29800103181602460592-1 a 29800103181602460592-6

²Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

O referido é verdade, dou fê.

CHAVE DIGITAL

00005b1e734fd94f057f2d69fe6bc05b930087c00df3788649299f472a0901bc7841574dee136adc4d793d33e975a9caaa6b7ad9d68bf3443c35d23de844463bea170b30f8fe982fc33ad9ade6ef0c4e



Handwritten signatures and initials.

**CERTIDÃO Nº 16379/2018 - 2a**

CERTIFICO, para os devidos fins, que revendo os arquivos desta Secretaria, deles verifiquei que no sistema de anotações das Sociedades de Advogados, consta o Registro de nº **0871** da Sociedade **RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, composta pelos advogados sócios: **PAULO HENRIQUE DE SOUSA ALCANTARA - OAB Nº 27320, RAIMUNDO RODRIGUES DE FARIAS FILHO - OAB Nº 26291**. Certifico, ainda, que a referida Sociedade foi registrada em **24/06/2013**. Certifico, finalmente, que a referida Sociedade está **QUITE** com a Tesouraria.

Marcelo Mota Gurgel do Amaral
Presidente

Christiane do Vale Leitão
Secretária-Geral

Emissão: 15:15:23 do dia 22/03/2018

Certidão válida por 30 (trinta) dias, a contar da data de emissão - Emissão gratuita.

A veracidade da presente certidão, poderá ser verificada no Portal da OAB/CE www.oabce.org.br

Validação Digital: **8FB0-5B90-AEFE-DAD7**

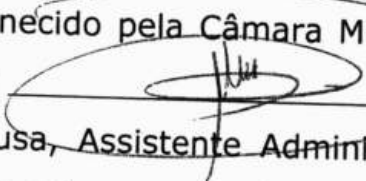


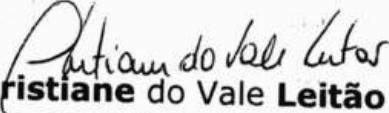
29



CEARÁ

CERTIDÃO

CERTIFICO, para os devidos fins, que revendo os arquivos desta Secretaria, deles verifiquei que o Advogado RAIMUNDO RODRIGUES DE FARIAS FILHO, inscrito no quadro de advogados desta Secção, sob o nº 26.291, apresentou nesta seccional para ser registrado Atestado de Capacidade Técnica fornecido pela Câmara Municipal de Reriutaba. Para constar, eu  Francisco Euridênio Maia de Sousa, Assistente Administrativo, lavrei a presente certidão que vai ser assinada pela **SECRETÁRIA GERAL**. 05 de abril de 2018.


Christiane do Vale Leito
Secretária Geral

CARTÃO DE AUTENTICAÇÃO

2º OFÍCIO - RERIUTABA - CE

Autentico como verdadeiro

A presente fotocópia. Dou fé.

Reriutaba, Ceará

16 ABR 2018

☒ Fco Aldo de Araujo - Titular

☐ Daniel A. Montes - Substituto



VALOR DE AUTENTICIDADE



Ordem dos Advogados do Brasil
Seccção do Ceará



CERTIDÃO Nº 71827/2018

CERTIFICAMOS que, (a) advogado(a) **RAIMUNDO RODRIGUES DE FARIAS FILHO**, está inscrito(a) no Quadro de Advogados da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccção do Ceará, desde o dia **01/06/2012** sob o nº **26291**. Certificamos, finalmente, que o(a) referido(a) advogado(a) está **quite** com a Tesouraria da OAB/CE, ficando ressalvado o direito desta Seccional de inscrever e cobrar débitos, ainda não registrados ou que venham a ser apurados posteriormente.

Marcelo Mota Gurgel do Amaral
Presidente

Christiane do Vale **Leitão**
Secretária Geral

Emissão: 10:43:44 do dia 01/04/2018

Certidão válida por 30 (trinta) dias a contar da data de emissão - Emissão gratuita.

A veracidade da presente certidão poderá ser verificada no Portal da OAB-CE em www.oabce.org.br

Validação Digital: 3B4E-A23B-AC16-50F1

C

C



Ordem dos Advogados do Brasil
Secção do Ceará



CERTIDÃO Nº 72139/2018

CERTIFICAMOS que, (a) advogado(a) **PAULO HENRIQUE DE OLIVEIRA ALVES**, está inscrito(a) no Quadro de Advogados da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Ceará, desde o dia **11/02/2009** sob o nº **21259**. Certificamos, finalmente, que o(a) referido(a) advogado(a) está **quite** com a Tesouraria da OAB/CE, ficando ressalvado o direito desta Seccional de inscrever e cobrar débitos, ainda não registrados ou que venham a ser apurados posteriormente.

Marcelo Mota Gurgel do Amaral
Presidente

Christiane do Vale **Leitão**
Secretária Geral

Emissão: 13:50:04 do dia 16/04/2018

Certidão válida por 30 (trinta) dias a contar da data de emissão - Emissão gratuita

A veracidade da presente certidão poderá ser verificada no Portal da OAB-CE em www.oabce.org.br

Validação Digital: 8203-AC6E-AE93-D773

2

ky
2
b.

UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA

Reitor da Universidade do Sul de Santa Catarina

no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de Pós-Graduação lato sensu em Direção Administrativa, com área de conhecimento em Ciências Humanas, confere o Título de Especialista a

Raimundo Rodrigues de Farias Filho

portador da carteira de identidade nº 20000031117717 - SSP/CE, de nacionalidade brasileira, nascido em 22 de abril de 1974, natural do Estado do Ceará, outorgando-lhe o presente Certificado, para que lhe sejam assegurados todos os direitos e prerrogativas legais.

Tubarão (SC), 28 de fevereiro de 2012

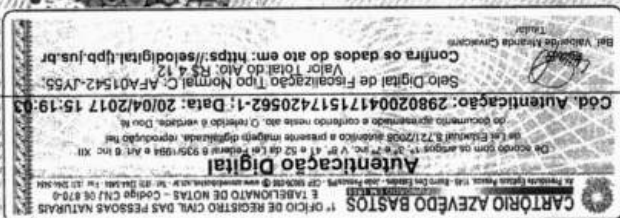
Solange Antunes de Souza
Secretária Geral de Ensino

Secretaria Geral de Ensino

Titulado

Milton Nazareno Soares
Reitor

Reitor



Aluno: Raimundo Rodrigues de Farias Filho
Curso: Pós-Graduação lato sensu em Direito em Administração Pública

Disciplinas	Conceito	Horas	Docentes	Titulação
Organização Administrativa Brasileira*	B	60	Airton Faustino de Paula Filho	Doutor
A Responsabilidade Civil do Estado e o Controle da Administração Pública*	C	30	João Francisco Sauwen Filho	Doutor
Licitação Pública e Contratos Administrativos*	B	60	Mari Guayana Muratori	Mestre
Direito Ambiental e Direito Urbanístico	C	60	Ana Lúcia Carrão de Paula Lee	Mestre
Direito do Pessoal da Administração Pública	B	60	Edival Dan	Mestre
Direito Financeiro e Tributário	A	60	Rogério Luiz Nery da Silva	Mestre
Metodologia da Pesquisa Jurídica	B	30	Maria Paulina Gomes	Doutora
Seminário de Orientação	**	90	Afrânio Faustino de Paula Filho	Doutor
Monografia: RESPONSABILIDADE NA NORMA JURÍDICA NOS ATOS ATENTATÓRIOS À MORALIDADE E À PROIBIDADE PELOS AGENTES POLÍTICOS	A		Edival Dan	Mestre

* Disciplina com aproveitamento de estudos, cursada no curso de Pós-Graduação Lato Sensu Direito em Administração Pública, realizado na UCB (Universidade Castelo Branco).

** Sem Processo Avaliativo

Total: 450

Matrícula: 24 de junho de 2010 a 26 de outubro de 2011

decreto as disposições da LDBEN - Lei nº 9.394/1996;
 Resolução nº 2.494/1998 - MEC; do Decreto nº 2.561/1998 -
 Resolução nº 1512/2002, de 7/7/2004 e nº 107/2007,
 CNE/SEC, e da Resolução nº 112/2007 do CNE/CES.

Sistema de Avaliação Adotado:
 A - B ou C, equivalente a:
 A - 9,0 a 10,0
 B - 8,0 a 8,9
 C - 7,0 a 7,9

Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL

Municipal nº 443, de 18/10/1967
 ção Universidade: Lei nº 1.388/1989
 nento: Portaria nº 28, de 27/11/1989, publicada no D.O.U. de 30/1/1989
 do Credenciamento: Decreto nº 780, de 6/11/2007, publicado no D.O.U. de 6/11/2007
 tório Pós-graduação Lato Sensu, Especialização, a distância, Portaria MEC nº 2.132,
 2, publicada no D.O.U. de 24/12/2002, retificada no D.O.U. nº 237, de 9/12/2002 e
 C nº 2.146, de 18/7/2004, publicada no D.O.U. de 20/7/2004.

UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA - UNISUL

Pro-Reitoria de Administração Acadêmica

Secretaria Geral de Ensino

Certificado Registrado sob Nº 1332-131412012
 Livro 154-3 folhas 67 em 131412012
 Processo Nº 031-33317-412012
 Nos termos do Art. 48 da Lei 9.394 de 20/12/96 - Lei de Diretrizes e
 Bases da Educação Nacional.

Tubarão (RS), 13/4/2012

Kelly Cristina dos Santos

Registro de Diretores e Coordenadores

Portaria GA nº 1579/2012



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS,
INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA**

Av. Eptácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



CERTIDÃO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude etc...

Certifica com base na Lei 8935/94 - art. 7º - inc. V, que o(s) documento(s) em anexo é reprodução fiel do original que me foi apresentado e neste ato confirmo sua autenticidade através do Código de Controle e Autenticação abaixo.

O referido é verdade, dou fé.

Este documento foi emitido em 20/04/2017 às 15:37:15 (hora de Brasília).

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b2507835d93de5fea7da21ba515e3f749ea061f4dcb4cfe3f4036866f395
1c489aa6b7ad9d68bf3443c35d23de844463bf698713356e29b353a17c30c4f28c625

A chave digital acima, garante que este documento foi gerado para RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS e emitido através do site do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com a Legislação Federal em vigor Art 1º. e 10º. § 1º. da MP 2200/01.

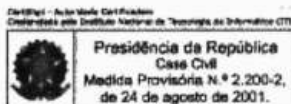
Esta certidão tem a sua validade até: 20/04/2018 às 15:18:04 (Dia/Mês/Ano)

Código de Controle da Certidão: 694234

Código de Controle da Autenticação:

29802004171517420562-1 a 29802004171517420562-2

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por qualquer pessoa e a qualquer momento através do site: <http://www.azevedobastos.not.br>



[Handwritten signature and initials]



Balanço Patrimonial

Encerrado em 31 de dezembro de 2016

RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS
ASSOCIADOS

CNPJ: 18.583.109/0001-64
RUA PROFESSORA ALAIDE RAMOS, 416 - CENTRO, 62260-000
Reriutaba - CE



Balanco Patrimonial

Folha : 1 de 3

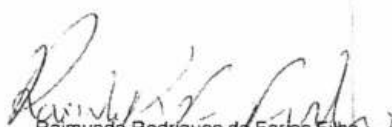
Empresa: RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS - CNPJ: 18.583.109/0001-64
Endereço: RUA PROFESSORA ALAIDE RAMOS, N.º: 416, Bairro:
CENTRO, Cidade: Reriutaba, Estado: CE, CEP: 62.260-000.

Conta	Descrição	31/12/2016
1	*** Ativo ***	59.040,00 D
1.01	Ativo Circulante	49.690,03 D
1.01.01	Disponibilidades	44.840,00 D
1.01.01.01	Numerários em Espécie	9.500,00 D
1.01.01.01.01	Caixa Geral	9.500,00 D
1.01.01.01.01.0001	Caixa	9.500,00 D
1.01.01.02	Bancos	35.340,00 D
1.01.01.02.01	Contas Correntes	35.340,00 D
1.01.01.02.01.0001	Banco do Brasil	35.340,00 D
1.01.03	Clientes	4.850,00 D
1.01.03.01	Clientes Nacionais	4.850,00 D
1.01.03.01.01	Duplicatas a Receber	4.850,00 D
1.01.03.01.01.0001	Clientes Diversos	4.850,00 D
1.07	Ativo não Circulante	9.350,00 D
1.07.04	Imobilizado	9.350,00 D
1.07.04.01	Bens em Operação	9.350,00 D
1.07.04.01.01	Bens Utilizados na Produção e/ou Prestação de Serviços	9.350,00 D
1.07.04.01.01.0005	Móveis, Utensílios e Instalações Comerciais	5.250,00 D
1.07.04.01.01.0006	Equipamentos de Processamento de Dados	4.100,00 D
Total Ativo		59.040,00 D
2	*** Passivo ***	59.040,00 C
2.01	Passivo Circulante	240,00 C
2.01.01	Obrigações de Curto Prazo	240,00 C
2.01.01.03	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Fiscais	240,00 C
2.01.01.03.03	Obrigações Fiscais	240,00 C
2.01.01.03.03.0010	Simples a Recolher	240,00 C
2.07	Patrimônio Líquido	58.800,00 C
2.07.01	Capital Realizado	30.000,00 C
2.07.01.01	Capital Social	30.000,00 C
2.07.01.01.01	Capital Social de Domiciliados e Residentes no País	30.000,00 C
2.07.01.01.01.0001	Capital Subscrito de Domiciliados e Residentes no País	30.000,00 C
2.07.07	Outras Contas	28.800,00 C
2.07.07.01	Outras Contas	28.800,00 C
2.07.07.01.01	Lucros Acumulados	28.800,00 C
2.07.07.01.01.0001	Lucros Acumulados	28.800,00 C
Total Passivo		59.040,00 C

Data de Encerramento: 31/12/2016

Valor de Ativo e Passivo: R\$ 59.040,00 (Cinquenta e Nove Mil e Quarenta Reais).

Reriutaba-CE, 31 de Dezembro de 2016


Raimundo Rodrigues de Farias Filho
Sócio Administrador
CPF: 543.924.383-68


João Eudes Lira
Contador
CRC-CE 013.058/02
CPF: 380.750.403-68



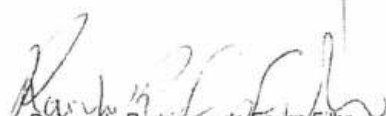
Demonstração do Resultado do Exercício

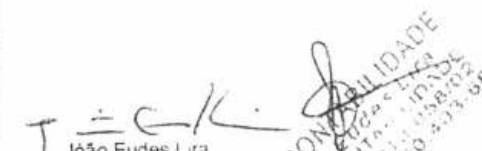
Empresa: RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS - CNPJ: 18.583.109/0001-64
Endereço: RUA PROFESSORA ALAIDE RAMOS, N.º 416,
Bairro: CENTRO, Cidade: Rerutaba, Estado: CE, CEP: 62.260-000.
Estabelecimentos: 0001 - RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ; Centros de Resultado: 001 - Geral



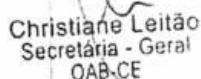
Conta	Descrição	01/01/2016 a 31/12/2016
(+) 010	Receita Bruta Operacional	44.000,00
010.01	Faturamento Prod. Merc. e Serviços	44.000,00
010.01.03	Vendas de Serviços	44.000,00
(-) 020	Deduções da Receita	2.640,00
020.01	Impostos Faturados	2.640,00
020.01.05	Simples	2.640,00
(=) 030	Receita Líquida	41.360,00
(-) 040	Custo Mercad./Serv./Produtos Vendidos	8.000,00
040.03	Custo dos Serviços Prestados	8.000,00
(=) 060	Lucro Bruto	33.360,00
(-) 070	Despesas Operacionais	30.360,00
070.01	Despesas Administrativas	30.360,00
(=) 110	Res. Antes das Participações e Contrib.	3.000,00
(=) 150	Res. Antes Imp.Renda e Contrib. Social	3.000,00
(=) 200	Resultado Líquido do Exercício	3.000,00

Rerutaba-CE, 31 de Dezembro de 2016


Raimundo Rodrigues de Farias Filho
Sócio Administrador
CPF: 543.924.383-68


João Eudes Lira
Contador
CRC-CE: 013.058/02
CPF: 380.750.403-68

OAB
ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇÃO DO CEARÁ
CERTIFICO, em cumprimento o que dispõe o art. 5º V,
do art. 8º, do Provimento n.º 112/2005, do Conselho
Federal da OAB, que o balanço da Sociedade 871,
referente ao ano de 2016, foi devidamente registrado
e autenticado nesta Seccional da OAB,
em: 09.03.2017
Fortaleza, _____/_____/_____


Christiane Leitão
Secretária - Geral
OAB-CE

CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
E TABELIONATO DE NOTAS - Colégio C. N. 8. 9. 0. 0.
Av. Presidente Salgado Filho, 140 - Bairro do Estádio - Fortaleza - CE 60060-000 - CEP 0859-601 - www.azevedobastos.com.br - Tel. 35.344.444 - Fax 35.344.444

Autenticação Digital
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 11 e 52 da Lei Federal 8.036/1994 e Art. 6º inc. XII
da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel
do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. O que eu
Cód. Autenticação: 29802603181459440096-3; Data: 26/03/2018 15:02:47

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AGR12114-0MCR
Valor Total do Ato: R\$ 4,23
Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpe.jus.br>

Análise pelos Índices do Balanço

Folha: 3 de 3

Empresa: RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS - CNPJ: 18.583.109/0001-64

Mês/Ano: 12/2016

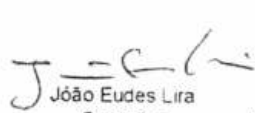
Endereço: RUA PROFESSORA ALAIDE RAMOS, N.º. 416, Bairro: CENTRO,

Cidade: Reriutaba, Estado: CE, CEP: 62.260-000.

Código	Nome Valores	Expressão	Resultado
GA	Giro do Ativo 41.360,00 / 59.040,00	d030/c1	0,70
GE	Quanto a empresa vendeu para cada R\$1,00 de investimento total. Quanto maior, melhor. Grau de Endividamento 240,00 / (240,00 + 0,00)	c201/(c201+c203)	1,00
LC	Quanto a empresa possui de Endividamento para cada R\$ 1,00 de Capital de Terceiro a curto prazo. Quanto maior, pior. Liquidez Corrente 49.690,00 / 240,00	c101/c201	207,04
LI	Quanto a empresa possui de Ativo Circulante para cada R\$ 1,00 de Passivo Circulante. Quanto maior, melhor. Liquidez Imediata 44.840,00 / 240,00	c10101/c201	186,83
ML	Quanto dispomos imediatamente para saldar nossas dividas de Curto Prazo. Quanto maior, melhor. Margem Líquida (3.000,00 / 41.360,00) *100	(d200/d030)*100	7,25
RA	Quanto a empresa obtém de lucro para cada R\$100,00 vendidos. Quanto maior, melhor. Rentabilidade do Ativo (3.000,00 / 59.040,00) *100	(d200/c1)*100	5,08
SG	Quanto a empresa obtém de lucro para cada R\$100,00 de investimento total. Quanto maior, melhor. Solvência Geral 59.040,00 / (240,00 + 0,00)	c1/(c201+c203)	246,00
	Quanto a empresa possui de Ativo Total para cada R\$ 1,00 de Passivo Total. Quanto maior, melhor.		

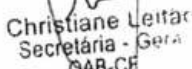
Reriutaba-CE, 31 de Dezembro de 2016


Raimundo Rodrigues de Farias Filho
Sócio Administrador
CPF: 543.924.383-68


João Eudes Lira
Contador
CRC-CE 013.058/02
CPF: 380.750.403-68

O A B
ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇÃO DO CEARÁ
CERTIFICO, em cumprimento o que dispõe o inciso V,
do art. 8º, do Provimento nº. 112/2006, do Conselho
Federal da OAB, que o balanço da Sociedade 811,
referente ao ano de 2016, foi devidamente registrado
e autenticado nesta Seccional da OAB,
em: 09/03/2017

Fortaleza, _____ / _____ / _____


Christiane Leitar
Secretária - Geral
OAB-CE

CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.870-1
Autenticação Digital
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.933/1994 e Art. 6º inc. XII
da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel
do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé
Cód. Autenticação: 29802603181459440096-4; Data: 26/03/2018 15:02:47
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AGR12113-2BUE
Valor Total do Ato: R\$ 4,23
Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA



Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital*¹ ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **26/03/2018 16:37:46 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

Código de Consulta desta Declaração: 944430

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **26/03/2019 15:03:00 (hora local)**.

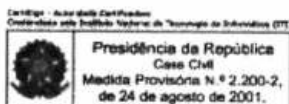
¹**Código de Autenticação Digital:** 29802603181459440096-1 a 29802603181459440096-4

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05bd2114d5ae6a3b60b5390e6df1a153b6cc16bbf1be9b1f3bf0f93605f251d47caa6b7ad9d68bf3443c35d23de844463b797ea5d988f207dda0a4e3d48644cb84





36

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO
CEARÁ****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO CEARÁ,
CNPJ nº 07.093.503/0001-06, certifica que o(a) profissional identificado(a) no
presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : JOAO EUDES LIRA
REGISTRO..... : CE-013058/O-2
CATEGORIA..... : TÉCNICO EM CONTABILIDADE
CPF..... : 380.750.403-68

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que
posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCCE contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal
Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: FORTALEZA, 16.04.2018 as 14:56:19.

Válido até: 03.06.2018.

Código de Controle: 147315.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCCE.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE RERIUTABA**

Avenida José Cassimiro de Albuquerque, s/nº, Carão, Reriutaba.
CEP. 62.260-000 – Tel: 88-3637-2045. reriutaba@tjce.jus.br

CERTIDÃO

KLAYLTON DA SILVA LIMA, Supervisor de Entrância Inicial da Vara Única da Comarca de Reriutaba, Estado do Ceará, por nomeação legal e no uso de suas atribuições.

CERTIFICA, a requerimento verbal da parte interessada, que pesquisando junto ao Sistema Processual Informatizado (**SPROC**), desta Secretaria de Vara Única da Comarca de Reriutaba, verificou **NÃO CONSTAR** qualquer Ação de Execução, Falência ou Recuperação Judicial, em face de **RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS-ME**, firma inscrita no CNPJ nº. 18.583.109/0001-64, com endereço a rua Professora Alaíde Ramos, nº 416, Centro, Reriutaba/Ceará, CEP: 62.260-000.

O referido é verdade, dou fé.

Reriutaba/CE, 26 de março de 2018.

Klaylton

KLAYLTON DA SILVA LIMA
DIRETOR DE SECRETARIA
Mat. Nº. 7041 TJ/CE



Obs.: Esta certidão só é válida sem rasuras ou emendas, com assinatura do Diretor de Secretaria da Vara Única, e com o **SELO DE AUTENTICIDADE**. Validade: 30 (trinta) dias, a contar da data de expedição desta.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
 Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
 E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital* ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes³.

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **04/04/2018 12:07:56 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

Código de Consulta desta Declaração: 951008

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **04/04/2019 10:49:18 (hora local)**.

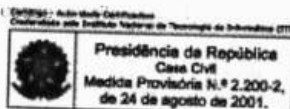
¹**Código de Autenticação Digital:** 29800404181047490615-1

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94; Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b1c612d2dd1d4afb0a4c306079d0d1375206be1d1c62afd0b9e88736c367f530daa6b7ad9d68bf3443c35d23de844463b4018e512c9de7f7b1b50d45b36d1f303



38
CAPESE
153



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RERIUTABA
SECRETARIA DE FINANÇAS

ALVARÁ

ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO

ANO	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	No. DO ALVARÁ	DATA VALIDADE
2018	250212	119	31/12/2018

IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO / REQUERENTE

RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS - ME
RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS
DOCUMENTO C.N.P.J.: 18.583.109/0001-64

ENDEREÇO DO DOMICÍLIO FISCAL

RUA PROFESSORA ALAIDE RAMOS 416
Bairro: CENTRO - Cidade RERIUTABA CEP 62.260-000

PORTE DA EMPRESA

MICROEMPRESA

No. do Processo

CÓDIGO ATIVIDADE

1 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CNAE

6911701 Serviços advocatícios

CARACTERÍSTICAS DO ESTABELECIMENTO

Horário de Funcionamento

08:00h às 18:00h.

Base Calculo

AREA

24,00

VALOR DO TRIBUTO

10,00

INFORMAÇÕES/OBSERVAÇÕES/RESTRIÇÕES

OBSERVAÇÕES

O ALVARÁ DEVERÁ SER AFIXADO EM LUGAR VISÍVEL EM CASO DE ATIVIDADE ESTABELECIDADA, APRESENTADO PELO CONTRIBUINTE QUANDO NÃO ESTABELECIDO E RENOVADO ANUALMENTE.

RERIUTABA, 19 de Janeiro de 2018

CÓD. DE VALIDAÇÃO 01201315A00000250212

Franquisberto Pires Pereira
Matricula: 133778-5
ASSESSOR TÉCNICO SEC. FINANÇAS
SETOR TRIBUTOS

Para verificar a autenticidade deste Alvará, acesse o site <http://servicos.speedgov.com.br/>



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA

Av. Eptácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital*¹ ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **26/03/2018 16:37:59 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

Código de Consulta desta Declaração: 944429

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **26/03/2019 15:03:00 (hora local)**.

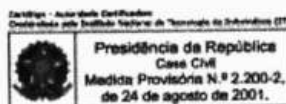
¹**Código de Autenticação Digital:** 29802603181459440175-1

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05bd2114d5ae6a3b60b5390e6df1a153b6c0c11e4df1686fce939868a77e9ce5872aa6b7ad9d68bf3443c35d23de844463b1eb46ac22d7c997fc2525a96203ea5a1





TOMADA DE PREÇO Nº 2018.03.16.02

Ao

**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA CAIXA DE APOSENTADORIA E
PENSÃO DOS SERVIDORES DE ITAPAJÉ - CAPESI**

A empresa a empresa RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita no CNPJ sob o nº 18583109/0001-64, com endereço à Rua Prof. Alaíde Ramos nº 416 – Centro, Reriutaba-CE, por intermédio de seu representante legal o Sr. RAIMUNDO RODRIGUES DE FARIAS FILHO, portador da Carteira de Identidade nº 2000031117717 e do CPF 543.924.383-68 DECLARA para fins de prova em processo licitatório citado e sob as penalidades cabíveis que:

- tomou conhecimento de todas as informações para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, que concorda integralmente com os termos do edital e seus anexos e que a proposta atende integralmente aos requisitos constantes no edital conforme inc III, art. 30 da Lei 8.666/93.

-- Caso vencedora do processo licitatório a empresa supra compromete-se a executar, através de sua equipe técnica e estrutura, o objeto da licitação, com todas as formalidades exigidas pelo Estatuto da Ordem dos Advogados [Lei 8906/94], no prazo estipulado no edital

- obteve os documentos necessários à formulação da proposta e que concorda integralmente com os termos do edital e seus anexos.

- inexistente qualquer fato superveniente impeditivo de nossa habilitação para participar no presente certame licitatório, não foi declarada inidônea, bem como ficamos ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores nos termos do art. 32, §2º, da Lei 8.666/93.

Rodrigues & Sousa Advogados Associados



40/40



- não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, referente ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- atende os dispositivos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, notadamente o art. 3º, tendo direito aos benefícios estendidos pelo referido Diploma, não havendo nenhum impedimento a que se refere o §4 do mesmo artigo.
- possui profissionais qualificados e toda a infraestrutura necessária para atender ao que solicita o objeto da licitação
- que renunciamos aos mandatos no caso de patrocínio de processo administrativo ou judicial contra o Município tomador do serviço, se vencedor convocado para assinar o contrato, conforme disposição contida no Art. 18 do Código de Ética da OAB

Reriutaba 26 de março de 2018


RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS
CNPJ: 18.583.109/0001 - 64
RAIMUNDO RODRIGUES DE FARIAS FILHO
CPF: 543 924 383 - 68
OAB / CE Nº 26.291



VALIDO SO
MENTE
SELO DE AUTENTICIDADE

RECONHECO a Firma de Raimundo Rodrigues de Farias Filho
Dou Fé
☒ Por Autenticidade ☐ Por Semelhança
Reriutaba - CE 26 de 03 de 2018
Em Testemunha da Verdade.
☒ Francisco Aldo Ferreira de Araújo, Tabelião
☒ Daniel Araújo Pontes, Substituto

Rua Prof. Alaide Ramos nº 416 - Centro - Reriutaba - CEP 62.260000,
Fones: FONE-FAX (88) 3637-2176, TIM (88)-9-9612-9562,
e-mail: rsadvogadosassociados@hotmail.com, - CNPJ. Nº 18.583.109/0001-64

01/40



A CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES DE ITAPAJÉ

Em Anexo, encaminhamos a nova apólice digital da JMalucelli Seguradora S/A, um documento com a mesma veracidade de uma apólice impressa, sendo que a única diferença é que a apólice agora faz parte de um processo de certificação digital, utilizando técnicas e processos que garantem segurança e valor jurídico às transações eletrônicas. Esta apólice substitui, de forma definitiva, o modelo anterior, e acompanha as inovações tecnológicas já presentes no mercado, como nota fiscal digital, recibos de pagamentos via internet, emissão de boletos, etc.

JMalucelli Seguradora

TÍTULO: APÓLICE Seguro Garantia Nº 10-0775-0211647

Documento eletrônico digitalmente assinado por:

ICP Brasil
Assinado digitalmente por:
Gustavo Henrich

ICP Brasil
Assinado digitalmente por:
Roque Jr. de H. Melo

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-estrutura de chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil por: Signatário (as):

Gustavo Henrich Nº de Série do Certificado: 099FC08915F5891A

Roque de Holanda Melo Nº de Série do Certificado: 52AE2099725C9CD2

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe oferece o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art 1º - Fica instituída a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.

Nº Apólice: 10-0775-0211647
Controle Interno(Código Controle): 278634358
Data de Emissão: 16/04/2018

A autenticidade do presente documento, bem como o arquivo em forma eletrônica, podem ser verificados no website www.jmalucelliseguradora.com.br.

Após sete dias úteis da emissão deste documento, o mesmo poderá ser verificado sob o nº 05436.2018.0010.0775.0211647.000000 no site da susep: www.susep.gov.br. Acesse: Serviço ao Cidadão -> Consulta de apólice de seguro garantia.



Associada a TRAVELERS
JMalucelli
Seguradora

[Handwritten signatures and initials]

Seguro Garantia

Apólice: 10-0775-0211647
 Proposta: 2062238

Frontispício de Apólice

A J. MALUCELLI SEGURADORA S/A, CNPJ 84.948.157/0001-33, Código de Registro na SUSEP 05436, com sede na Rua Visconde de Nacar, 1440 - Centro - Curitiba - PR, por meio desta APÓLICE de Seguro Garantia, garante ao SEGURADO, CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES DE ITAPAJÉ, CNPJ 63.393.938/0001-39, PRAÇA VICENTE PORFIRIO SAMPAIO, 1900 CENTRO ITAPAJÉ CE, as obrigações do TOMADOR RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS, CNPJ 18.583.109/0001-64, R PRFA ALAIDE RAMOS 416 CENTRO RERIUTABA CE, até o valor de R\$ 624,00 (seiscentos e vinte e quatro reais), na modalidade abaixo descrita.

Modalidade	Limite Máximo de Garantia (L.M.G.)	Ramo
Licitante	R\$ 624,00	0775 - GARANTIA SEGURADO - SETOR PÚBLICO

Descrição da Garantia (Coberturas, Valores e prazos previstos no contrato)

Modalidade e Cobertura Adicional	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Término
Licitante	R\$ 624,00	17/04/2018	17/07/2018

Não se aplica franquia a nenhuma das coberturas contratadas por esta apólice.

Objeto da Garantia

Esta apólice, de riscos declarados, garante indenização, até o valor fixado na apólice, se o Tomador adjudicatário se recusar a assinar o Contrato Principal, nas condições propostas, dentro do prazo estabelecido no Edital de Licitação TOMADA DE PREÇOS N° 2018.03.16.02.

Esta apólice é emitida de acordo com as condições da Circular da Susep n.º 477/13

ESTA APÓLICE NÃO PODERÁ SER UTILIZADA COMO COMPLEMENTO OU ENDOSSO DE APÓLICE ANTERIORMENTE FORNECIDA POR ESTA SEGURADORA REFERENTE AO MESMO EDITAL E/OU CONTRATO OBJETO DESTA SEGURO.

Corretor: 000001.0.071423-2 - EAV CORRETORA DE SEGUROS LTDA

Continua na próxima página

ICP
 Brasil
 Assinado digitalmente por:
Gustavo Henrich

ICP
 Brasil
 Assinado digitalmente por:
Roque Jr. de H. Melo

Controle de Segurança



Fortaleza - CE. 16/04/2018

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil por: Signatários (as):
 Gustavo Henrich N° de Série do Certificado: 099FC08915F58E1A
 Roque de Holanda Melo N° de Série do Certificado: 52AE2099725C9CD2
 Art. 1º - Fica instituída a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.

*SUSEP - Superintendência de seguros privados. Autarquia Federal responsável pela fiscalização, normatização e controle dos mercados de seguro, previdência complementar aberta, capitalização, resseguro e corretagem de seguro. ** Este produto está protocolado na SUSEP através do N.º de Processo SUSEP 15414.900195/2014-17.

h2

Seguro Garantia

Apólice: 10-0775-0211647

Proposta: 2062238

Frontispício de Apólice

Controle Interno(Código Controle):278634358

A autenticidade do presente documento, bem como o arquivo em forma eletrônica, podem ser verificados no website www.jmalucelliseguradora.com.br. Após sete dias úteis da emissão deste documento, o mesmo poderá ser verificado sob o n.º 05436.2018.0010.0775.0211647.000000 no site da SUSEP www.susep.gov.br. As condições contratuais/regulamento deste produto protocolizadas pela sociedade/entidade junto à Susep poderão ser consultadas no endereço eletrônico www.susep.gov.br, de acordo com o número de processo constante da apólice/proposta. Atendimento SUSEP: 0800 021 8484.
 Central de Atendimento JM - 0800 704 0301/Ouvidoria JM - 0800 643 0301

Demonstrativo de Prêmio

Importância Segurada.....	R\$	624,00
Prêmio Líquido Licitante.....	R\$	190,00
Adicional de Fracionamento.....	R\$	0,00
I.O.F.....	R\$	0,00
Prêmio Total.....	R\$	190,00

Condições de Pagamento

Parcela	Vencimento	Nº Carnê	Valor(R\$)
1	23/04/2018	5671012	190,00

Em atendimento à Lei 12.741/12 informamos que incidem as alíquotas de 0,65% de PIS/Pasep e de 4% de COFINS sobre os prêmios de seguros, deduzidos do estabelecido em legislação específica.

O(s) valor(es) acima descrito(s), é(são) devido(s) no cenário desta contratação de cobertura(s). Pode(m) sofrer alteração(ões) quando contratada(s) isoladamente ou em outra composição.

São Paulo - SP - 16/04/2018

Corretor: 000001.0.071423-2 - EAV CORRETORA DE SEGUROS LTDA

CONDIÇÕES GERAIS

CIRCULAR SUSEP 477/13 - PLANO PADRONIZADO
CAPÍTULO I - CONDIÇÕES GERAIS - RAMO 0775
SEGURO GARANTIA - SEGURADO: SETOR PÚBLICO

1. Objeto:

1.1. Este contrato de seguro garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado, conforme os termos da apólice e até o valor da garantia fixado nesta, e de acordo com a(s) modalidade(s) e/ou cobertura(s) adicional(is) expressamente contratada(s), em razão de participação em licitação, em contrato principal pertinente a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, concessões e permissões no âmbito dos Poderes da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ou, ainda as obrigações assumidas em função de:

I – processos administrativos;

II – processos judiciais, inclusive execuções fiscais;

III – parcelamentos administrativos de créditos fiscais, inscritos ou não, em dívida ativa;

IV – regulamentos administrativos.

1.2. Encontram-se também garantidos por este seguro os valores devidos ao segurado, tais como multas e indenizações, oriundos do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador, previstos em legislação específica, para cada caso.

2. Definições:

Aplicam-se a este seguro, as seguintes definições:

2.1. Apólice: documento, assinado pela seguradora, que representa formalmente o contrato de Seguro Garantia.

2.2. Condições Gerais: conjunto das cláusulas, comuns a todas as modalidades e/ou coberturas de um plano de seguro, que estabelecem as obrigações e os direitos das partes contratantes.

2.3. Condições Especiais: conjunto das disposições específicas relativas a cada modalidade e/ou cobertura de um plano de seguro, que alteram as disposições estabelecidas nas Condições Gerais.

2.4. Condições Particulares: conjunto de cláusulas que alteram, de alguma forma, as Condições Gerais e/ou Condições Especiais, de acordo com cada segurado.

2.5. Contrato Principal: todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública (segurado) e particulares (tomadores), em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.

2.6. Endosso: instrumento formal, assinado pela seguradora, que introduz modificações na apólice de Seguro Garantia, mediante solicitação e anuência expressa das partes.

2.7. Indenização: pagamento dos prejuízos e/ou multas resultantes do inadimplemento das obrigações cobertas pelo seguro.

2.8. Limite Máximo de Garantia: valor máximo que a seguradora se responsabilizará perante o segurado em função do pagamento de indenização.

2.9. Prêmio: importância devida pelo tomador à seguradora, em função da cobertura do seguro, e que deverá constar da apólice ou endosso.

2.10. Processo de Regulação de Sinistro: procedimento pelo qual a seguradora constatará ou não a procedência da reclamação de sinistro, bem como a apuração dos prejuízos cobertos pela apólice.

2.11. Proposta de Seguro: instrumento formal de pedido de emissão de apólice de seguro, firmado nos termos da legislação em vigor.

2.12. Relatório Final de Regulação: documento emitido pela seguradora no qual se transmite o posicionamento acerca da caracterização ou não do sinistro reclamado, bem como os possíveis valores a serem indenizados.

2.13. Segurado: a Administração Pública ou o Poder Concedente.

2.14. Seguradora: a sociedade de seguros garantidora, nos termos da apólice, do cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador.

2.15. Seguro Garantia: seguro que garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado, conforme os termos da apólice.

2.16. Sinistro: o inadimplemento das obrigações do tomador cobertas pelo seguro.

2.17. Tomador: devedor das obrigações por ele assumidas perante o segurado.

3. Aceitação:

3.1. A contratação/alteração do contrato de seguro somente poderá ser feita mediante proposta assinada pelo proponente, seu representante ou por corretor de seguros habilitado. A proposta escrita deverá conter os elementos essenciais ao exame e aceitação do risco.

3.2. A seguradora fornecerá, obrigatoriamente, ao proponente, protocolo que identifique a proposta por ela recepcionada, com a indicação da data e da hora de seu recebimento.

3.3. A seguradora terá o prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar sobre a aceitação ou não da proposta, contados da

data de seu recebimento, seja para seguros novos ou renovações, bem como para alterações que impliquem modificação do risco.

3.3.1. Caso o proponente do seguro seja pessoa física, a solicitação de documentos complementares, para análise e aceitação do risco, ou da alteração proposta, poderá ser feita apenas uma vez, durante o prazo previsto no item 3.3..

3.3.2. Se o proponente for pessoa jurídica, a solicitação de documentos complementares poderá ocorrer mais de uma vez, durante o prazo previsto no item 3.3., desde que a seguradora indique os fundamentos do pedido de novos elementos, para avaliação da proposta ou taxaço do risco.

3.3.3. No caso de solicitação de documentos complementares, para análise e aceitação do risco, ou da alteração proposta, o prazo de 15 (quinze) dias previsto no item 3.3. ficará suspenso, voltando a correr a partir da data em que se der a entrega da documentação.

3.4. No caso de não aceitação da proposta, a seguradora comunicará o fato, por escrito, ao proponente, especificando os motivos da recusa.

3.5. A ausência de manifestação, por escrito, da seguradora, no prazo acima aludido, caracterizará a aceitação tácita do seguro.

3.6. Caso a aceitação da proposta dependa de contratação ou alteração de resseguro facultativo, o prazo aludido no item 3.3. será suspenso até que o ressegurador se manifeste formalmente, comunicando a seguradora, por escrito, ao proponente, tal eventualidade, ressaltando a consequente inexistência de cobertura enquanto perdurar a suspensão.

3.7. A emissão da apólice ou do endosso será feita em até 15 (quinze) dias, a partir da data de aceitação da proposta.

4. Valor da Garantia:

4.1. O valor da garantia desta apólice é o valor máximo nominal por ela garantido.

4.2. Quando efetuadas alterações previamente estabelecidas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, o valor da garantia deverá acompanhar tais modificações, devendo a seguradora emitir o respectivo endosso.

4.3. Para alterações posteriores efetuadas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, em virtude das quais se faça necessária a modificação do valor contratual, o valor da garantia poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela seguradora, por meio da emissão de endosso.

5. Prêmio do Seguro:

5.1. O tomador é responsável pelo pagamento do prêmio à seguradora por todo o prazo de vigência da apólice.

5.2. Fica entendido e acordado que o seguro continuará em vigor mesmo quando o tomador não houver pago o prêmio nas datas conveniadas.

5.2.1. Não paga pelo tomador, na data fixada, qualquer parcela do prêmio devido, poderá a seguradora recorrer à execução do contrato de contragarantia.

5.3. Em caso de parcelamento do prêmio, não será permitida a cobrança de nenhum valor adicional, a título de custo administrativo de fracionamento, devendo ser garantido ao tomador, quando houver parcelamento com juros, a possibilidade de antecipar o pagamento de qualquer uma das parcelas, com a consequente redução proporcional dos juros pactuados.

5.4. Se a data limite para o pagamento do prêmio a vista ou de qualquer uma de suas parcelas coincidir com dia em que não haja expediente bancário, o pagamento poderá ser efetuado no primeiro dia útil em que houver expediente bancário.

5.5. A sociedade seguradora encaminhará o documento de cobrança diretamente ao tomador ou seu representante, observada a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, em relação à data do respectivo vencimento.

6. Vigência:

6.1. Para as modalidades do Seguro Garantia nas quais haja a vinculação da apólice a um contrato principal, a vigência da apólice será igual ao prazo estabelecido no contrato principal, respeitadas as particularidades previstas nas Condições Especiais de cada modalidade contratada.

6.2. Para as demais modalidades, a vigência da apólice será igual ao prazo informado na mesma, estabelecido de acordo com as disposições previstas nas Condições Especiais da respectiva modalidade.

6.3. Quando efetuadas alterações de prazo previamente estabelecidas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, a vigência da apólice acompanhará tais modificações, devendo a seguradora emitir o respectivo endosso.

6.4. Para alterações posteriores efetuadas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, em virtude das quais se faça necessária a modificação da vigência da apólice, esta poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela Seguradora, por meio da emissão de endosso.

7. Expectativa, Reclamação e Caracterização do Sinistro:

7.1. A Expectativa, Reclamação e Caracterização do Sinistro serão especificadas para cada modalidade nas Condições Especiais, quando couberem.

7.2. A seguradora descreverá nas Condições Especiais os documentos que deverão ser apresentados para a efetivação da Reclamação de Sinistro.

[Handwritten signature and initials]

7.2.1. Com base em dúvida fundada e justificável, a seguradora poderá solicitar documentação e/ou informação complementar.

7.3. A Reclamação de Sinistros amparados pela presente apólice poderá ser realizada durante o prazo prescricional, nos termos da Cláusula 17 destas Condições Gerais;

7.4. Caso a seguradora conclua pela não caracterização do sinistro, comunicará formalmente ao segurado, por escrito, sua negativa de indenização, apresentando, conjuntamente, as razões que embasaram sua conclusão, de forma detalhada.

8. Indenização:

8.1. Caracterizado o sinistro, a seguradora cumprirá a obrigação descrita na apólice, até o limite máximo de garantia da mesma, segundo uma das formas abaixo, conforme for acordado entre as partes:

I – realizando, por meio de terceiros, o objeto do contrato principal, de forma a lhe dar continuidade, sob a sua integral responsabilidade; e/ou

II – indenizando, mediante pagamento em dinheiro, os prejuízos e/ou multas causados pela inadimplência do tomador, cobertos pela apólice.

8.2. Do prazo para o cumprimento da obrigação:

8.2.1. O pagamento da indenização ou o início da realização do objeto do contrato principal deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento do último documento solicitado durante o processo de regulação do sinistro.

8.2.2. Na hipótese de solicitação de documentos de que trata o item 7.2.1., o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, reiniciando sua contagem a partir do dia útil subsequente àquele em que forem completamente atendidas as exigências.

8.2.3. No caso de decisão judicial ou decisão arbitral, que suspenda os efeitos de reclamação da apólice, o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, reiniciando sua contagem a partir do primeiro dia útil subsequente a revogação da decisão.

8.3. Nos casos em que haja vinculação da apólice a um contrato principal, todos os saldos de créditos do tomador no contrato principal serão utilizados na amortização do prejuízo e/ou da multa objeto da reclamação do sinistro, sem prejuízo do pagamento da indenização no prazo devido.

8.3.1. Caso o pagamento da indenização já tiver ocorrido quando da conclusão da apuração dos saldos de créditos do tomador no contrato principal, o segurado obriga-se a devolver à seguradora qualquer excesso que lhe tenha sido pago.

9. Atualização de Valores:

9.1. O não pagamento das obrigações pecuniárias da seguradora, inclusive da indenização nos termos da Cláusula 8 destas Condições Gerais, dentro do prazo para pagamento da respectiva obrigação, acarretará em:

a) atualização monetária, a partir da data de exigibilidade da obrigação, sendo, no caso de indenização, a data de caracterização do sinistro; e

b) incidência de juros moratórios calculados "pro rata temporis", contados a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado.

9.2. O índice utilizado para atualização monetária será o IPCA/IBGE - Índice de Preços ao Consumidor Amplo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - ou índice que vier a substituí-lo, sendo calculado com base na variação positiva apurada entre o último índice publicado antes da data de obrigação de pagamento e aquele publicado imediatamente anterior à data de sua efetiva liquidação.

9.3. Os juros moratórios, contados a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado para pagamento da obrigação, serão equivalentes à taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.

9.4. O pagamento de valores relativos à atualização monetária e juros de mora será feito independente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial, de uma só vez, juntamente com os demais valores devidos no contrato.

10. Sub-Rogação:

10.1. Paga a indenização ou iniciado o cumprimento das obrigações inadimplidas pelo tomador, a seguradora sub-rogar-se-á nos direitos e privilégios do segurado contra o tomador, ou contra terceiros cujos atos ou fatos tenham dado causa ao sinistro.

10.2. É ineficaz qualquer ato do segurado que diminua ou extinga, em prejuízo do segurador, os direitos a que se refere este item.

11. Perda de Direitos:

O segurado perderá o direito à indenização na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

I – Casos fortuitos ou de força maior, nos termos do Código Civil Brasileiro;

II – Descumprimento das obrigações do tomador decorrente de atos ou fatos de responsabilidade do segurado;

III – Alteração das obrigações contratuais garantidas por esta apólice, que tenham sido acordadas entre segurado e tomador, sem prévia anuência da seguradora;

IV – Atos ilícitos dolosos ou por culpa grave equiparável ao dolo praticados pelo segurado, pelo beneficiário ou pelo representante, de um ou de outro;

V – O segurado não cumprir integralmente quaisquer obrigações previstas no contrato de seguro;

VI – Se o segurado ou seu representante legal fizer declarações inexatas ou omitir de má-fé circunstâncias de seu

10

conhecimento que configurem agravação de risco de inadimplência do tomador ou que possam influenciar na aceitação da proposta;

VII – Se o Segurado agravar intencionalmente o risco;

12. Concorrência de Garantias:

No caso de existirem duas ou mais formas de garantia distintas, cobrindo cada uma delas o objeto deste seguro, em benefício do mesmo segurado ou beneficiário, a seguradora responderá, de forma proporcional ao risco assumido, com os demais participantes, relativamente ao prejuízo comum.

13. Concorrência de Apólices:

É vedada a utilização de mais de um Seguro Garantia na mesma modalidade para cobrir o objeto deste contrato, salvo no caso de apólices complementares.

14. Extinção da Garantia:

14.1. A garantia expressa por este seguro extinguir-se-á na ocorrência de um dos seguintes eventos, o que ocorrer primeiro, sem prejuízo do prazo para reclamação do sinistro conforme item 7.3. destas Condições Gerais:

I – quando o objeto do contrato principal garantido pela apólice for definitivamente realizado mediante termo ou declaração assinada pelo segurado ou devolução da apólice;

II – quando o segurado e a seguradora assim o acordarem;

III – quando o pagamento da indenização ao segurado atingir o limite máximo de garantia da apólice;

IV – quando o contrato principal for extinto, para as modalidades nas quais haja vinculação da apólice a um contrato principal, ou quando a obrigação garantida for extinta, para os demais casos; ou

V – quando do término de vigência previsto na apólice, salvo se estabelecido em contrário nas Condições Especiais.

14.2. Quando a garantia da apólice recair sobre um objeto previsto em contrato, esta garantia somente será liberada ou restituída após a execução do contrato, em consonância com o disposto no parágrafo 4º do artigo 56 da Lei Nº 8.666/1993, e sua extinção se comprovará, além das hipóteses previstas no item 14.1., pelo recebimento do objeto do contrato nos termos do art. 73 da Lei nº 8.666/93.

15. Rescisão Contratual:

15.1. No caso de rescisão total ou parcial do contrato, a qualquer tempo, por iniciativa do segurado ou da seguradora e com a concordância recíproca, deverão ser observadas as seguintes disposições:

15.1.1. Na hipótese de rescisão a pedido da sociedade seguradora, esta reterá do prêmio recebido, além dos emolumentos, a parte proporcional ao tempo decorrido;

15.1.2. Na hipótese de rescisão a pedido do segurado, a sociedade seguradora reterá, no máximo, além dos emolumentos, o prêmio calculado de acordo com a seguinte tabela de prazo curto:

Relação a ser aplicada sobre a vigência --- ---%---do---	Relação a ser aplicada sobre a vigência --- ---%---do---
original para obtenção de prazo em dias--- ---Prêmio---	original para obtenção de prazo em dias--- ---Prêmio---
15/365	13%
30/365	20%
45/365	27%
60/365	30%
75/365	37%
90/365	40%
105/365	46%
120/365	50%
135/365	56%
150/365	60%
165/365	66%
180/365	70%
195/365	73%
210/365	75%
225/365	78%
240/365	80%
255/365	83%
270/365	85%
285/365	88%
300/365	90%
315/365	93%
330/365	95%
345/365	98%
365/365	100%

15.1.2.1. Para prazos não previstos na tabela constante do subitem 15.1.2., deverá ser utilizado percentual correspondente ao prazo imediatamente inferior.

16. Controvérsias:

16.1. As controvérsias surgidas na aplicação destas Condições Contratuais poderão ser resolvidas:

I – por arbitragem; ou

II – por medida de caráter judicial.

16.2. No caso de arbitragem, deverá constar, na apólice, a cláusula compromissória de arbitragem, que deverá ser facultativamente aderida pelo segurado por meio de anuência expressa.

[Handwritten signatures and initials]

16.2.1. Ao concordar com a aplicação desta cláusula, o segurado estará se comprometendo a resolver todos os seus litígios com a sociedade seguradora por meio de Juízo Arbitral, cujas sentenças têm o mesmo efeito que as sentenças proferidas pelo Poder Judiciário.

16.2.2. A cláusula de arbitragem é regida pela Lei nº 9307, de 23 de setembro de 1996.

17. Prescrição:

Os prazos prescricionais são aqueles determinados pela lei.

18. Foro:

As questões judiciais entre seguradora e segurado serão processadas no foro do domicílio deste.

19. Disposições Finais

19.1. A aceitação do seguro estará sujeita à análise do risco.

19.2. As apólices e endossos terão seu início e término de vigência às 24hs das datas para tal fim neles indicadas.

19.3. O registro deste plano na Susep não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização.

19.4. Após sete dias úteis da emissão deste documento, poderá ser verificado se a apólice ou endosso foi corretamente registrado no site da Susep - www.susep.gov.br.

19.5. A situação cadastral do corretor de seguros pode ser consultada no site www.susep.gov.br, por meio do número de seu registro na Susep, nome completo, CNPJ ou CPF.

19.6. Este seguro é contratado a primeiro risco absoluto.

19.7. Considera-se como âmbito geográfico das modalidades contratadas todo o território nacional, salvo disposição em contrário nas Condições Especiais e/ou Particulares da Apólice.

19.8. Os eventuais encargos de tradução referentes ao reembolso de despesas efetuadas no exterior ficarão totalmente a cargo da Sociedade Seguradora.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

CAPÍTULO II - CONDIÇÕES ESPECIAIS DAS MODALIDADES - RAMO 0775

SEGURO GARANTIA DO LICITANTE

NOTA TÉCNICA - PROCESSO SUSEP n.º 15414.900195/2014-17.

1. Objeto:

1.1 Este contrato de seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes da recusa do tomador adjudicatário em assinar o contrato principal nas condições propostas no edital de licitação, dentro do prazo estabelecido.

1.2 Encontram-se também garantidos por este contrato de seguro os valores das multas e indenizações devidos à Administração Pública em decorrência do sinistro.

2. Definições:

Para efeito desta modalidade, aplicam-se, também, as definições constantes do art. 6º da Lei nº 8.666/93.

I – Riscos Declarados: Itens expressamente descritos na apólice, aos quais se restringe a cobertura securitária. Ou seja, a responsabilidade da Seguradora está restrita aos riscos expressamente descritos neste documento;

II – Prejuízos: Perda pecuniária comprovada decorrentes da recusa do tomador adjudicatário em assinar o contrato principal nas condições propostas e dentro do prazo estabelecido no Edital de Licitação.

3. Vigência:

A vigência da apólice coincidirá com o prazo previsto no edital para a assinatura do contrato principal.

4. Reclamação e Caracterização do Sinistro:

4.1. Reclamação: o segurado comunicará a seguradora da recusa do tomador adjudicatário em assinar o contrato principal nas condições propostas, dentro do prazo estabelecido no edital de licitação, data em que restará oficializada a Reclamação do Sinistro.

4.1.1. Para a Reclamação do Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos, sem prejuízo do disposto no item 7.2.1. das Condições Gerais:

a) Cópia do edital de licitação;

10



- b) Cópia do termo de adjudicação;
c) Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos e/ou decisão que aplicou as multas contratuais na forma do edital de licitação, acompanhada dos documentos comprobatórios;
d) comprovante de intimação do Tomador para assinatura do contrato, acompanhado do demonstrativo de sua recusa/inércia e das devidas justificativas, se houver.

4.2. Caracterização: quando a seguradora tiver recebido todos os documentos listados no item 4.1.1. e, após análise, ficar comprovada a inadimplência do tomador em relação às obrigações cobertas pela apólice, o sinistro ficará caracterizado, devendo a seguradora emitir o relatório final de regulação.

5. Rescisão do Contrato de Seguro:

5.1. Quando a presente apólice for caucionada junto ao Segurado, não caberá devolução de prêmio proporcional.

6. Disposições Gerais:

6.1. A presente apólice, de riscos declarados, assegura o cumprimento das obrigações diretas do tomador perante o segurado, especificamente descritas no objeto desta apólice, de acordo com a modalidade de seguro-garantia indicada na mesma, não assegurando riscos referentes a obrigações trabalhistas e previdenciárias, de seguridade social, indenizações a terceiros, danos ambientais e lucros cessantes, bem como riscos referentes a outros ramos ou modalidades de seguro, em conformidade com a legislação nacional referente ao seguro-garantia.

6.2. A inadimplência do tomador deverá ocorrer dentro do prazo de vigência da apólice. Em caso de não observação deste requisito a seguradora ficará isenta de qualquer responsabilidade.

6.3. Fica entendido e concordado que, para efeito indenitário, não estarão cobertos danos e perdas causados direta ou indiretamente por ato terrorista, comprovado com documentação hábil acompanhada de laudo circunstanciado que caracterize a natureza do atentado, independentemente de seu propósito, que tenha sido devidamente reconhecido como atentatório à ordem pública pela autoridade pública competente.

6.4. A validade/coertura deste documento está condicionada à aceitação/não oposição do segurado em relação a todos os seus termos. Ao aceitar este documento o segurado concorda que a seguradora não terá responsabilidade de indenizar reclamação quanto à cobertura desta garantia se for constatado que o sinistro ou inadimplemento contratual se enquadra nos termos do inciso VI, do item 11 – Perda de Direito, das Condições Gerais.

7. Ratificação:

Ratificam-se integralmente as disposições das Condições Gerais que não tenham sido alteradas pela presente Condição Especial.

CONDIÇÕES PARTICULARES

Fica estabelecido que, especificamente para fins indenitários, não estarão cobertos pela presente apólice de seguro garantia, quaisquer prejuízos e/ou demais penalidades decorrentes de rescisão de contrato garantido pela presente apólice de seguro, causados por ou de qualquer forma relacionados a atos e/ou fatos violadores de normas de anticorrupção, perpetrados pelo segurado, tomador ou controladas, controladoras e coligadas, seus respectivos sócios/acionistas, representantes, titulares ou funcionários.

2

10

DEVOLUÇÃO DO DOCUMENTO

No caso de devolução deste documento antes do final de vigência nele expresso, preencher os campos abaixo e enviar para a Seguradora.

Em conformidade com a cláusula 14 - inciso I, das Condições Gerais, estamos procedendo a devolução do documento nº 10-0775-0211647

Local e Data

CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES DE
ITAPAJÉ

Nome:

RG:

Cargo:

10

CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL - CRC

Válido até 31/12/2018

Razão Social	CTAP CONSULTORIA TECNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIA LTDA
CNPJ	07 890 701/0001-92
Endereço	RUA TOMAS ACIOLI, 840 SALA 204
Bairro	DIONISIO TORRES
Cidade/Uf	FORTALEZA/CE
Telefone	85-3246-1036

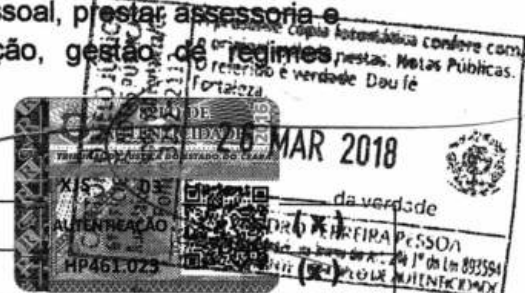
REPRESENTANTE : **SANDRA MARIA PARENTE DE OLIVEIRA**
CARGO / FUNÇÃO: **SOCIO ADMINISTRADORA**
C.P.F. : **414.486.343-34**

O(A) Presidente da Comissão de Licitação da CAPESI, infra assinado, em pleno exercício do cargo e no uso competente de suas atribuições, notadamente as conferidas pela Lei Federal nº 8.666/93 e legislação correlata, **DECLARA** para os devidos fins que o licitante supra identificado está apto a participar de certames licitatórios promovidos pela CAPESI, quando se tratar de objeto(s) relacionado(s) ao(s) seguinte(s) ramo(s) de atividade(s):

- **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE** Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial, oferecer cursos, capacitação, treinamentos e desenvolvimento profissional, realizar auditoria, prestar assessoria administrativa nas áreas de recursos humanos, elaboração de planos de cargos e carreiras, projeto de lei, decretos, pareceres, regulamento e outros assuntos relacionados e estrutura de pessoal, **prestar assessoria e consultoria técnica na área de previdência social, instalação, gestão de regimes concessão de benefícios e cálculos previdenciários.**

Documentação Acostada:

CONTRATO SOCIAL E ADITIVOS (SE HOUVER)	
CNPJ EMITIDO PELA RECEITA FEDERAL	
CERTIDÕES DA: RECEITA FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL, FGTS e TRABALHISTA	(x)
DOCUMENTOS DO(S) SÓCIO(S) COM FOTO	(x)
BALANÇO PATRIMONIAL VALIDO DO ULTIMO EXERCICIO	(x)
ALVARA DE FUNCIONAMENTO	(x)
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CONSELHO DE CONTABILIDADE (Para área de atuação em contabilidade)	()
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CREA (Para área de atuação em engenharia)	()



ITAPAJE, 23 DE MARÇO DE 2018.

Zeuda Briosso Marinho
Zeuda Briosso Marinho
Presidente da CPL

Handwritten signatures and initials: R, M, and others.



23/03/2018 - BANCO DO BRASIL - 14:04:38
780010631 0295
COMPROVANTE DE DEPOSITO EM CONTA CORRENTE
EM DINHEIRO

CLIENTE: CAPESEI CAIXA APOSEN
AGENCIA: 0852-4 CONTA: 16.753-3

DATA	23/03/2018
NR. DOCUMENTO	78.001.063.100.295
VALOR DINHEIRO	624,00
VALOR TOTAL	624,00

NOME DO DEPOSITANTE CTAP

NR, AUTENTICACAO 6.911.D1E.9EC.BA3.5DB
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,
ENTRE OUTRAS INFORMACOES.



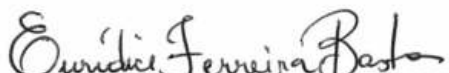
Am

Re 2 in
he 2

**TOMADA DE PREÇO Nº 2018.03.16.02****RECIBO DE CAUÇÃO**

Recebemos da empresa **CTAP-CONSULTORIA TECNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIA LTDA** a importância de **R\$ 624,00 (Seiscentos vinte e quatro reais)**, de acordo com o estipulado no edital da TOMADA DE PREÇO N.º 2018.03.16.02, objeto de Contratação de prestação de serviços especializados e assessoria jurídica administrativa, na área de benefícios previdenciários e pareceres correlatos na administração pública de interesse da CAPEI, como garantia de participação no referido processo licitatório, critérios previstos no citado instrumento convocatório.

Itapajé-CE, 23 de março de 2018


EURIDICE FERREIRA BASTOS
Tesoureira da CAPEI

Pça Vicente Porfirio Sampaio, 1900 – Centro – Itapajé – Ceará
CEP 62.600-000 CNPJ 63.393.938/0001-39
FONE-FAX 3346-1008

Handwritten initials and signatures are present at the bottom right of the page.

1. The first part of the paper is devoted to a general discussion of the problem of the existence of solutions of the system of equations

$$\frac{dx}{dt} = f(x, y, z), \quad \frac{dy}{dt} = g(x, y, z), \quad \frac{dz}{dt} = h(x, y, z),$$

where f, g, h are continuous functions of x, y, z and

the system is subject to the initial conditions $x(0) = x_0, y(0) = y_0, z(0) = z_0$. The existence of solutions is proved by the method of successive approximations. The second part of the paper is devoted to a study of the stability of the solutions of the system. It is shown that if the functions f, g, h satisfy certain conditions, then the solutions of the system are stable with respect to the initial conditions. The third part of the paper is devoted to a study of the asymptotic behavior of the solutions of the system. It is shown that if the functions f, g, h satisfy certain conditions, then the solutions of the system approach a certain limit as $t \rightarrow \infty$.

The author wishes to express his thanks to the

authorities of the Ministry of Education for the grant which made it possible for him to carry out this research.

Simplex Nacional - Consulta Optantes



Data da consulta: 26/03/2018

☒ Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ : 07.890.701/0001-92

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial : CTAP CONSULTORIA TECNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIARIA LTDA

☒ Situação Atual

Situação no Simples Nacional : Optante pelo Simples Nacional desde 01/07/2007

Situação no SIMEI: NÃO optante pelo SIMEI

☒ Períodos Anteriores

Opções pelo Simples Nacional em Períodos Anteriores: Não Existem

Opções pelo SIMEI em Períodos Anteriores: Não Existem

☒ Agendamentos (Simples Nacional)

Agendamentos no Simples Nacional: Não Existem

☒ Eventos Futuros (Simples Nacional)

Eventos Futuros no Simples Nacional: Não Existem

☒ Eventos Futuros (SIMEI)

Eventos Futuros no SIMEI: Não Existem

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.



**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE MICRO
EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

**TOMADA DE PREÇOS N.º 2018.03.16.02 – CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS
SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITAPAJÉ- CAPEI.**

A empresa **CTAP-CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E
PREVIDENCIÁRIA LTDA-ME**, inscrita no CNPJ n.º 07.890.701/0001-92, com sede na **RUA:
TOMÁS ACIOLI, 840- SALA 204, DIONÍSIO TORRES, FORTALEZA-CEARÁ**, Declaro
(amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de
TOMADA DE PREÇOS, que estou (amos) sob o regime de microempresa ou empresa de pequeno
porte, para efeito do disposto na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela
Lei Complementar n.º 147, de 07 de Agosto de 2014, Lei Federal n.º 155/2016, de 27 de outubro de
2016.

FORTALEZA, 26 de março de 2018.

CARTÓRIO
MELO JÚNIOR

Sandra Maria Parente de Oliveira

SANDRA MARIA PARENTE DE OLIVEIRA

SÓCIA ADMINISTRADORA

RG: 2003002216111 / CPF: 414.486.343-34

CTAP - CONSULTORIA TÉCNICA
ASSESSORIA ADM. PREVIDENCIÁRIA
Sandra Mª Parente de Oliveira
Sócia-Adm. - CNPJ, 07.890.701.0001-92

Rua Tomás Acioli, 840, Sala 204 – Dionísio Torres – Fortaleza-CE.

Fone: (85) 3246-1036

Email: ctap.consultoria@yahoo.com.br

[Handwritten signatures and initials]



ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MELO JÚNIOR - 8º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTROS ESPECIAIS
TABELIÃO JOSE EVANDRO DE MELO JÚNIOR - TABELIÃO SUBSTITUTO: RICHARDO MARQUES DE MELO JÚNIOR
CNPJ: 06.573.634/0001-51 - Rua Major Facundo, nº 560 - Centro - CEP: 60.625-100 - Fortaleza - CE
Tel: (85) 3092-7474 / 3093-7000 - E-mail: contato@fortalnet.com.br / recepcao2_cnj@hotmail.com

Cód.: 190938 Reconheço a(s) assinatura(s) por AUTÊNTICA de: (1) SANDRA MARIA PARENTE DE OLIVEIRA O que dou fé, Fortaleza, 26 de março de 2018. Total: R\$ 4,15 - Selo Digital - SEL0 2 - RECONHECIMENTO DE FIRMA AAA941126-A1B2

EVANDRO FERREIRA PESSOA - Escrevente

Confira os dados do selo em: www.estado.ce.br/portal



DECLARAÇÃO

CTAP – CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIARIA LTDA, CNPJ: 07.890.701/0001-92 por intermédio de seu representante legal Sra. SANDRA MARIA PARENTE DE OLIVEIRA, portadora da Carteira de Identidade nº 2003002216111 e do CPF nº 414.486.343-34, DECLARA, para fins do disposto na TOMADA DE PREÇOS Nº 2018.03.16.02 – CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITAPAJÉ- CAPEI que:

a) Sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto a **CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITAPAJÉ- CAPEI**, de não haver nenhum impedimentos previstos do §4º do artigo 03 da Lei Complementar nº. 123 de 14/12/2006.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

FORTALEZA (CE) 26 de março de 2018.

CARTÓRIO
MELO JÚNIOR

Sandra Maria Parente de Oliveira

**SANDRA MARIA PARENTE DE OLIVEIRA
SÓCIA ADMINISTRADORA
CPF: 414.486.343-34**

CTAP - CONSULTORIA TÉCNICA
ASSESSORIA ADM. PREVIDENCIARIA
Sandra Mª Parente de Oliveira
Sócia-Adm. - CNPJ: 07.890.701/0001-92

Rua Tomás Acioli, 840, Sala 204 – Dionísio Torres – Fortaleza-CE.

Fone: (85) 3246-1036

Email: ctap.consultoria@yahoo.com.br

[Handwritten signatures and initials]



ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MELO JÚNIOR - 8º DEPARTAMENTO DE NOTAS E REGISTROS ESPECIAIS
TABELÃO: JOSÉ EVANDRO DE MELO JÚNIOR - TABELÃO SUBSTITUTO: REGINOBERTO MARQUES DE MELO JÚNIOR
CNPJ nº 07.034.000/01-51 - Rua Major Távora, nº 660 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE
Tel: (85) 3099.7474 / 3099.7460 - E-mail: recepcao2_cnj@hotmail.com / recepcao2_cnj@hotmail.com
Cód. 190939, Reconheço a(s) ~~assinatura(s)~~ por AUTÊNTICA de: (1) SANDRA
MARIA PARENTE DE OLIVEIRA do que dou fé, Fortaleza, 26 de março
de 2019. Total: R\$ 4,16. Selo Digital - SELQ 2 - RECONHECIMENTO DE
FIRMA AAA941125-A1B2
EVANDRO FERREIRA PESSOA - Escrevente

Confira via online, de graça, em
www.recepcao2.com.br



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO CEARÁ
SEXTO TABELIONATO DE NOTAS DE FORTALEZA



CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA

O OFICIAL REGISTRADOR DO SEXTO TABELIONATO DE NOTAS DE FORTALEZA E OFICIAL FIRMATÁRIO, DO 3º REGISTRO TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE FORTALEZA, ESTADO DO CEARÁ, na forma da lei, e usando das suas atribuições legais, CERTIFICA, por solicitação verbal da parte interessada, que revendo os arquivos deste serviço delegado, verificou constar o lançamento do registro do Contrato Social da CTAP - CENTRO DE TREINAMENTO E ASSESSORIA PREVIDENCIÁRIA S/S LTDA, com sua sede na Rua Tomas Acioli, nº 840 sala 204, bairro Dionisio Torres - Fortaleza - CE, inscrita no CNPJ sob nº 07.890.701/0001-92, onde adquiriu personalidade jurídica nesta serventia, em 13 de fevereiro de 2006, onde se encontra registrada sob o protocolo número 5004715, constando 03(três) elementos de averbações a margem do presente registro, 5011949 em 14.04.2009 entradas de sócio, alteração de endereço e alteração da razão social para CTAP-CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIÁRIA LTDA, 5014223 em 26.01.2010 altera o endereço da sede e saída de sócio, 5021546 em 17.01.2013 retira-se da sociedade a sócia JANAINA SOUZA RODRIGUES, que transfere suas cotas para a sócia SANDRA MARIA PARENTE DE OLIVEIRA. Sem mais até a presente data. Fortaleza, 22 de Março de 2018. Emolumentos cobrados de R\$ 33,00 (trinta e três reais). O referido é verdade e dou

3º RTD / RP
João Wellington Alencar
Escriturante Autorizado

SELO DE AUTENTICIDADE		
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ		
SAO: CERTIDAO 04		
Segunda Via		
Segundo Tabelião		
22 de Março de 2018		
22.03.2004 C/C Art. 6º da Lei 10.169/00		
Código n°	5011	R\$ 19,52
Fermento	5%	R\$ 3,69
Selo	5%	R\$ 6,85
ISS	5%	R\$ 0,98
FAADEP	5%	R\$ 0,98
FRMMP	5%	R\$ 0,98
PRENOT		R\$
Total		R\$ 33,00
Selo n°	008913	* Via
6º Notaria de Fortaleza - Cartório Melo Júnior		

JOSE WELLINGTON ALENCAR
Escriturante Autorizado

Rua Major Facundo, nº 660, centro, 60025-100
Telefone(s) (85) 3252-5486 - 3252.4112 (fax).

CARTÓRIO MELO JÚNIOR CÍRCULO DE NOTAS PÚBLICAS Rua Major Facundo, 660 - Fortaleza/CE Fone: 3252-4112	A presença desta autenticação confere caráter original em todas as Notas Públicas. O referido é verdade. Dou fé. Fortaleza.
	26 MAR 2018 Em test. da verdade EVANDRO FERREIRA PESSOA Tabelião de Notas do Estado do Ceará

OWZ 03 AUTENTICAÇÃO HP460.999	
-------------------------------------	--

2 to 8

CONTRATO SOCIAL DA EMPRESA
CTAP - CENTRO DE TREINAMENTO E ASSESSORIA
PREVIDENCIÁRIA S/S LTDA

3º RTD / RPJ
José Wellington S. Menezes
Escritor Autorizado
CPF: 548.601.723-92



CARLOS EDUARDO BANDEIRA, brasileiro, solteiro, nascido em São Caetano do Sul - SP em 12 de julho de 1979, contador, inscrito no CPF nº 897.973.023-34, portador do CRC nº CE-017567/O-7, residente e domiciliado na Rua Dinamarca, 387 - no Bairro Parangaba, CEP 60135-570, em Fortaleza, Estado do Ceará.

JANAINA SOUZA RODRIGUES, brasileira, solteira, nascida em Fortaleza - CE em 02 de maio de 1977, estudante de direito, inscrita no CIC nº 774.699.683-34, portadora do RG nº 93017014484 - SSP-CE (2º via), residente e domiciliada na Rua Dinamarca, 387 - no Bairro Parangaba, CEP 60710-570, em Fortaleza. Estado do Ceará.

MARIA NAZARE BANDEIRA, brasileira, solteira, nascida em Acopiara - CE em 24 de abril de 1959, advogada, inscrito no CIC nº 316.909.203-00, portadora do RG nº 6977 OAB - CE, residente e domiciliada na Rua Dinamarca, 387 - no Bairro Parangaba, CEP 60710-570, em Fortaleza, Estado do Ceará.

Constituem uma sociedade CIVIL empresaria limitada, que se regerá pela Lei Nº 10.406, de 10.01.2002, e pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1ª - A sociedade limitada girará sob o nome empresarial de "CTAP - CENTRO DE TREINAMENTO E ASSESSORIA PREVIDENCIÁRIA S/S LTDA".

CLÁUSULA 2ª - A sociedade tem por objeto o "Treinamento e desenvolvimento profissional".

CLÁUSULA 3ª - A sede social está localizada na Rua Dinamarca, 387 - no Bairro Parangaba, CEP 60710-570, em Fortaleza, Estado do Ceará. Todavia, de conformidade com os convenientes interesses, a empresa poderá abrir, manter e extinguir filiais em qualquer parte do território nacional, ou mesmo participar como quotista ou acionista em outras sociedades empresariais, ampliando suas próprias atividades.

CLÁUSULA 4ª - A sociedade iniciará suas atividades em 01/02/2005, e terá duração por prazo indeterminado.

CLÁUSULA 5ª - O Capital Social é de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), dividido em 20.000 (vinte mil) quotas de R\$ 1,00 (Um real) cada uma, totalmente



THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
570 EAST 58TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637
TEL: 773-936-5000
FAX: 773-936-5001
WWW.CHICAGO.EDU

integralizado em moeda corrente do país, neste ato, distribuído entre os sócios-quotistas na proporcionalidade seguinte:

SÓCIO 1: CARLOS EDUARDO BANDEIRA	R\$ 10.000,00
SÓCIO 2: JANAINA SOUZA RODRIGUES	R\$ 5.000,00
SÓCIO 3: MARIA NAZARE BANDEIRA	R\$ 5.000,00
TOTAL	R\$ 20.000,00



Parágrafo Único - A responsabilidade de cada sócio é, segundo as prescrições legais restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA 6ª - A administração da sociedade caberá ao sócio **CARLOS EDUARDO BANDEIRA** com os poderes e atribuições de administrador autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos sócios ou de terceiros.

Parágrafo Primeiro - Os sócios-administradores só poderão alienar bens móveis e imóveis da sociedade com a autorização da maioria do capital votante.

Parágrafo Segundo - Em caso de renúncia o sócio-administrador deve informar, expressamente, sua intenção com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, para que os demais sócios possam instalar Conselho Fiscal e este auditar as contas do exercício administrado pelo renunciante.

Parágrafo Terceiro - A renúncia deve ser arquivada na Junta Comercial do Ceará, juntamente com novo ato de posse do administrador sucessor.

CLÁUSULA 7ª - Por convocação de qualquer quotista ou da administração da empresa serão realizadas, a qualquer tempo, reuniões extraordinárias para tratar de assuntos de interesses da sociedade.

Parágrafo Primeiro - As convocações serão feitas com, pelo menos, 08 (oito) dias de antecedência, por carta, telegrama, correio eletrônico, telex ou telefax, endereçados a cada um dos sócios e à gerência da sociedade, informando a ordem do dia, dia e hora da reunião, que se realizará, em princípio, na sede da sociedade.

Parágrafo Segundo - As deliberações dos quotistas, inclusive as que impliquem alteração deste, notadamente quanto ao aumento de capital e transformação da forma societária, serão tomadas por maioria de votos.





Handwritten notes and stamps in the bottom left corner, including a circular postmark and some illegible text.

a maioria do capital social, cabendo um voto a cada quota, desde que integralizada.

Parágrafo Terceiro - Os sócios poderão se fazer representar nas deliberações por outro sócio ou advogado, o qual exercerá o mandato no prazo e forma estabelecidos no respectivo instrumento.

CLÁUSULA 8ª. - A reunião Ordinária acontecerá anualmente entre os meses de janeiro e abril, para deliberação dos seguintes temas:

- I - Aprovação das contas da administração;
- II - Designação dos administradores, quando for o caso;
- III - Destituição dos administradores, quando for o caso;
- IV - Aprovação do balanço;
- V - Apresentação do inventário;
- VI - Distribuição dos lucros ou perdas;
- VII - Eleição do Conselho Fiscal, quando for o caso.

Parágrafo Primeiro - A reunião instalar-se-á com a presença em 1ª. Convocação dos titulares de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do capital social e em 2ª. Convocação com qualquer número.

Parágrafo Segundo - Dependendo das matérias a serem deliberadas, deve ser respeitado os quoruns previstos na Lei Nº 10.406, de 10.01.2002.

CLÁUSULA 9ª - O exercício social encerrar-se-á a 31 de dezembro de cada ano, data para a qual serão levantadas as demonstrações financeiras do exercício, que deverão ser fornecidas aos quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias da data do encerramento do exercício social. Por deliberação dos sócios, poderão as demonstrações financeiras da sociedade ser submetida a um auditor independente.

CLÁUSULA 10ª - Os lucros líquidos anualmente obtidos terão a aplicação que lhes for determinada pelo sócio ou sócios, representando, pelo menos, a maioria do Capital Social.

Parágrafo Único - Salvo deliberação distinta tomada em reunião dos Sócios, os sócios participam dos lucros e das perdas na proporção das respectivas quotas.



CLÁUSULA 11ª - No caso de denúncia do Contrato Social ou de retirada de um sócio, a sociedade não será liquidada, continuando com os sócios remanescentes. A denúncia do contrato social será feita por escrito, com 03 (três) meses de antecedência, sempre para o final do exercício social.

Parágrafo Primeiro - Na hipótese prevista nesta cláusula, as quotas e demais haveres do sócio que pretende deixar a sociedade serão avaliados e pagos nos termos da cláusula 12ª deste.

Parágrafo Segundo - Não havendo interesse na aquisição das quotas, poderão os sócios ou ceder em conjunto, as mesmas a terceiros, ou, então, proceder à liquidação da sociedade, nos termos da Lei Nº 10.406, de 10.01.2002.

CLÁUSULA 12ª - Quaisquer alienações de quotas dependerão de prévia e expressa concordância de todos os sócios.

Parágrafo Único - As alienações de quotas, efetivadas com inobservância do disposto no presente contrato, não produzirão qualquer efeito perante a sociedade.

CLÁUSULA 13ª - Na hipótese de reembolso de capital, as quotas e demais haveres serão avaliados com base no valor de mercado na ocasião. A avaliação será efetuada com base no resultado do patrimônio líquido da sociedade, sendo o ativo permanente considerado por seu valor de mercado. As despesas correspondentes serão de responsabilidade da sociedade e levadas em conta por ocasião da avaliação.

CLÁUSULA 14ª - Em caso de falecimento de sócio - pessoa física, seus herdeiros entrarão na sociedade. Na hipótese de dissolução de sócio - pessoa jurídica, seus sucessores legais entrarão na sociedade.

CLÁUSULA 15ª - Não haverá Conselho Fiscal permanente, ficando determinado que caso seja necessário, este será instituído nos moldes da Lei Nº 10.406, de 10.01.2002.

CLÁUSULA 16ª - Os casos omissos neste contrato e na Lei Nº 10.406, de 10.01.2002, serão subsidiariamente aplicados da forma supletiva às disposições Lei Nº 6.404, de 15.12.1976.

CLÁUSULA 17ª - A sociedade entrará em liquidação nos termos previstos em lei ou por deliberação dos quotistas.



SIC 2AM 1

Escritor Autorizado
CPF: 543.601.723-53

Parágrafo Único - Os sócios estabelecerão o modo de liquidação, nomeando os liquidantes, em número de 01 (um) a 03 (três), fixando-lhes os respectivos honorários.

Os sócios declaram para os devidos fins não estarem incurso em nenhum dos crimes que os impeçam de exercerem atividades empresariais.

E, assim, justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Fortaleza (CE), 01 de fevereiro de 2005.

Carlos Eduardo Bandeira
CARLOS EDUARDO BANDEIRA
Administrador

Janaina Souza Rodrigues
JANAINA SOUZA RODRIGUES

Maria Nazaré Bandeira
MARIA NAZARÉ BANDEIRA



TESTEMUNHAS:

João Batista Sá Sousa
Nome: João Batista Sá Sousa
CPF: 073.906.533-53

Alex Roosevelt Pinheiro
Nome: Alex Roosevelt Pinheiro
CPF: 390.497.443-20



Micheline R. H. Tomaz de Oliveira
Micheline R. H. Tomaz de Oliveira
ADVOGADA
OAB Nº 12.541



**CTAP - CENTRO DE TREINAMENTO E ASSESSORIA
PREVIDENCIÁRIA S/S LTDA
CNPJ Nº07.890.701/0001-92
1º ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL**



CARLOS EDUARDO BANDEIRA, Brasileiro, Casado, nascido em São Caetano do Sul/SP em 12.07.1979, Maior, Contador, Casado no regime de comunhão parcial de bens, portador da CRC Nº. 017567/0-7 e CPF Nº. 897.973.023-34, residente e domiciliado nesta capital, à Rua Dinamarca, 387 - Parangaba, CEP Nº. 60.710-570, **JANAINA SOUZA RODRIGUES**, Brasileira, solteira, nascida em Fortaleza/Ce, em 02.05.1977, Maior, graduada em Direito, portadora da RG Nº 93017014484 SSP/CE e CPF Nº774.699.683-34, residente e domiciliado nesta capital, à Rua Dinamarca, 387 - Parangaba, CEP Nº. 60.710-570 e **MARIA NAZARE BANDEIRA**, Brasileira, Solteira, nascida em Acopiara/Ce, em 24.04.1959, Maior, Advogada, portadora da RG Nº 6977 OAB/CE e CPF Nº316.909.203-00, residente e domiciliada nesta capital, Rua Dinamarca, 387 - Parangaba, CEP Nº60.710-570, únicos sócios da sociedade **CTAP - CENTRO DE TREINAMENTO E ASSESSORIA PREVIDENCIÁRIA S/S LTDA**, CNPJ Nº07.890.701/0001-92, localizada à Rua Dinamarca, 387 - Parangaba, CEP Nº60.710-570, com Contrato Social arquivado na Cartório Melo Junior, sob nº 5004715, despacho de 13.02.2006, resolvem de comum acordo, alterar o referido Contrato Social, com base nas exigências da Lei nº 10.406/2002, o que fazem nos termos e cláusulas seguintes:

1ª CLÁUSULA - É neste ato admitida na sociedade o Sra **SANDRA MARIA PARENTE DE OLIVEIRA**, Brasileira, Solteira, Nascida em Fortaleza no dia 16/08/1969, Pedagoga, Maior, portadora da RG Nº2003002216111 SSP/Ce e CPF Nº. 414.486.343-34, residente e domiciliada à Rua Dinamarca, 387 - Parangaba, CEP Nº60.710-570- Fortaleza/Ce, a qual aceita as clausulas do primitivo contrato social.

2ª CLÁUSULA - O uso do nome empresarial, bem como a administração da sociedade, será exercida pela sócia **SANDRA MARIA PARENTE DE OLIVEIRA**, anteriormente já qualificada, que assinará em conjunto ou separadamente, com poderes para administrar e representar a sociedade judicial e extrajudicialmente, tudo em conformidade com o art. 1060 da Lei nº 10.406/02. O Administrador declara sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, conforme art. 1011, da Lei nº10406/2002.



[Faint, illegible text covering the majority of the page, likely bleed-through from the reverse side.]



14

30. R.F.J. DE FORTALEZA-CE
Nº 1 5011349
14 Abr 2009 - PAGINA 1/4
Embr. RG 157,95
3º RTO / RPJ
Fco. Cláudio Palácio de M. Santos
Escritório Compromisso

CTAP – CENTRO DE TREINAMENTO E ACESSO
PREVIDENCIÁRIA S/S LTDA

CNPJ Nº07.890.701/0001-92

1º ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL

3ª CLÁUSULA – A Sócia **SANDRA MARIA PARENTE DE OLIVEIRA**, acima qualificada, integraliza neste ato em moeda corrente do país, o valor de R\$ 5.000,00(cinco mil reais).

4ª CLÁUSULA – Em fase das cláusulas anteriores, o capital social fica integralizado da seguinte forma:

SÓCIOS	PERC.	VALOR (R\$)
CARLOS EDUARDO BANDEIRA	40	10.000,00
JANAINA SOUZA RODRIGUES	20	5.000,00
MARIA NAZARE BANDEIRA	20	5.000,00
SANDRA MARIA PARENTE DE OLIVEIRA	20	5.000,00
TOTAL	100%	25.000,00

5ª CLÁUSULA – A Sócia **SANDRA MARIA PARENTE DE OLIVEIRA**, acima qualificada declara não estar incurso em nenhum crime previsto em lei que a impeça de exercer a atividade civil.

6ª CLÁUSULA – Fica neste ato alterado o endereço da sede da empresa para à rua Dr. João de Deus, 271 – Fátima – CEP Nº60.040-350 - Fortaleza/Ce.

7ª CLÁUSULA – Fica neste ato alterado o objeto social da empresa para:

- Oferecer cursos, capacitação, treinamentos e desenvolvimento profissional.
- Realizar auditorias, prestar assessoria administrativa nas áreas de recursos humanos, elaboração de planos de cargos e carreiras, projeto de lei, decretos, pareceres, regulamento e outros assuntos relacionados a estrutura de pessoal.
- Prestar assessoria e consultoria técnica na área de previdência social, instalação, gestão de regimes, concessão de benefícios e cálculos previdenciários

8ª CLÁUSULA – Fica neste ato alterado a razão social para **CTAP – CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIÁRIA LTDA.**

9ª CLÁUSULA – As demais cláusulas do primitivo Contrato Social que não foram alteradas, permanecem em completa validade.



1. The first part of the report deals with the general situation of the country and the progress of the work during the year. It also mentions the results of the various investigations and the work done in the different departments.

2. The second part of the report deals with the work done in the different departments during the year. It mentions the results of the various investigations and the work done in the different departments.

3. The third part of the report deals with the work done in the different departments during the year. It mentions the results of the various investigations and the work done in the different departments.

4. The fourth part of the report deals with the work done in the different departments during the year. It mentions the results of the various investigations and the work done in the different departments.

5. The fifth part of the report deals with the work done in the different departments during the year. It mentions the results of the various investigations and the work done in the different departments.

6. The sixth part of the report deals with the work done in the different departments during the year. It mentions the results of the various investigations and the work done in the different departments.

7. The seventh part of the report deals with the work done in the different departments during the year. It mentions the results of the various investigations and the work done in the different departments.

8. The eighth part of the report deals with the work done in the different departments during the year. It mentions the results of the various investigations and the work done in the different departments.

9. The ninth part of the report deals with the work done in the different departments during the year. It mentions the results of the various investigations and the work done in the different departments.

10. The tenth part of the report deals with the work done in the different departments during the year. It mentions the results of the various investigations and the work done in the different departments.

11. The eleventh part of the report deals with the work done in the different departments during the year. It mentions the results of the various investigations and the work done in the different departments.

12. The twelfth part of the report deals with the work done in the different departments during the year. It mentions the results of the various investigations and the work done in the different departments.

175

CTAP - CENTRO DE TREINAMENTO E ASSESSORIA
PREVIDENCIÁRIA S/S LTDA
CNPJ Nº07.890.701/0001-92
1º ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL

30. P.P.J. DE FORTALEZA-CE
 Avenida ... No. 1 5011949
 14 Abr 2009 - PAGINA 474
 R\$ 157,95

E por se encontrarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento de Aditivo ao Contrato Social em 02 (duas) vias de igual forma e teor, juntamente na presença de 02 (duas) testemunhas.

Fortaleza, 06 de Março de 2009.

3º RTD / RPJ
Fco. Clarion Palacro de M. Santos
Escrevente Compromisso

SCHINDLER

Carlos Eduardo Bandeira
CARLOS EDUARDO BANDEIRA

Janaina Souza Rodrigues
JANAINA SOUZA RODRIGUES

Maria Nazare Bandeira
MARIA NAZARE BANDEIRA

Sandra Maria Parente de Oliveira
SANDRA MARIA PARENTE DE OLIVEIRA



Documentos e Selos de Autenticidade

REGISTRAR

AC 289110

REGISTRAR

Registro de Títulos, Documentos e Pessoas Jurídicas

TESTEMUNHAS:

1- *Francisca Glaucineis Souza*
FRANCISCA GLAUCINEIS SOUZA
 CPF Nº246.452.903-63

2- *Evalda Alves da Silva*
EVALDA ALVES DA SILVA
 CPF Nº 300.157.663-49

ADVOGADO:

1- *Gerardo Marques de Souza Filho*
GERARDO MARQUES DE SOUZA FILHO
 OAB-CE 3.819

presente copia autografada confere com original exibido em Notas Publicas, referendo e verdade. Dou fe.

21 MAR 2009

SELO DE VERDADE

CEZIO BATISTA FERREIRA

HP452.973

CARTORIO ALENCAR ARARIFE

Reconheço por autenticidade a firma de SANDRA MARIA PARENTE DE OLIVEIRA

20/3/2009 13:18

Bel. Jaime de Alencar Ararife

Titular

Carmen Lucia de Sousa Gomes

Walmunda B. de Alcantara

Sonia M. M. Mafelhaes Araujo

Marcia H. C. de Lima

Escritores

CE-000.000 / R\$ 3,20

SELO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

Selo de Autenticidade

AS 952383

RECONHECIMENTO DE FIRMA

02

TABELIONATO SCHINDLER

Substituto do Tabelião

CARTORIO MELO JUNIOR

6º OFICIO DE NOTAS E REGISTROS ESPECIAIS TD

Rua Manoel Facundo, 690 - Centro - Cep: 60025-100 - Fortaleza - CE - Brasil

CNPJ: 06.573.094/0001-61 - Fones: (085) 3252-2112 / 3251-0492

Reconheço por semelhança as firmas de Maria Nazare Bandeira

Fortaleza/CE 23 DE MARÇO DE 2009

Op.: 02 Jefferson Feitosa - Escrevente Autorizado

AS 059708

RECONHECIMENTO DE FIRMA

Souza

Janaina

Parente

de Oliveira

de Souza

Filho

Gerardo

Marques

de Souza

Filho

Selo de Autenticidade

AS 531649

RECONHECIMENTO

CAPESE
176

**CTAP – CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E
PREVIDENCIÁRIA LTDA.
CNPJ Nº07.890.701/0001-92
2º ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL**

CARLOS EDUARDO BANDEIRA, Brasileiro, Casado, nascido em São Caetano do Sul/SP em 12.07.1979, Maior, Contador, Casado no regime de comunhão parcial de bens, portador da CRC Nº. 017567/0-7 e CPF Nº. 897.973.023-34, residente e domiciliado nesta capital, à Rua Dinamarca, 387 – Parangaba, CEP Nº. 60.710-570, **JANAINA SOUZA RODRIGUES**, Brasileira, solteira, nascida em Fortaleza/Ce, em 02.05.1977, Maior, graduada em Direito, portadora da RG Nº 93017014484 SSP/CE e CPF Nº774.699.683-34, residente e domiciliado nesta capital, à Rua Dinamarca, 387 – Parangaba, CEP Nº. 60.710-570, **MARIA NAZARE BANDEIRA**, Brasileira, Solteira, nascida em Acopiara/Ce, em 24.04.1959, Maior, Advogada, portadora da RG Nº 6977 OAB/CE e CPF Nº316.909.203-00, residente e domiciliada nesta capital, Rua Dinamarca, 387 – Parangaba, CEP Nº60.710-570 e **SANDRA MARIA PARENTE DE OLIVEIRA**, Brasileira, Solteira, Nascida em Fortaleza no dia 16/08/1969, Pedagoga, Maior, portadora da RG Nº2003002216111 SSP/Ce e CPF Nº. 414.486.343-34, residente e domiciliada à Rua Dinamarca, 387 – Parangaba, CEP Nº60.710-570 – Fortaleza/Ce, únicos sócios da sociedade **CTAP – CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIÁRIA LTDA.**, CNPJ Nº07.890.701/0001-92, localizada à rua Dr. João de Deus, 271 – Fátima – CEP Nº60.040-350 - Fortaleza/Ce, com Contrato Social arquivado na Cartório Melo Junior, sob nº 5004715, despacho de 13.02.2006, resolvem de comum acordo, alterar o referido Contrato Social, com base nas exigências da Lei nº 10.406/2002, o que fazem nos termos e cláusulas seguintes:

1ª CLÁUSULA – Fica neste ato alterado o endereço da sede da empresa para à rua Tomas Acioli, 840, sala 204 – Dionísio Torres – CEP Nº60.135-180 - Fortaleza/Ce.

2ª CLÁUSULA - Retira-se da sociedade o Sr **CARLOS EDUARDO BANDEIRA**, Brasileiro, Casado, nascido em São Caetano do Sul/SP em 12.07.1979, Maior, Contador, Casado no regime de comunhão parcial de bens, portador da CRC Nº. 017567/0-7 e CPF Nº. 897.973.023-34, residente e domiciliado nesta capital, à Rua Dinamarca, 387 – Parangaba, CEP Nº. 60.710-570, transferindo suas cotas para os sócios remanescentes na sociedade.

3ª CLÁUSULA – Em fase das clausulas anteriores, o capital social fica distribuído entre os sócios da seguinte forma:

SÓCIOS	PERC.	VALOR (R\$)
JANAINA SOUZA RODRIGUES	33,33	8.333,33
MARIA NAZARE BANDEIRA	33,33	8.333,33
SANDRA MARIA PARENTE DE OLIVEIRA	33,34	8.333,34
TOTAL	100%	25.000,00



RECEIVED
MAR 20 1962
U.S. AIR FORCE
HONOLULU, HAWAII

CAPESE
177

17

**CTAP – CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E
PREVIDENCIÁRIA LTDA.**
CNPJ Nº07.890.701/0001-92
2º ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL

4ª CLÁUSULA – O Sócio que se retira da à sociedade plena, geral e irrestrita
quitação, renunciando de modo expresso e inequívoco a todos e quaisquer
valores a contabilizar que por ventura venham a ser apurados no futuro.

5ª CLÁUSULA – As demais cláusulas do primitivo Contrato Social que não foram
alteradas, permanecem em completa validade.

E por se encontrarem assim justos e contratados,
assinam o presente instrumento de Aditivo ao Contrato Social em 02 (duas) vias
de igual forma e teor, juntamente na presença de 02 (duas) testemunhas.

Fortaleza, 08 de Janeiro de 2010.

Carlo Eduardo Bandeira
CARLOS EDUARDO BANDEIRA

Janaina Souza Rodrigues
JANAINA SOUZA RODRIGUES

Maria Nazare Bandeira
MARIA NAZARE BANDEIRA

Sandra Maria Parente de Oliveira
SANDRA MARIA PARENTE DE OLIVEIRA

TESTEMUNHAS:

1- *Francisca Glaucineis Souza da Cunha*
FRANCISCA GLAUCINEIS SOUZA DA CUNHA
CPF Nº246.452.903-63

2- *Evalda Alves da Silva*
EVALDA ALVES DA SILVA
CPF Nº 300.157.663-49

ADVOGADO:

1- *Gerardo Marques de Souza Filho*
GERARDO MARQUES DE SOUZA FILHO
OAB-CE 3.819



27-10-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
28-10-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
29-10-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
30-10-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
31-10-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM

1-11-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
2-11-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
3-11-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
4-11-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
5-11-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
6-11-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
7-11-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
8-11-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
9-11-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
10-11-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM

11-11-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
12-11-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
13-11-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
14-11-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
15-11-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM

16-11-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
17-11-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
18-11-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
19-11-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
20-11-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
21-11-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
22-11-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
23-11-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
24-11-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
25-11-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM

26-11-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
27-11-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
28-11-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
29-11-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
30-11-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM

31-11-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
1-12-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
2-12-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
3-12-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
4-12-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM

5-12-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
6-12-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
7-12-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
8-12-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
9-12-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
10-12-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
11-12-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
12-12-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
13-12-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
14-12-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
15-12-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
16-12-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
17-12-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
18-12-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
19-12-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
20-12-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
21-12-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
22-12-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
23-12-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
24-12-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
25-12-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
26-12-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
27-12-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
28-12-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
29-12-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
30-12-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM
31-12-1980 - 10:45 AM - 10:50 AM

**CTAP – CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E
PREVIDENCIÁRIA LTDA.**

**CNPJ Nº07.890.701/0001-92
3º ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL**



JANAINA SOUZA RODRIGUES, Brasileira, solteira, nascida em Fortaleza/Ce, em 02.05.1977, Maior, graduada em Direito, portadora da RG Nº 93017014484 SSP/CE e CPF Nº774.699.683-34, residente e domiciliado nesta capital, à Rua Dinamarca, 387 – Parangaba, CEP Nº. 60.710-570, **MARIA NAZARE BANDEIRA**, Brasileira, Solteira, nascida em Acopiara/Ce, em 24.04.1959, Maior, Advogada, portadora da RG Nº 6977 OAB/CE e CPF Nº316.909.203-00, residente e domiciliada nesta capital, Rua Dinamarca, 387 – Parangaba, CEP Nº60.710-570 e **SANDRA MARIA PARENTE DE OLIVEIRA**, Brasileira, Solteira, Nascida em Fortaleza no dia 16/08/1969, Pedagoga, Maior, portadora da RG Nº2003002216111 SSP/Ce e CPF Nº. 414.486.343-34, residente e domiciliada à Rua Dinamarca, 387 – Parangaba, CEP Nº60.710-570– Fortaleza/Ce, únicos sócios da sociedade **CTAP – CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIÁRIA LTDA.**, CNPJ Nº07.890.701/0001-92, localizada à rua Tomas Acioli, 840, sala 204 – Dionísio Torres – CEP Nº60.135-180 - Fortaleza/Ce, com Contrato Social arquivado na Cartório Melo Junior, sob nº 5004715, despacho de 13.02.2006, resolvem de comum acordo, alterar o referido Contrato Social, com base nas exigências da Lei nº 10.406/2002, o que fazem nos termos e cláusulas seguintes:

1ª CLÁUSULA - Retira-se da sociedade a Srta **JANAINA SOUZA RODRIGUES**, Brasileira, solteira, nascida em Fortaleza/Ce, em 02.05.1977, Maior, graduada em Direito, portadora da RG Nº 93017014484 SSP/CE e CPF Nº774.699.683-34, residente e domiciliado nesta capital, à Rua Dinamarca, 387 – Parangaba, CEP Nº. 60.710-570, transferindo suas cotas para a sócia **SANDRA MARIA PARENTE DE OLIVEIRA**.

2ª CLÁUSULA – Em fase das clausulas anteriores, o capital social fica distribuído entre os sócios da seguinte forma:

SÓCIOS	PERC.	VALOR (R\$)
MARIA NAZARE BANDEIRA	33,33	8.333,33
SANDRA MARIA PARENTE DE OLIVEIRA	66,67	16.666,67
TOTAL	100%	25.000,00

3ª CLÁUSULA – A Sócia que se retira da à sociedade plena, geral e irrestrita quitação, renunciando de modo expresso e inequívoco a todos e quaisquer valores a contabilizar que por ventura venham a ser apurados no futuro.



Handwritten signatures and initials, including 'L', 'MNZ', and 'LW'.

1. The first part of the report deals with the general situation of the country and the progress of the work during the year.

2. The second part of the report deals with the results of the work during the year and the progress of the work during the year.

3. The third part of the report deals with the results of the work during the year and the progress of the work during the year.

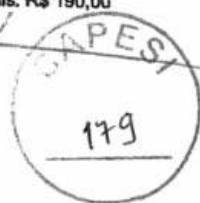
4. The fourth part of the report deals with the results of the work during the year and the progress of the work during the year.

5. The fifth part of the report deals with the results of the work during the year and the progress of the work during the year.

6. The sixth part of the report deals with the results of the work during the year and the progress of the work during the year.

7. The seventh part of the report deals with the results of the work during the year and the progress of the work during the year.

**CTAP - CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E
PREVIDENCIÁRIA LTDA.
CNPJ Nº07.890.701/0001-92
3º ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL**



4ª CLÁUSULA - As demais cláusulas do primitivo Contrato Social que não foram alteradas, permanecem em completa validade.

E por se encontrarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento de Aditivo ao Contrato Social em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Fortaleza, 28 de Dezembro de 2012.

Janaina Souza Rodrigues
JANAINA SOUZA RODRIGUES
Maria Nazare Bandeira
MARIA NAZARE BANDEIRA
Sandra Maria Parente de Oliveira
SANDRA MARIA PARENTE DE OLIVEIRA

ADVOGADO:

1- *Gerardo Marques de Souza Filho*
GERARDO MARQUES DE SOUZA FILHO
OAB-CE 3.819

Emolumentos Lei Est. 13.522 de 22/Set/2004 C/C Art. 6º da Lei 18.169/00	
Código nº	- R\$
Fermoju 5%	- R\$
Selo	- R\$
Outras desp.	- R\$
Desconto	- R\$
Total	- R\$
Selo nº	152854ª Via

Cartório Melo Júnior
6ª Notaria de Fortaleza

17 JAN 2013



CARTÓRIO MELO JÚNIOR
6º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTROS ESPECIAIS TD
Rua Major Fausto, 660 - Centro - Cep 60025-100 - Fortaleza - CE - Brasil
CNPJ: 06.573.034/0001-51 - Fones: (0xx85) 3252-2112 / 3231-0482

Reconheço por semelhança as firmas de: *Maria Nazare Bandeira*
Fortaleza/CE 17 DE JANEIRO DE 2013.
Op.: 06 Maria do Socorro Moreira Herculano - Escrivente



CARTÓRIO MELO JÚNIOR
6º OFÍCIO DE NOTAS PÚBLICAS
Rua Major Fausto, 660 - Fortaleza/CE
Fone: 3252-2112

A presente cópia fotostática confere com o original exibido nestas Notas Públicas. O referido é verdade. Dou fé.
Fortaleza.

21 MAR 2018

Em test. da Verdade.

CLÉZIO BATISTA FERREIRA
Escrivente Autorizado no âmbito da 252ª da Lei 893/94
VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICAÇÃO

VUE 03
AUTENTICAÇÃO
HP452.989



Handwritten signatures and initials.

2017-18

CAPESE!
180

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
E DEFESA DA CIDADANIA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

Sandra Maria Parente de Oliveira

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2003002216111 DATA DE EXPEDIÇÃO 24/9/2003

NOME SANDRA MARIA PARENTE DE OLIVEIRA

FILIAÇÃO RAIMUNDO SARAIVA DE OLIVEIRA E MARIA DO ROSARIO PARENTE DE OLIVEIRA

A

NATURALIDADE FORTALEZA-CE DATA DE NASCIMENTO 16/8/1969

DOC. CIVIL CERT. NASC. 107023 L 77 F

226 3A ZONA FORT CE

CPF 41448634334 ANT. 15813788

FORTALEZA-CE

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 28/08/83

SELO DE AUTENTICAÇÃO

LSU 03

AUTENTICAÇÃO

HP461.040

Em test. da verdade

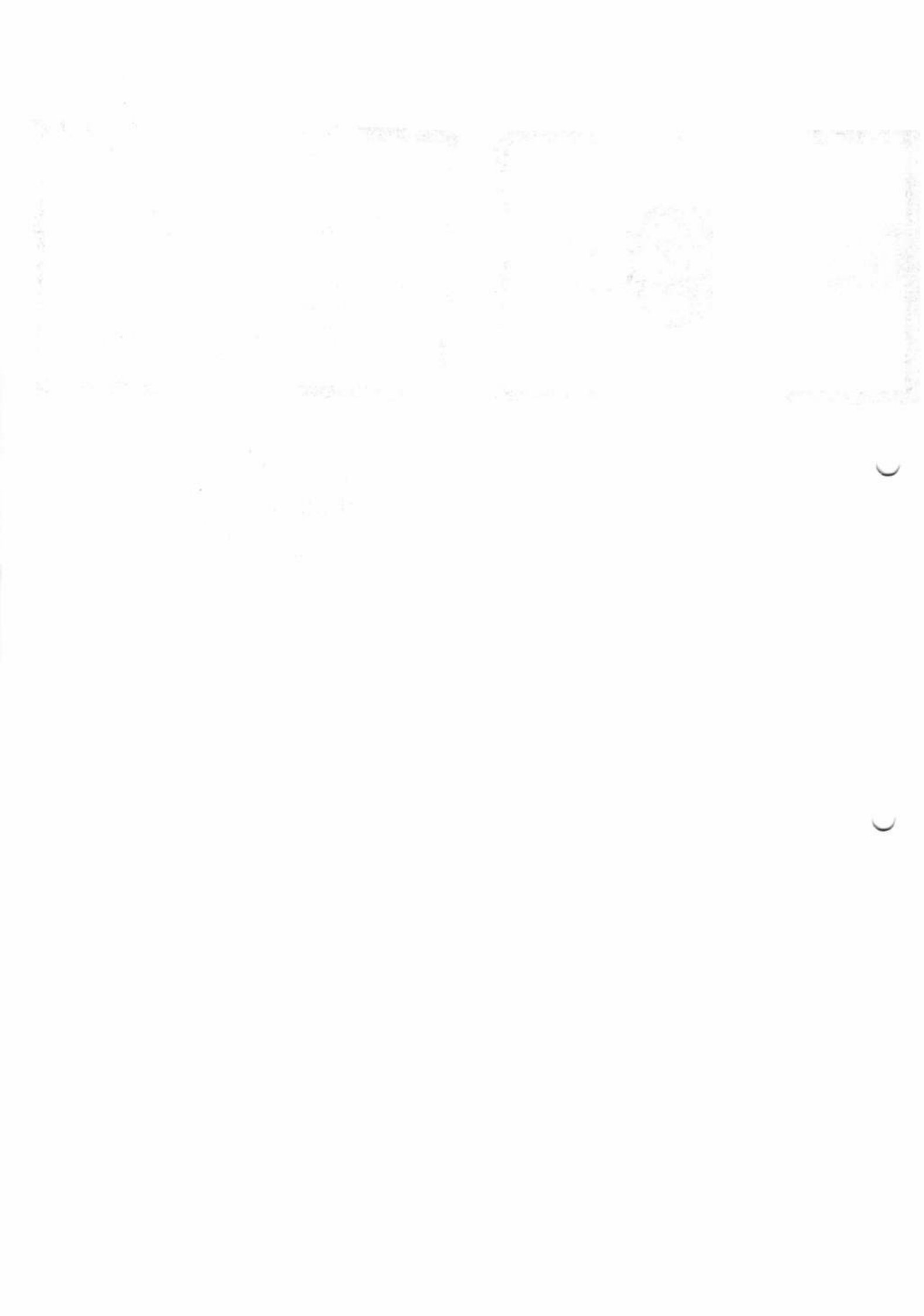
26 MAR 2018

Em test. da verdade

26 MAR 2018

Em test. da verdade

Handwritten signatures and marks at the bottom right of the page.





Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **414.486.343-34**

Nome: **SANDRA MARIA PARENTE DE OLIVEIRA**

Data de Nascimento: **16/08/1969**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **anterior a 10/11/1990**

Dígito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **10:38:59** do dia **13/03/2018** (hora e data de Brasília).
Código de controle do comprovante: **6F01.C919.69AE.5E26**



Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF".

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)

Handwritten signatures and initials:
- A large signature with a diagonal line through it.
- Initials "R" and "L".
- A signature that looks like "Luis".
- The number "10".



THE
LIBRARY OF THE
MUSEUM OF MODERN ART
1000 5th Ave. New York 17, N.Y.

THE
LIBRARY OF THE
MUSEUM OF MODERN ART
1000 5th Ave. New York 17, N.Y.
THE
LIBRARY OF THE
MUSEUM OF MODERN ART
1000 5th Ave. New York 17, N.Y.
THE
LIBRARY OF THE
MUSEUM OF MODERN ART
1000 5th Ave. New York 17, N.Y.

THE
LIBRARY OF THE
MUSEUM OF MODERN ART
1000 5th Ave. New York 17, N.Y.



THE
LIBRARY OF THE
MUSEUM OF MODERN ART
1000 5th Ave. New York 17, N.Y.

USO OBRIGATORIO IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS (Art. 13 da Lei nº 8.966/94)	TEM FE PUBLICA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL		04322402
			 
	ASSINATURA DO PORTADOR	OBSERVAÇÕES	
			

INSCRIÇÃO:
6977



ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DO DEARA
IDENTIDADE DE ADVOGADO

HOMEN
MARIA NAZARÉ BANDEIRA

FILIAÇÃO
CASEMIRO FERREIRA DE ARAÚJO
MARIA NAZARÉ DE ARAÚJO

NATURALIDADE
ACOIARA-CE

RG
6977 - OAB

SOAÇOR DE BENS E TERCIDOS

SIM



DATA DE NASCIMENTO
24/04/1959

CPF
318.909.203-00

VIA EXPEDIDO EM
01 28/05/2010



VALIDADEZ ANO 2010
PRESIDENTE

10-1

23

Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **316.909.203-00**

Nome: **MARIA NAZARE BANDEIRA**

Data de Nascimento: **24/04/1959**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **anterior a 10/11/1990**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **10:39:39** do dia **13/03/2018** (hora e data de Brasília).
Código de controle do comprovante: **682B.F3DA.09CF.3D27**



Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF".

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)

Handwritten signature and initials



... ..
... ..
... ..

... ..
... ..
... ..
... ..
... ..
... ..

... ..
... ..



... ..
... ..

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral



24

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 07.890.701/0001-92 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 13/02/2006	
NOME EMPRESARIAL CTAP CONSULTORIA TECNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIARIA LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CTAP			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 224-0 - Sociedade Simples Limitada			
LOGRADOURO R TOMAS ACIOLI		NÚMERO 840	COMPLEMENTO SALA 204
CEP 60.135-180	BAIRRO/DISTRITO DIONISIO TORRES	MUNICÍPIO FORTALEZA	UF CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (85) 3252-1667	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 13/02/2006	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 13/03/2018 às 10:40:38 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar

2



**Prefeitura de
Fortaleza**

Secretaria Municipal
das Finanças

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS FINANÇAS - SEFIN
CADASTRO DE PRODUTORES DE BENS E SERVIÇOS - CPBS**



25

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
207217-3

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

DATA INÍCIO ATIVIDADE NO
MUNICÍPIO
13/02/2006

NOME / RAZÃO SOCIAL

CTAP CONSULTORIA TEC E ASSESS ADM E PREVIDENCIARIA LTDA

CPF/CNPJ

07.890.701/0001-92

NOME DE FANTASIA

CTAP

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL / OCUPAÇÃO

859960401 - TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS / OCUPAÇÕES

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

224-0 - SOCIEDADE SIMPLES LIMITADA

LOGRADOURO

R TOMAS ACIOLI, 840

BAIRRO

JOAQUIM TÁVORA

SITUAÇÃO CADASTRAL

ATIVA

OPTANTE DO SIMEI

NÃO

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

SIMPLES NACIONAL ME-EPP

OPTANTE DO SIMPLES NACIONAL

SIM

DATA DA OPÇÃO NO SIMPLES / SIMEI

01/07/2007

CEP

60135-180

TIPO DE ESTABELECIMENTO

MATRIZ

COMPLEMENTO

204

MUNICÍPIO

FORTALEZA

UF

CE

SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO

NÃO

DATA DE CADASTRO NA SEFIN

04/04/2006

EMITIDO VIA INTERNET EM 26/03/2018 ÀS 08:51:49

<http://www.sefin.fortaleza.ce.gov.br>

[Handwritten signatures and initials]



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



26

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: CTAP CONSULTORIA TECNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIARIA LTDA - ME

CNPJ: 07.890.701/0001-92

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 14:02:04 do dia 18/12/2017 <hora e data de Brasília>.

Válida até 16/06/2018.

Código de controle da certidão: **A607.6B4F.7CDD.75A5**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Assinatura manuscrita

1. 1991 年 12 月 1 日以前に作成された
2. 1991 年 12 月 1 日以後に作成された
3. 1991 年 12 月 1 日以後に作成された

4. 1991 年 12 月 1 日以後に作成された
5. 1991 年 12 月 1 日以後に作成された

6. 1991 年 12 月 1 日以後に作成された
7. 1991 年 12 月 1 日以後に作成された

8. 1991 年 12 月 1 日以後に作成された
9. 1991 年 12 月 1 日以後に作成された
10. 1991 年 12 月 1 日以後に作成された

11. 1991 年 12 月 1 日以後に作成された
12. 1991 年 12 月 1 日以後に作成された
13. 1991 年 12 月 1 日以後に作成された

14. 1991 年 12 月 1 日以後に作成された
15. 1991 年 12 月 1 日以後に作成された

16. 1991 年 12 月 1 日以後に作成された
17. 1991 年 12 月 1 日以後に作成された
18. 1991 年 12 月 1 日以後に作成された



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Procuradoria Geral do Estado



Certidão Negativa de Débitos Estaduais
Nº 201801506862

Emitida para os efeitos da Instrução Normativa Nº 13 de 02/03/2001

IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE
Inscrição Estadual: *****
CNPJ / CPF: 07.890.701/0001-92
RAZÃO SOCIAL: *****

Ressalvado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para fins de direito, que revendo os registros do Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual - CADINE, verificou-se nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para constar, foi emitida esta certidão.

EMITIDA VIA INTERNET EM 13/03/18 ÀS 10:49:39
VÁLIDA ATÉ 12/05/2018

A autenticidade deste documento deverá ser comprovada via Internet, no endereço
www.sefaz.ce.gov.br

m

[Handwritten signatures and initials]



**Prefeitura de
Fortaleza**

SECRETARIA MUNICIPAL DAS FINANÇAS - SEFIN



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Certidão Nº 2018/ 24247

CPF/CNPJ: 07.890.701/0001-92

Contribuinte: CTAP CONSULTORIA TEC E ASSESS ADM E PREVIDENCIARIA LTDA

Endereço: R TOMAS ACIOLI 840 204

JOAQUIM TAVORA

Tipo de Imóvel: Não Residencial

Inscrição ISS: 207217-3

Inscrição IPTU: 434095-7

Localização Cartográfica: 16 0137 0225 0040

Testada Principal (m): 15,00

Área do Terreno (m²): 615,00

Área Privativa (m²): 59,00

Área Comum (m²): 0,00

Certificamos, para os devidos fins, que o(a) **requerente** acima qualificado(a) está **quite com os tributos municipais até a presente data**, ressalvado porém, à Secretaria de Finanças, caso se constatar futuramente a legitimidade de qualquer tributo que venha a gravar a **pessoa ou o imóvel**, o direito de cobrar o débito na forma da legislação em vigor.

Fortaleza, **23 de janeiro de 2018 (14:20:57)**

Certidão expedida gratuitamente com base nos artigos 534 a 563 do Regulamento do Código Tributário Municipal, aprovado pelo Decreto nº 13.716/2015.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no site da SEFIN (www.sefin.fortaleza.ce.gov.br).

Validade: **90 dias**.

CERTIDÃO EMITIDA VIA INTERNET
<http://www.sefin.fortaleza.ce.gov.br>

Handwritten signatures and initials:
- Top right: "ju"
- Middle: "K"
- Bottom left: "M"
- Bottom right: "10" and a signature.

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

Inscrição: 07890701/0001-92
Razão Social: CTAP CONSULTORIA E ASSESSORIA ADM E PREVIDENCIARIA LTDA
Nome Fantasia: CTAP
Endereço: R TOMAS ACIOLI 840 SALA 204 / JOAQUIM TAVORA / FORTALEZA /
CE / 60135-180

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 03/04/2018 a 02/05/2018

Certificação Número: 2018040314033680895293

Informação obtida em 10/04/2018, às 10:43:22.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CTAP CONSULTORIA TECNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E
PREVIDENCIARIA LTDA - ME (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 07.890.701/0001-92
Certidão nº: 140589754/2017
Expedição: 23/11/2017, às 13:26:42
Validade: 21/05/2018 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data
de sua expedição.

Certifica-se que CTAP CONSULTORIA TECNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E
PREVIDENCIARIA LTDA - ME (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o
nº 07.890.701/0001-92, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores
Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do
Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011 e
na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do
Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos
Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias
anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação
a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua
autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na
Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados
necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas
inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações
estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em
acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos
recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a
emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes
de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do
Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

**Prefeitura de
Fortaleza****SECRETARIA MUNICIPAL DAS FINANÇAS - SEFIN****CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE ISSQN**
NÃO É VÁLIDA PARA FINS DE LICITAÇÃO PÚBLICA E DE NÃO RETENÇÃO DE ISSQN NA FONTE
EXCETO, NESTE ÚLTIMO CASO, PARA OS PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS

Certidão Nº 2018/24458

CPF/CNPJ: 07.890.701/0001-92

Inscrição no CPBS: 207217-3

Contribuinte: CTAP CONSULTORIA TEC E ASSESS ADM E PREVIDENCIARIA LTDA

Endereço: R TOMAS ACIOLI 840 204-JOQUIM TAVORA

Certificamos, para os devidos fins, em relação ao requerente acima qualificado, que não constam débitos de ISSQN, lançados até a presente data, ressalvado, porém, à Secretaria das Finanças, caso se constate futuramente o não cumprimento de qualquer obrigação tributária, principal ou acessória, o direito de constituir e cobrar o crédito correspondente, na forma da legislação em vigor.

Fortaleza, 23 de janeiro de 2018 (15:33:28)

Certidão expedida gratuitamente com base nos artigos 534 a 563 do Regulamento do Código Tributário Municipal, aprovado pelo Decreto nº 13.716/2015.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no site da SEFIN (www.sefin.fortaleza.ce.gov.br).

Validade: 90 dias.

CERTIDÃO EMITIDA VIA INTERNET
<http://www.sefin.fortaleza.ce.gov.br>

2

[Handwritten signature]

சென்னை, 15/11/2023

தலைவர், தமிழக சட்டமன்றப் பேரவை

தமிழக சட்டமன்றப் பேரவை

தலைவர் அவர்களே, கீழ்க்கண்ட கேள்விகளுக்கு பதிலளிப்பேன்.

1. கீழ்க்கண்ட கேள்விக்கு பதிலளிப்பேன்.

2. கீழ்க்கண்ட கேள்விக்கு பதிலளிப்பேன்.

3. கீழ்க்கண்ட கேள்விக்கு பதிலளிப்பேன்.

4. கீழ்க்கண்ட கேள்விக்கு பதிலளிப்பேன்.

5. கீழ்க்கண்ட கேள்விக்கு பதிலளிப்பேன்.

6. கீழ்க்கண்ட கேள்விக்கு பதிலளிப்பேன்.



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE IPTU

()

192

Certidão Nº 2018/116682

CPF/CNPJ: 139.682.973-34

Contribuinte: FRANCISCO ALBANO DE MENEZES

Endereço: R TOMAS ACIOLI 840 204-JOAQUIM TAVORA

Tipo Imóvel: Não Residencial

Inscrição ISS: *****

Inscrição IPTU: 434095-7

Localização Cartográfica: 16 0137 0225 0040

Testada Principal (m): 15,00

Área do Terreno (m²): 615,00

Área Privativa (m²): 59,00

Área Comum (m²): 0,00

Certificamos, para os devidos fins, que o **imóvel** acima qualificado(a) está **quite com o IPTU até o ano de 2018**, ressalvado porém, à Secretaria de Finanças, caso se constate futuramente a legitimidade de qualquer imposto que venha a gravar o **imóvel**, o direito de cobrar o débito na forma da legislação em vigor.

Fortaleza, **10 de abril de 2018 (14:33:50)**

Certidão expedida gratuitamente com base nos artigos 534 a 563 do Regulamento do Código Tributário Municipal, aprovado pelo Decreto nº 13.716/2015.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no site da SEFIN (www.sefin.fortaleza.ce.gov.br).

Validade: **90 dias**.

CERTIDÃO EMITIDA VIA INTERNET
<http://www.sefin.fortaleza.ce.gov.br>

[Handwritten signatures and initials]

SECRETARIA MUNICIPAL DAS FINANÇAS - SEFIN
CADASTRO DE PRODUTORES DE BENS E SERVIÇOS - CPBS



NÚMERO DE INSCRIÇÃO
207217-3

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE
SITUAÇÃO CADASTRAL**

DATA INÍCIO ATIVIDADE NO
MUNICÍPIO
13/02/2006

NOME / RAZÃO SOCIAL

CTAP CONSULTORIA TEC E ASSESS ADM E PREVIDENCIARIA LTDA

CPF/CNPJ

07.890.701/0001-92

NOME DE FANTASIA

CTAP

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL / OCUPAÇÃO

859960401 - TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS / OCUPAÇÕES

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

224-0 - SOCIEDADE SIMPLES LIMITADA

TIPO DE ESTABELECIMENTO

MATRIZ

LOGRADOURO

R TOMAS ACIOLI, 840

COMPLEMENTO

204

BAIRRO

JOAQUIM TÁVORA

CEP

60135-180

MUNICÍPIO

FORTALEZA

UF

CE

SITUAÇÃO CADASTRAL

ATIVA

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

SIMPLES NACIONAL ME-EPP

SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO

NÃO

OPTANTE DO SIMEI

NÃO

OPTANTE DO SIMPLES NACIONAL

SIM

DATA DA OPÇÃO NO SIMPLES / SIMEI

01/07/2007

DATA DE CADASTRO NA SEFIN

04/04/2006

EMITIDO VIA INTERNET EM 10/04/2018 ÀS 14:36:13

<http://www.sefin.fortaleza.ce.gov.br>



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O FUNDO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE HORIZONTE, COM SEDE NA RUA FRANCISCO RAIMUNDO DE SOUSA, Nº103, CENTRO, HORIZONTE-CE, DEVIDAMENTE CADASTRADO NO CNPJ Nº 07.527.239/0001-63, REPRESENTADO NESTE ATO PELO PRESIDENTE BELIZÁRIO DESIDÉRIO CARLOS, PORTADOR DO CPF Nº 464.684.983-68, ATESTA PARA OS DEVIDOS FINS E EFEITOS QUE A **EMPRESA CTAP – CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIARIA – LTDA**, PRESTA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA NA ÁREA DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E PARECERES CORRELATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE DO FUNDO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE HORIZONTE DESDE O EXERCÍCIO DE 2013, COM O ACOMPANHAMENTO DE ADVOGADA ESPECIALIZADA EM DIREITO PREVIDENCIÁRIO, EM VIRTUDE DE PARTICIPAÇÃO EM PROCESSO LICITATÓRIO, CONFORME CÓPIA DO CONTRATO EM ANEXO, NAS ÁREAS ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIÁRIA EXERCENDO SUAS FUNÇÕES DE FORMA RESPONSÁVEL E COMPETENTE.

HORIZONTE, 30 DE JANEIRO DE 2018.



BELIZÁRIO DESIDÉRIO CARLOS
PRESIDENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL

CARTÓRIO PÍO RAMOS
CNPJ/ME: 02.601.428/0001-13
Fone/Fax: (85) 3336 2728

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de BELIZÁRIO DESIDÉRIO CARLOS, Dou te, Horizonte, 30 de Janeiro de 2018.

Em testemunho da verdade,

Ronald Cesar M. Sardosa
RONALDO CESAR M. SARDOSA
Advogado OAB/CE 10.111

VALIDEZ SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE
RECONHECIMENTO DE FIRMA
C193.732

11490K63004

SELO DE AUTENTICIDADE 2016
FRR 02
RECONHECIMENTO DE FIRMA
C193.732

SOMENTE COM AUTENTICIDADE


TERMO DO CONTRATO
Nº 2013.04.12.1


Contrato de prestação de serviços firmado entre o Fundo Municipal de Seguridade Social de Horizonte e a Pessoa jurídica CTAP-CONSULTORIA TECNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIARIA LTDA-ME, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA NA ÁREA DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E PARECERES CORRELATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE DO FUNDO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL.

O Fundo Municipal de Seguridade Social de Horizonte, Estado do Ceará, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.527.239/0001-63, neste ato representado pelo (a) Exmo (a). Pres. do Cons. Gestor do Fundo Municipal de Seguridade Social, Sr (a). Belizário Desiderio Carlos, apenas denominada de CONTRATANTE, e de outro lado a Pessoa Jurídica CTAP-CONSULTORIA TECNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIARIA LTDA-ME, estabelecida na Rua Tomas Acioli nº 840, Sala 204-Bairro Joaquim Távora, CEP: 60.135-180, Fortaleza/CE, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.890.701/0001-92, neste ato representado pela Sra. Sandra Maria Parente de Oliveira portadora do CPF nº 414.486.343-34, apenas denominada de CONTRATADA, resolvem firmar o presente Contrato nº 2013.04.12.1, tendo em vista o resultado da Licitação procedida da **TOMADA DE PREÇOS Nº 2013.03.20.1**, tudo de acordo com as normas gerais da Lei 8.666/93 e atualizada pelas Leis nº 8.883/94 e 9.648/98.

PREÂMBULO

Aos 12(doze) dias do mês de Abril de 2013, na sede do Fundo Municipal de Seguridade Social, no Município de Horizonte, foi lavrado o presente Contrato nº 2013.04.12.1, que, depois de lido e achado conforme, vai assinado.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1 - Processo de Licitação, na modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 2013.03.20.1**, de acordo com o § 2º do art. 22 da Lei Federal 8.666/93, devidamente homologado pelo Sr. Belizário Desiderio Carlos, Pres. do Cons. Gestor do Fundo Municipal de Seguridade Social, nos termos do art. 43, VI do Estatuto das Licitações, e suas demais alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 - O presente Contrato tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA NA ÁREA DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E PARECERES CORRELATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE DO FUNDO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL. Pela CONTRATADA à CONTRATANTE.

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.



**CLAUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

3.1 - A CONTRATADA se obriga a executar, no regime de execução indireta.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E DO REAJUSTAMENTO.

4.1 - O objeto contratual tem o valor mensal de R\$ 5.000,00(Cinco mil reais), perfazendo um valor global de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais).

Item	Especificação	Unid.	Qtde.	Valor Unitário	Valor Total
1.	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA NA ÁREA DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E PARECERES CORRELATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE DO FUNDO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL.	Mês	12	5.000,00	60.000,00
Valor Global R\$					60.000,00

4.2 - Os pagamentos serão feitos até o 10º (Décimo) dia útil do mês subsequente ao da realização dos serviços.

4.3 - Os pagamentos serão feitos através de ordem bancária;

4.4 - O Fundo Municipal de Seguridade Social de Horizonte se reserva no direito de cancelar a presente TOMADA DE PREÇOS, no todo ou em parte, de acordo com as condições estabelecidas na legislação pertinente, assim como reduzir ou aumentar respeitados os limites de 25% sem que caiba ao Contratado o direito de reclamação ou indenização;

4.5 - Será permitido o reajustamento do valor contratual com base no Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM), ou outro índice que vier a substituí-lo, ou a repactuação do preço do Contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data de sua assinatura ou da data de sua última repactuação ou reajuste.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO

5.1 - O presente contrato terá a duração de 12 (doze) meses admitida prorrogação (Prestação Continuada), contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos prazos do art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93 por se tratar de serviços de natureza continuada, tendo eficácia após a publicação do extrato na imprensa oficial, nos termos da Lei 8.666/1993, por iguais e sucessivos períodos, se da conveniência para a administração pública, devendo a prorrogação ser motivada e processada nos ditames do mesmo Estatuto.

CLÁUSULA SEXTA - DA ORIGEM DOS RECURSOS

6.1 - A despesa decorrente da contratação correrá à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Fundo de Seguridade Social do Município de Horizonte/CE, na seguinte Dotação Orçamentária: AÇÃO: 11.01, PROJETO ATIVIDADE: 09.122.0002.2.076, FONTE: 01000, ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39.00.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1 - Obrigam-se CONTRATANTE e CONTRATADA a cumprir fielmente os termos e condições estabelecidos pelo Edital, Projeto Básico e Contrato originário da TOMADA DE



Handwritten signatures and initials.

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
540 EAST 58TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637
TEL: 773-936-5000
FAX: 773-936-5001
WWW.CHICAGO.EDU



PREÇOS Nº 2013.03.20.1 de 20 de março de 2013, e as Normas estabelecidas na Lei 8.666/93, obrigando-se ainda a:

- **CONTRATANTE**

7.2- Exigir do contratado o fiel cumprimento do Edital, Projeto Básico e Contrato, bem como zelo na prestação dos serviços e o cumprimento dos prazos.

7.3- Colocar a disposição da contratada toda a documentação necessária para a perfeita execução dos serviços solicitados.

7.4- Fornecer, sempre que for solicitado pela contratada, informações adicionais pertinente aos processos administrativos com vistos à licitação ou Contratação.

7.5- Ceder um local apropriado para o desenvolvimento dos trabalhos técnicos de assessoria ou consultoria Jurídico-Administrativa.

7.6- Efetuar o pagamento na forma convencionada na cláusula quarta.

- **CONTRATADA**

7.7- Manter durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.7- Cumprir fielmente o objeto do presente instrumento, seguinte a legislação vigente, dentro dos prazos pré-estabelecidos, atendendo prontamente a todas as consultas e solicitações, prioritariamente aos demais compromissos profissionais.

7.8- Utilizar nos serviços prestados somente profissionais qualificados para tal fim, exceto nas atividades compartilhadas que podem ser desempenhadas por profissionais de outras áreas.

7.9- Guardar sigilo sobre informações e documentos fornecidos pela contratante, em decorrência dos serviços objeto do presente contrato, adotando medidas internas de segurança.

7.10- Responder por todos os ônus referente aos serviços ora contratados, desde os salários do pessoal neles empregados, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que vem incidir sobre o presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PROIBIÇÕES

8.1 - É vedado a CONTRATADA subcontratação dos serviços, parcial ou total, sem a prévia e expressa anuência e autorização da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

9.1 - Quaisquer alterações que venham a ocorrer na execução dos serviços serão efetuadas mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO INADIMPLEMENTO

10.1 - O Inadimplemento das obrigações previstas no presente Contrato, ou a ocorrência de quaisquer das situações descritas no Art. 78, da Lei 8.666/93 atualizada pela Lei 8.883/94, será comunicado pela parte prejudicada à outra, mediante notificação por escrito, entregue diretamente ou por via postal, com aviso de recebimento, a fim de que seja providenciada a regularização no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

10.2 - A não regularização poderá ensejar, a critério da parte prejudicada, a rescisão do Contrato, sem prejuízo de outras sanções, bem como no pagamento de mensalidade, a suspensão da execução dos serviços, bem como no pagamento de normalização.







10.3 – A CONTRATADA, pela sua inadimplência no cumprimento do contrato, enquanto durar o vínculo contratual, estará sujeita às seguintes sanções:

10.3.1 – advertência;

10.3.2 – suspensão temporária do direito de participar de licitação;

10.3.3 – impedimento de contratar com a Administração;

10.3.4 – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1 – A CONTRATADA pagará à CONTRATANTE a título de multa pelo não cumprimento do estabelecido no presente Contrato, ocorrendo as seguintes situações:

11.2 - Atraso injustificado na execução dos serviços, causando, consequentemente atraso nos prazos, multa correspondente a 3% (três por cento), calculada sobre o montante total da contratação.

11.3 – Inexecução total ou parcial dos serviços, sem prévia justificativa, multa correspondente a 10% (dez por cento), calculada sobre o montante total da contratação.

11.3.1 – Caso ocorra qualquer uma das situações descritas no sub-item anterior, a CONTRATANTE fica desobrigada do pagamento da(s) parcela(s) restante(s), independentemente da multa pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1 – O não cumprimento das disposições especificadas neste Contrato implicará automaticamente em quebra de Contrato, ensejando rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal 8.666/93, reconhecidos desde já os Direitos da Administração, com relação às normas contratuais e as previstas em Lei ou Regulamento dispostas no presente Instrumento.

12.2 – O presente contrato é rescindível ainda, independentemente de qualquer interpelação judicial ou Extrajudicial, nos casos de:

12.2.1 – Omissão de pagamento pela CONTRATANTE;

12.2.2 – Inadimplência de qualquer de suas cláusulas por qualquer uma das partes;

12.2.3 – Acerto em comum acordo por iniciativa de uma das partes, mediante aviso por escrito com 30(trinta) dias de antecedência, sem ônus para ambas as partes.

12.2.4 – No caso de não cumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato, a parte que se sentir prejudicada poderá rescindi-lo sem que se faça necessário uma comunicação por escrito com a antecedência definida no sub-item anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.1 – Este contrato deverá ser publicado na Imprensa Oficial do Município de HORIZONTE ou por afixação em local de costume, até o quinto dia útil do mês subsequente à data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS ANEXOS

14.1 - Integram o presente contrato todas as peças que formaram o procedimento licitatório, a proposta apresentada pela Contratada, bem como eventuais correspondências.

Apresentada em testilho com o original exibido nestas Notas Públicas. O referido é verdade. Dou fé.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

21 MAR 2018

Em test. da Verdade.

CLÉZIO BATISTA FERREIRA
Escrivente Autorizado na forma da Art. 209,º da Lei 8939/94
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICAÇÃO



Handwritten signatures and initials, including a large signature that appears to be 'Rafael' and several other initials.



THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
1101 EAST 58TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637
TEL: 773-936-5000
FAX: 773-936-5001
WWW.CHICAGO.EDU



15.1 - O Contratante e a Contratada vincula-se plenamente ao presente Contrato, ao instrumento convocatório da Tomada de Preços Nº 2013.03.20.1, bem como a proposta formulada, no que esta não contrariar aquele.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

16.1 - Os casos e situações omissos serão resolvidos de comum acordo, respeitadas as disposições da Lei 8.666/93, altera da pela Lei 8.883/94, e demais Legislações em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - Declaram as partes que este Contrato correspondente à manifestação final, completa e exclusiva de acordo entre elas celebrado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1 - O Foro competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato é o da Comarca de HORIZONTE, excluindo-se qual outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

HORIZONTE/CE., 12 de Abril de 2013.



Belizário Desiderio Carlos

**FUNDO MUNICIPAL DA SEGURIDADE SOCIAL
CONTRATANTE**



Sandra Maria Parente de Oliveira

**CTAP-CONSULTORIA TECNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIARIA LTDA-ME
CONTRATADA**



TESTEMUNHAS:

1. Dispendia Ribeiro de Silva CPF: 028.998.913-22
2. Adrianna Menzer Barbosa CPF: 040.492.063-80



ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MELO JUNIOR - ESCRITÓRIO DE NOTAS E REGISTROS ESPECIAIS
TABELADO JUNTO PLANTÃO DE NOTAS E REGISTROS - TABELADO ESCRITÓRIO DE NOTAS E REGISTROS DE MELO JUNIOR
CNPJ: 06.573.634/0001-61 - Rua Major Pecuário, Nº 696 - Centro - CEP: 60.035-109 - Fortaleza - CE
Cód. 186099. Reconheço a(s) assinatura(s) por AUTÊNTICA de: (1) SANDRA MARIA PARENTE DE OLIVEIRA De que dou fe Fortaleza 16 de fevereiro de 2018. Total: R\$ 4,16. Selo Digital - SELO 2 RECONHECIMENTO DE FIRMA AAA764674-A1B2

ABIMAE CARNEIRO DE AZEVEDO NETO - Escrevente



100-200000

RECEIVED
MAR 11 1964
U.S. DEPARTMENT OF AGRICULTURE
WASHINGTON, D.C.
100-200000



PREFEITURA DE
HORIZONTE



40



5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2013.04.12.1 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DE HORIZONTE E A EMPRESA CTAP-CONSULTORIA TECNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIARIA LTDA-ME.

Aos 28 (vinte oito) dias do mês de Setembro do ano de 2017, o **FUNDO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DE HORIZONTE**, Estado do Ceará, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.527.239/0001-63, neste ato representado pelo Exmo. **GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL**, Sr. **BELIZÁRIO DESIDÉRIO CARLOS**, apenas denominado de CONTRATANTE, e a empresa **CTAP-CONSULTORIA TECNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIARIA LTDA-ME**, estabelecida na Rua Tomas Acioli nº 840, Sala 204-Bairro Joaquim Távora, CEP: 60.135-180, Fortaleza/CE, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.890.701/0001-92, neste ato representado pela Sra. **SANDRA MARIA PARENTE DE OLIVEIRA** inscrita no CPF sob o n.º 414.486.343-34, apenas denominada de CONTRATADA, resolvem firmar o presente Contrato nº 2013.04.12.1, tendo em vista o resultado da Licitação procedida da TOMADA DE PREÇOS Nº 2013.03.20.1, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. Processo de Licitação, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, tombado sob o nº 2013.03.20.1, em conformidade com a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas demais alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO CONTRATO ORIGINAL

2.1. Constitui o objeto da presente avença é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA NA ÁREA DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E PARECERES CORRELATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE DO FUNDO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL. Pela CONTRATADA à CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO DO ADITIVO

3.1. Fica Prorrogado o Prazo de Execução dos Serviços e vigência do contrato por 12 (doze) meses, nos termos do Art. 57, Inciso II, da Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada e nos termos do item 5.1 da cláusula quinta do contrato. Vigência de 29 de Setembro de 2017 até 29 de Setembro de 2018.

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY



JUN 1964

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY



PREFEITURA DE
HORIZONTE



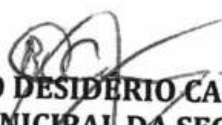
41

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato Original, não especificamente modificadas neste Termo Aditivo.

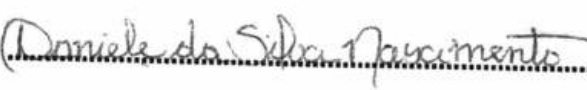
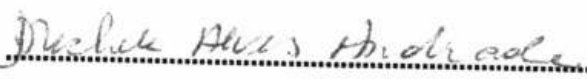
E, por assim estarem de acordo, assinam o presente Termo de Aditivo as partes e as testemunhas abaixo firmadas.

Horizonte - CE., 28 de Setembro de 2017.


BELIZÁRIO DESIDÉRIO CARLOS
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DA SEGURIDADE SOCIAL
CONTRATANTE


SANDRA MARIA PARENTE DE OLIVEIRA
CTAP-CONSULTORIA TECNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E
PREVIDENCIARIA LTDA-ME
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1.  CPF: 061.182.683-63
2.  CPF: 87.321.373-34





11

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
1100 EAST 58TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637
TEL: 773-936-5000
FAX: 773-936-5001
WWW.CHICAGO.EDU

PESI
202

TEM FE PUBLICA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL 04322402

USO OBRIGATORIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.988/94)



ASSINATURA DO PORTADOR

OBSERVAÇÕES



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DO CEARÁ
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME
MARIA NAZARÉ BANDEIRA

FILIAÇÃO
CASEMIRO FERREIRA DE ARAÚJO
MARIA NAZARÉ DE ARAÚJO

NATURALIDADE
ACOPIARA-CE

RG
6977 - OAB

DATA DE NASCIMENTO
24/04/1959

CPI
318.909.203-00

DOADOR DE ÓRGÃO E TEGIDOS
SIM

VIA
01

EXPIDIDO EM
28/05/2010

VALDETÁRIO ANOARDE MONTEIRO
PRESIDENTE

SELO DE
AUTENTICAÇÃO

11M 03

HP461.039

26 MAR 2018

Em test _____ da verdade

26 MAR 2018

Em test _____ da verdade

26 MAR 2018

Em test _____ da verdade

[Handwritten signatures and initials]





Ordem dos Advogados do Brasil
Secção do Ceará



CERTIDÃO Nº 72138/2018

CERTIFICAMOS que, (a) advogado(a) **MARIA NAZARE BANDEIRA**, está inscrito(a) no Quadro de Advogados da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Ceará, desde o dia **13/06/1989** sob o nº **06977**. Certificamos, finalmente, que o(a) referido(a) advogado(a) está **quite** com a Tesouraria da OAB/CE, ficando ressalvado o direito desta Seccional de inscrever e cobrar débitos, ainda não registrados ou que venham a ser apurados posteriormente.

Marcelo Mota Gurgel do Amaral
Presidente

Christiane do Vale **Leitão**
Secretária Geral

Emissão: 12:19:50 do dia 16/04/2018

Certidão válida por 30 (trinta) dias a contar da data de emissão - Emissão gratuita.

A veracidade da presente certidão poderá ser verificada no Portal da OAB-CE em www.oabce.org.br

Validação Digital: 67EA-8E77-7FC6-77D7

m

hi
L B h



ATESTADO DE CAPACIDADE PROFISSIONAL

O FUNDO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE HORIZONTE, COM SEDE NA RUA FRANCISCO RAIMUNDO DE SOUSA, Nº103, CENTRO, HORIZONTE-CE, DEVIDAMENTE CADASTRADO NO CNPJ Nº 07.527.239/0001-63, REPRESENTADO NESTE ATO PELO PRESIDENTE BELIZÁRIO DESIDÉRIO CARLOS, PORTADOR DO CPF Nº 464.684.983-68, ATESTA PARA OS DEVIDOS FINS E EFEITOS QUE A Sra. MARIA NAZARE BANDEIRA – RG Nº 6977-0AB SÓCIA DA EMPRESA CTAP – CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIARIA – LTDA, PRESTA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA NA ÁREA DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E PARECERES CORRELATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE DO FUNDO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE HORIZONTE DESDE O EXERCÍCIO DE 2013, EXERCENDO SUAS FUNÇÕES DE FORMA RESPONSÁVEL E COMPETENTE.

HORIZONTE, 20 DE MARÇO DE 2018.


BELIZÁRIO DESIDÉRIO CARLOS
PRESIDENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL



CARTÓRIO P/O RAMOS
2º OFÍCIO - HORIZONTE-CE
Kátia Lima da Silva
Escrivente Autorizado

1011
Z
60

1940

1940

1940

1940

1940

1940

1940

1940

1940

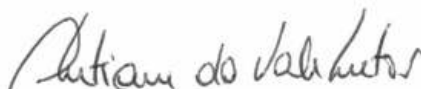
1940



45

CERTIDÃO

CERTIFICO, a requerimento do(a) advogado(a) **MARIA NAZARÉ BANDEIRA**, que o(a) mesmo(a) está inscrito(a) no quadro de advogados desta Secção, sob o nº 06977 desde 13/06/1989. Certifico, ainda, que o referido(a) advogado(a) não sofreu nenhuma penalidade disciplinar transitada em julgado no âmbito deste Conselho até a presente data. Certifico, finalmente, que consta nos assentamentos do(a) referido(a) advogado(a) o seguinte Atestado de Capacidade Profissional: Fundo Municipal de Seguridade Social do Município de Horizonte - Estado do Ceará. Para constar, eu Rosana Almeida Rosana Almeida, Assistente Administrativo, lavrei a presente certidão que vai ser assinada pela **SECRETÁRIA-GERAL**. Fortaleza, 11 de abril de 2018.


Christiane do Vale Leitão
Secretária-Geral

Em: 11/04/2018

Tesouraria:



TEM FE PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 04322402

USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 5.363/54)



OAB

ASSINATURA DO PORTADOR

OBSERVAÇÕES



CAPESI
206.

ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DO CEARÁ
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME
MARIA NAZARÉ BANDEIRA

FILIAÇÃO
**CASEMIRO FERREIRA DE ARAÚJO
MARIA NAZARÉ DE ARAÚJO**

NATURALIDADE
ACOPIARA-CE

RG
6977 - OAB

DOADOR DE ÓRGÃO E TECIDOS
SIM

DATA DE NASCIMENTO
24/04/1959

CPF
318.909.203-00

VIA EXPIRADO EM
01 28/05/2010

VALDETÁRIO ANDRADE MONTEIRO
PRESIDENTE

A presente cópia fotostática confere com o original autenticado nestas Notas Públicas. O referido é verdade. Dou fé.

15 FEV 2018

HP431.002

Autenticado em 15/02/2018

HP431.002

Autenticado em 15/02/2018

A presente cópia fotostática confere com o original autenticado nestas Notas Públicas. O referido é verdade. Dou fé.

15 FEV 2018

HP431.002

Autenticado em 15/02/2018

HP431.002

Autenticado em 15/02/2018

M

[Handwritten signature]
Z
L



Ordem dos Advogados do Brasil
Secção do Ceará



47

CERTIDÃO Nº 72138/2018

CERTIFICAMOS que, (a) advogado(a) **MARIA NAZARE BANDEIRA**, está inscrito(a) no Quadro de Advogados da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Ceará, desde o dia **13/06/1989** sob o nº **06977**. Certificamos, finalmente, que o(a) referido(a) advogado(a) está **quite** com a Tesouraria da OAB/CE, ficando ressalvado o direito desta Seccional de inscrever e cobrar débitos, ainda não registrados ou que venham a ser apurados posteriormente.

Marcelo Mota Gurgel do Amaral
Presidente

Christiane do Vale **Leitão**
Secretária Geral

Emissão: 12:19:50 do dia 16/04/2018

Certidão válida por 30 (trinta) dias a contar da data de emissão - Emissão gratuita.

A veracidade da presente certidão poderá ser verificada no Portal da OAB-CE em www.oabce.org.br

Validação Digital: 67EA-8E77-7FC6-77D7

3

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.



CONSULTORIA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIÁRIA LTDA
CNPJ: 07.890.701/0001-92



CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIÁRIA - CTAP

CURRICULUM EMPRESARIAL E SOCIETÁRIO

A Consultoria Técnica e Assessoria Administrativa Previdenciária foi constituída em 01/02/2005, com o objetivo de expandir o conhecimento adquirido pelos sócios fundadores na Administração Pública do Estado do Ceará e compartilhar a formação acadêmica de graduados e pós-graduados em Administração Pública e Previdenciária.

Com as mudanças constantes no sistema administrativo e previdenciário, seus sócios e colaboradores são aperfeiçoados e atualizados por meio dos mais diversos trabalhos, experiências e estudos, estando, assim, sempre aptos a atender a demanda dos conflitos gerados no serviço público na gestão de Recursos Humanos e Previdência.

Ao longo dos anos, a CTAP promoveu trabalhos na elaboração de Planos de Cargos, Carreiras e Salários, de Projetos de Leis de atualização de Regime Jurídico, de Reforma Administrativa, de instituição de Regimes Próprios de Previdência e demais normativos, bem como de Assessoria a diversos Institutos de Previdência dos Municípios Cearenses.

Tem entre seus sócios profissional com larga experiência no serviço público, com graduação em Direito e pós-graduação em Direito Previdenciário, o que tem proporcionado o desenvolvimento dos seguintes trabalhos:

- ASSESSORIA À PREVIDÊNCIA DE ITAITINGA – CE;
- ASSESSORIA À PREVIDÊNCIA DE HORIZONTE;
- ASSESSORIA À PREVIDÊNCIA DE GENERAL SAMPAIO;
- ASSESSORIA AO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ACOPIARA;
- ASSESSORIA AO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAPAJÉ;
- ASSESSORIA AO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ICAPUÍ;

Rua Tomas Accioli, 840, Sala 204 – Dionísio Torres – Fortaleza-CE
Fone/Fax: (85) 3246-1036

1. The first part of the paper is devoted to the study of the properties of the function $f(x)$ defined by the equation

$$f(x) = \int_0^x \frac{1}{1+t^2} dt$$

It is well known that this function is the arctangent function, i.e. $f(x) = \arctan x$. The first part of the paper is devoted to the study of the properties of this function. In particular, it is shown that the function is odd, i.e. $f(-x) = -f(x)$, and that it is bounded, i.e. $|f(x)| < \frac{\pi}{2}$ for all x .

The second part of the paper is devoted to the study of the properties of the function $g(x)$ defined by the equation $g(x) = \int_0^x \frac{1}{1+t^4} dt$. It is shown that this function is even, i.e. $g(-x) = g(x)$, and that it is bounded, i.e. $|g(x)| < \frac{\pi}{4}$ for all x .

The third part of the paper is devoted to the study of the properties of the function $h(x)$ defined by the equation $h(x) = \int_0^x \frac{1}{1+t^6} dt$. It is shown that this function is odd, i.e. $h(-x) = -h(x)$, and that it is bounded, i.e. $|h(x)| < \frac{\pi}{6}$ for all x .

The fourth part of the paper is devoted to the study of the properties of the function $k(x)$ defined by the equation $k(x) = \int_0^x \frac{1}{1+t^8} dt$. It is shown that this function is even, i.e. $k(-x) = k(x)$, and that it is bounded, i.e. $|k(x)| < \frac{\pi}{8}$ for all x .

It is also shown that the functions $f(x)$, $g(x)$, $h(x)$ and $k(x)$ are all increasing functions of x . This is done by showing that their derivatives are positive for all x .

The paper concludes with a summary of the results obtained and a list of references.



CONSULTORIA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIARIA LTDA
CNPJ: 07.890.701/0001-92



49

- ASSESSORIA À PREFEITURA DE ITAÍÇABA;
- ASSESSORIA À PREFEITURA DE ICAPUÍ;
- ASSESSORIA À PREFEITURA DE ARACATI;
- ASSESSORIA À PREFEITURA DE ARATUBA;
- ASSESSORIA À PREFEITURA DE CAUCAIA.

SÓCIOS:

1) MARIA NAZARÉ BANDEIRA

- FORMAÇÃO ACADÊMICA: UFC - GRADUADA EM DIREITO
- FACULDADE INTEGRADA DO CEARÁ – FIC - ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PREVIDENCIÁRIO

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:

- TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO – Exerceu o cargo de Analista de Controle Externo, por mais de 30 anos, no qual se encontra aposentada;
 - Exerceu o cargo de Diretor da Inspeção de Atos e Registros de Pessoal no TCE
- CONTROLE DE LEGALIDADE DOS ATOS DE APOSENTADORIAS E PENSÕES;

TRABALHOS PUBLICADOS:

- Aposentadoria – Antes e depois da EC N° 20/98 - REVISTA CONTROLE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARÁ – outubro de 1999;
- Normas de Proteção Previdenciária no Brasil e no Mundo – Evolução Histórica – REVISTA CONTROLE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ – outubro de 2005;

CURSOS MINISTRADOS:

- Instrutora dos órgãos jurisdicionados do TCE;
- Instrutora do Curso de Legislação Previdenciária – Aplicabilidade da EC n° 41/03, Previdência Social no âmbito da Administração Pública e Gestão e Legislação Previdenciária promovidos pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará;
- Palestra no curso de Direito da UNIFOR em parceria com o Professor Alexandre Figueiredo, mostrando os vários enfoques previdenciários, no que diz respeito à aposentadoria;
- Palestrante do workshop Aposentadorias e Pensões: Legislação Previdenciária, promovido pela Empresa MAXMIL, nos dias 19 e 20 de agosto de 2004;
- Palestrante dos Cursos Aposentadorias e Pensões – Legislação Previdenciária atualizada, promovidos pela Secretaria da Educação em dezembro de 2004 e janeiro de 2005;

Rua Tomas Accioli, 840, Sala 204 – Dionísio Torres – Fortaleza-CE
Fone/Fax: (85) 3246-1036



CONSULTORIA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIÁRIA LTDA
CNPJ: 07.890.701/0001-92



- Autora de Apostilas e pareceres sobre aposentadorias no serviço público;
- Instrutora, nos exercícios de 2006 e 2007, dos Cursos de Legislação de Pessoal, Regimes Jurídicos e Regimes Previdenciários ministrados nos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios;
- Instrutora do Curso "Folha de Pagamento Pessoal Estatutário" promovido pela Escola Superior de Administração Fazendária – ESAF/ Ministério da Fazenda, nos dias 12, 13 e 14 de novembro de 2007, em Sobral/CE;
- Instrutora do Curso APOSENTADORIAS E PENSÕES NO SERVIÇO PÚBLICO: ASPECTOS ADMINISTRATIVOS E PREVIDENCIÁRIOS promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará;
- Instrutora de Cursos na Escola de Gestão Pública do Governo do Estado do Ceará;
- Palestrante em seminários organizados por entidades sindicais.

- PARTICIPAÇÃO EM CURSOS/CONGRESSOS/SEMINÁRIOS:

- Seminário de Controle Interno – Tribunal de Contas do Estado do Ceará;
- XX Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil – Conferência Internacional;
- Compensação Previdenciária IEPRO/SEAD;
- Aperfeiçoamento dos Servidores dos Tribunais de Contas – ATRICON – MTB/SEFOR;
- Seminário TCE e as Licitações – TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARÁ E TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO;
- Seminário a Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Elaboração de Atos Administrativos;
- Reforma da Previdência no Estado do Ceará;
- I Encontro de Gestão Pública Previdenciária do Estado do Ceará;
- VI Congresso Cearense de Recursos Humanos;
- Contabilidade Pública aplicada aos RPPS;
- Gestão de Pessoal (Admissão – Concurso e Seleção, Plano de Cargos);
- Cursos sobre Aposentadorias e Pensões realizados no âmbito do TCE pelo Professor Inácio Magalhães Neto.

2) SANDRA MARIA PARENTE DE OLIVEIRA - SÓCIA ADMINISTRADORA

FORMAÇÃO ACADÊMICA: Universidade Vale do Acaraú – Licenciada em Pedagogia, com Especialização em Administração Escolar.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: 19 anos de trabalhos educacionais na Fundação Bradesco.

RESPONSÁVEL TÉCNICA/ DIDÁTICA DOS CURSOS MINISTRADOS PELA CTAP.

CARTÓRIO
LO JÚNIOR

Sandra Maria Parente de Oliveira

CTAP - CONSULTORIA TÉCNICA
ASSESSORIA ADM. PREVIDENCIÁRIA
Sandra Mª Parente de Oliveira
Sócia-Adm. - CNPJ. 07.890.701 0001-92

Rua Tomas Accioli, 840, Sala 204 – Dionísio Torres – Fortaleza-CE
Fone/Fax: (85) 3246-1036

m

[Handwritten signatures and initials]



ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MELO JÚNIOR - 6º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTROS ESPECIAIS
TABELÃO: JOSÉ EVANDRO DE MELO JÚNIOR - TABELÃO SUBSTITUTO: REGINOBERTO MACHADO DE MELO JÚNIOR
CNPJ: 08.534.888/0001-31 - Rua Major Fausto, Nº 688 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE
(85) 3099.7474 / 3099.7460 - E-mail: fcmj@fortmelo.com.br / recepcao2_cmj@hotmail.com
Cód.: 190938. Reconheço a(s) assinatura(s) por AUTÊNTICA de: (1) SANDRA
MARIA PARENTE DE OLIVEIRA Do que dou fé. Fortaleza, 28 de março
de 2018. Total R\$ 4,15. Selo Digital - SELO 2 - RECONHECIMENTO DE
FIRMA AAA941130-A1B2
EVANDRO FERREIRA PESSOA - Escritor

Consulte os valores no site www.escrevintes.com.br/portal

211

30-010-1021
Sociedade de Investimentos e Empreendimentos
Estruturais Automotivos
CPF: 04.200.172/0001-53

ORTO MELO JUNIOR
OFÍCIO DE NOTAS PÚBLICAS
Mayer, Fausto, 160 - Vila Rica -
Fone: 325.24.12

A presente cópia fotostática confere com o original exibido nestas Notas Públicas. O referido é verdade. Dou fe.
21 MAR 2018

SELO DE
AUTENTICAÇÃO
CÓPIA AUTENTICADA EM NOME DO
GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
HP452.948

94359-
BAC

M

சென்னை, 15 மார்ச் 2018

மாண்புமிகு பேரவைத் தலைவர் அவர்கள்,

மாண்புமிகு பேரவைத் தலைவர் அவர்கள்,

மாண்புமிகு பேரவைத் தலைவர் அவர்கள்,

மாண்புமிகு பேரவைத் தலைவர் அவர்கள்,

மாண்புமிகு பேரவைத் தலைவர் அவர்கள்,

மாண்புமிகு பேரவைத் தலைவர் அவர்கள்,

மாண்புமிகு பேரவைத் தலைவர் அவர்கள்,

மாண்புமிகு பேரவைத் தலைவர் அவர்கள்,



15 MAR 2018

15/3/18



integralizado em moeda corrente do país, neste ato, distribuído entre os sócios-quotistas na proporcionalidade seguinte:

SÓCIO 1: CARLOS EDUARDO BANDEIRA.....	R\$ 10.000,00
SÓCIO 2: JANAINA SOUZA RODRIGUES.....	R\$ 5.000,00
SÓCIO 3: MARIA NAZARE BANDEIRA.....	R\$ 5.000,00
TOTAL.....	R\$ 20.000,00

Parágrafo Único - A responsabilidade de cada sócio é, segundo as prescrições legais restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA 6ª - A administração da sociedade caberá ao sócio **CARLOS EDUARDO BANDEIRA** com os poderes e atribuições de administrador autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos sócios ou de terceiros.

Parágrafo Primeiro - Os sócios-administradores só poderão alienar bens móveis e imóveis da sociedade com a autorização da maioria do capital votante.

Parágrafo Segundo - Em caso de renúncia o sócio-administrador deve informar, expressamente, sua intenção com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, para que os demais sócios possam instalar Conselho Fiscal e este auditar as contas do exercício administrado pelo renunciante.

Parágrafo Terceiro - A renúncia deve ser arquivada na Junta Comercial do Ceará, juntamente com novo ato de posse do administrador sucessor.

CLÁUSULA 7ª - Por convocação de qualquer quotista ou da administração da empresa serão realizadas, a qualquer tempo, reuniões extraordinárias para tratar de assuntos de interesses da sociedade.

Parágrafo Primeiro - As convocações serão feitas com, pelo menos, 08 (oito) dias de antecedência, por carta, telegrama, correio eletrônico, telex ou telefax, endereçados a cada um dos sócios e à gerência da sociedade, informando a ordem do dia, dia e hora da reunião, que se realizará, em princípio, na sede da sociedade.

Parágrafo Segundo - As deliberações dos quotistas, inclusive as que impliquem alteração deste, notadamente quanto ao aumento ou diminuição do capital social, ou transformação da forma societária, serão tomadas por maioria de votos.





213

a maioria do capital social, cabendo um voto a cada quota, desde que integralizada.

Parágrafo Terceiro - Os sócios poderão se fazer representar nas deliberações por outro sócio ou advogado, o qual exercerá o mandato no prazo e forma estabelecidos no respectivo instrumento.

CLÁUSULA 8ª. - A reunião Ordinária acontecerá anualmente entre os meses de janeiro e abril, para deliberação dos seguintes temas:

- I - Aprovação das contas da administração;
- II - Designação dos administradores, quando for o caso;
- III - Destituição dos administradores, quando for o caso;
- IV - Aprovação do balanço;
- V - Apresentação do inventário;
- VI - Distribuição dos lucros ou perdas;
- VII - Eleição do Conselho Fiscal, quando for o caso.

Parágrafo Primeiro - A reunião instalar-se-á com a presença em 1ª. Convocação dos titulares de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do capital social e em 2ª. Convocação com qualquer número.

Parágrafo Segundo - Dependendo das matérias a serem deliberadas, deve ser respeitado os quoruns previstos na Lei Nº 10.406, de 10.01.2002.

CLÁUSULA 9ª - O exercício social encerrar-se-á a 31 de dezembro de cada ano, data para a qual serão levantadas as demonstrações financeiras do exercício, que deverão ser fornecidas aos quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias da data do encerramento do exercício social. Por deliberação dos sócios, poderão as demonstrações financeiras da sociedade ser submetida a um auditor independente.

CLÁUSULA 10ª - Os lucros líquidos anualmente obtidos terão a aplicação que lhes for determinada pelo sócio ou sócios, representando, pelo menos, a maioria do Capital Social.

Parágrafo Único - Salvo deliberação distinta tomada em reunião dos Sócios, os sócios participam dos lucros e das perdas na proporção das respectivas quotas.



CLÁUSULA 11ª - No caso de denúncia do Contrato Social ou de retirada de um sócio, a sociedade não será liquidada, continuando com os sócios remanescentes. A denúncia do contrato social será feita por escrito, com 03 (três) meses de antecedência, sempre para o final do exercício social.

Parágrafo Primeiro - Na hipótese prevista nesta cláusula, as quotas e demais haveres do sócio que pretende deixar a sociedade serão avaliados e pagos nos termos da cláusula 12ª deste.

Parágrafo Segundo - Não havendo interesse na aquisição das quotas, poderão os sócios ou ceder em conjunto, as mesmas a terceiros, ou, então, proceder à liquidação da sociedade, nos termos da Lei Nº 10.406, de 10.01.2002.

CLÁUSULA 12ª - Quaisquer alienações de quotas dependerão de prévia e expressa concordância de todos os sócios.

Parágrafo Único - As alienações de quotas, efetivadas com inobservância do disposto no presente contrato, não produzirão qualquer efeito perante a sociedade.

CLÁUSULA 13ª - Na hipótese de reembolso de capital, as quotas e demais haveres serão avaliados com base no valor de mercado na ocasião. A avaliação será efetuada com base no resultado do patrimônio líquido da sociedade, sendo o ativo permanente considerado por seu valor de mercado. As despesas correspondentes serão de responsabilidade da sociedade e levadas em conta por ocasião da avaliação.

CLÁUSULA 14ª - Em caso de falecimento de sócio - pessoa física, seus herdeiros entrarão na sociedade. Na hipótese de dissolução de sócio - pessoa jurídica, seus sucessores legais entrarão na sociedade.

CLÁUSULA 15ª - Não haverá Conselho Fiscal permanente, ficando determinado que caso seja necessário, este será instituído nos moldes da Lei Nº 10.406, de 10.01.2002.

CLÁUSULA 16ª - Os casos omissos neste contrato e na Lei Nº 10.406, de 10.01.2002, serão subsidiariamente aplicados da forma supletiva às disposições Lei Nº 6.404, de 15.12.1976.

CLÁUSULA 17ª - A sociedade entrará em liquidação por lei ou por deliberação dos quotistas.



8105 PAM 1 1



30. R.P.J. DE FORTALEZA-CE
Registro No.: 5004715
13 Feb 2006 - PAGINA 6/6
Emls. R\$ 143,00 / RPJ

55

Escritor Autorizado
CPF: 543.601.723-53

Parágrafo Único - Os sócios estabelecerão o modo de liquidação, nomeando os liquidantes, em número de 01 (um) a 03 (três), fixando-lhes os respectivos honorários.

Os sócios declaram para os devidos fins não estarem incursos em nenhum dos crimes que os impeçam de exercerem atividades empresariais.

E, assim, justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Fortaleza (CE), 01 de fevereiro de 2005.

Carlos Eduardo Bandeira
CARLOS EDUARDO BANDEIRA
Administrador

Janaina Souza Rodrigues
JANAINA SOUZA RODRIGUES

Maria Nazaré Bandeira
MARIA NAZARÉ BANDEIRA



TESTEMUNHAS:

João Batista Sá Sousa
Nome: João Batista Sá Sousa
CPF: 073.906.533-53

Alex Roosevelt Pinheiro
Nome: Alex Roosevelt Pinheiro
CPF: 390.497.443-20



Micheline R. H. Tomaz de Oliveira
ADVOGADA
OAB Nº 12.541



**CTAP - CENTRO DE TREINAMENTO E ASSESSORIA
PREVIDENCIÁRIA S/S LTDA
CNPJ Nº07.890.701/0001-92
1º ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL**



CARLOS EDUARDO BANDEIRA, Brasileiro, Casado, nascido em São Caetano do Sul/SP em 12.07.1979, Maior, Contador, Casado no regime de comunhão parcial de bens, portador da CRC Nº. 017567/0-7 e CPF Nº. 897.973.023-34, residente e domiciliado nesta capital, à Rua Dinamarca, 387 – Parangaba, CEP Nº. 60.710-570, **JANAINA SOUZA RODRIGUES**, Brasileira, solteira, nascida em Fortaleza/Ce, em 02.05.1977, Maior, graduada em Direito, portadora da RG Nº 93017014484 SSP/CE e CPF Nº774.699.683-34, residente e domiciliado nesta capital, à Rua Dinamarca, 387 – Parangaba, CEP Nº. 60.710-570 e **MARIA NAZARE BANDEIRA**, Brasileira, Solteira, nascida em Acopiara/Ce, em 24.04.1959, Maior, Advogada, portadora da RG Nº 6977 OAB/CE e CPF Nº316.909.203-00, residente e domiciliada nesta capital, Rua Dinamarca, 387 – Parangaba, CEP Nº60.710-570, únicos sócios da sociedade **CTAP - CENTRO DE TREINAMENTO E ASSESSORIA PREVIDENCIÁRIA S/S LTDA**, CNPJ Nº07.890.701/0001-92, localizada à Rua Dinamarca, 387 – Parangaba, CEP Nº60.710-570, com Contrato Social arquivado na Cartório Melo Junior, sob nº 5004715, despacho de 13.02.2006, resolvem de comum acordo, alterar o referido Contrato Social, com base nas exigências da Lei nº 10.406/2002, o que fazem nos termos e cláusulas seguintes:

1ª CLÁUSULA - É neste ato admitida na sociedade o Sra **SANDRA MARIA PARENTE DE OLIVEIRA**, Brasileira, Solteira, Nascida em Fortaleza no dia 16/08/1969, Pedagoga, Maior, portadora da RG Nº2003002216111 SSP/Ce e CPF Nº. 414.486.343-34, residente e domiciliada à Rua Dinamarca, 387 – Parangaba, CEP Nº60.710-570- Fortaleza/Ce, a qual aceita as clausulas do primitivo contrato social.

2ª CLÁUSULA – O uso do nome empresarial, bem como a administração da sociedade, será exercida pela sócia **SANDRA MARIA PARENTE DE OLIVEIRA**, anteriormente já qualificada, que assinará em conjunto ou separadamente, com poderes para administrar e representar a sociedade judicial e extrajudicialmente, tudo em conformidade com o art. 1060 da Lei nº 10.406/02. O Administrador declara sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, conforme art. 1011, da Lei nº10406/2002.





57
30. R.P.J. DE FORTALEZA-CE
Arbitragem No.: 5011949
14 Abr 2009 - PAGINA 3/4
Emis. R\$ 157,95
3º RTD/RPJ
Fco. Cláudio Palácio de M. Santos
Escritor Compromisso

CTAP – CENTRO DE TREINAMENTO E ASSESSORIA
PREVIDENCIÁRIA S/S LTDA

CNPJ Nº07.890.701/0001-92

1º ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL

3ª CLÁUSULA – A Sócia **SANDRA MARIA PARENTE DE OLIVEIRA**, acima qualificada, integraliza neste ato em moeda corrente do país, o valor de R\$ 5.000,00(cinco mil reais).

4ª CLÁUSULA – Em fase das clausulas anteriores, o capital social fica integralizado da seguinte forma:

SÓCIOS	PERC.	VALOR (R\$)
CARLOS EDUARDO BANDEIRA	40	10.000,00
JANAINA SOUZA RODRIGUES	20	5.000,00
MARIA NAZARE BANDEIRA	20	5.000,00
SANDRA MARIA PARENTE DE OLIVEIRA	20	5.000,00
TOTAL	100%	25.000,00

5ª CLÁUSULA – A Sócia **SANDRA MARIA PARENTE DE OLIVEIRA**, acima qualificada declara não estar incurso em nenhum crime previsto em lei que a impeça de exercer a atividade civil.

6ª CLÁUSULA – Fica neste ato alterado o endereço da sede da empresa para à rua Dr. João de Deus, 271 – Fátima – CEP Nº60.040-350 - Fortaleza/Ce.

7ª CLÁUSULA – Fica neste ato alterado o objeto social da empresa para:

- Oferecer cursos, capacitação, treinamentos e desenvolvimento profissional.
- Realizar auditorias, prestar assessoria administrativa nas áreas de recursos humanos, elaboração de planos de cargos e carreiras, projeto de lei, decretos, pareceres, regulamento e outros assuntos relacionados a estrutura de pessoal.
- Prestar assessoria e consultoria técnica na área de previdência social, instalação, gestão de regimes, concessão de benefícios e cálculos previdenciários

8ª CLÁUSULA – Fica neste ato alterado a razão social para **CTAP – CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIÁRIA LTDA.**

9ª CLÁUSULA – As demais cláusulas do primitivo Contrato Social que não foram alteradas, permanecem em completa validade.



1005 24M

CTAP - CENTRO DE TREINAMENTO E ASSESSORIA
PREVIDENCIÁRIA S/S LTDA
CNPJ Nº07.890.701/0001-92
1º ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL

30. R.P.J. DE FORTALEZA-CE
Avenida ... No. 1 5011949
14 Abr 2009 - PAGINA 474
R\$ 157,95

E por se encontrarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento de Aditivo ao Contrato Social em 02 (duas) vias de igual forma e teor, juntamente na presença de 02 (duas) testemunhas.

Fortaleza, 06 de Março de 2009.

3º RTD / RPJ
Fco. Clarion Palaco de M. Santos
Escrevente Compromisso

SCHINDLER

Carlos Eduardo Bandeira
CARLOS EDUARDO BANDEIRA

Janaina Souza Rodrigues
JANAINA SOUZA RODRIGUES

Maria Nazare Bandeira
MARIA NAZARE BANDEIRA

Sandra Maria Parente de Oliveira
SANDRA MARIA PARENTE DE OLIVEIRA



Documentação Le Est. 13.122 de 20.04.2004 Art. 5º da Lei 10.169/00

Código nº 00	- R\$	147,77
Farmigul	- R\$	13,33
...	- R\$	...
União deap	- R\$	...
...	- R\$	...
Total	- R\$	157,95

data: 20/03/09



TESTEMUNHAS:

1- Francisca Glaucineis Souza
FRANCISCA GLAUCINEIS SOUZA
CPF Nº246.452.903-63

2- Evalda Alves da Silva
EVALDA ALVES DA SILVA
CPF Nº 300.157.663-49

ADVOGADO:

1- Gerardo Marques de Souza Filho
GERARDO MARQUES DE SOUZA FILHO
OAB-CE 3.819



CARTÓRIO ALENCAR ARARIPE
Av. ... 4965(95) 3235-3300
Reconheço por autenticidade a firma de SANDRA MARIA PARENTE DE OLIVEIRA
Dou Fe. Antonio Bezerra, Fortaleza, 20/3/2009-13:8.
Bel. Jaime de Alencar Araripe
Titular
Carmin Lucia de Souza Gomes
Reinarda B. de Alcantara
Sonia M. M. Magalhães Araujo
Marcia H. C. de Lima
Escreventes
R\$ 200.000 / R\$ 2-20
SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE



TABELIONATO SCHINDLER
Fernando Schindler
Substituto da Tabela

CARTÓRIO MELO JUNIOR
6º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTROS ESPECIAIS TD
Rua ... 690 - Centro - Cep: 60025-100 - Fortaleza - CE - Email
CNPJ: 08.573.034/0001-51 - Fone: (0xx85) 3252-2112 / 3231-0482

Reconheço por semelhança as firmas de Maria Nazare Bandeira
Fortaleza/CE 23 DE MARÇO DE 2009
Op.: 02 Jefferson Feitosa - Escrevente Autorizado

AS 036708
RECONHECIMENTO DE FIRMA





59

219

**CTAP – CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E
PREVIDENCIÁRIA LTDA.
CNPJ Nº07.890.701/0001-92
2º ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL**

CARLOS EDUARDO BANDEIRA, Brasileiro, Casado, nascido em São Caetano do Sul/SP em 12.07.1979, Maior, Contador, Casado no regime de comunhão parcial de bens, portador da CRC Nº. 017567/0-7 e CPF Nº. 897.973.023-34, residente e domiciliado nesta capital, à Rua Dinamarca, 387 – Parangaba, CEP Nº. 60.710-570, **JANAINA SOUZA RODRIGUES**, Brasileira, solteira, nascida em Fortaleza/Ce, em 02.05.1977, Maior, graduada em Direito, portadora da RG Nº 93017014484 SSP/CE e CPF Nº774.699.683-34, residente e domiciliado nesta capital, à Rua Dinamarca, 387 – Parangaba, CEP Nº. 60.710-570, **MARIA NAZARE BANDEIRA**, Brasileira, Solteira, nascida em Acopiara/Ce, em 24.04.1959, Maior, Advogada, portadora da RG Nº 6977 OAB/CE e CPF Nº316.909.203-00, residente e domiciliada nesta capital, Rua Dinamarca, 387 – Parangaba, CEP Nº60.710-570 e **SANDRA MARIA PARENTE DE OLIVEIRA**, Brasileira, Solteira, Nascida em Fortaleza no dia 16/08/1969, Pedagoga, Maior, portadora da RG Nº2003002216111 SSP/Ce e CPF Nº. 414.486.343-34, residente e domiciliada à Rua Dinamarca, 387 – Parangaba, CEP Nº60.710-570 – Fortaleza/Ce, únicos sócios da sociedade **CTAP – CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIÁRIA LTDA.**, CNPJ Nº07.890.701/0001-92, localizada à rua Dr. João de Deus, 271 – Fátima – CEP Nº60.040-350 - Fortaleza/Ce, com Contrato Social arquivado na Cartório Melo Junior, sob nº 5004715, despacho de 13.02.2006, resolvem de comum acordo, alterar o referido Contrato Social, com base nas exigências da Lei nº 10.406/2002, o que fazem nos termos e cláusulas seguintes:

1ª CLÁUSULA – Fica neste ato alterado o endereço da sede da empresa para à rua Tomas Acioli, 840, sala 204 – Dionísio Torres – CEP Nº60.135-180 - Fortaleza/Ce.

2ª CLÁUSULA - Retira-se da sociedade o Sr **CARLOS EDUARDO BANDEIRA**, Brasileiro, Casado, nascido em São Caetano do Sul/SP em 12.07.1979, Maior, Contador, Casado no regime de comunhão parcial de bens, portador da CRC Nº. 017567/0-7 e CPF Nº. 897.973.023-34, residente e domiciliado nesta capital, à Rua Dinamarca, 387 – Parangaba, CEP Nº. 60.710-570, transferindo suas cotas para os sócios remanescentes na sociedade.

3ª CLÁUSULA – Em fase das cláusulas anteriores, o capital social fica distribuído entre os sócios da seguinte forma:

SÓCIOS	PERC.	VALOR (R\$)
JANAINA SOUZA RODRIGUES	33,33	8.333,33
MARIA NAZARE BANDEIRA	33,33	8.333,33
SANDRA MARIA PARENTE DE OLIVEIRA	33,34	8.333,34
TOTAL	100%	25.000,00



1. The first part of the report is a general introduction to the subject of the study. It discusses the importance of the problem and the objectives of the research.

2. The second part of the report is a detailed description of the methods used in the study. It includes a discussion of the experimental design, the data collection procedures, and the statistical analysis techniques.

3. The third part of the report is a presentation of the results of the study. It includes a discussion of the findings and their implications for the field of research.

4. The fourth part of the report is a conclusion and a discussion of the limitations of the study. It also includes a list of references and a list of figures and tables.

5. The fifth part of the report is a list of references and a list of figures and tables. It includes a list of references and a list of figures and tables.

6. The sixth part of the report is a list of references and a list of figures and tables. It includes a list of references and a list of figures and tables.

CAPESE
220
60

**CTAP – CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E
PREVIDENCIÁRIA LTDA.**
CNPJ Nº07.890.701/0001-92
2º ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL

4ª CLÁUSULA – O Sócio que se retira da à sociedade plena, geral e irrestrita quitação, renunciando de modo expresse e inequívoco a todos e quaisquer valores a contabilizar que por ventura venham a ser apurados no futuro.

5ª CLÁUSULA – As demais cláusulas do primitivo Contrato Social que não foram alteradas, permanecem em completa validade.

E por se encontrarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento de Aditivo ao Contrato Social em 02 (duas) vias de igual forma e teor, juntamente na presença de 02 (duas) testemunhas.

Fortaleza, 08 de Janeiro de 2010.

Carlos Eduardo Bandeira
CARLOS EDUARDO BANDEIRA

Janaina Souza Rodrigues
JANAINA SOUZA RODRIGUES

Maria Nazare Bandeira
MARIA NAZARE BANDEIRA

Sandra Maria Parente de Oliveira
SANDRA MARIA PARENTE DE OLIVEIRA

TESTEMUNHAS:

1- *Francisca Glaucineis Souza da Cunha*
FRANCISCA GLAUCINEIS SOUZA DA CUNHA
CPF Nº246.452.903-63

2- *Evalda Alves da Silva*
EVALDA ALVES DA SILVA
CPF Nº 300.157.663-49

ADVOGADO:

1- *Gerardo Marques de Souza Filho*
GERARDO MARQUES DE SOUZA FILHO
OAB-CE 3.819



1. The first part of the paper is devoted to a discussion of the general principles of the theory of the structure of the atom.

2. The second part of the paper is devoted to a discussion of the general principles of the theory of the structure of the atom.

3. The third part of the paper is devoted to a discussion of the general principles of the theory of the structure of the atom.

4. The fourth part of the paper is devoted to a discussion of the general principles of the theory of the structure of the atom.

5. The fifth part of the paper is devoted to a discussion of the general principles of the theory of the structure of the atom.

Handwritten signatures and initials on a document. The word "qualquier" is partially visible at the top left. There are several scribbled-out signatures, including one that appears to be "M. B." and another that looks like "M. B." inside an oval. There are also some initials, possibly "M. B." and "M. B.", and a large, stylized signature that looks like "M. B.".

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
DIVISION OF THE PHYSICAL SCIENCES
DEPARTMENT OF CHEMISTRY

REPORT OF THE
COMMISSION ON THE
STRUCTURE OF THE
ATOMIC NUCLEUS

BY
J. R. OPPENHEIMER
AND
H. A. BETHE

CHICAGO, ILLINOIS
1935

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
DIVISION OF THE PHYSICAL SCIENCES
DEPARTMENT OF CHEMISTRY
CHICAGO, ILLINOIS

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
DIVISION OF THE PHYSICAL SCIENCES
DEPARTMENT OF CHEMISTRY
CHICAGO, ILLINOIS

**CTAP – CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E
PREVIDENCIÁRIA LTDA.**

**CNPJ Nº07.890.701/0001-92
3º ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL**



4ª CLÁUSULA – As demais cláusulas do primitivo Contrato Social que não foram alteradas, permanecem em completa validade.

E por se encontrarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento de Aditivo ao Contrato Social em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Fortaleza, 28 de Dezembro de 2012.

Janaina Souza Rodrigues
JANAINA SOUZA RODRIGUES

CARTÓRIO

Maria Nazare Bandeira
MARIA NAZARE BANDEIRA

MELO JÚNIOR

Sandra Maria Parente de Oliveira
SANDRA MARIA PARENTE DE OLIVEIRA

ADVOGADO:

1-

Gerardo Marques de Souza Filho
GERARDO MARQUES DE SOUZA FILHO
OAB-CE 3.819

Emolumentos Lei Est. 13.522 de 22/Set/2004 C/C Art. 6º da Lei 10.169/00	
Código nº	- R\$ 137,48
Fermoju 5%	- R\$ 6,87
Selo	- R\$ 3,15
Outras desp.	- R\$ 0,00
Desconto	- R\$ 0,00
Total	- R\$ 147,43
Selo nº	452854ª Via
Cartório Melo Júnior 6ª Notaria de Fortaleza	

17 JAN 2013



CARTÓRIO MELO JÚNIOR
6º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTROS ESPECIAIS TO
Rua Major Fausto, 660 - Centro - Cep 60025-100 - Fortaleza - CE - Brasil
CNPJ: 06.573.034/0001-51 - Fones: (0xx85) 3252-2112 / 3231-0482

Reconheço por semelhança as firmas de: Maria Nazare Bandeira
Fortaleza/CE 17 DE JANEIRO DE 2013.
Dp.: 06 Maria do Socorro Moreira Herculano - Escritor



Handwritten signatures and initials.

Presença da autoridade conferida em nome do Estado, para fins de autenticação.

O referido é verdade: Dou-te.

21 MAR 2018

Em test. da Verdade.

GLEZIO BATISTA FERREIRA

Escritor Autuado em nome do AC 2007 da Lei 97.254

VALIDO SOMENTE COM Selo de Autenticação

OFÍCIO DE NOTAS PÚBLICAS

Rua Major Fausto, 660 - Fortaleza.

Fone: 3252-2111

CRIMETO

SECRETARIA DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

AUTENTICAÇÃO

GUW 03

HP452.940



República Federativa do Brasil
Ministério da Educação e Cultura

Universidade Federal do Ceará

FACULDADE DE DIREITO

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão de Curso de Graduação, confere o título de BACHAREL EM DIREITO, a

Maria Nazaré Bandeira

e outorga-lhe o presente Diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Raimundo Veloso
Reitor

Maria Nazaré Bandeira
Diplomado

Frederico J. S. S.
Diretor do Centro

17 de fevereiro de 1988

VIRTVS VNITA FC Fortaleza,

Agerson Tabosa Pinto
Diretor da Faculdade de Direito

Diretor da Div. de Reg. de Diplomas

Silvia dos Reis Ribeiro
Diretor da DRD



FIC
FACULDADE INTEGRADA DO CEARÁ

Credenciada pela Portaria Ministerial nº 448, de 02/06/1998, D.O.U. 04/06/1998

Certificado

Certificamos que Maria Nazaré Bandeira concluiu o Curso de Especialização em Direito Previdenciário, aprovado pela Resolução nº45/04 de 30 de junho de 2004 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, após cumprir todas as exigências de frequência e aproveitamento nas disciplinas, fazendo jus a todos os direitos e prerrogativas legais.

Fortaleza, 17 de dezembro de 2009

Ana Glávia Alcântara Roche Chaves
Diretor Geral



Ana Flávia Alcântara Rocha Chaves
Diretora Geral

CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO: 400 h/a
CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO: Nota mínima para aprovação, 7,0 (sete) e Frequência igual ou superior a 75% do total do Curso.
Declaramos que o presente Certificado foi elaborado conforme as determinações da Resolução CNE nº. 1 de 08 de junho de 2007.

PERÍODO DE REALIZAÇÃO: 11/06/2005 a 10/02/2006

HISTÓRICO ESCOLAR

NOME: MARIA NAZARÉ BANDEIRA	DISCIPLINAS	CH	NOTA	FREQ %	PROFESSOR	TITULAÇÃO
	Previdência Social	10h	9,5	100%	Eduardo Rocha Dias	Mestre
	Direito Previdenciário	10h	10,0	100%	José Leandro Monteiro Macedo	Mestre
	Normas de Proteção Previdenciária no Brasil e no Mundo	10h	10,0	100%	Gerardo Almir Arruda	Mestre
	Regimes de Previdência Social	20h	9,5	100%	Gerardo Almir Arruda / Delúbio Gomes Pereira Silva	Mestre / Mestre
	Fundamentos Jurídicos do Financiamento da Seguridade e da Previdência Social	10h	10,0	100%	Raquel Pereira de Almeida	Especialista
	Contribuições Arrecadadas pelo INSS	40h	9,0	100%	Bruna Estima Borba	Mestre
	Gerenciamento dos Riscos Ocupacionais: Custeio e Benefícios	10h	8,0	100%	Paulo Rogério Albuquerque de Oliveira	Especialista
	Cooperativas	10h	8,0	100%	Glison Fernando Ferreira Meneses	Especialista
	Substituição das Contribuições	10h	10,0	100%	João Donadon	Especialista
	Contribuições Arrecadadas pela Secretaria da Receita Federal	40h	8,0	100%	Ana Neyle Olimpio Holanda	Especialista
	Constituição de Crédito Previdenciário e suas Decorências	50h	8,0	100%	Delúbio Gomes Pereira Silva	Mestre
	Obrigações das Empresas junto ao INSS	60h	8,0	100%	Glison Fernando Ferreira Meneses / Ana Neyle Olimpio Holanda	Especialista / Especialista
	Processo Administrativo Fiscal	10h	8,0	100%	Paula Patrícia Torres Dias	Mestre
	Crimes contra a Previdência Social	20h	10,0	100%	Antonio Cerqueira	Mestre
	Previdência Complementar	40h	9,5	100%	Walter de Carvalho Parente	Mestre
	Metodologia da Pesquisa Científica	20h	8,0	100%	Ana Paula Martins Albuquerque	Especialista
	Trabalho de Conclusão de Curso	30h	10,0	100%	Sefisa Quixadá Bezerra	Mestre

TÍTULO DO TCC: Proteção Previdenciária no Brasil e no Mundo: evolução histórica.

ÁREA DE CONHECIMENTO: Ciências Humanas e Sociais

LEGENDA:

Carga Horária

FREQ. % - Percentual de Frequência

Francisco Alberto Lima de Oliveira
Coordenador(a) do Curso

21 MAR 2018



Registro sob nº 1249
Livro: 001 Fls: 301
Data: 02/02/2010

Credenciamento
Portaria 1097 - 31/08/2012
Publicação D.O. U - 04/09/2012
Resolução CNE/CES No. 01, de 08 de junho de 2007.

DECLARAÇÃO COM DISCIPLINAS E NOTAS

Aluno (a) **MARIA NAZARE BANDEIRA**, Matrícula nº **2005.01.41005-1**, do curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em **DIREITO PREVIDENCIÁRIO**.

Código	Disciplinas	Carga horária	Nota Obtida	Frequência Obtida %	Situação
P071001	PREVIDÊNCIA SOCIAL	10	9,5	100	Aprovado
P071002	DIREITO PREVIDENCIÁRIO	10	10	100	Aprovado
P071003	NORMAS DE PROTEÇÃO PREVIDENCIÁRIA NO BRASIL E NO MUNDO	10	10	100	Aprovado
P071004	REGIMES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	20	9,5	100	Aprovado
S163008	CONTRIBUIÇÕES ARRECADADAS PELO INSS	40	9	100	Aprovado
S163015	METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA	20	8	100	Aprovado
P071006	CONTRIBUIÇÕES ARRECADADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	40	8	100	Aprovado
PGD5644	GERENCIAMENTO DOS RISCOS OCUPACIONAIS: CUSTEIO E BENEFÍCIOS	10	8	100	Aprovado
P071009	SUBSTITUIÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES	10	10	100	Aprovado
S163012	A CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO PREVIDENCIÁRIO E SUAS DECORRÊNCIAS	50	8	100	Aprovado
S163013	PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL	10	8	100	Aprovado
S163014	OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS JUNTO AO INSS	60	8	100	Aprovado
S113012	CRIMES CONTRA A PREVIDÊNCIA SOCIAL	20	10	100	Aprovado
S163017	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	40	9,5	100	Aprovado
P071008	COOPERATIVAS	10	8	100	Aprovado
LY13818	FUNDAMENTOS JURÍDICOS DO FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	10	10	100	Aprovado
PGD1154	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	30	10	100	Aprovado

Carga Horária do Curso: 400h/a
Carga Horária Cursada: 400h/a



Fortaleza, 16 de março de 2018.

Antônia Maria dos Santos Amorim
Coordenação Pós-graduação

Centro Universitário Estácio do Ceará
Núcleo de Pós-graduação
Rua Elizeu Uchôa Becco, 600 - Água Fria
Fortaleza - Ceará - CEP: 60.810-280
Fones: (85) 3270.6712 / 3270.6759
pos.estacio.br



Faint, illegible text or markings in the upper middle section.

Faint, illegible text or markings in the middle section.

Faint, illegible text spanning the width of the page, possibly a header or title.

Faint, illegible text in the middle section, possibly a paragraph or list.

Faint, illegible text in the middle section, possibly a paragraph or list.

Faint, illegible text in the middle section, possibly a paragraph or list.

Faint, illegible text in the middle section, possibly a paragraph or list.

Faint, illegible text in the middle section, possibly a paragraph or list.

Faint, illegible text in the middle section, possibly a paragraph or list.

Faint, illegible text in the middle section, possibly a paragraph or list.

Faint, illegible text at the bottom of the page, possibly a footer or signature.

CTAP – CONSULTORIA TÉCNICA E ASSES ADM E PREVIDENCIÁRIA LTDA
BALANÇO PATRIMONIAL - LEVANTADO EM 31.12.16
CNPJ (MF) Nº 07.890.701/0001-92



3º R.T.D. DE FORTALEZA-CE Registro Nº 938710 - 06 jul 2017 Página 1/3 Emls. R\$ 1.196,00		3º RTD / RPJ José Wellington Alencar Escrivente Compromissado		31.12.16	31.12.15
ATIVO					
ATIVO CIRCULANTE.....	R\$	<u>75.615,41</u>	<u>71.154,55</u>		
CAIXA.....	R\$	140,89	121,85		
BANCOS CONTA MOVIMENTO.....	R\$	75.474,52	71.032,70		
ATIVO PERMANENTE.....	R\$	<u>30.835,64</u>	<u>30.835,64</u>		
EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA.....	R\$	3.343,00	3.343,00		
MÓVEIS E UTENSÍLIOS.....	R\$	8.388,20	8.388,20		
INSTALAÇÕES.....	R\$	12.811,80	12.811,80		
IMÓVEIS.....	R\$	6.292,64	6.292,64		
TOTAL DO ATIVO.....	R\$	<u>106.451,05</u>	<u>101.990,19</u>		

Francisca Glaucineis S. da Cunha
 Contadora- 012741/0-9
 CPF: 246.452.903-63

PASSIVO		31.12.16	31.12.15
PASSIVO CIRCULANTE.....	R\$	<u>10.933,11</u>	<u>10.733,69</u>
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRIBUTÁRIAS.....	R\$	<u>10.933,11</u>	<u>10.733,69</u>
INSS A RECOLHER.....	R\$	875,73	852,19
SIMPLES A RECOLHER.....	R\$	2.470,90	1.364,25
IRF A RECOLHER.....	R\$	114,90	114,90
SALARIOS A PAGAR.....	R\$	1.471,58	2.402,35
PROLABORE A PAGAR.....	R\$	6.000,00	6.000,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....			R\$	<u>95.517,94</u>	<u>91.256,50</u>
CAPITAL SOCIAL.....	R\$	25.000,00			25.000,00
(+) LUCRO ACUMULADO.....	R\$	70.517,94			66.256,50
TOTAL DO PASSIVO.....			R\$	<u>106.451,05</u>	<u>101.990,19</u>

CTAP - CONSULTORIA TÉCNICA
 ASSESSORIA ADM. PREVIDENCIÁRIA
 Sandra Mª Parente de Oliveira
 Sócia-Adm. - CNPJ. 07.890.701/0001-92



Francisca Glaucineis S. da Cunha
 Contadora- 012741/0-9
 CPF: 246.452.903-63



67

3º R.T.D. DE FORTALEZA-CE
Registro Nº 938710 - 06 jul 2017
Página 2/3 Emls. R\$ 1.196,00

3º RTD / RPJ
José Wellington Alencar
Escravo Compromissado

CTAP – CONSULTORIA TÉCNICA E ASSES ADM E PREVIDENCIÁRIA LTDA
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO
LEVANTADO EM 31.12.16
CNPJ (MF) Nº 07.890.701/0001-92

	31.12.16	31.12.15
RECEITA BRUTA OPERACIONAL..... R\$	360.960,00	345.715,00
RECEITA DE SERVIÇOS..... R\$	360.960,00	345.715,00
(-) IMPOSTOS INCIDENTES..... R\$	<u>32.233,73</u>	<u>20.742,90</u>
LUCRO BRUTO OPERACIONAL..... R\$	328.726,27	324.972,10
(-) DESPESAS OPERACIONAIS..... R\$	<u>285.933,00</u>	<u>252.343,20</u>
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS..... R\$	285.754,10	252.184,25
(-) DESPESAS NÃO OPERACIONAIS..... R\$	178,90	158,95
LUCRO OPERACIONAL..... R\$	42.614,37	72.469,95
LUCRO DO EXERCÍCIO..... R\$	<u>42.614,37</u>	<u>72.469,95</u>
DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS	38.352,93	65.222,96
LUCRO LIQUIDO DO EXERCÍCIO..... R\$	<u>4.261,44</u>	<u>7.247,00</u>

CTAP - CONSULTORIA TÉCNICA
ASSESSORIA ADM. PREVIDENCIÁRIA
Sandra Mª Parente de Oliveira
Sócia-Adm. - CNPJ. 07.890.701/0001-92



Francisca Glaucia S. da Cunha
Contadora- 012741/0-9
CPF: 246.452.903-63



3º R.T.D. DE FORTALEZA-CE
Registro Nº 838710 - 06 jul 2017
Página 3/3 Emls. R\$ 1.196,00

3º RTD / RPJ
José Wellington Alencar
Escritor Compromissado

CTAP – CONSULTORIA TÉCNICA E ASSES ADM E PREVIDENCIÁRIA LTDA
INDICES DE LIQUIDEZ
CNPJ (MF) Nº 07.890.701/0001-92

Índice de Liquidez Geral (LG) = AC + RLP

PC + ELP

Onde: AC é o ativo circulante
PC é o passivo circulante
RLP é o realizável a longo prazo
ELP é o exigível a longo prazo.



$$LG = \frac{75615,41}{10.933,11} = 6,91\%$$

ad
Francisca Gláucia S. da Cunha
Contadora- 012741/0-9
CPF: 246.452.903-63

CTAP - CONSULTORIA TÉCNICA
ASSESSORIA ADM. PREVIDENCIÁRIA
Sandra Mª Parente de Oliveira
Sócia-Adm. - CNPJ. 07.890.701.0001-92

Emolumentos Lei Est. 13.522 de 22/Set/2004 C/C Art. 6º da Lei 10.169/00		
Cust. n°	- R\$	949,38
Form. ju	5% - R\$	53,53
Selo	- R\$	4,52
ISS	5% - R\$	47,36
FAADEP	5% - R\$	47,36
OT	5% - R\$	46,85
Seio n°	- R\$	1196,00
a via		



26 MAR 2018

Em test. da verdade

EVANDRO FERREIRA PESSOA

6º Cartório de Notas - Fortaleza - CE

Fone: 3252-2112

La Major Facundo, 660 Fortaleza/CE

A presente cópia autenticada confere com o original existente nos Arquivos Públicos. O referido é verdade. Dou fé.

HP461.031

Handwritten signatures and initials.



10



3º R.T.D. DE FORTALEZA-CE
Registro Nº 938708 - 06 jul 2017
Página 1/1 Emls. R\$ 82,00

3º RTD/RPJ
Jose Wellington Atencar
Escravento Compromissado

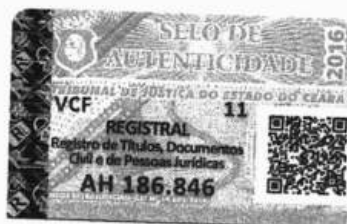
TERMO DE ABERTURA

Contém o presente livro 25 páginas, eletronicamente numeradas de 1 a 25 em uma via, todas elas já escrituradas e servirá como Livro Caixa nº 007, referente ao período 01/01/2016 a 31/12/2016, com encerramento do exercício social em 31/12/2016, da firma CTAP CONSULTORIA TEC. E ASSES. ADM. E PREVIDENCIARIA LTDA, estabelecida no(a) RUA TOMAS ACIOLI, nº 840, SALA 204, bairro DIONISIO TORRES, CEP 60135-180, cidade Fortaleza, estado CE, inscrita no C.N.P.J. 07.890.701/0001-92 e registrada no(a) CARTORIO MELO JUNIOR sob o nº 5004715 por despacho de 13/02/2006.

Fortaleza-CE, 1 de Janeiro de 2016

CTAP - CONSULTORIA TECNICA
ASSESSORIA ADM. PREVIDENCIARIA
Sandra Mª Parente de Oliveira
Socia-Adm. - CNPJ. 07.890.701/0001-92

Francisca Glauceis S. da Cunha
Contadora- 012741/0-9
CPF: 246.452.903-63



Emolumentos Lei Est. 13.522 de 22/Set/2004 C/C Art. 6º da Lei 10.189		
Código nº	6001	- R\$ 23,74
Fermento	5%	- R\$ 3,61
Selo	5%	- R\$ 4,52
ISS	5%	- R\$ 1,19
FAADEP	5%	- R\$ 1,19
PRIMIª	5%	- R\$ 1,19
PRENOT	-	- R\$ 46,85
Total	-	- R\$ 62,07
Selo nº	186846	-

Notaria de Fortaleza - Cartório Melo Junior

A presente cópia fotostática condiz com o original. O referido é verdade. Dou fé.

26 MAR 2018

Em test. da verdade

FVAV

HP461.032



100

70

3º R.T.D. DE FORTALEZA-CE
Registro Nº 938709 - 06 jul 2017
Página 1/1 Emls. R\$ 82,00

3º RTD / RPJ
José Wellington Alencar
Escravento Compromissad



TERMO DE ENCERRAMENTO

Contém o presente livro 25 páginas, eletronicamente numeradas de 1 a 25 em uma via, todas elas já escrituradas e serviu como Livro Caixa nº 007, referente ao período 01/01/2016 a 31/12/2016, com encerramento do exercício social em 31/12/2016, da firma CTAP CONSULTORIA TEC. E ASSES. ADM. E PREVIDENCIARIA LTDA, estabelecida no(a) RUA TOMAS ACIOLI, nº 840, SALA 204, bairro DIONISIO TORRES, CEP 60135-180, cidade Fortaleza, estado CE, inscrita no C.N.P.J. 07.890.701/0001-92 e registrada no(a) CARTORIO MELO JUNIOR sob o nº 5004715 por despacho de 13/02/2006.

Fortaleza-CE, 31 de Dezembro de 2016

CTAP - CONSULTORIA TECNICA
ASSESSORIA ADM. PREVIDENCIARIA
Sandra Mª Parente de Oliveira
Sócia-Adm. - CNPJ. 07.890.701/0001-92

Francisca Glaucineis S. da Cunha
Contadora- 0127410-9
CPF: 246.452.903-63

Emolumentos Lei Est. 13.522 de 22/Set/2004 C/C Art. 6º da Lei 10.169/00			
Código nº	6001	- R\$	23,74
Fórmula	5%	- R\$	3,51
Selo	5%	- R\$	4,52
ISS	5%	- R\$	1,19
ST	5%	- R\$	1,19
OT	-	- R\$	46,85
Total		R\$	79,90

3ª via

6ª Notaria de Fortaleza - Cartório Melo Júnior

26 MAR 2018

da verdade

HP461.034

(

)

100

100

CAPESE
231

NASCIMENTO	NACIONALIDADE	NATURALIDADE
18/10/1968	BRASILEIRA	FORTALEZA-CE
DIPLOMAÇÃO	CPF	RG
05/08/1988	248.452.903-63	95002287540 SSP-CE
TÍTULO		TÍTULO EXPEDIDO (OU DEC. DE PROVISORADO)
BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS		UNIV. DE FORTALEZA-UNIFOR

Este carteira tem fé pública como documento de identidade, nos termos do art. 16 do Decreto-Lei nº 9.295/46, c/c art. 1º da Lei nº 6.206/75.

DATA DE EXPEDIÇÃO: 21/06/2010

Carla Regina Antunes Coelho
PRESIDENTE DO CRC

VALIDA EM TODA O TERRITÓRIO NACIONAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO ESTADO DO CEARÁ

CATEGORIA	Nº DO REGISTRO
CONTADOR	CE-012241/G-8
NOME	
FILIAÇÃO	
ASSINATURA DO PROFISSIONAL	

FRANCISCA GLAUCINEIDE SOUZA DA CUNHA
GERARDO MARQUES DE SOUZA
MARIA DE LOURDES SILVA DE SOUZA

SELO DE AUTENTICAÇÃO

KG 03

HP462.028

26 MAR 2018

Em test _____ da verdade

EVANILTON PEREIRA PERSSON

Assessoria Jurídica - Rua da Paz, 24 - Fº 05 - CEP 89355-81

PRESENÇA DO CARIÓTIPO DE AUTENTICAÇÃO

Handwritten signatures and initials:
APR 2
ho
[Signature]

72

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO CEARÁ

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO CEARÁ, CNPJ nº 07.093.503/0001-06, certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: FRANCISCA GLAUCINEIS SOUZA DA CUNHA
REGISTRO.....	: CE-012741/O-9
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 246.452.903-63

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCCE contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: FORTALEZA, 10.04.2018 as 14:54:24.

Válido até: 09.07.2018.

Código de Controle: 146852.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCCE.

M

Assinaturas manuscritas



73



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA
SEÇÃO DE CERTIDÕES**

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO CÍVEL

NÃO É VÁLIDA PARA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

CERTIFICO, em virtude da faculdade que me é conferida por lei e a requerimento da parte interessada, que consultando nos Sistemas Informatizados do Serviço de Distribuição desta Comarca, **DESDE 1º DE AGOSTO DE 1994, ATÉ A PRESENTE DATA**, em relação ao(s) Polo(s) **PASSIVO OU ATIVO** dos processos de Natureza Cível, **EM TRÂMITE**, distribuídos aos Juízos de Recuperação de Empresas e Falência da Comarca de Fortaleza, verifiquei **NADA CONSTAR**, em nome de **CTAP CONSULTORIA TECNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIARIA LTDA**, CNPJ nº. 07.890.701/0001-92.

CERTIFICO, ainda, que a supracitada consulta inclui as seguintes classes: **FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL**.

CERTIFICO, finalmente, que esta certidão só é válida por **30 (trinta) dias**, a contar da data de sua emissão, **sem rasuras ou emendas, com assinatura do Agente Público responsável e Selo de Autenticidade**.

O referido é verdade e dou fé.
Fortaleza, 20/03/2018 às 16:50.
Usuário: 96168



A presente cópia fotostática confere com o original em poder desta Notaria Pública. O referido é verdade Dou fé Fortaleza.

26 MAR 2018

Em test. _____ da verdade

EVANDRO FERREIRA PESSOA

Suplente Autorizado, na forma da Lei nº 11.019 de 1994

Página 1 de 1



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA

Secretaria Executiva Regional II - SER II

LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

021449

ALVARÁ

CONCEDIDO A CTAP CONS TECNICA ASS ADM PREVID LTDA		PROCESSO Nº 3526/2010	
ESTABELECIDO A RUA TOMAS ACIOLI, 840 SL-204 CEP 60.135-180 Bairro DIONISIO TORRES			
ATIVIDADE PRINCIPAL ESCRITORIO DE TREIN DESENV PROFISSIONAL			
USO ADEQUADO	SUBGRUPO DE USO PS	CÓD. ATIVIDADE 741522	C.N.P.J. (M.F.) 07.890.701/0001-92
INSCRIÇÃO ATUAL 311411 2		INSCRIÇÃO IPTU 434095-7	
ÁREA CONSTRUÍDA 59.00	ÁREA DESCOBERTA 0.00	ÁREA TOTAL 59.00	
OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES ALVARA DEFINITIVO MANTIDAS AS CARACTERISTICAS ACIMA O ALVARA DE FUNCIONAMENTO DEVERA PERMANECER AFIXADO EM LOCAL VISIVEL NO ESTABELECIMENTO			

Fortaleza, 17 de Junho de 2010

César Lima Bézerra
Engº Civil CREA 40890/CE
ANALISTA DO PROCESSO

Ruchele Mª Leite Militão
ASS. TEC. FISCALIZAÇÃO
Ass. Técnica (Fiscalização)
Mat. 18234

Alzenira Rodrigues Amentel
Ass. Tec. FISCALIZAÇÃO
Assessora do Titular - SER II



M

hs
hs
hs



A EMPRESA CTAP-CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIARIA LTDA-ME.

CNPJ n.º 07.890.701/0001-92

RUA: TOMÁS ACIOLI, Nº 840- SALA 204, DIONISIO TORRES, FORTALEZA-CEARÁ.

TELEFONE: 85-3246. 1036

PESSOAS PARA CONTATO:

MARIA NAZARÉ BANDEIRA – 85 99988.0704

SANDRA MARIA PARENTE DE OLIVEIRA – 85 99985.8161

FORTALEZA, 26 DE MARÇO DE 2018.

CARTÓRIO
MELO JÚNIOR

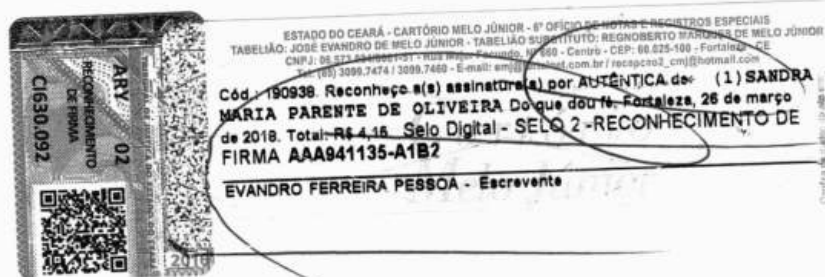
Sandra Maria Parente de Oliveira

SANDRA MARIA PARENTE DE OLIVEIRA

SÓCIA ADMINISTRADORA

RG: 2003002216111 / CPF: 414.486.343-34

CTAP - CONSULTORIA TÉCNICA
ASSESSORIA ADM. PREVIDENCIARIA
Sandra Mª Parente de Oliveira
Sócia-Adm. - CNPJ. 07.890.701 0001-92



Rua Tomás Acioli, 840, Sala 204 – Dionísio Torres – Fortaleza-CE.

Fone: (85) 3246-1036

Email: ctap.consultoria@yahoo.com.br



DECLARAÇÃO

A empresa **CTAP-CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIARIA LTDA-ME**, inscrita no CNPJ n.º 07.890.701/0001-92, com sede na **RUA: TOMÁS ACIOLI, Nº 840-SALA 204, DIONISIO TORRES, FORTALEZA-CEARÁ**,

DECLARAMOS, para todos os fins e sob as penas da lei, que não executamos trabalho noturno, perigoso ou insalubre com menores de dezoito anos e de qualquer trabalho com menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e de conformidade com a exigência prevista no inciso V, do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente sob as penas da Lei.

FORTALEZA, 26 DE MARÇO DE 2018.

CARTÓRIO
MELO JÚNIOR

SANDRA MARIA PARENTE DE OLIVEIRA
SÓCIA ADMINISTRADORA
RG: 2003002216111 / CPF: 414.486.343-34

CTAP - CONSULTORIA TÉCNICA
ASSESSORIA ADM. PREVIDENCIARIA
Sandra Mª Parente de Oliveira
Sócia-Adm. - CNPJ. 07.890.701 0001-92

Rua Tomás Acioli, 840, Sala 204 – Dionísio Torres – Fortaleza-CE.
Fone: (85) 3246-1036
Email: ctap.consultoria@yahoo.com.br

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MELO JÚNIOR - 1ª DELEG. DE NOTAS E REGISTROS ESPECIAIS
TABELIÃO: JOSÉ EVANDRO DE MELO JÚNIOR - TABELIÃO SUBSTITUTO: REGIMENILIO MARQUES DE MELO JÚNIOR
CNPJ: 06.573.614/0001-01 - Rua Manoel E. de Sá, N° 680 - Centro - CEP: 60.025-108 - Fortaleza - CE
Tel: (85) 3299.7474 / 3299.7480 - E-mail: emj@hotmmail.com.br / recapcao2_cnj@hotmail.com

Cód.: 190936. Reconheço a ~~(s)~~ assinatura(s) por AUTÊNTICA de: (1) SANDRA
MARIA PARENTE DE OLIVEIRA De que dou fé. Fortaleza, 28 de março
de 2018. Total: R\$ 4,18. Selo Digital - SET Q 2 - RECONHECIMENTO DE
FIRMA AAA941127-A1B2

EVANDRO FERREIRA PESSOA - Escrevente

Quando eu deixar de ser um
escritor, vou para a imprensa

RECIBO DE RECONHECIMENTO DE FIRMA
KOF 02
C/630.093

2018



DECLARAÇÃO

A empresa **CTAP-CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIARIA LTDA-ME**, inscrita no CNPJ n.º 07.890.701/0001-92, com sede na RUA: TOMÁS ACIOLI, Nº 840-SALA 204, DIONISIO TORRES, FORTALEZA-CEARÁ,

DECLARO, que tomei conhecimento de todas as informações para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação e obtive os documentos necessários à formulação da proposta.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente sob as penas da Lei.

FORTALEZA, 26 DE MARÇO DE 2018.

CARTÓRIO
MELO JÚNIOR

Sandra Maria Parente de Oliveira

SANDRA MARIA PARENTE DE OLIVEIRA

SÓCIA ADMINISTRADORA

RG: 2003002216111 / CPF: 414.486.343-34

**CTAP - CONSULTORIA TÉCNICA
ASSESSORIA ADM. PREVIDENCIARIA
Sandra Mª Parente de Oliveira
Sócia-Adm. - CNPJ. 07.890.701/0001-92**

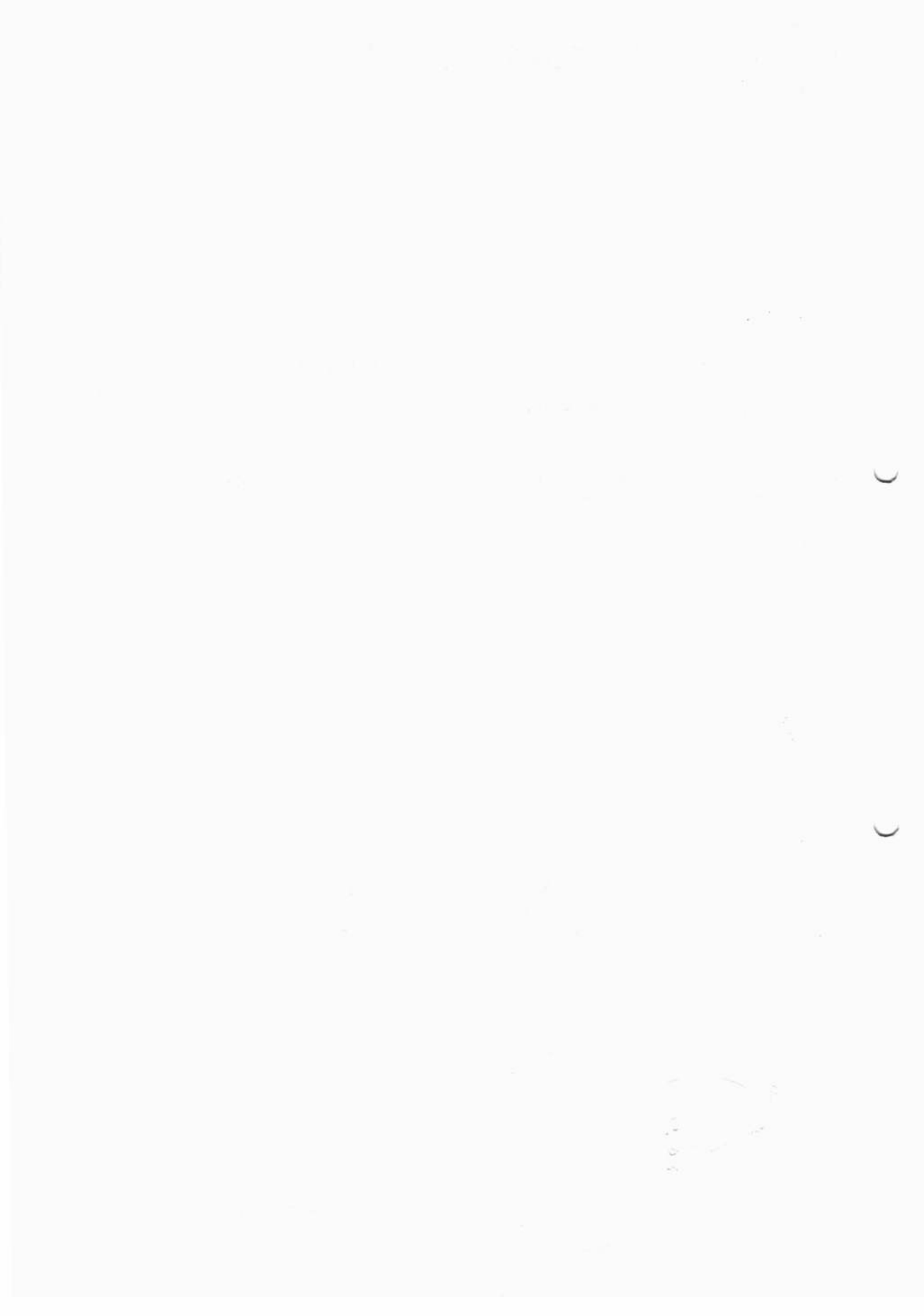


ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MELO JÚNIOR - 6º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTROS ESPECIAIS
TABELIÃO: JOSÉ EVANDRO DE MELO JÚNIOR - TABELIÃO SUBSTITUTO: RECONHECIMENTO DE MARQUES DE MELO JÚNIOR
CNPJ: 06.573.034/0001-01 - Rua Major Ruy, nº 680 - Centro - CEP: 60.095-100 - Fortaleza - CE
Tel: (85) 3246-1036 - E-mail: contato@fortalinet.com.br / recapcas02_cmf@hotmail.com
Cód.: 190988. Reconheço a(s) assinatura(s) por AUTÊNTICA de: (1) SANDRA MARIA PARENTE DE OLIVEIRA do que dou fe. Fortaleza, 26 de março de 2018. Total: R\$ 4,15. Selo Digital - SEL02 - RECONHECIMENTO DE FIRMA AAA941134-A1B2
EVANDRO FERREIRA PESSOA - Escrevente

Rua Tomás Acioli, 840, Sala 204 – Dionísio Torres – Fortaleza-CE.

Fone: (85) 3246-1036

Email: ctap.consultoria@yahoo.com.br





DECLARAÇÃO

A empresa **CTAP-CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIÁRIA LTDA-ME**, inscrita no CNPJ n.º 07.890.701/0001-92, com sede na RUA: TOMÁS ACIOLI, Nº 840- SALA 204 , DIONISIO TORRES, FORTALEZA-CEARÁ,

DECLARA, para os devidos fins de direito, especialmente para fins de prova em processo licitatório nº 2018.03.16.02, junto a **CAPEI – CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITAPAJÉ**, que sob as penalidades cabíveis, que inexistente qualquer fato superveniente impeditivo de nossa habilitação para participar no presente certame licitatório, bem assim que ficamos ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, nos termos do art.32, §2º, da Lei nº 8.666/93.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei

FORTALEZA, 26 DE MARÇO DE 2018.

CARTÓRIO
MELO JÚNIOR

SANDRA MARIA PARENTE DE OLIVEIRA

SÓCIA ADMINISTRADORA

RG: 2003002216111 / CPF: 414.486.343-34

CTAP - CONSULTORIA TÉCNICA
ASSESSORIA ADM. PREVIDENCIÁRIA
Sandra Mª Parente de Oliveira
Sócia-Adm. - CNPJ. 07.890.701/0001-92

Rua Tomás Acioli, 840, Sala 204 – Dionísio Torres – Fortaleza-CE.

Fone: (85) 3246-1036

Email: ctap.consultoria@yahoo.com.br



ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MELO JÚNIOR - 6º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTROS ESPECIAIS
TABELIÃO: JOSE EVANDRO DE MELO JÚNIOR - TABELIÃO SUBSTITUTO - RENOVAMENTO MARQUES DE MELO JÚNIOR
CNPJ: 06.573.034/0001-61 - Rua Major Facundo, N° 549 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE
Tel: (085) 3099.7474 / 3099.7481 - E-mail: cmelojunior@net.com.br / recepcao2_cmj@hotmail.com

Cód. 190835. Reconheço a(s) assinatura(s) por **AUTÊNTICA** de: **(1) SANDRA MARIA PARENTE DE OLIVEIRA** Do que dou fé. Fortaleza, 26 de março de 2018. Total: R\$ 4,16. Selo Digital - SELO 2 - RECONHECIMENTO DE FIRMA **AAA941129-A1B2**

EVANDRO FERREIRA PESSOA - Escrevente

Confira os dados do ato em
esindigitalize.com.br/portal



ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS

Aos 17 (Dezessete) dias do mês de Abril de 2018, às 10h30min, na sala da Comissão de Licitação, estando presentes os integrantes da Comissão de Licitação: Presidente: **ZEUDA BRIOSO MARINHO** e os membros **ROCICLÉIA RODRIGUES CUNHA** e **LUIZ VANDO ARAUJO DE SOUZA**, estando presentes na sessão os seguintes licitantes: 1. **RODRIGUES E SOUZA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, 2. **PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS** e 3. **CTAP CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIÁRIA LTDA**, com observância as disposições contidas na TOMADA DE PREÇOS nº 2018.03.16.02, cujo objeto é os **CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA JURÍDICA ADMINISTRATIVA, NA ÁREA DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E PARECERES CORRELATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE DA CAPESI – CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITAPAJÉ-CE**, Processo nº 2018.03.16.02, e na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, o Presidente da Comissão de Licitação deu início ao procedimento licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇOS, recebendo os envelopes "Documentos" e "Propostas", simultaneamente, em ato público. Recebidos os envelopes, a Comissão tomou imediatamente as medidas necessárias para assegurar a inviolabilidade dos envelopes propostas, caso não possa na mesma sessão passar da fase de HABILITAÇÃO para a fase de julgamento das propostas, devido ao prazo recursal previsto no art.109, inciso I, alínea "a" da Lei de Licitações. Iniciada a fase de HABILITAÇÃO com a abertura dos envelopes "DOCUMENTOS" que serão analisados e rubricados pela Comissão e pelos licitantes presentes. Analisada toda documentação apresentada chegou-se ao seguinte resultado: **PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS** e **CTAP CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIÁRIA LTDA** estão devidamente habilitados, enquanto que o licitante **RODRIGUES E SOUZA ADVOGADOS ASSOCIADOS** está Inabilitado por não ter cumprido com a exigência contida no adendo do edital item 4.2.5, alínea "C" (não comprovou experiência em Direito Previdenciário). Após a divulgação do resultado a Comissão consta em Ata os seguintes apontamentos dos licitantes presentes:

RODRIGUES E SOUZA ADVOGADOS ASSOCIADOS: "Alegação de desconformidade com o edital das empresas: Pontes Advogados, ausência de autenticação em uma das vias da carteira profissional, o alvará foi emitido no dia 05/02/18 e não apresenta prazo de validade, estando em desacordo com o item 4.1.b do edital. CTAP – Consultoria Técnica, o registro em cartório contrato social, inscrição do CNPJ e Municipal apresentam as seguintes informações sobre o objeto da atividade da empresa, 'assessoria técnica previdenciária, treinamento e desenvolvimento profissional', portanto, a empresa CTAP Consultoria técnica não tem sua atividade incluída no CNAE compatível com a atividade jurídica objeto da licitação. O CNPJ foi emitido no dia 13/03 e não tem prazo de validade, portanto, está em desacordo com o item 4.1.b, ausência de certidão de regularidade do órgão ou entidade fiscalizadora, alvará emitido dia 17/07/10 sem prazo de validade, portanto, em desacordo com o item 4.1.b".

PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS: "Rodrigues e Sousa Adv., atestado de capacidade técnica emitido por órgão legislativo, diverso ao objeto da licitação, ademais, não consta habilitação de desempenho de atividade compatível com o objeto, qual seja, direito previdenciário; conforme o subitem 4.2.5m da qualificação

h

12 12



CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES DE ITAPAJÉ
Praça Vicente Porfírio Sampaio, 1900 – Centro – Itapajé - Ceará
CEP: 62.600-000 - CNPJ: 63.393.938/0001-39



técnica, o proponente não comprova experiência em direito administrativo e previdenciário, fazendo juntada as certidões que não comprova sua experiência. CTAP – Consultoria Técnica, o objeto social da empresa trata-se de atividades de treinamento e desenvolvimento profissional, logo, a ausência de registro da sociedade na OAB, a torna como prestadora de assessoria jurídica uma empresa ilegal, não podendo, portanto, atuar como consultoria, assessoria e direção jurídica junto a CAPESI, nos termos do objeto licitado; o fato de possuir em seus quadros advogado como sócio, não lhe permite, sem registro na OAB, atuar em assessoria jurídica nos termos do objeto da licitação”.

A Comissão de Licitação indagou de algum dos presentes iriam interpor quaisquer recurso contra as decisões aqui tomadas, sendo aqui constado que a empresa **RODRIGUES E SOUZA ADVOGADOS ASSOCIADOS** irá interpor recurso, nos moldes do art.109, inciso I, alínea “a” da Lei de Licitações, estando desde já aberto o referido prazo recursal. Também fica aberto o prazo recursal para as demais empresas se manifestarem acerca dos apontamento constados nesta Ata, nos mesmos moldes. Nada mais havendo a ser consignado em ata, foi encerrada a sessão.

ITAPAJE-CE, 17 DE ABRIL DE 2018.

Zeuda Brioso Marinho

ZEUDA BRIOSO MARINHO

PRESIDENTE DA CPL

Luiz Vando Araújo de Souza

LUIZ VANDO ARAUJO DE SOUZA

MEMBRO DA CPL

Rocicléia Rodrigues Cunha

ROCICLÉIA RODRIGUES CUNHA

MEMBRO DA CPL

LICITANTES:

Rodrigues e Souza Advogados Associados

RODRIGUES E SOUZA ADVOGADOS ASSOCIADOS

F. Pontes Advogados Associados

PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS

Sandra Maria Ponte de Oliveira

CTAP CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E
PREVIDENCIÁRIA LTDA



ILMA SRA. THYNALLE BASTOS DE SOUSA, ORDENADOR DE DESPESA DA CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITAPAJÉ – CAPESI

REF AO PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇO Nº 2018.03.16.02/2018

A empresa RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS – ME, com sede à Rua Prof. Alaíde Ramos 416, Centro, Reriutaba – CE. CEP 62.260-000, CNPJ sob o número 18.583.109/0001-64, representada pelo Sr. RAIMUNDO RODRIGUES DE FARIAS FILHO, Sócio Administrador, portador da CI nº 2000031117717, inscrito no CPF nº 543.924.383-68, com endereço residencial à rua Raimundo Capistrano de Castro 145 – Centro, Reriutaba-CE, vem à presença de V. Sra. respeitosamente e tempestivamente, com fulcro no Art. 109, I, “a” da Lei 8.666/93, interpor o presente

RECURSO ADMINISTRATIVO

contra a decisão da CPL desta autarquia municipal que inabilitou a empresa RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS - ME e que habilitou as empresas PONTES ADVOGADOS ASSOCIADOS e CTAP – CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA JURÍDICA E ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIARIA LTDA.

Caixa de aposentadoria e pensão
dos servidores de Itapajé
Recebido em
24/04/18
08:20hs
Responsável

DOS FATOS

No dia 17/04/18 foi realizada a sessão de julgamento dos documentos de habilitação de proposta de preço do processo licitatório supra, para tanto encontravam-se presentes os licitantes RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS - ME, PONTES ADVOGADOS ASSOCIADOS e CTAP – CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA JURÍDICA E ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIARIA LTDA.

Em que foi inabilitada a empresa RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS-ME e habilitadas as empresas PONTES ADVOGADOS ASSOCIADOS e CTAP – CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA JURÍDICA E ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIARIA LTDA. Quanto a inabilitação da empresa ora recorrente foi alegado pela CPL da Autarquia CAPESI que a empresa recorrente não teria cumprido o item o item 4.2.5 alinea “c” do adendo do edital em comento, elegendo que a predita empresa **não teria comprovado experiência em Direito Previdenciário.**

DAS PRELIMINARES

Quanto a alegação pela CPL de que a empresa não teria cumprido a exigência de comprovação em Direito Previdenciário, tal exigência foi motivo de insurgência pela empresa requerente em sede de impugnação de edital acostado ao processo licitatório supra. Alegações referidas, *in casu*, não providas pela CPL, devendo-se trazer as questões posta na citada impugnação de edital para reanálise pelo órgão *ad quem*.



DO MÉRITO

DA ALEGAÇÃO DA EMPRESA RECORRENTE NÃO TER CUMPRIDO O ITEM 4.2.5 ALÍNEA "C" DO ADENDO DO EDITAL QUANTO A DE EXPERIÊNCIA EM DIREITO PREVIDENCIÁRIO

A lei de licitações assim assevera quanto a documentação relativa a qualificação técnica:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:
II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

Não podendo a Administração fazer inserir em edital exigências que extrapolem aquelas indispensáveis e necessárias à garantia do cumprimento das obrigações. Exigências excessivas servem, tão somente, **para comprometer a garantia constitucional de igualdade de condições a todos os concorrentes**. A verificação da qualificação técnica conforme consta do artigo 30 da Lei nº 8.666/93 tem por objetivo unicamente assegurar que o licitante estará apto a dar cumprimento às obrigações assumidas com a Administração, não podendo a sua comprovação ser feita mediante a formulação de exigências desarrazoadas, que podem comprometer a observância do princípio constitucional da isonomia.

É de se notar a natureza estritamente exaustiva dos art. 30 da Lei nº 8.666/93, ou seja, a **Administração somente poderá exigir os documentos expressamente ali elencados**, nenhum a mais. Podemos verificar tal entendimento presente no texto constitucional art. 37, XXI conforme segue:

Art. 37, XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que

Rodrigues & Sousa Advogados Associados



estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual **somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.**

A empresa apresentou Atestado de Capacidade Técnica emitido pela Câmara Municipal de Reriutaba que apresenta a seguinte menção as atividades desenvolvidas por esta:

- Analisar, interpretar, assessorar e atuar nos projetos de lei e nas questões de Direito, em conformidade com as normas jurídicas em vigor, nas áreas constitucional, administrativa, orçamentária **regime de pessoal**, fiscal e tributária.

Ao final o citado atestado traz a seguinte menção:

Atestamos que **os citados serviços foram executados pelo Sr. RAIMUNDO RODRIGUES DE FARIAS FILHO** portador do CPF nº 543.924.383-68 e inscrito na OAB/CE nº 26.291, que este apresentou um bom desempenho técnico profissional e que os serviços foram executados satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Adquirindo o predito Atestado de Capacidade Técnica caráter operacional e profissional.

Como bem assevera o texto legal referido, o objeto deve ser **pertinente e compatível** com o objeto da licitação, não seria crível entender que a atividade desempenhada pela empresa recorrente em **regime de pessoal não teria pertinência** ou fosse **incompatível** com a **atividade previdenciária**. Da mesma forma a empresa requerida apresentou comprovação de conclusão em curso de Especialização de Direito em Administração Pública, com estudo da disciplina em “Direito de Pessoal da Administração Pública”, pelo sócio administrador da empresa requerida, **demonstrando o grau de conhecimento técnico do sócio administrador**, no que se refere a legislação referente ao regime de pessoal em que se inclui a **atividade previdenciária, tanto em seu aspecto teórico quanto prático**. Comprovando, pelo aludido, a **capacidade técnica operacional** e



profissional da empresa e do sócio administrador para o cumprimento da obrigação, presente no objeto do edital supra.

Nesse diapasão segue a jurisprudência do STJ, *ex vi*:

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO (PREGÃO) PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO-PEDAGÓGICO PARA O SISTEMA DE ENSINO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA - ENTIDADE LICITANTE COM PROPOSTA VENCEDORA INABILITADA E EXCLUÍDA DO CERTAME - AUSÊNCIA DE DISCRIMINAÇÃO EXATA DO OBJETO LICITADO EM SEU ATO CONSTITUTIVO (ESTATUTO) - ÁREA DE ATUAÇÃO E CAPACITAÇÃO TÉCNICA DEMONSTRADAS CONFORME PREVISÕES EDITALÍCIAS - SENTENÇA QUE ANULOU O ATO ADMINISTRATIVO MANTIDA. "Verificado que a empresa licitante atingiu a finalidade visada pelos requisitos estabelecidos no edital, é de ser garantida a sua participação em todas as etapas do certame. 'O interesse público reclama o maior número possível de concorrentes, configurando ilegalidade a exigência desfilhada da lei básica de regência e com interpretação de cláusulas editalícias impondo condição excessiva para a habilitação' (STJ, MS n. 5.693/DFR, Min. Nilton Luiz Pereira)"

Entender que para haja o enquadramento no item 4.2.5 alínea "c" do adendo do edital em comento deveria o licitante trazer em seu atestado de Capacidade Técnica as expressões "assessoria previdenciária", caracteriza **restrição ao caráter competitivo**, vejamos o que afirma a Lei de Licitações sobre o tema:

Art. 3º § 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991

Tal prática é severamente combatida pelo TCU e pela respeitável doutrina,

ipsis literis:

TCU – Decisão 369/1999 – Plenário – “8.2.6 abstenha-se de impor, em futuros editais de licitações, **restrições ao caráter competitivo do certame e que limitem a**



participação de empresas capazes de fornecer o objeto buscado pela Administração Pública, consoante reza o art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93;"

"O ato convocatório tem de estabelecer as regras necessárias para seleção da proposta vantajosa. Se essas exigências serão ou não rigorosas, isso dependerá do tipo de prestação que o particular deverá assumir. **Respeitadas as exigências necessárias para assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, serão inválidas todas as cláusulas que, ainda indiretamente, prejudiquem o caráter "competitivo" da licitação**" (Marçal Justen Filho in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11º Ed, São Paulo: Dialética, 2005, p. 63).

DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA CTAP – CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA JURÍDICA E ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIARIA LTDA

A referida empresa foi habilitada indevidamente pois NÃO APRESENTA CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

1 – A empresa em apreço apresenta incompatibilidade a entre a atividade exercida por esta e aquela exigida no edital em comento, senão vejamos:

1.1 – O edital assim apresenta a atividade a ser desenvolvida pela empresa

1.0 DO OBJETO E VALOR ESTIMADO

1.1 - A presente licitação tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA JURÍDICA ADMINISTRATIVA, NA ÁREA DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E PARECERES CORRELATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE DA CAPEI – CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITAPAJÉ-CE**, conforme detalhamento no anexo II, parte integrante deste instrumento convocatório.

As atividades Jurídicas apresenta os seguintes CNAE

69.1 ATIVIDADES JURÍDICAS

69.11-7 Atividades jurídicas, exceto cartórios

6911-7/01 Serviços advocatícios

Esta subclasse compreende:

- a representação legal dos interesses de uma parte contra outra, diante de tribunais ou de outros órgãos judiciais, realizada por advogado ou sob sua supervisão, tais como:
- aconselhamento e representação em ações civis
- aconselhamento e representação em ações criminais
- **aconselhamento e representação em ações administrativas**



- aconselhamento e representação em ações trabalhistas e comerciais
- a assessoria geral e aconselhamento e a preparação de documentos jurídicos, tais como:
- estatutos sociais, escrituras de constituição, contratos de sociedade coletiva ou documentos similares relacionados à formação de sociedades
- contratos, inventários, etc.¹

A empresa CTAP – CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA JURÍDICA E ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIARIA LTDA apresenta em seu CNPJ o seguinte CNAE:

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

As atividades que a referida empresa pode desenvolver, estão descritas conforme o CNAE da mesma a seguir:

8599-6/04 Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

Esta subclasse compreende:

- as atividades de treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

Esta subclasse não compreende:

- a educação profissional de nível técnico (8541-4/00)
- a educação profissional de nível tecnológico (8542-2/00)
- o ensino médio (8520-1/00)
- a educação superior (grupo 85.3).²

Tais atividades descritas no referido CNAE, **não apresentam qualquer relação pertinente ou compatível com a atividade jurídica objeto do processo licitatório em comento**. Embora a referida empresa apresente em seu quadro de sócio advogado habilitado, os trabalhos a serem desenvolvidos são **pela empresa** e **não pela pessoa física do advogado**, conquanto esta o faça através de seus sócios e funcionários.

¹ Texto extraído da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – SUBCLASSES. Comissão Nacional de Classificação - CONCLA

² Texto extraído da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – SUBCLASSES. Comissão Nacional de Classificação - CONCLA



2 – O item 4.1 “b” do edital traz a seguinte redação

4.1- Os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados da seguinte forma:

a) Em originais ou publicação em Órgão Oficial, ou, ainda, por qualquer processo de cópia autenticada em Cartório, exceto para a garantia, quando houver, cujo documento comprobatório deverá ser exibido exclusivamente em original;

b) Dentro do prazo de validade, para aqueles cuja validade possa expirar. Na hipótese do documento não conter expressamente o prazo de validade, deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre a validade do mesmo. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data de sua emissão;

c) Rubricados na ordem deste Edital, da primeira à última página, de modo a refletir seu número exato;

A empresa CTAP – CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA JURÍDICA E ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIARIA LTDA apresentou inscrição no CNPJ emitida no dia 13/03/18 e Alvara de funcionamento emitido no dia 17/07/10, ambos sem data de vencimento, portanto estão ambos os referidos documentos apresentados pela empresa **em desacordo com o item 4.1 alínea “b” do edital.**

A empresa também não apresentou CERTIDÃO DE REGULARIDADE conforme o item 4.2.5 alínea “a”

Deve-se salientar que a inabilitação da empresa CTAP – CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA JURÍDICA E ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIARIA LTDA não compromete o caráter competitivo da disputa, pois quanto a questão levantada em ata de sessão de julgamento de habilitação do predito processo licitatório, para inabilitação da empresa requerente que se refere a mera questão interpretativa sobre o alcance das expressões pertinente e compatível presentes no inc. II art. 3º da Lei 8.666/93, entendemos ter sido devidamente esclarecida no presente feito. Quanto as questões suscitadas na citada ata para a empresa PONTES ADVOGADOS ASSOCIADOS são questões que se referem a autenticidade de documentos que podem ser verificadas por meio de diligências, na forma do §3 do art. 43 da Lei de Licitações. Quanto a empresa CTAP – CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA JURÍDICA E

Rodrigues & Sousa Advogados Associados



ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIARIA LTDA reafirmamos a impossibilidade de seguir no processo para a fase de proposta de preço por total incompatibilidade entre a atividade desenvolvida por esta e a atividade jurídica, objeto do processo licitatório em comento, bem como, por descumprimento a regras do edital, sem que possa aferir qualquer dilação interpretativa quantos o atendimento desta empresa aos itens 4.1 alínea "b" e 4.2.5 do edital.

DO PEDIDO

Ante o exposto requerer:

A habilitação da licitante RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS TOMADA DE e a inabilitação da empresa CTAP – CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA JURÍDICA E ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIARIA LTDA.

Itapaje, 23 de abril de 2018

Handwritten signature of Raimundo Rodrigues de Farias Filho

RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS
CNPJ 18.583.109/0001 - 64
RAIMUNDO RODRIGUES DE FARIAS FILHO
CPF: 543 924 383 - 68
OAB / CE Nº 26.291

RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS
CNPJ 18.583.109/0001 - 64
RAIMUNDO RODRIGUES DE FARIAS FILHO
CPF: 543 924 383 - 68
OAB / CE Nº 26.291

A TODOS OS PARTICIPANTES**TOMADA DE PREÇOS Nº 2018.03.16.02/2018****Decisão referente ao julgamento do TERMO DE RECURSO interposto pela empresa RODRIGUES & SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS.**

Trata-se de JULGAMENTO do termo recursal dirigida à Comissão de Licitação da CAPESI – ITAPAJÉ/CE, interposta **TEMPESTIVAMENTE** pela empresa RODRIGUES & SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS, com fundamento legal no art. 109, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 8666/93, na qual discorre acerca de suposta ilegalidade na sua inabilitação na competição do certame originado no Edital de Tomada de Preços nº 2018.03.16.02/2018, bem como na incorreta habilitação da empresa CTAP CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA JURÍDICA E ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIÁRIA LTDA. Ato contínuo, a Comissão de Licitação comunicou aos demais participantes dos fatores motivadores dos argumentos trazidos à baila pela referida empresa, concedendo o prazo para CONTRARRAZÕES AO REFERIDO RECURSO, onde decorrido o prazo recursal, nada foi argumentado. São as considerações iniciais.

Primeiramente, enfatizamos o princípio da legalidade, onde, ao contrário do particular que, como regra, pode fazer aquilo que lei não proíba, o administrador público somente pode agir em virtude de lei. Assim, todos os atos administrativos derivados da CAPESI, devem obediência à legislação que o regulamenta.

A fase de habilitação, por sua vez, verifica a capacidade dos participantes na possível prestação dos serviços, objeto do certame licitatório tendo a competência de formar provas jurídicas, econômicas e técnicas do particular interessado em contratar com o ente federado promovedor da licitação. Nesse sentido, leciona Marçal Justen Filho, *verbis*:

A prova de habilitação jurídica corresponde à comprovação de existência, da capacidade de fato e da regular disponibilidade para exercício das faculdades jurídicas. Somente pode formular proposta aquele que possa validamente contratar. As regras sobre o assunto não são de direito administrativo, mas de direito civil e comercial. **Não existe discricionariedade para a Administração Pública estabelecer, no caso concreto, regras específicas acerca da habilitação jurídica. Mais precisamente, a Administração deverá**

acolher a disciplina própria acerca dos requisitos de capacidade jurídica e de fato, dispostas em cada ramo do Direito. Encontra-se em situação de habilitação jurídica o sujeito que, em face do ordenamento jurídico, preenche os requisitos necessários à contratação e execução do objeto.¹

Prosseguindo o raciocínio, temos a seguinte decisão do STJ:

A habilitação do particular, antes denominada capacidade jurídica, é a aptidão efetiva do interessado, seja ele pessoa física ou jurídica, para exercer direitos e contrair obrigações, com responsabilidade absoluta ou relativa de seus atos.²

Analizando atentamente as alegativas da primeira recorrente, vemos que as mesmas merecem prosperar, tendo em vista que, em análise apressada do atestado, não atinou-se para as precipuidades destacadas, motivo pelo qual entende-se, após análise minuciosa do recurso interposto, HABILITAR a referida empresa, em primazia ao princípio da vantagem, bem como legalidade e julgamento objetivo.

Já no que tange a suposta inexistência de qualificação técnica da empresa CTAP CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA JURÍDICA E ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIÁRIA LTDA, temos que as razões de desaprovação dos documentos de habilitação apresentados pela recorrente, consubstanciados ao termo recursal ora em destaque, não são fatores fundantes a desqualificar a qualificação técnica ou autorização de funcionamento da empresa em prol da execução dos serviços pretendidos na licitação em comento, motivo pelo qual não acatamos os argumentos exarados no sentido de desqualificar a concorrente, porque fatores torpes, não condizentes com o princípio da razoabilidade c/c busca da proposta mais vantajosa entre comprovados potenciais interessados.

Assim sendo, RESOLVO, ante as razões apresentadas **ADMISSIBILIDADE** do termo recursal interposto pela empresa RODRIGUES & SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS porque tempestivo, com análise do mérito e consequente PROVIMENTO PARCIAL, com alteração da decisão pela sua HABILITAÇÃO no certame, bem pelo IMPROVIMENTO quanto ao pedido da INABILITAÇÃO da empresa CTAP CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA JURÍDICA

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos / Marçal Justen Filho. 8. ed. – São Paulo : Dialética, 2000. Pag.312.

² FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Vade-mécum de licitações e contratos. Legislação: organização e seleção, jurisprudência, notas e índices de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes. / Jorge Ulisses Jacoby Fernandes. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2005.



CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES DE ITAPAJÉ
Praça Vicente Porfírio Sampaio, 1900 – Centro – Itapajé - Ceará
CEP: 62.600-000 - CNPJ: 63.393.938/0001-39



E ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIÁRIA LTDA, pelos fatos e argumentos fartamente arrazoados no presente decisório. Esta é a decisão. s.m.j.

Itapajé – CE, 08 de maio de 2018.

Zeuda Brioso Marinho
ZEUDA BRIOSO MARINHO
Presidente da Comissão de Licitação

Ratifico todas as decisões tomadas de exórdio pela Comissão de Licitação:

Thynalle Bastos de Sousa
THYNALLE BASTOS DE SOUSA
Presidente da CAPESI / ITAPAJE-CE



CARTA PROPOSTA

FORTALEZA, 26 DE MARÇO DE 2018.

À

Comissão de Licitação da Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Itapajé
TOMADA DE PREÇOS Nº 2018.03.16.02

Apresentamos a V.Sas. nossa proposta para execução dos serviços objeto do Edital de TOMADA DE PREÇOS Nº 2018.03.16.02, pelo preço global de R\$ **58.500,00 (CINQUENTA E OITO MIL E QUINHENTOS REIAS)**, com prazo de execução até 31 de dezembro de 2018.

Pela presente declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente o da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94, as cláusulas e condições da modalidade TOMADA DE PREÇOS nº 2018.03.16.02.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	MENSAL	TOTAL
01	CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA JURIDICA ADMINISTRATIVA, NA AREA DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E PARECERES CORRELATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE DA CAPEI – CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE ITAPAJÉ-CE.	MÊS	09	6.500,00	58.500,00
TOTAL GLOBAL					58.500,00

Valor Global: R\$ 58.500,00 (CINQUENTA E OITO MIL E QUINHENTOS REIAS)

Prazo de execução dos serviços: 09 meses admitida a prorrogação (prestação continuada).

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Proponente: CTAP - CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIARIA LTDA-ME

CNPJ nº: 07.890.701/0001-92

ENDEREÇO: RUA: TOMÁS ACIOLI, Nº 840 – SALA 204 – DIONÍSIO TORRES – FORTALEZA/CE.

Dados bancários: BANCO 001 – AG: 3140-2 - C/C: 49.064-4.

CARTÓRIO
MELO JÚNIOR

Sandra Maria Parente de Oliveira
SANDRA MARIA PARENTE DE OLIVEIRA
SÓCIA ADMINISTRADORA

RG: 2003002216111 / CPF: 414.486.343-34

CTAP - CONSULTORIA TÉCNICA
ASSESSORIA ADM. PREVIDENCIARIA
Sandra Mª Parente de Oliveira

Rua Tomás Acioli, 840, Sala 204 – Dionísio Torres – Fortaleza-CE.

Fone: (85) 3246-1036

Email: ctap.consultoria@yahoo.com.br



ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MELO JÚNIOR - 8º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTROS ESPECIAIS
TABELIÃO: JOSE EVANDRO DE MELO JÚNIOR - TABELIÃO SUBSTITUTO: RECONHECIMENTO DE MELO JÚNIOR
CNPJ: 06.573.634/0001-61 - Rua Major Facundes, Nº 668 - Centro - CEP: 60.825-100 - Fortaleza - CE
Tel: (85) 2099.7474 / 3099.7460 - E-mail: recepcao2_cmj@hotmail.com / recepcao2_cmj@hotmail.com

Cód.: 190938. Reconheço a(s) assinatura(s) por AUTÊNTICA de: (1) SANDRA
MARIA PARENTE DE OLIVEIRA Do que dou fé. Fortaleza, 28 de março
de 2018. Total: R\$ 4,16 - Selo Digital - SELO 2 - RECONHECIMENTO DE
FIRMA AAA941132-A1B2

EVANDRO FERREIRA PESSOA - Escrevente

Confira os dados on-line em
www.recepcao2_cmj@hotmail.com



CARTA PROPOSTA

FORTALEZA, 26 DE MARÇO DE 2018.

À
Comissão de Licitação da Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Itapajé
TOMADA DE PREÇOS Nº 2018.03.16.02

Apresentamos a V.Sas. nossa proposta para execução dos serviços objeto do Edital de TOMADA DE PREÇOS Nº 2018.03.16.02, pelo preço global de R\$ **58.500,00 (CINQUENTA E OITO MIL E QUINHENTOS REIAS)**, com prazo de execução até 31 de dezembro de 2018.

Pela presente declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente o da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94, as cláusulas e condições da modalidade TOMADA DE PREÇOS nº 2018.03.16.02.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	MENSAL	TOTAL
01	CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA JURIDICA ADMINISTRATIVA, NA AREA DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E PARECERES CORRELATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE DA CAPESI – CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE ITAPAJÉ-CE.	MÊS	09	6.500,00	58.500,00
TOTAL GLOBAL					58.500,00

Valor Global: R\$ 58.500,00 (CINQUENTA E OITO MIL E QUINHENTOS REIAS)

Prazo de execução dos serviços: 09 meses admitida a prorrogação (prestação continuada).

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Proponente: CTAP - CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIARIA LTDA-ME

CNPJ nº: 07.890.701/0001-92

ENDEREÇO: RUA: TOMÁS ACIOLI, Nº 840 – SALA 204 – DIONÍSIO TORRES – FORTALEZA/CE.

Dados bancários: BANCO 001 – AG: 3140-2 - C/C: 49.064-4.

CARTÓRIO
MELO JÚNIOR

Sandra Maria Parente de Oliveira
SANDRA MARIA PARENTE DE OLIVEIRA
SÓCIA ADMINISTRADORA

RG: 2003002216111 / CPF: 414.486.343-34

CTAP - CONSULTORIA TÉCNICA
ASSESSORIA ADM. PREVIDENCIARIA
Sandra Mª Parente de Oliveira
Sócia Adm. - CNPJ: 07.890.701/0001-92

Rua Tomás Acioli, 840, Sala 204 – Dionísio Torres – Fortaleza-CE.

Fone: (85) 3246-1036

Email: ctap.consultoria@yahoo.com.br

[Handwritten signature]



ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MELO JÚNIOR - SERVIÇO DE NOTAS E REGISTROS ESPECIAIS
TABELIÃO: JOSÉ EVANDRO DE MELO JÚNIOR - TABELIÃO SUBSTITUTO: REGIBERTO MARQUES DE MELO JÚNIOR
CNPJ: 04.573.034/0001-51 - Rua: São Francisco, Nº 660 - Centro - CEP: 60.625-100 - Fortaleza - CE
Tel: (85) 3399.7474 / 3399.7466 - E-mail: emj@fortalim.com.br / recepcao2_emj@hotmail.com

Cód.: 190936. Reconheço a(s) assinatura(s) por AUTÊNTICA de: (1) SANDRA
MARZA PARENTE DE OLIVEIRA Do que dou fé. Fortaleza, 28 de março
de 2018. Total: R\$ 4,16. Selo Digital - SELO 2 - RECONHECIMENTO DE
FIRMA AAA941131-A1B2

EVANDRO FERREIRA PESSOA - Escrevente

Confira no endereço: <http://br.sic.gov.br/sic>



DECLARAÇÃO

A empresa **CTAP-CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIÁRIA LTDA-ME**, inscrita no CNPJ n.º 07.890.701/0001-92, com sede na **RUA: TOMÁS ACIOLI, Nº 840-SALA 204, DIONÍSIO TORRES, FORTALEZA-CEARÁ**,

DECLARA, para os devidos fins de direito, especialmente para fins de prova em processo licitatório nº 2018.03.16.02, junto a CAPESE – CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITAPAJÉ, que tem pleno conhecimento de todos os parâmetros e elementos dos serviços a serem ofertados no presente certame licitatório e que sua proposta atende integralmente aos requisitos constantes neste edital.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente. sob as penas da Lei

FORTALEZA, 26 DE MARÇO DE 2018.

CARTÓRIO
MELO JÚNIOR

Sandra Maria Parente de Oliveira

SANDRA MARIA PARENTE DE OLIVEIRA
SÓCIA ADMINISTRADORA
RG: 2003002216111 / CPF: 414.486.343-34

CTAP - CONSULTORIA TÉCNICA
ASSESSORIA ADM. PREVIDENCIÁRIA
Sandra Mª Parente de Oliveira
Sócia-Adm. - CNPJ. 07.890.701/0001-92

N
[Handwritten signatures]

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MELO JÚNIOR - 6º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTROS ESPECIAIS
TABELIAO: JOSÉ EVANDRO DE MELO JÚNIOR - TABELIAO SUBSTITUTO: REGONBERTO MARQUES DE MELO JÚNIOR
CNPJ: Nº 073.034/0001-51 - Rua Major Fausto, Nº 660 - Centro - CEP: 60.625-100 - Fortaleza - CE
Tel: (85) 3025-7474 / 3022-7400 - E-mail: tabeliao@cartorio.ce.br / recpcao2_cmj@hotmail.com

Cód.: 190838. Reconheço a(s) assinatura(s) por AUTÊNTICA de: (1) SANDRA
MARIA PARENTE DE OLIVEIRA Do que dou fé, Fortaleza, 26 de março
de 2018. Total: R\$ 4,10 - Selo Digital - SELO 2 - RECONHECIMENTO DE
FIRMA AAA041128-A1B2

EVANDRO FERREIRA PESSOA - Escrevente

CI630.098
XLS 02
RECONHECIMENTO
DE FIRMA
2018

Autenticidade
2018

Consulte no site: www.cartorio.ce.br
Validação: www.cartorio.ce.br/validacao



TERMO DE REFERENCIA

1. DO OBJETO

1.1- CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA JURÍDICA ADMINISTRATIVA, NA ÁREA DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E PARECERES CORRELATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE DA CAPESI – CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITAPAJÉ-CE.

2. ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS:

- a) Atendimento ao servidor visando dirimir dúvidas e esclarecimentos sobre o momento em que poderá requerer seu benefício;
- b) Simulação de Aposentadorias de acordo com o Art.40 da Constituição Federal e das Emendas Nº 41/2003, 47/2005 e 70/2012, Leis Complementares e Legislação Municipal aplicável a espécie;
- c) Capacitação e treinamento de membros da Diretoria Executiva;
- d) Implantação de Sistema (software) para atendimento no disposto na Lei Federal nº 10.887/2004 e Instruções Normativas do Ministério da Previdência Social;
- e) Instrução de processos de aposentadorias e pensões, mediante a elaboração de informação funcional, de declarações de percepção ou não de benefício previdenciário, de averbação e de certidão de tempo de contribuição, de planilha de cálculo do benefício, de minuta do ato de aposentadoria, do edital de publicação e do parecer jurídico opinativo sobre o direito do segurado, providência exigida pelo Tribunal de Conta do Estado do Ceará – TCE;
- f) Encaminhamento dos processos ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará;
- g) Acompanhamento dos processos junto ao Tribunal de Conta do Estado do Ceará-TCE;
- h) Revisões de Aposentadorias e Pensões;
- i) Defesa do servidor e da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Municipais de Itapajé nos processos devolvidos em diligência pelo Tribunal de Conta do Estado do Ceará - TCE;
- j) Atualização dos proventos e das pensões de acordo com a Legislação Federal (pelo reajuste do salário mínimo e pelos índices dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social) e conforme legislação municipal;
- k) Verificação de paridade entre servidores ativos e inativos para fins de revisão de benefício de ordem administrativa ou a ser submetida ao Tribunal de Conta do Estado do Ceará - TCE
- l) Emissão de pareceres técnicos sobre matérias administrativas e previdenciárias;
- m) Regulamentação e atualização da legislação;
- n) Realização de Seminários para os segurados da CAPESI;
- o) Quaisquer demandas em que a CAPESI, figure no pólo positivo ou passivo em Ações Judiciais e Administrativas.

3. DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

3.1 Os serviços contratados deverão ser prestados conforme a necessidade dos servidores na sede da Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores do Município de Itapajé ou na sede da empresa desde que atendidos os interesses da CAPESI.

Rua Tomás Acioli, 840, Sala 204 – Dionísio Torres – Fortaleza-CE.

Fone: (85) 3246-1036

Email: ctap.consultoria@yahoo.com.br

N



4. DA JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO: A contratação dos serviços em tela surge urgente em face das considerações e corriqueiras alterações administrativas inerentes a matéria, bem como a expertise e conhecimento necessários ao êxito na prestação dos presentes serviços, de natureza singular, cuja forma de execução pode levar ao fracasso da Administração Municipal, ou ao êxito fiscal, com conseqüente reflexo na correta manipulação das verbas disponíveis. Assim sendo, os cuidados devidos na contratação de empresa ou profissional sólidos no mercado específico na área do serviço Público Municipal são necessários. Ademais, a necessária expertise em específico a atestados emitidos por pessoa(s) jurídica(s) de direito público, em exclusivo, se faz condição balizar de contratação, uma vez que assume a presente contratação contornos essenciais a sobrevida da Administração Pública Municipal.

CARTÓRIO
MELO JÚNIOR

Sandra Maria Parente de Oliveira

SANDRA MARIA PARENTE DE OLIVEIRA

SÓCIA ADMINISTRADORA

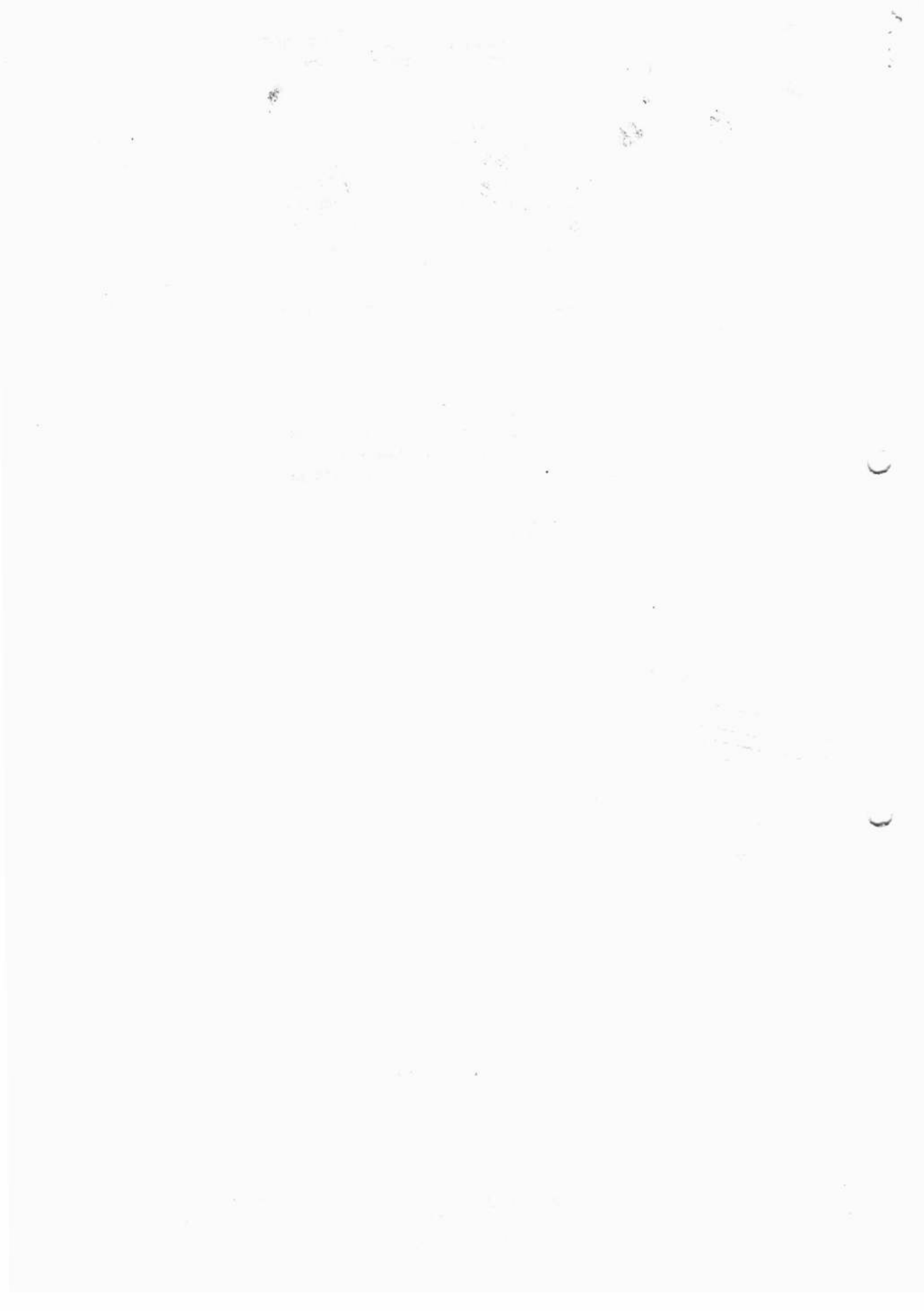
RG: 2003002216111 / CPF: 414.486.343-34

**CTAP - CONSULTORIA TÉCNICA
ASSESSORIA ADM. PREVIDENCIÁRIA
Sandra Mª Parente de Oliveira
Sócia-Adm. - CNPJ: 07.890.701/0001-92**



ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MELO JÚNIOR - 6º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTROS ESPECIAIS
TABELÃO: JOSÉ EVANDRO DE MELO JÚNIOR - TABELÃO SUBSTITUTO: REGIBERTO RANQUEZ DE MELO JÚNIOR
CNPJ: 06.573.034/0001-91 - Rua Major Fausto, N° 100 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE
Tel: (85) 3090.7474 / 3090.7480 - E-mail: evandro@cartorio.com.br / recepcao2_cnpj@hotmail.com
Cód.: 190939. Reconheço a(s) assinatura(s) por AUTÊNTICA de: (1) SANDRA MARIA PARENTE DE OLIVEIRA Do que dou: Fortaleza, 28 de março de 2018. Total: R\$ 4,16. Selo Digital - SELO 2 - RECONHECIMENTO DE FIRMA AAA941133-A1B2
EVANDRO FERREIRA PESSOA - Escrevente

N
A





CONSULTORIA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIARIA LTDA
CNPJ: 07.890.701/0001-92



À

CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITAPAJÉ -

CAPEI

PROPONENTE: CTAP-CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E
PREVIDENCIARIA LTDA-ME.

ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS

TOMADA DE PREÇOS N.º 2018.03.16.02

Rua Tomás Acioli, 840, Sala 204 – Dionísio Torres – Fortaleza-CE.

Fone: (85) 3246-1036

Email: ctap.consultoria@yahoo.com.br

2/

8

11

- 21

2



PONTE ADVOGADOS

Quirino Ponte



PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS

À Comissão de Licitação da Caixa de Aposentadoria e dos Servidores de Itapajé.

Apresentamos a V.Sas. nossa proposta para execução dos serviços objeto do Edital de TOMADA DE PREÇOS Nº. 2018.03.16.02, pelo preço global de R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais), com prazo de execução até 31 de dezembro de 2018.

Pela presente declaramos inteira submissão aos preceitos legais e, vigor, especialmente o da Lei 8.666/93, as cláusulas e condições da modalidade TOMADA DE PREÇO nº. 2018.03.16.02.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	MENSAL	TOTAL
01	CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA JURÍDICA ADMINISTRATIVA, NA ÁREA DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E PARECERES CORRELATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE DA CAPE SI – CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITAPAJÉ – CE.	MÊS	09	R\$ 6.600,00	R\$ 59.400,00
	TOTAL GLOBAL				

Valor Global: R\$ 59.400,00 (cinquenta e nove mil e quatrocentos reais).

Prazo de execução dos serviços: 09 meses admitida a prorrogação (prestação continuada).
Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Ponte Advogados Associados



ANEXO II TERMO DE REFERENCIA

1. DO OBJETO

1.1- CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA JURÍDICA ADMINISTRATIVA, NA ÁREA DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E PARECERES CORRELATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE DA CAPESEI - CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITAPAJÉ-CE.

2. ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS:

- o) Atendimento ao servidor visando dirimir dúvidas e esclarecimentos sobre o momento em que poderá requerer seu benefício;
- p) Simulação de Aposentadorias de acordo com o Art.40 da Constituição Federal e das Emendas Nº 41/2003, 47/2005 e 70/2012, Leis Complementares e Legislação Municipal aplicável a espécie;
- q) Capacitação e treinamento de membros da Diretoria Executiva;
- r) Implantação de Sistema (software) para atendimento no disposto na Lei Federal nº 10.887/2004 e Instruções Normativas do Ministério da Previdência Social;
- s) Instrução de processos de aposentadorias e pensões, mediante a elaboração de informação funcional, de declarações de percepção ou não de benefício previdenciário, de averbação e de certidão de tempo de contribuição, de planilha de cálculo do benefício, de minuta do ato de aposentadoria, do edital de publicação e do parecer jurídico opinativo sobre o direito do segurado, providência exigida pelo Tribunal de Conta do Estado do Ceará - TCE;
- t) Encaminhamento dos processos ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará;
- u) Acompanhamento dos processos junto ao Tribunal de Conta do Estado do Ceará-TCE;
- v) Revisões de Aposentadorias e Pensões;
- w) Defesa do servidor e da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Municipais de Itapajé nos processos devolvidos em diligência pelo Tribunal de Conta do Estado do Ceará - TCE;
- x) Atualização dos proventos e das pensões de acordo com a Legislação Federal (pelo reajuste do salário mínimo e pelos índices dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social) e conforme legislação municipal;
- y) Verificação de paridade entre servidores ativos e inativos para fins de revisão de benefício de ordem administrativa ou a ser submetida ao Tribunal de Conta do Estado do Ceará - TCE
- z) Emissão de pareceres técnicos sobre matérias administrativas e previdenciárias:
 - aa) Regulamentação e atualização da legislação;
 - bb) Realização de Seminários para os segurados da CAPESEI;
 - cc) Quaisquer demandas em que a CAPESEI, figure no pólo positivo ou passivo em Ações Judiciais e Administrativas.

3. DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

[Handwritten signatures and initials]



CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES DE ITAPAJÉ
Praça Vicente Porfírio Sampaio, 1900 - Centro - Itapajé - Ceará
CEP: 62.600-000 - CNPJ: 63.393.938/0001-39



3.1 Os serviços contratados deverão ser prestados conforme a necessidade dos servidores na sede da Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores do Município de Itapajé ou na sede da empresa desde que atendidos os interesses da CAPESE.

4. DA JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO: A contratação dos serviços em tela surge urgente em face das considerações e corriqueiras alterações administrativas inerentes a matéria, bem como a expertise e conhecimento necessários ao êxito na prestação dos presentes serviços, de natureza singular, cuja forma de execução pode levar ao fracasso da Administração Municipal, ou ao êxito fiscal, com consequente reflexo na correta manipulação das verbas disponíveis. Assim sendo, os cuidados devidos na contratação de empresa ou profissional sólidos no mercado específico na área do serviço Público Municipal são necessários. Ademais, a necessária expertise em específico a atestados emitidos por pessoa(s) jurídica(s) de direito público, em exclusivo, se faz condição balizar de contratação, uma vez que assume a presente contratação contornos essenciais a sobrevida da Administração Pública Municipal.

F. Quirino R. M.

ASSINATURA DO PROPONENTE

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO PERGENTINO MAIA - 3º OFÍCIO DE NOTAS E 1º RTDPJ
TABELIAO: ROBERTO FIUZA MAIA - CNPJ: 06.572.994/0001-05
AV. Pe Antonio Tomás, Nº 920 - Aldeota - CEP: 60.140-160 - Fortaleza - CE
Tel: (85) 3304-9444 - E-mail: tabeliao@cartoriomaia.com.br

Reconheço por **SEMELHANÇA** a(s) firma(s) de:
[7KHJP6C2] - FRANCISCO QUIRINO RODRIGUES PONTE JUNIOR

Dou fé. Us: 096
Fortaleza-CE, 16 de Abril de 2018.
Em testemunho da verdade
Fabricio Goulart de Aquino | Maria Mary Mota Ribeiro
Antonio Alexandre Paiva de Oliveira/Claudia Carneiro da Silva
Selo: - Valor: R\$ 4,15

VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.



Handwritten signature and initials

À CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITAPAJÉ – CAPESI

PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS

ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS

TOMADA DE PREÇOS Nº 2018.03.16.02



10 10 10

10

10 10 10



PROPOSTA DE PREÇO

Itapaje, 16 de abril de 2018

À

Comissão Permanente de Licitações da CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES DE ITAPAJÉ - CAPESE.

TOMADA DE PREÇOS N° TP 2018.03.16.02

DATA DO CERTAME: 17 DE ABRIL DE 2018

PREZADOS SENHORES,

Apresentamos a V.Sas. nossa proposta para a execução do serviço objeto do edital de supra, pelo preço global de R\$ 61.200,00 (SESSENTA E UM MIL E DUZENTOS REAIS), com prazo de execução de 09 (nove) meses contados da assinatura da Ordem de Serviço.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	MENSAL	TOTAL
1	CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA JURÍDICA ADMINISTRATIVA NA ÁREA DE BENEFÍCIOS BENEFICIÁRIOS E PARECERES CORRELATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE DA CAPESE – CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITAPAJÉ-CE	MÊS	09	R\$ 6.800,00	R\$ 61.200,00
TOTAL GLOBAL					R\$ 61.200,00

Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a assinar o contrato no prazo determinado no documento de convocação, indicando para esse fim o Sr. RAIMUNDO RODRIGUES DE FARIAS FILHO, Carteira de Identidade n°. 200003117717, expedida em 30/12/2013, Órgão Expedidor SSP e CPF n° 543.924.383-68, como representante legal desta empresa.

Informamos que o prazo de validade da nossa proposta é de 60 (SESSENTA) dias corridos, a contar da data de abertura da licitação.

Finalizando, declaramos que assumimos inteira responsabilidade pela execução dos serviços a serem executados a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço e que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.



PROPOSTA DE PREÇO

Itapajé, 16 de abril de 2018

A
Comissão Permanente de Licitação da CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO
DOS SERVIDORES DE ITAPAJÉ - CAPESI

TOMADA DE PREÇOS Nº TP 2018-03 16/03

DATA DO CERTAME: 17 DE ABRIL DE 2018

PREZADOS SENHORES

Apresentamos a V.Sas. nossa proposta para execução do serviço objeto do Edital
de supra, pelo preço global de R\$ 81.200,00 (OITENTA E UM MIL E DUZENTOS
REIAIS), com prazo de execução de 09 (nove) meses contados da assinatura da
Ordem de Serviço.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	PREÇO UNIT	TOTAL
01	CONTRATAÇÃO DE PRESTADOR DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA JURÍDICA ADMINISTRATIVA NA ÁREA DE SERVIÇOS GERENCIAIS E FINANÇAS CORRENTES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE DA CAPESI - CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITAPAJÉ	MES	09	R\$ 8.800,00	R\$ 81.200,00
TOTAL GLOBAL					R\$ 81.200,00

Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a
assinar o contrato no prazo determinado no documento de convocação, indicando
para esse fim o Sr. RAIMUNDO RODRIGUES DE FARIAS FILHO, Calista da
Identidade nº 200003114717 expedida em 30/12/2013, Órgão Expedidor SSP e
CPF nº 043.984.383-61, como representante legal desta empresa.

Informamos que o prazo de validade da nossa proposta é de 60 (OITENTA) dias
contados a contar da data de abertura da licitação.

Finalizando, declaramos que assumimos toda a responsabilidade pela execução dos
serviços e assumimos a perda da data de recebimento da Ordem de Serviço
e que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital da
licitação e seus anexos.

Rodrigues & Sousa Advogados Associados



Declaramos que nos preços propostos, estão incluídos todas as despesas de fornecimento de mão de obra especializada, além das taxas, impostos, encargos sociais e trabalhistas, benefícios, transportes e seguros

NOME: RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS – ME
ENDEREÇO: RUA PROF. ALAIDE RAMOS Nº 416 – CENTRO, RERIUTABA-CE
CNPJ: O Nº 18583109/0001-64
REPRESENTANTE LEGAL: RAIMUNDO RODRIGUES DE FARIAS FILHO
VALIDADE DA PROPOSTA: 60 DIAS
Prazo de execução: até o dia 31 de dezembro de 2018

Atenciosamente,

RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS
CNPJ 18.583.109/0001 - 64
RAIMUNDO RODRIGUES DE FARIAS FILHO
CPF: 543 924 383 - 68
OAB / CE Nº 26.291

RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS ASSOCIADOS
CNPJ 18.583.109/0001 - 64
RAIMUNDO RODRIGUES DE FARIAS FILHO
CPF: 543 924 383 - 68
OAB / CE Nº 26.291

Rodrigues & Souza Advogados



Declaramos que nos preços propostos estão incluídos todos os despesas de
fornecimento de mão de obra especializada, além das taxas, impostos, encargos
sociais e trabalhistas, benefícios, franquias e seguros.

NOME: RODRIGUES E SOUZA ADVOGADOS ASSOCIADOS - ME
ENDEREÇO: RUA PORCELADE RAMOS Nº 410 - CENTRO, RECURSOS
CNPJ Nº 15.583.108/0001-84
REPRESENTANTE LEGAL: RAIMUNDO RODRIGUES DE FARIAS FILHO
VALIDADE DA PROPOSTA: 60 DIAS
Prazo de validade até o dia 31 de dezembro de 2016

Atenciosamente

Rodrigues & Souza Advogados
CNPJ 15.583.108/0001-84
RAIMUNDO RODRIGUES DE FARIAS FILHO
CPF 543.954.393-61

Rodrigues & Souza Advogados
CNPJ 15.583.108/0001-84
RAIMUNDO RODRIGUES DE FARIAS FILHO
CPF 543.954.393-61
CAB. CENT. DE 201

Endereço: Rua Porcelana Ramos nº 410 - Centro - Recife - PE 52060-000
Fones: (FONE-FAX) 88-3637-5136 (TIM) 88-86613-8663
e-mail: contato@rod-souzaadvogados.com.br - CNPJ nº 15.583.108/0001-84

Rodrigues & Sousa/A

Ados Associados

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITA
RODRIGUES E SOUSA ADVOGADOS
CNPJ: 18583109/0001-64
ENVELOPE 02 – PROPOSTA
TOMADA DE PREÇO Nº TP 2018.02

CIADOS- ME

Rua Prof. Alaide Ramos nº 416 -
Fones: FONE-FAX (66) 3637 2170, FIV
e-mail: rodvogados@assocadados.com.br



Q

2

10

Q

2

10



CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES DE ITAPAJÉ
Praça Vicente Porfírio Sampaio, 1900 – Centro – Itapajé - Ceará
CEP: 62.600-000 - CNPJ: 63.393.938/0001-39



ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS TOMADA DE PREÇOS 2018.03.16.02

Aos 17 (Dezessete) dias do mês de Maio de 2018, às 10h15min, na sala da Comissão de Licitação, estando presentes como integrantes da Comissão de Licitação: Presidente: **ZEUDA BRIOSO MARINHO** e os membros **ROCICLÉIA RODRIGUES CUNHA**, como licitante presente na sessão apenas **CTAP CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIÁRIA LTDA**, representada pela sua sócia **Sandra Maria Parente de Oliveira**, com observância as disposições contidas na TOMADA DE PREÇOS nº2018.03.16.02, cujo objeto é **CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA JURÍDICA ADMINISTRATIVA, NA ÁREA DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E PARECERES CORRELATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE DA CAPESI – CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITAPAJÉ-CE**, seguindo os termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. As licitantes **RODRIGUES E SOUZA ADVOGADOS ASSOCIADOS** e **PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS**, por não estarem presentes, enviaram ambas o TERMO DE RENÚNCIA ao prazo recursal, anexo ao processo, nos moldes do art.109, inciso I, alínea "a" da Lei de Licitações, para que seja concluso em tempo hábil todos os trabalhos. Dando sequência, foi seguido o procedimento de abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços, constatando-se o seguinte: **RODRIGUES E SOUZA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, valor global de **R\$ 61.200,00**; **PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS**, valor global de **R\$ 59.400,00** e, **CTAP CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIÁRIA LTDA**, valor global de **R\$ 58.500,00**, as quais foram analisados e rubricados pela Comissão e pelo único licitante presente. Em relação a esse dispositivo o proponente declarado vencedor pelo menor valor, foi **CTAP CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIÁRIA LTDA**, de acordo com o critério estabelecido na já mencionada TOMADA DE PREÇOS. Será

THE ANTHROPOLOGY OF THE FUTURE

THE ANTHROPOLOGY OF THE FUTURE is a subject which has of late years attracted much of the public attention. It is a subject which has been treated in many different ways, and which has given rise to many different theories. Some have seen in it a mere speculation, a mere dream, a mere fancy. Others have seen in it a science, a system, a method. Some have seen in it a mere collection of facts, a mere record of what has happened. Others have seen in it a mere collection of theories, a mere record of what has been said. But there is one thing which is true of all these different views, and that is, that they are all wrong. The Anthropology of the Future is not a mere speculation, a mere dream, a mere fancy. It is not a mere collection of facts, a mere record of what has happened. It is not a mere collection of theories, a mere record of what has been said. It is a science, a system, a method. It is a science which is based on the study of the human mind, and which is concerned with the future of the human race. It is a system which is based on the study of the human mind, and which is concerned with the future of the human race. It is a method which is based on the study of the human mind, and which is concerned with the future of the human race.



CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES DE ITAPAJÉ
Praça Vicente Porfírio Sampaio, 1900 – Centro – Itapajé - Ceará
CEP: 62.600-000 - CNPJ: 63.393.938/0001-39



comunicado o resultado do julgamento das propostas. Nada mais havendo a ser consignado em ata, foi encerrada a sessão. ITAPAJÉ-CE, 17 DE MAIO DE 2018.

Zeuda Brioso Marinho

ZEUDA BRIOSO MARINHO
CPF 496.800.803-15
PRESIDENTE DA CPL

ROCICLEIA RODRIGUES CUNHA

ROCICLEIA RODRIGUES CUNHA
MEMBRO DA CPL

LICITANTES:

Sandra Maria Parente de Oliveira

CTAP CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIÁRIA LTDA

Sandra Maria Parente de Oliveira
CPF 414.486.343-34

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
 LIBRARY
 540 EAST 58TH STREET
 CHICAGO, ILL. 60637

DATE 10/10/82 BY SP-10/10/82

RECEIVED 10/10/82

10/10/82
 10/10/82
 10/10/82

10/10/82
 10/10/82

10/10/82

10/10/82
 10/10/82
 10/10/82

TERMO DE RENÚNCIA

RODRIGUES E SOUZA ADVOGADOS ASSOCIADOS, vem DECLARAR para os devidos fins que abre mão do direito de interpor recurso, fundado ao art.109, inciso I, alínea "a" da Lei de Licitações, motivo pelo qual declaro total concordância com o julgamento das PROPOSTAS, realizado pela comissão de licitação da CAPESI do município de ITAPAJÉ referente ao processo licitatório na modalidade TOMANDO DE PREÇOS Nº 2018.03.16.02 com objeto CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA JURIDICA ADMINISTRATIVA, NA AREA DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E PARECERES CORRELATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE DA CAPESI – CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITAPAJÉ- CE.

Atenciosamente,



RODRIGUES E SOUZA ADVOGADOS ASSOCIADOS

RODRIGUES E SOUZA ADVOGADOS ASSOCIADOS
CNPJ 18.583.109/0001 - 64
RAIMUNDO RODRIGUES DE FARIAS FILHO
CPF: 843 924 383 - 68
OAB / CE Nº 26.291

R



TERMO DE RENÚNCIA

PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS, DECLARA para os devidos fins que abre mão do direito de interpor recurso, conforme art 109, inciso I, alínea “a” da Lei de Licitações, motivo pelo qual declaro total concordância com o julgamento das PROPOSTAS, realizado pela comissão de licitação da CAPE SI do Município de ITAPAJÉ, referente ao processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº 2018.03.16.02 com objeto CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA JURÍDICA ADMINISTRATIVA, NA ÁREA DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E PARECERES CORRELATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE DA CAPE SI – CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITAPAJÉ-CE.

Atenciosamente,



PONTE ADVOGADOS ASSOCIADOS

12



PARECER JURÍDICO DO PROCESSO

Em mãos o Processo Licitatório nº 2018.03.16.02 na modalidade TOMADA DE PREÇOS, devidamente instruído na forma do Mandamento Legal que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos públicos no País, iniciado em 12/03/2018 com parecer favorável quanto ao prosseguimento do presente embate licitatório que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA JURÍDICA ADMINISTRATIVA, NA ÁREA DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E PARECERES CORRELATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE DA CAPESEI – CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITAPAJÉ-CE, ora submetido a esta Assessoria Jurídica para pronunciamento final com a legalidade, sob todos os aspectos.

Verifica-se o cumprimento da ritualidade prevista na legislação que rege a matéria notadamente o artigo 38 da Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993.

Desta forma, opina esta Assessoria Jurídica perante a autoridade competente, FAVORÁVEL ao ato formal e definitivo sobre a deliberação quanto à homologação e adjudicação do referido processo, nos termos do inciso VI do Artigo 43 da Lei nº 8,666/93.

É o parecer,.

ITAPAJE, 17 DE MAIO DE 2018

Carla Lacerda Viana
Assessora Jurídico
OAB-37380 - CPF 992.176.353-91



ESTADO DE SÃO PAULO
Tribunal de Justiça
1ª Câmara de Direito Público
São Paulo, 17 de Maio de 2018.

PARECER JURÍDICO DO PROCESSO

Em razão do Processo Licitatório nº 2018.03.18.02 na modalidade TOMADA DE PREÇOS devidamente instruído no âmbito do Mandamento Legal que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos públicos no País, iniciado em 15/03/2018 com prazo previsto quanto ao prosseguimento do presente empreite licitação que tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA JURÍDICA ADMINISTRATIVA NA ÁREA DE SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS E PARECERES CORRELATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE DA CADEIA DE CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITABÉ-DE-OS, ora submetido a esta Assessoria Jurídica para pronunciamento final com a legislação sob todos os aspectos.

Vê-se a fundamentação da licitação prevista na legislação que rege a matéria notadamente o artigo 38 da Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993.

Desta forma, após esta Assessoria Jurídica perante a autoridade competente FAVORÁVEL ao ato formal a definitivo sobre a deliberação quanto a homologação e adjudicação do referido processo, nos termos do inciso VI do Artigo 48 da Lei nº 8.666/93.

É o parecer.

ITABÉ-DE-OS, 17 DE MAIO DE 2018.

Carla Lucinda Vilas
Assessoria Jurídica
OAB-SP nº 22.176.221-01



CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES DE ITAPAJÉ
Praça Vicente Porfírio Sampaio, 1900 – Centro – Itapajé - Ceará
CEP: 62.600-000 - CNPJ: 63.393.938/0001-39



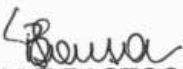
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

A Presidente da CAPEI do Município de ITAPAJÉ, Sra. THYNALLE BASTOS DE SOUSA, no uso de suas atribuições legais e, considerando haver a Comissão de Licitação cumprindo todas as exigências do procedimento de licitação cujo objeto é os CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA JURÍDICA ADMINISTRATIVA, NA ÁREA DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E PARECERES CORRELATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE DA CAPEI – CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITAPAJÉ-CE, vem, HOMOLOGAR e ADJUDICAR o presente processo administrativo de licitação, na modalidade TOMADA DE PREÇOS nº 2018.03.16.02, para que produza os efeitos legais e jurídicos.

Assim, nos termos da legislação vigente, fica o presente processo HOMOLOGADO e ADJUDICADO em favor da(s) Empresa(s): **CTAP CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIÁRIA LTDA**, no valor Global de **R\$ 58.500,00 (CINQUENTA E OITO MIL E QUINHENTOS REAIS)**.

Ao setor competente para providências cabíveis.

ITAPAJÉ-CE, 17 DE MAIO DE 2018


THYNALLE BASTOS DE SOUSA
Diretora-Executiva da Capesi



Ata da reunião ordinária da Comissão de Licitação, realizada em 17 de maio de 2018, às 14h30min, no Auditório da Prefeitura Municipal de Capes, para a contratação de serviços especializados de assessoria jurídica administrativa, na área de serviços previdenciários e pareceres correlatos na administração pública, de interesse da Capes - Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Itapajõe - Vant. Homologar e adjudicar o presente processo administrativo de licitação, na modalidade TOMADA DE PREÇOS nº 2018/03 12.00, para que produza os efeitos legais e jurídicos.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

A Presidente da Capes, do Município de Itapajõe, Sra. THYVALLI BASTOS DE SOUSA, no uso de suas atribuições legais e considerando haver a Comissão de Licitação cumprido todas as exigências do procedimento de licitação cujo objeto é a contratação de serviços especializados de assessoria jurídica administrativa, na área de serviços previdenciários e pareceres correlatos na administração pública, de interesse da Capes - Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Itapajõe - Vant. Homologar e adjudicar o presente processo administrativo de licitação, na modalidade TOMADA DE PREÇOS nº 2018/03 12.00, para que produza os efeitos legais e jurídicos.

Assim, nos termos da legislação vigente, fica o presente processo licitatório HOMOLOGADO e ADJUDICADO em favor da(s) Empresa(s) CAP CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIÁRIA LTDA, no valor Global de R\$ 82.800,00 (OITENTA E DOIS MIL E QUINHENTOS REAIS).

Ata e/ou competente para providências cabíveis.

ITAPAJÓ-CE, 17 DE MAIO DE 2018.

THYVALLI BASTOS DE SOUSA
Diretora Executiva da Capes



TERMO DE CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO

ITAPAJÉ, 17 DE MAIO DE 2018

Prezado(a) Senhor(a),

A CAPESEI MUNICIPAL, diante do resultado oficial do Processo de Licitação nº 2018.03.16.02 realizado na modalidade TOMADA DE PREÇOS, homologado e adjudicado em favor de **CTAP CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIÁRIA LTDA**, vem por este intermédio nos termos do artigo 64 da Lei nº 8.666/93 convidar V.Sa. para no prazo máximo de 05 (CINCO) dias contado a partir desta data, assinar o termo contratual que trata da PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL JUNTO AO PODER LEGISLATIVO.

Atenciosamente,

THYNALLE BASTOS DE SOUSA
CAPESEI MUNICIPAL

A(O) ILMO.(A) SR.(A):

**CTAP CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIÁRIA
LTDA**

=====

Uso Exclusivo de:

**CTAP CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIÁRIA
LTDA**

=====

Recebido em: 17 / 05 / 18

**CTAP CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIÁRIA
LTDA**

Sandra Maria Parente de Oliveira
CPF: 414.486.343-34

=====



PRÉFECTO MUNICIPAL - CURITIBA - PARANÁ
CNPJ 00.043.888/0001-91
RUA DA PRAIA, 100 - JARDIM BOA VISTA - CURITIBA - PARANÁ

TERMO DE CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO

TABALÁ DE MÃO DE MÃO

Prezados Senhores,

A CÂMARA MUNICIPAL, diante do resultado oficial do Processo de Licitação nº 2015/0018 de 2015, realizado em modalidade TOMADA DE PREÇOS, selecionando e adjudicando em favor da GTAP CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIÁRIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 08.558.893/0001-91, para o prazo de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura do contrato, para a prestação de serviços especializados em assessoria e consultoria técnica e administrativa, bem como para a elaboração de projetos e estudos, em conformidade com o Edital nº 2015/0018 de 2015, publicado no Diário Oficial do Município de Curitiba em 10/03/2015, sob o nº 1.000.000.000.000.000.000.

Atenciosamente,

PRÉFECTO MUNICIPAL
JOÃO BATISTA DE SOUZA

(Assinatura)

GTAP CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIÁRIA
LTDA

Assinatura do Representante Legal da Empresa

GTAP CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIÁRIA
LTDA

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Recebido em _____

GTAP CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIÁRIA
LTDA

Assinatura do Representante Legal da Empresa
GTAP CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIÁRIA
LTDA

Assinatura do Representante Legal da Empresa



CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES DE ITAPAJÉ
Praça Vicente Porfírio Sampaio, 1900 – Centro – Itapajé - Ceará
CEP: 62.600-000 - CNPJ: 63.393.938/0001-39



CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ITAPAJÉ, ATRAVÉS DA CAPESI MUNICIPAL, COM A EMPRESA CTAP CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIÁRIA LTDA, PARA O FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA:

CONTRATANTE:

A CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE ITAPAJÉ - CAPESI, pessoa jurídica de direito público, com sede à PRAÇA VICENTE PORFÍRIO SAMPAIO, 1900, - Centro, ITAPAJÉ, Estado do Ceará, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.602.429/0001-35, neste ato representado pelo Presidente da CAPESI, Sr. THYNALLE BASTOS DE SOUSA, doravante denominado de CONTRATANTE

CONTRATADO(A):

CTAP CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIÁRIA LTDA, com sede RUA TOMAS ACIOLY, 840 SALA 204 – DIONISIO TORRES - FORTALEZA/CE, inscrito no CNPJ/CPF sob nº 07.890.701/0001-92, representada legalmente neste ato pela Sra. SANDRA MARIA PARENTE DE OLIVEIRA, portador do CPF 414.486.343-34, doravante denominada de CONTRATADA, de acordo com a TOMADA DE PREÇOS nº 2018.03.16.02 Processo nº 2018.03.16.02 de conformidade com o que preceitua a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, sujeitando-se, as partes, às suas normas e às cláusulas e condições a seguir pactuadas:

PREÂMBULO:

As partes acima especificadas, nesta data, no Gabinete da Presidência da CAPESI de ITAPAJÉ/CE, resolvem formar o presente negócio jurídico com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, em conformidade com as demais condições que constam do processo de licitação TOMADA DE PREÇOS nº 2018.03.16.02, mediante cláusulas e condições seguintes, que ambas as partes aceitam e outorgam por si e seus sucessores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO CONTRATO

São partes integrantes deste termo contratual, como se aqui estivessem integralmente transcritos, os seguintes documentos;

- 1.1 - TOMADA DE PREÇOS nº 2018.03.16.02;
- 1.2 - proposta apresentada pela CONTRATADA: e
- 1.3 - demais anexos.

CLAUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA JURÍDICA ADMINISTRATIVA, NA ÁREA DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E PARECERES CORRELATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE DA CAPESI – CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITAPAJÉ-CE**, conforme especificação no Termo de Referência no anexo II a seguir:

- a) Atendimento ao servidor visando dirimir dúvidas e esclarecimentos sobre o momento em que poderá requerer seu benefício;
- b) Simulação de Aposentadorias de acordo com o Art.40 da Constituição Federal e das Emendas Nº 41/2003, 47/2005 e 70/2012, Leis Complementares e Legislação Municipal aplicável a espécie;

Assinaturas manuscritas



- c) Capacitação e treinamento de membros da Diretoria Executiva;
- d) Implantação de Sistema (software) para atendimento no disposto na Lei Federal nº 10.887/2004 e Instruções Normativas do Ministério da Previdência Social;
- e) Instrução de processos de aposentadorias e pensões, mediante a elaboração de informação funcional, de declarações de percepção ou não de benefício previdenciário, de averbação e de certidão de tempo de contribuição, de planilha de cálculo do benefício, de minuta do ato de aposentadoria, do edital de publicação e do parecer jurídico opinativo sobre o direito do segurado, providência exigida pelo Tribunal de Conta do Estado do Ceará – TCE;
- f) Encaminhamento dos processos ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará;
- g) Acompanhamento dos processos junto ao Tribunal de Conta do Estado do Ceará-TCE;
- h) Revisões de Aposentadorias e Pensões;
- i) Defesa do servidor e da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Municipais de Itapajé nos processos devolvidos em diligência pelo Tribunal de Conta do Estado do Ceará - TCE;
- j) Atualização dos proventos e das pensões de acordo com a Legislação Federal (pelo reajuste do salário mínimo e pelos índices dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social) e conforme legislação municipal;
- k) Verificação de paridade entre servidores ativos e inativos para fins de revisão de benefício de ordem administrativa ou a ser submetida ao Tribunal de Conta do Estado do Ceará - TCE
- l) Emissão de pareceres técnicos sobre matérias administrativas e previdenciárias;
- m) Regulamentação e atualização da legislação;
- n) Realização de Seminários para os segurados da CAPESI;
- o) Quaisquer demandas em que a CAPESI, figure no pólo positivo ou passivo em Ações Judiciais e Administrativas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1- A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela execução do objeto deste contrato o valor global de R\$ **58.500,00 (CINQUENTA E OITO MIL E QUINHENTOS REAIS)**, sendo pago mensalmente a quantia de R\$ **6.500,00 (SEIS MIL E QUINHENTOS REAIS)**.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 4.1-A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- 4.2-Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual;
- 4.3-Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;
- 4.4-Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais /Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1-Executar o objeto do Contrato de conformidade com as condições e prazos estabelecidos na Tomada de Preços nº 2018.03.16.02 no Termo Contratual e na proposta vencedora do certame;
- 5.2-Manter durante toda a execução do objeto contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei de Licitações;
- 5.3-Utilizar profissionais devidamente habilitados;
- 5.4-Substituir os profissionais nos casos de impedimentos fortuitos, de maneira que não se prejudiquem o bom andamento e a boa prestação dos serviços;
- 5.5-Responder, perante as leis vigentes, pelo sigilo dos documentos manuseados, sendo que a CONTRATADA não deverá, mesmo após o término do CONTRATO, sem consentimento prévio

Assinatura



por escrito da CONTRATANTE, fazer uso de quaisquer documentos ou informações especificadas no parágrafo anterior, a não ser para fins de execução do CONTRATO;

5.6- Providenciar a imediata correção das deficiências e/ ou irregularidades apontadas pela Contratante;

5.7- Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho, etc, ficando excluída qualquer solidariedade da CAPESI, por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere a CAPESI;

5.8-Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do CONTRATO;

5.9-Responder, pecuniariamente, por todos os danos e/ou prejuízos que forem causados à União, Estado, Município ou terceiros, decorrentes da prestação dos serviços;

5.10-Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente;

5.11-Responsabilizar-se perante os órgãos e representantes do Poder Público e terceiros por eventuais danos ao meio ambiente causados por ação ou omissão sua, de seus empregados, prepostos ou contratados;

CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS

6.1-Os serviços objeto deste contrato deverão ser executados até 31 de dezembro de 2018, contados a partir do recebimento da ordem de serviço, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações.

6.2- A prorrogação do prazo pelo Gestor da CAPESI deverá ser justificada por escrito, até 10 (dez) dias antes do término do prazo contratual e previamente autorizada pelo Presidente do Conselho Municipal de Previdência.

6.3-Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceitos pela Prefeitura do CAPESI, não serão considerados como inadimplemento contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1- A CONTRATADA obriga-se a executar o objeto desta licitação até 31 de dezembro de 2018.

7.2- A CONTRATADA deverá executar todos os serviços de acordo com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, obrigando-se a substituir aqueles não achados conformes pela CONTRATANTE, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de notificação.

CLÁUSULA OITAVA - DA DURAÇÃO DO CONTRATO

8.1- O contrato terá um prazo de vigência até 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1- A fatura relativa aos serviços mensalmente prestados deverá ser apresentada à DIREÇÃO DA CAPESI, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à realização dos serviços, para fins de conferência e atestação da execução dos serviços.

9.2- Caso o faturamento seja aprovado pela DIREÇÃO DA CAPESI, o pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia após o protocolo da fatura pela CONTRATADO(A).

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FONTE DE RECURSOS

10.1- As despesas decorrentes da contratação correrão por conta, dos recursos oriundos do Tesouro Municipal, sob a dotação orçamentária Nº 1201.09.122.0004.2.070, Elemento de Despesa Nº 3.3.90.39.00.

Assinatura

Assinatura



por escrito da CONTRATANTE, além das quaisquer documentações ou informações especificadas no edital anterior a não ser para fins de execução do CONTRATO.

5.2- Providenciar a imediata correção das falhas constatadas em todas as etapas da execução do contrato.

5.3- Pagar seus empregados no prazo previsto em lei e de acordo com as disposições da legislação em vigor, bem como os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fiscais dos empregados, bem como os encargos de todos os tributos que incidirem sobre a prestação dos serviços contratados inclusive as contribuições previdenciárias (INSS e Previdência Social - PPS) e o Imposto de Renda, bem como os encargos de todos os tributos que incidirem sobre a prestação dos serviços contratados inclusive as contribuições previdenciárias (INSS e Previdência Social - PPS) e o Imposto de Renda, bem como os encargos de todos os tributos que incidirem sobre a prestação dos serviços contratados inclusive as contribuições previdenciárias (INSS e Previdência Social - PPS) e o Imposto de Renda.

5.4- Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos impostos e encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do CONTRATO.

5.5- Responder, penalitadamente, por todos os danos materiais e morais que forem causados à União, Estado, Município ou Terceiro, decorrentes das prestações dos serviços.

5.6- Responder as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente.

5.7- Responsabilizar-se perante os órgãos e representantes do Poder Público e de terceiros por eventual dano ao meio ambiente causado ou não por atividade e/ou de seus empregados, prestados ou contratados.

CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS

6.1- Os serviços objeto deste contrato deverão ser executados até 31 de dezembro de 2013, contados a partir do recebimento de ordem de serviço, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações.

6.2- A prorrogação do prazo pelo gestor do CONTRATO deverá ser justificada por escrito, até 10 dias antes do término do prazo contratual e previamente aprovada pelo Presidente do Conselho Municipal de Administração.

6.3- Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceitos pelo Conselho de Administração do CONTRATO, não serão considerados como inadimplemento contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1- A CONTRATADA obriga-se a executar o objeto deste contrato até 31 de dezembro de 2013.

7.2- A CONTRATADA deverá executar todos os serviços de acordo com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, obrigando-se a substituir quaisquer materiais ou equipamentos pelo CONTRATANTE, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação.

CLÁUSULA OITAVA - DA DURAÇÃO DO CONTRATO

8.1- O contrato terá um prazo de vigência até 31 de dezembro de 2013, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos na Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1- A fatura relativa aos serviços mensalmente prestados deverá ser apresentada à DIREÇÃO DA CAGEFI, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à realização dos serviços, para fins de conferência e atestação da execução dos serviços.

9.2- Caso o pagamento seja realizado pela DIREÇÃO DA CAGEFI, o pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia após o protocolo da fatura pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FONTE DE RECURSOS

10.1- As despesas decorrentes da contratação correrão por conta dos recursos próprios do Poder Municipal sob o regime de custeio, inscritas no nº 1.501.001.0004.2.070. Estando em conformidade com a Lei nº 2.500 de 2002.



CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO

11.1- Os preços são fixos e irreajustáveis pelo período inicial de 12 (doze) meses da execução dos serviços. Se permitido prorrogação contratual, será realizado o reajustamento com base no índice geral de preço de mercado (IGPM), ou outro índice que vier a substituí-lo, ou a repactuação do preço do contrato, desde que observados o interregno mínimo de 01 (um) ano, a contar da data da sua assinatura ou da data de sua última repactuação ou reajuste.

CLAÚSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

12.1- A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões no quantitativo do objeto contratado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme o disposto no § 1º, art. 65, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1-Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à Contratada, as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa:

b.1) Multa de 10,0 % (dez por cento) sobre o valor de sua proposta, em caso de recusa da licitante vencedora em assinar o contrato dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis;

b.2) Multa de 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, até o limite de 30 (trinta) dias;

b.3) Multa de 2,0 % (dois por cento) cumulativos sobre o valor da parcela não cumprida do Contrato e rescisão do pacto, a critério da Prefeitura Municipal do CAPESI, em caso de atraso dos serviços superior a 30 (trinta) dias.

b.3) Os valores das multas referidas nesta cláusula serão descontados “ex- officio” da Contratada, mediante subtração a ser efetuada em qualquer fatura de crédito em seu favor que mantenha junto a CAPESI, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

c) Suspensão Temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que a contratante promova a sua reabilitação.

CLAÚSULA DÉCIMA QUARTA - DAS RESCISÕES CONTRATUAIS

14.1-A rescisão contratual poderá ser:

14.2-Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVIII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

14.3-Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

14.4-Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa do CONTRATADO, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

14.5-A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93.

CLAÚSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

15.1-Os recursos cabíveis serão processados de acordo com o que estabelece o art. 109 da Lei nº 8666/93 e suas alterações.

15.2-Os recursos deverão ser interpostos mediante petição devidamente arrazoada e subscrita pelo representante legal da recorrente dirigida à Comissão de Licitação da CAPESI.

15.3-Os recursos serão protocolados na CAPESI e encaminhados à Comissão de Licitação.

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REALISTAMENTO DE PREÇO

11.1 - Os preços são fixos e irrevogáveis pelo período inicial de 12 (doze) meses de execução dos serviços. Se durante o período contratual ocorrer alteração de preços de mercado, o preço de referência de mercado (RMR) ou outro índice que vier a substituí-lo ou a repetição do preço de controle, desde que observado o intervalo mínimo de 01 (um) ano, a contar da data de sua publicação ou da data de sua última publicação ou reajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

12.1 - A CONTRATADA é obrigada a manter as mesmas condições contratuais estabelecidas no edital e no contrato, sob pena de multa de 0,5% (cinco por cento) do valor atualizado do contrato, conforme o disposto no § 1º, art. 65 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Para inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, aplicar-se-á a penalidade de multa de 0,5% (cinco por cento) do valor atualizado do contrato, conforme o disposto no § 1º, art. 65 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

a) Advertência;

b) Multa;

c) Multa de 10,0% (dez por cento) sobre o valor de sua proposta, em caso de atraso de entrega de documentos necessários para assinatura do contrato dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis;

d) Multa de 0,5% (cinco por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, até o limite de 30 (trinta) dias;

e) Multa de 2,0% (dois por cento) por atraso na entrega de prestação de serviços, até o limite de 30 (trinta) dias úteis, em caso de atraso de entrega de prestação de serviços, até o limite de 30 (trinta) dias úteis.

f) Os valores das multas referidas nesta cláusula serão descontados "ex-officio" da Contratada, mediante retenção a ser efetuada em qualquer fatura de crédito, em seu favor, que mantenha junto a CAPES, independentemente de notificação ou intimação judicial ou extrajudicial.

g) Suspensão Temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

h) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, podendo gerar, em casos graves, a determinação de suspensão ou até que a Contratada promova a sua reabilitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS RESCISÕES CONTRATUAIS

14.1 - A rescisão contratual poderá ser:

14.2 - Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93.

14.3 - Anunciável, por acordo entre as partes, mediante aprovação escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo administrativo, desde que haja conveniência da Administração.

14.4 - Em caso de rescisão prevista nos incisos XI e XII da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, serão devidas indenizações aos precatórios regulamentados quando os houver sobito.

14.5 - A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 15 encontra-se contemplada nas cláusulas 14.1 a 14.4, inclusive a IV, ambas da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

15.1 - Os recursos cabíveis serão processados de acordo com o que estabelece o art. 103 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

15.2 - Os recursos deverão ser interpostos no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da publicação da decisão da CAPES.

15.3 - Os recursos serão julgados pela CAPES, e a decisão da CAPES será definitiva e não passível de recurso.



CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES DE ITAPAJÉ
Praça Vicente Porfírio Sampaio, 1900 – Centro – Itapajé - Ceará
CEP: 62.600-000 - CNPJ: 63.393.938/0001-39



CLAÚSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1- Fica eleito o foro da Comarca de Itapajé, Estado do Ceará, para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente, que não possa ser resolvida pela via administrativa, renunciando-se, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E, por estarem acertados as partes, firmam o presente instrumento contratual em 03 (três) vias para que possa produzir os efeitos legais.

ITAPAJE/CE, 17 DE MAIO DE 2018

PELA CONTRATANTE: **CAPESEI MUNICIPAL DE ITAPAJE**

THYNALLE BASTOS DE SOUSA
Presidente da CAPESEI Municipal

PELO(A) CONTRATADO(A): **CTAP CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA
ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIÁRIA LTDA**

SANDRA MARIA PARENTE DE OLIVEIRA
CPF: 414.486.343-34

TESTEMUNHAS:

1.
CPF: 674.923.393-72.

2.
CPF: 918.914.263-20

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. Para efeito de foro da Comarca de Itaboraí, Estado do Ceará, para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente, que não possa ser resolvida pela via administrativa, renunciando-se desde já a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E, por estarem acordados as partes, firmam o presente instrumento particular em 03 (três) vias para que possa produzir os efeitos legais.

ITABORAÍ, 17 DE MAIO DE 2018

PELO(A) CONTRATANTE: CARISSA MUNICIPAL DE ITABORAÍ

THYLAIE BASTOS DE SOUSA
Presidente do CARISSA Municipal

PELO(A) CONTRATADO(A): CTAR CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA
ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIÁRIA LTDA

GABRIELA MARIA PARENTE DE OLIVEIRA
CPF: 818.438.343-34

TESTEMUNHAS:

CPF: _____

CPF: _____



CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES DE ITAPAJÉ
Praça Vicente Porfírio Sampaio, 1900 – Centro – Itapajé - Ceará
CEP: 62.600-000 – CNPJ: 63.393.938/0001-39



EXTRATO DO(S) INSTRUMENTO(S) CONTRATUAL(AIS)

A CAPEI MUNICIPAL do município de ITAPAJÉ-CE, torna público o Extrato do(s) Instrumento(s) Contratual(ais) resultante(s) da TOMADA DE PREÇOS nº 2018.03.16.02:

UNIDADE ADMINISTRATIVA: CAPEI MUNICIPAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA JURÍDICA ADMINISTRATIVA, NA ÁREA DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E PARECERES CORRELATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE DA CAPEI – CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITAPAJÉ-CE .

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 1201.09.122.0004.2.070

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00

CONTRATADOS(AS)	VALOR GLOBAL
CTAP CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIÁRIA LTDA	R\$ 58.500,00 (CINQUENTA E OITO MIL E QUINHENTOS REAIS).

VIGÊNCIA DO(S) CONTRATO(S): 09 (NOVE) MESES

ASSINA(M) PELOS(AS) CONTRATADO(AS): SANDRA MARIA PARENTE DE OLIVEIRA

ASSINA PELA CONTRATANTE: THYNALLE BASTOS DE SOUSA

ITAPAJÉ-CE, 17 DE MAIO DE 2018

THYNALLE BASTOS DE SOUSA
CAPEI MUNICIPAL

EXTRATO DO(S) INSTRUMENTO(S) CONTRATUAL(AS)

A CARRA MUNICIPAL do município de JARAGUÁ - SP, torna público o Edital nº 001/2018 e o Extrato do(s) Instrumento(s)

Contratual(AS) resultante(s) da TOMADA DE PREÇOS nº 2018/03 de 03/

UNIDADE ADMINISTRATIVA: CARRA MUNICIPAL
 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE
 ASSESSORIA JURÍDICA ADMINISTRATIVA, NA ÁREA DE SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS,
 PARCELAS CORRELATAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE DA CARRA,
 CARIÓTIPO ASSESSORIA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS DE JARAGUÁ - SP

DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA: 1501 09 152 0004 2.070

ELEMENTO DE DESPESA: 2.260.36.00

CONTRATADOR(AS)	VALOR GLOBAL
OTAP CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIÁRIA TDA	R\$ 28.100,00 (VINTE E OITO MIL E OITOCENTOS REAIS)

VIGÊNCIA DO(S) CONTRATO(S): 09 (NOVE) MESES

ASSINAM(AS) RELATÓRIOS CONTRATADOR(AS): SANDRA MARIA PARENTE DE OLIVEIRA

ASSINA PELA CONTRATANTE: THAYANE BASTOS DE SOUSA

JARAGUÁ - SP, 10 DE MAIO DE 2018

THAYANE BASTOS DE SOUSA
 CARRA MUNICIPAL



CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES DE ITAPAJÉ
Praça Vicente Porfírio Sampaio, 1900 – Centro – Itapajé - Ceará
CEP: 62.600-000 - CNPJ: 63.393.938/0001-39



CERTIDÃO DE DIVULGAÇÃO DE EXTRATO CONTRATUAL

Certificamos que o Extrato do(s) contrato(s) decorrente(s) da TOMADA DE PREÇOS nº 2018.03.16.02, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA JURÍDICA ADMINISTRATIVA, NA ÁREA DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E PARECERES CORRELATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE DA CAPEI – CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITAPAJÉ-CE, foi afixado no dia 17 DE MAIO DE 2018, no flanerógrafo desta CAPEI, conforme estabelece a legislação em vigor.

ITAPAJE-CE, 17 DE MAIO DE 2018

THYNALLE BASTOS DE SOUSA
Presidente da CAPEI Municipal

TERMO DE DIVULGAÇÃO DE EXTRATO CONTRATUAL

Informamos que o Extrato do(s) contrato(s) decorrente(s) da TOMADA DE PREÇOS nº 2018/03/16/02, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO NA ÁREA DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E PARCELOS GERESEIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO INTERESSE DA CABA - CABA DE APOIO ADMINISTRATIVO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS DE ITABORA, foi afixado no dia 17 DE MAIO DE 2018, no local público de acesso a todos os interessados e a legislação em vigor.

ITABORA, 17 DE MAIO DE 2018.

THAYANE RAYSSA DE SOUZA
Presidente da CABA Municipal



CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES DE ITAPAJÉ
Praça Vicente Porfírio Sampaio, 1900 – Centro – Itapajé - Ceará
CEP: 62.600-000 - CNPJ: 63.393.938/0001-39



ORDEM DE SERVIÇO

Nº da Ordem de Serviço 2018.03.16.02	Modalidade da Licitação TOMADA DE PREÇOS
CAPE SI DE ITAPAJE	
Nº da Licitação 2018.03.16.02	Data do Contrato 17 DE MAIO DE 2018
Contratado CTAP CONSULTORIA TÉCNICA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIÁRIA LTDA	
Endereço RUA TOMAS ACIOLY, 840 SALA 204 – DIONISIO TORRES - FORTALEZA/CE	
Nº do CNPJ 07.890.701/0001-92	Nº do Telefone/Fax
Autorizo a execução dos serviços abaixo discriminados:	
CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA JURÍDICA ADMINISTRATIVA, NA ÁREA DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E PARECERES CORRELATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE DA CAPE SI – CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITAPAJÉ-CE .	
Valor Global R\$ 58.500,00 (CINQUENTA E OITO MIL E QUINHENTOS REAIS)	
Validade da Proposta 60(sessenta) dias	Prazo de Execução 09 (NOVE) MESES

ITAPAJE, 17 DE MAIO DE 2018

THYNALLE BASTOS DE SOUSA
CAPE SI MUNICIPAL DE ITAPAJE

CTAP CONSULTORIA TÉCNICA E
ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E
PREVIDENCIÁRIA LTDA
CONTRATADA

ORDEN DE SERVIÇO

Nº da Ordem de Serviço	001/2018
Modalidade de Licitação	Tomada de Preços
CAPES DE TABAJÉ	
Nº da Licitação	001/2018
Data do Contrato	17 de Maio de 2018
Contrato	001/2018
Objeto	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA JURÍDICA ADMINISTRATIVA, NA ÁREA DE SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS E PARCELAS CORRELATAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE DA CAPES DE TABAJÉ - RJ.
Endereço	RUA TOMAS ACOLY, 840 SALA 204 - JARDIM TORRES - FORTALEZA
Nº do CNPJ	07.850.700/0001-85
Nº do Telefone/Fax	
Autorizo a execução dos serviços acima discriminados	
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA JURÍDICA ADMINISTRATIVA, NA ÁREA DE SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS E PARCELAS CORRELATAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE DA CAPES DE TABAJÉ - RJ.	
Valor Global	R\$ 58.500,00 (Cinquenta e oito mil e quinhentos reais)
Validade da Proposta	90 (NOVE) DIAS
Prazo de Execução	90 (NOVE) DIAS

ITABAJÉ, 17 DE MAIO DE 2018

CAPES DE TABAJÉ
 ASSESSORIA JURÍDICA ADMINISTRATIVA
 PREVIDENCIÁRIA LTDA
 CONTRATADA

THYLLIE RAYSSA DE SOUZA
 CAPES DE TABAJÉ